

OLIVEIRA LIMA E AS RELAÇÕES  
EXTERIORES DO BRASIL:  
O LEGADO DE UM PIONEIRO E  
SUA RELEVÂNCIA ATUAL PARA  
A DIPLOMACIA BRASILEIRA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



*Ministro de Estado*      Embaixador Antonio de Aguiar Patriota  
*Secretário-Geral*      Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



*Presidente*      Embaixador Gilberto Vergne Saboia

*Instituto Rio Branco*

*Diretor*      Embaixador Georges Lamazière

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo, Sala 1  
70170-900 Brasília, DF  
Telefones: (61) 3411-6033/6034  
Fax: (61) 3411-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)

MARIA THERESA DINIZ FORSTER

## **Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil:**

o legado de um pioneiro e sua relevância atual  
para a diplomacia brasileira



Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3411-6033/6034  
Fax: (61) 3411-9125  
Site: www.funag.gov.br  
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

**Equipe Técnica:**

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho  
Fernanda Antunes Siqueira  
Fernanda Leal Wanderley  
Juliana Corrêa de Freitas  
Mariana Alejarra Branco Troncoso

**Revisão:**

André Yuji Pinheiro Uema

**Programação Visual e Diagramação:**

Maurício Cardoso e Juliana Orem

Impresso no Brasil 2011

---

Forster, Maria Theresa Diniz.

Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil : o legado de um pioneiro e sua relevância para a diplomacia brasileira / Maria Theresa Diniz Forster. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 220p.

ISBN: 978.85.7631.331-1

1. Relações Exteriores. 2. Diplomacia. 3. Diplomacia Cultural.

CDU 327.3(81)

---

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária  
Sonale Paiva - CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme  
Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

*À minha família: Nestor, Vera e Beatriz  
por todo seu amor, paciência e apoio  
durante a elaboração deste trabalho.*



## Agradecimentos

Este pequeno estudo, ora publicado sob o título “Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil: o Legado de um Pioneiro e sua Relevância Atual para a Diplomacia Brasileira” é o resultado do trabalho que apresentei na forma de dissertação à banca examinadora do LVI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Traz, assim, o ponto de vista de uma diplomata, sem formação acadêmica em História, e naturalmente sem pretensão de avaliar a monumental obra histórica de Oliveira Lima para além de sua possível contribuição à diplomacia brasileira.

Ao escolher o tema da dissertação para apresentar ao Instituto Rio Branco, fui motivada pelo desejo de procurar resgatar parte da memória do Itamaraty, em especial a vida e a contribuição à diplomacia pátria de um dos grandes vultos que integrou os quadros do Ministério das Relações Exteriores. Por razões que eu então desconhecia, Oliveira Lima parecia ter sido de certa forma relegado a um plano menor e talvez estreito de nossa história diplomática, ao qual a sua grande figura não se acomodava bem.

Por feliz coincidência, meu trabalho na Embaixada em Washington colocou-me em contato direto com a Biblioteca Oliveira Lima, literalmente abrindo seu vasto acervo à minha curiosidade e interesse pelo legado de seu fundador e fornecendo-me os meios para empreender este estudo. Foi, pois, com especial satisfação que recebi a recomendação para sua publicação.

Entendo-a como homenagem do Itamaraty ao grande diplomata e historiador, no contexto do renovado interesse despertado por sua obra em anos recentes.

Manifesto meus sinceros agradecimentos ao Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador Georges Lamazière, e à banca examinadora do LVI Curso de Altos Estudos, presidida pelo Embaixador Flávio Helmold Macieira, copresidida pelo Embaixador Edgard Antonio Casciano, e integrada pelos Embaixadores José Eduardo Martins Felicio, Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão e Ana Cândida Perez. A eles, agradeço a generosa acolhida que deram a meu trabalho, seus comentários e sugestões que permitiram aperfeiçoar diversos pontos específicos do texto final, assim como a honrosa recomendação de sua publicação.

Ao relator diplomático, colega e professor Ministro Paulo Roberto de Almeida agradeço especialmente por ter compartilhado comigo seus vastos conhecimentos sobre Oliveira Lima e pelo rico e proveitoso debate que me propiciou durante minha arguição. Da mesma forma, registro meu reconhecimento à relatora acadêmica, Professora Mariza Veloso Motta Santos, por suas argutas observações e sugestões.

Por fim, gostaria de registrar também meus agradecimentos ao curador da Biblioteca Oliveira Lima, Professor Thomas Cohen, e à sua Diretora, Senhora Maria Angela Leal, pela generosidade com a qual me permitiram realizar minha pesquisa naquele acervo fabuloso, que permanece um legado vivo do grande brasileiro que foi Manoel de Oliveira Lima.

*A autora*

Hartford, setembro de 2011



# Sumário

## Introdução, 13

## Capítulo 1 – Perfil Biográfico de Manoel de Oliveira Lima , 19

- 1.1. Anos de Formação, 19
  - 1.1.1. A Infância Pernambucana, 19
  - 1.1.2. Os Estudos em Lisboa, 21
- 1.2. Carreira Diplomática, 25
  - 1.2.1. Lisboa, 1890-92, 25
  - 1.2.2. Berlim, 1892-95, 26
  - 1.2.3. Washington 1896-1900, 29
  - 1.2.4. Londres, 1900-01, 32
  - 1.2.5. Tóquio, 1901-03, 34
  - 1.2.6. Rio de Janeiro, 1903-04, 38
  - 1.2.7. Caracas, 1905-06, 41
  - 1.2.8. Bruxelas e Estocolmo, 1908-12, 45
  - 1.2.9. A frustrada remoção para Londres e a precoce aposentadoria, 1913-16, 49
- 1.3. De volta a Pernambuco, 1916-20, 52
- 1.4. O Ocaso em Washington, 55

## **Capítulo 2 – A Política Externa Brasileira na Virada do Século XX, 61**

- 2.1. O Cenário Internacional 1880-1914, 61
- 2.2. A Política Externa Brasileira: 1889-1913, 65
  - 2.2.1. A Reorientação do Eixo da Política Externa, 68
- 2.3. A Era Rio Branco, 73
  - 2.3.1. Os Tratados de Limites, 74
    - *A Questão de Palmas*, 74
    - *A Questão da Guiana Francesa ou do Amapá*, 77
    - *A Questão do Acre*, 79
  - 2.3.2. A Relação com os EUA na Virada do Século XX, 83
  - 2.3.3. Aproximação com os Vizinhos Sul-Americanos, 93

## **Capítulo 3 – Oliveira Lima e o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, 99**

- 3.1. As Polêmicas com Rio Branco e Joaquim Nabuco, 105
- 3.2. Pan-americanismo e a Conferência do Rio de Janeiro de 1906 99, 111
- 3.3. Precursor da Integração Sul-Americana?, 114

## **Capítulo 4 – Oliveira Lima, Pioneiro da Diplomacia Cultural, 121**

- 4.1. O Diplomata-Conferencista e Escritor, 126
  - 4.1.1. No Japão, 1901-03, 128
  - 4.1.2. Nas Capitais Europeias, 1908-12, 132
  - 4.1.3. Nos Estados Unidos e na Argentina 1912-28, 135
- 4.2. O Diplomata-Jornalista, 139

## **Capítulo 5 – Outras Visões Originais de Oliveira Lima, 145**

- 5.1. Pacifismo e Neutralidade, 147
- 5.2. A Reforma da Carreira e a Diplomacia Comercial, 151
  - 5.2.1. A Série de Artigos do *Correio da Manhã*, 1903, 154
  - 5.2.2. Visão da Maturidade, 158

## **Capítulo 6 – Oliveira Lima, Historiador: sua Contribuição para a Diplomacia Brasileira, 163**

- 6.1. Principais Publicações, 166

- 6.1.1. Dom João VI no Brasil: 1808-1821, 175
- 6.2. Relevância para a Historiografia e Contribuição à Diplomacia Brasileira, 179

### **Capítulo 7 – Oliveira Lima Hoje, 185**

- 7.1. Possíveis Razões do Relativo Esquecimento, 186
- 7.2. O Caminho da Lembrança, 190
  - 7.2.1. Dimensões de sua Contribuição e Atualidade, 192
  - 7.2.2. A Questão da Biblioteca Oliveira Lima, 196

### **Bibliografia Consultada, 207**



## Introdução

“Aqui jaz um amigo dos livros” é a simples inscrição, por ele mesmo escolhida em seu testamento, que identifica o túmulo de Manoel de Oliveira Lima no Cemitério de Mount Olivet, em Washington, DC. Sequer seu nome figura ali para lembrar o pernambucano que terminou seus dias em exílio autoimposto, deixando, para honrar sua memória, apenas sua viúva, D. Flora. São palavras modestas para descrever um homem que teve longa e movimentada carreira como jornalista, historiador, professor, intelectual e diplomata, em período singular da história do Brasil. Admirado e amado por muitos, e ao mesmo tempo alvo de críticas e censura de outros tantos, Oliveira Lima marcou época na história de seu tempo e seu nome ficou indelevelmente insculpido entre aqueles que contribuíram para engrandecer e divulgar a cultura brasileira ao redor do mundo. Integrou inúmeras instituições de prestígio, como o Instituto Histórico Brasileiro, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Academia Pernambucana de Letras e foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Para Gilberto Freyre, seu pupilo e ardente admirador, ele foi o “Dom Quixote Gordo”; para Goran Björkman “o Embaixador Intelectual do Brasil”, nas palavras do presidente da *International Association of Arts and Letters*, James A. Robertson, “he ceased to be a Brazilian only; he was more: he was an American – and I use the term to

cover the whole Western Hemisphere”.<sup>1</sup> São testemunhos vívidos de que o “amigo dos livros” era homem de múltiplos talentos, cujo legado nos convida, oito décadas após sua morte, a explorar sua extensa e valiosa obra de historiador e resgatar a memória do diplomata e promotor da cultura brasileira.

Mas quem foi realmente esse personagem complexo, ao mesmo tempo tão típico da virada do século XX e tão singular em sua obra? Teria ele algo a nos dizer ainda hoje? Que lições teria a dar aos diplomatas brasileiros contemporâneos? Em que reside a originalidade de seu pensamento e de sua atuação diplomática? Qual a magnitude de sua contribuição à cultura pátria? Essas são algumas perguntas que procuro responder ao longo deste estudo, no esforço de apreender a multifacetada figura de Oliveira Lima em toda sua complexidade, sem querer espremê-la na camisa de força de paradigmas abstratos e esquemas pré-concebidos.

Assim, o tema central deste trabalho é a atuação do diplomata, historiador e intelectual brasileiro Manoel de Oliveira Lima (Recife 1867 – Washington, DC 1928) em algumas das principais questões com que se defrontou a diplomacia da Primeira República. Em período de rápidas transformações do cenário internacional, Oliveira Lima demonstrou ímpar sensibilidade na identificação das linhas de ação mais conducentes à defesa do interesse nacional, contra o pano de fundo da consolidação republicana e o acirramento da disputa imperialista que conduzirá à Grande Guerra. Ao longo dos próximos sete capítulos, pretendo explorar em detalhe a originalidade, relevância e atualidade de sua contribuição à política externa brasileira em temas tão transcendentos quanto a integração sul-americana, o relacionamento com os Estados Unidos e as potências europeias, a tradição de solução pacífica de controvérsias de nossa diplomacia; a promoção da diplomacia comercial, e a reforma da carreira diplomática. Além disso, em suas atividades de historiador e intelectual, em paralelo à vida diplomática, foi incansável promotor de uma diplomacia cultural *avant la lettre*, realizando um sem número de conferências de divulgação da cultura e da história do Brasil em três continentes.

Realizo o duplo esforço de procurar identificar as contribuições singulares de Manoel de Oliveira Lima à política externa brasileira de sua época, assim como aquelas que, sobrevivendo à passagem do tempo, possam ser invocadas

---

<sup>1</sup> ROBERTSON, James A. Pronunciamento na “Evening Session *In Memoriam* at the International Association of Arts and Letters. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937; 2ª ed. Recife: Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1986, p. 287.

como contribuições ao próprio pensamento diplomático brasileiro de maneira geral. Para tanto, busco situar adequadamente suas atividades diplomáticas e intelectuais em seu contexto histórico e cultural imediato, nos anos de consolidação da jovem República brasileira, destacando a originalidade de seu pensamento e o caráter precursor de muitas das posições que defendeu.

Minha hipótese de trabalho repousa, portanto, na originalidade das ideias de Oliveira Lima a respeito de matérias de elevada importância para nossa diplomacia, assim como em sua relevância atual. Essa hipótese fundamental será confrontada, inicialmente, com breve estudo biográfico, objeto do capítulo I, no qual procuro, com base em ampla pesquisa da bibliografia, memórias e documentos de e sobre Oliveira Lima, estabelecer com rigor a base factual sobre a qual se desdobrarão as seções propriamente analíticas da tese. Além de apanhado sobre seus anos de infância e juventude, no Recife e posteriormente em Lisboa, esse capítulo confere ênfase às suas atividades diplomáticas nos postos em que serviu como funcionário diplomático (Lisboa, Berlim, Washington, Tóquio, Caracas e Bruxelas, cumulativo com Estocolmo), assim como às repercussões diplomáticas e políticas de suas atividades como jornalista e intelectual. Conclui com descrição de seus anos finais, após sua precoce aposentadoria do Serviço Exterior, quando retornou à pátria, dedicando-se à atividade acadêmica e jornalística, vindo depois a radicar-se em Washington, DC, onde lecionou na Universidade Católica da América, e faleceu em 1928.

No capítulo II, desloco o eixo do trabalho para o exame do contexto internacional da época de Oliveira Lima, isto é, das primeiras décadas da República e da intensificação da concorrência interimperialista que desembocaria na Grande Guerra de 1914-18. O foco dessa seção recai sobre três vertentes principais do relacionamento externo do Brasil: as relações com as potências europeias, especialmente a Inglaterra; com os Estados Unidos, a projetarem-se então como jovem potência com laivos imperialistas; e, na América do Sul, com a Argentina, país do qual, no dizer do próprio Oliveira Lima, “tudo nos deve aproximar”<sup>2</sup>. Sem pretender aprofundar a investigação sobre cada uma dessas vertentes, o objetivo aqui é o de complementar a base factual para a posterior discussão analítica. Iniciada com o esboço biográfico do capítulo anterior, essa base toma o caráter de pano de fundo para a ação diplomática de Oliveira Lima e dos demais

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Pan-Americanismo: Monroe, Bolívar, Roosevelt*. Rio de Janeiro: 1907. 3ª ed. Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 110.

protagonistas da política exterior brasileira com os quais interagiu desde seu ingresso na carreira, em 1890, até sua precoce aposentadoria em 1913.

Estabelecidos esses parâmetros, o capítulo III inaugura a parte analítica propriamente dita, debruçando-se diretamente sobre um dos aspectos mais originais e, à época, polêmicos, da visão de Oliveira Lima sobre nossa política externa: sua precursora proposta de aproximação com a Argentina e de relação prudente e autônoma com os EUA. Pretendo examinar aqui até que ponto a postura de Oliveira Lima realmente constituiu como que um terceiro caminho para a compreensão do relacionamento com os EUA, situado entre o entusiasmo incontido de Joaquim Nabuco e a visão mais objetiva e pragmática do próprio Barão do Rio Branco. Esta seção procura identificar a origem das desavenças de Oliveira Lima com o Chanceler, com foco sobre suas posições divergentes sobre política externa, especialmente no contexto da preparação da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, de 1906. De acordo com o estudo de fontes primárias, traço a evolução da visão de Oliveira Lima do relacionamento do Brasil com os EUA, desde o entusiasmo inicial das páginas de *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais*, de 1899, à firme oposição à política do “big stick” de Theodore Roosevelt, e à sua avaliação nuançada da Doutrina Monroe e seu apoio à Doutrina Drago. De particular interesse para o amadurecimento de sua posição nessa matéria, parece ter sido o tempo em que serviu na Legação brasileira em Caracas, de 1904 a 1906, quando teve oportunidade de contemplar a ação norte-americana desde o ponto de vista de uma república sul-americana desprovida das dimensões territoriais e populacionais de seu país natal.

No capítulo IV, exploro outro viés original e pioneiro de Oliveira Lima, desta feita como genuíno promotor de uma “diplomacia cultural”, antes mesmo que tal conceito ganhasse curso no repertório de instrumentos da ação diplomática. Além de retrazar a memória de sua trajetória como conferencista pelas principais capitais e mais prestigiosas universidades europeias, norte e sul-americanas, trata-se aqui de aquilatar em que medida essa atividade repercutiu para a projeção externa do Brasil. Busco também avaliar os aspectos centrais do conteúdo das conferências e do itinerário percorrido. Como fecho desta seção, discuto brevemente a atividade jornalística de Oliveira Lima, vista sob o prisma de sua difícil e complexa interação com a atividade diplomática.

Em complemento ao exame do perfil de Oliveira Lima como pioneiro e talvez mesmo visionário – se é que lhe cabe a expressão –, o capítulo V



centra-se no exame de suas contribuições originais em áreas díspares, que se sobrepõem e de certo modo complementam o caráter inovador de seu pensamento. Em primeiro lugar, estudo sua postura pacifista e sua firme oposição ao alinhamento brasileiro com quaisquer dos blocos em luta no conflito de 1914-18; em segundo, analiso as posições de Oliveira Lima a respeito de outras duas áreas distintas, unidas no entanto pela configuração própria do Serviço Exterior brasileiro àquela época. Refiro-me à sua visão da importância da diplomacia comercial e suas recomendações acerca da reforma da carreira diplomática, que parecem, à primeira vista, transcender seus meros aspectos adjetivos. Especial atenção é dada ao exame da série de artigos que publicou sobre esses temas no *Correio da Manhã*, em 1903, assim como à posterior evolução de seu pensamento na matéria.

Passando ao exame de sua atividade extradiplomática, em sentido estrito, o capítulo VI cuida de delinear sua importância como historiador e sua contribuição original à historiografia brasileira no momento de consolidação da República brasileira e de renovada afirmação da identidade nacional. Esta seção faz apanhado crítico de suas principais obras nessa área, com destaque para a monumental *Dom João VI no Brasil 1808-1821*, marco na historiografia nacional, tanto por seu rigor metodológico, quanto por sua originalidade e relevância para os estudos da formação da identidade nacional no período anterior ao 7 de setembro. São também objeto de breve exame outras de suas obras de maior importância, como *Formação histórica da nacionalidade brasileira* e o estudo de história comparada *The Evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, sob certos aspectos antecessor do clássico *Bandeirantes e Pioneiros* de Vianna Moog e de toda a vertente dos estudos de história cultural comparada. Encerra-se o capítulo com uma avaliação da repercussão da atividade de historiador para sua atuação diplomática e para a política externa brasileira em geral.

Finalmente, o capítulo derradeiro, à guisa de conclusão, busca apresentar síntese da contribuição de Oliveira Lima à diplomacia brasileira, em suas várias vertentes de atuação. Antes de fazê-lo, no entanto, esboça as possíveis razões que levaram a figura de Oliveira Lima a certo esquecimento, evidenciado, por exemplo, nas (até recentemente) escassas reedições de suas obras principais. Posto isso, apresento as razões que me parecem justificar um renovado esforço de rememoração de suas ideias e multifacetada atuação diplomática, à luz das dimensões de sua relevância e atualidade. Essa reflexão

MARIA THERESA DINIZ FORSTER

é complementada por sugestões acerca de possíveis encaminhamentos para a questão do revigoramento de sua magnífica biblioteca, verdadeiro tesouro historiográfico, literário, e iconográfico, hospedada na Universidade Católica da América em Washington, DC, e para a promoção da memória do grande brasileiro que como poucos honrou o nome e a cultura de seu país.

Mas comecemos do começo.

# Capítulo I – Perfil biográfico de Manoel de Oliveira Lima

## 1.1. Anos de formação

### 1.1.1. A Infância pernambucana

Manoel de Oliveira Lima nasceu no Recife, em Pernambuco, no dia de Natal em 1867, o último dos filhos de Luiz de Oliveira Lima e Maria Benedita de Miranda Lima. O pai, comerciante português estabelecido na capital pernambucana, já à época de seu nascimento havia feito fortuna e mantinha a família em situação de relativa prosperidade na sociedade local. Sua mãe, de família tradicional, embora economicamente decadente, do sul de Pernambuco, mantinha importantes laços com as mais destacadas famílias da região e foi ela quem propiciou ao infante Manoel crescer em ambiente amplamente brasileiro. Do pai, aprendeu os hábitos sofisticados, cultivados pelo velho Luiz de Oliveira Lima desde suas origens na cidade do Porto até sua instalação no Recife, em 1834. Era forte na época a presença inglesa em ambas as cidades e o ambicioso português não deixou de absorver, o quanto pôde, a cultura britânica, refletida, segundo o filho, em seus modos finos e educados, e no gosto pela cultura. “Meu pai era de fato dos homens mais escrupulosos e mais corretos (...) que eu conheci, não só na sua aparência, cuja elegância cultivava sem jamais descambar no ridículo, como nos modos, requintados mas sem sombra de afetação, antes em extremo

singelos, nas ideias, distintas quando mesmo triviais, e até fazia lembrar o chefe de família inglesa, tão bem descrita por Julio Diniz no seu famoso romance.<sup>3</sup> Nascera *gentleman*, embora não fosse nobre”.<sup>4</sup>

De sua mãe, que ele próprio descreveu como “uma bela e fina sinhá”,<sup>5</sup> deixou-nos um pequeno retrato: “Minha mãe era uma dessas donas de casa diligentes e esmeradas de que os romancistas de costumes nunca souberam tirar todo o partido possível. Vestiam os filhos – ao meu primeiro retratinho até o gorro escocês é de feitura materna – e os escravos; presidiam à comida destes e dos caixeiros ou outros empregados, e ainda achavam tempo para formar o espírito dos filhos com lições de moral bondosa”.<sup>6</sup>

Na sua recordação filial, transmite-nos a impressão de que a mãe foi verdadeira rainha do lar, inspirando em Manoel as mais doces lembranças de sua casa de infância. Seus irmãos, Luiz, Amália e Maria Benedita, todos bem mais velhos do que ele, já estavam praticamente crescidos quando do nascimento de Manoel e não foram propriamente companheiros de infância, embora tenham permanecido muito próximos ao longo da vida. Maior afinidade e contato, no entanto, teria com Maria Benedita, ou Sinhá, que viria a casar-se com Pedro de Araújo Beltrão, também diplomata.

O menino Manoel passou os primeiros seis anos de sua vida em relativa tranquilidade no Recife, anos esses que serviriam para estabelecer sua ligação permanente com a terra natal. Ao decidir levar a família de volta a Lisboa, em 1873, por motivos de sua saúde, o velho Luiz pretendia também retornar às suas raízes lusitanas e criar o filho caçula na capital portuguesa, o que se tornara possível graças à fortuna adquirida no Brasil. O filho mais velho permanecera no Recife, à frente dos negócios do pai, assim como as duas filhas, então já casadas.

A respeito das recordações de infância registradas por Oliveira Lima em sua autobiografia, vale notar que alguns autores e biógrafos mais recentes, especialmente Teresa Malatian, têm feito reparos à imagem ali apresentada.<sup>7</sup> Segundo aquela historiadora, ao mencionar, por exemplo, que sua família

---

<sup>3</sup> Referência ao romance *Uma Família Inglesa*, publicado pelo escritor português Julio Diniz em 1868.

<sup>4</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 6.

<sup>5</sup> FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima Gordo por Fora e Magro por Dentro*; in: “Diário Popular”. Lisboa: 28.12.1968.

<sup>6</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 9.

<sup>7</sup> MALATIAN, Teresa, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru: EDUSC-FAPESP, 2001.

habitava “um confortável sobrado” à época de seu nascimento ou ao referir-se aos “hábitos finos e quase fidalgos de seu pai”, Oliveira Lima teria desejado assinalar o *status* social atingido pelo velho Lima na sociedade pernambucana. Sobrados eram reservados apenas às famílias mais prósperas no Recife daquele tempo, e seu pai, de origem humilde, mesmo tendo conquistado certa independência financeira, permanecia aos olhos da elite da época um simples vendedor. Já seu maior biógrafo, Fernando da Cruz Gouvêa, por sua vez, nos revela que o historiador e conterrâneo Octávio Tarquínio de Souza também notara esta lacuna nas recordações do autor, que aparentemente deixou, propositalmente, observações um tanto vagas sobre seu passado familiar.<sup>8</sup>

### 1.1.2. Os estudos em Lisboa

A mudança da família para Lisboa, no entanto, não conduziria a um rompimento dos vínculos com o Brasil. Da mãe e dos empregados brasileiros que serviam à família, Manoel aprenderia maneiras e hábitos genuinamente pernambucanos, que guardaria consigo por toda a vida. Além disso, a ligação com a terra natal foi sempre alimentada também por seu padrinho, o juiz Quintino de Miranda, que incentivara desde cedo sua curiosidade pela história do Brasil e, mais tarde, teria importante influência em sua decisão de ingressar na carreira diplomática.<sup>9</sup>

Sua educação foi toda realizada em Lisboa, conferindo-lhe uma formação intelectual de moldes europeus que marcaria sua personalidade e sua futura atuação cultural. A educação primária ficou a cargo dos padres Lazaristas, de quem aprendeu o amor por sua religião. Coursou em seguida a Escola Acadêmica, onde o gosto pela história viria a manifestar-se precocemente. Datam dessa época também suas primeiras incursões no mundo jornalístico, quando, aos quinze anos de idade, criou sua própria revista, o *Correio do Brasil*, cujos primeiros números escreveu sozinho, com notícias e artigos sobre o Brasil. Aos dezessete anos, ingressou no Curso Superior de Letras, cujos professores teriam profunda influência sobre o jovem intelectual e seriam por ele sempre lembrados. Sobretudo do professor de literatura moderna, Teófilo Braga, guardou não só boas recordações, mas com ele formou

---

<sup>8</sup> GOUVÊA, Fernando da Cruz, *Oliveira Lima: uma Biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976. 3 vols, p. 180.

<sup>9</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. Oliveira Lima: Sua Vida e Sua Obra. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 20.

amizade que perduraria até o fim da vida. Tiveram início nessa época também suas contribuições ao *Jornal do Recife*.<sup>10</sup> Revelou também desde cedo talento como crítico literário e teatral. Na recordação de Gouvêa, “completamente desconhecido permanece até hoje o Oliveira Lima crítico de artes, abafado pelo historiador ou pelo polemista ainda agora tão lembrado”.<sup>11</sup>

Na capital portuguesa, o jovem estudante manteve, sempre que possível, conexão próxima com o Brasil e com seu Pernambuco. Teve oportunidade, em 1881, por exemplo, de conhecer o então já ilustre abolicionista, seu conterrâneo Joaquim Nabuco, que realizava breve visita à capital lusitana, e ao qual dedicou elogioso artigo, em seu periódico *O Correio do Brasil*, “numa linguagem que refletia a admiração nutrida pelo adolescente brasileiro, distante da pátria, pela figura daquele compatriota reformador um tanto romântico da situação degradante da massa escrava que uma estrutura retrógrada e egoísta insistia em manter. Oliveira Lima, aliás, nunca se libertaria dessa espécie de sedução que desde a mocidade Nabuco despertou no seu espírito e que nem uma caprichosa divergência na meia idade conseguiria apagar”.<sup>12</sup> Fora o primeiro encontro com aquele que durante muitos anos seria seu amigo próximo, até que se verificasse o rompimento, mais tarde, por divergências de opinião sobre o pan-americanismo.

Conta-nos Oliveira Lima em suas memórias que, durante seus estudos em Lisboa, uma de suas “maiores distrações (...) eram os leilões de livros e o teatro”,<sup>13</sup> o que dá conta de seu gosto precoce pela busca dos volumes que mais tarde fariam parte de sua magnífica biblioteca. Travou contato, naquela Lisboa de fins do século XIX, com hábitos e costumes que, sobre a referida base de sua educação, haveriam de acompanhá-lo por toda a vida, dotando-o de um certo traço de europeu, distinto de sua origem brasileira, mas de alguma forma a ela amalgamado.

Durante seus estudos superiores, realizou sua primeira visita a Londres, outra cidade importante em sua formação, em razão das mencionadas simpatias anglófilas herdadas do pai e pela coincidência de lá se encontrar, lotado na Legação do Brasil, seu cunhado Pedro de Araújo Beltrão e sua irmã Sinhá. Suas experiências na capital britânica – as visitas aos museus, galerias de arte e, sobretudo, aos sebos aos quais retornaria com frequência – renderiam

---

<sup>10</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 91.

<sup>11</sup> Id. ibid. p. 92.

<sup>12</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 81-82.

<sup>13</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 34.

relatos e crônicas de viagem para o *Jornal do Recife*. Em viagem posterior, decidiu também atravessar a Mancha e conhecer Paris, cidade pela qual nunca nutriu o mesmo amor que o ligou à capital britânica.<sup>14</sup> Passou, assim, sua vida de estudante entre as obrigações do curso propriamente ditas, os passeios de verão pela Europa, e suas primeiras incursões na vida de intelectual e jornalística. Formou-se no curso de Letras em 1888 e, possivelmente nesta época, como fruto dos inúmeros contatos mantidos com diplomatas brasileiros, por intermédio do cunhado Araújo Beltrão, em Lisboa e Londres, e também do apoio recebido do padrinho Quintino de Miranda, despertou no jovem Manoel o interesse pela carreira diplomática.

É também de então seu primeiro contato com o Barão do Rio Branco, promovido pelo cunhado em carta de setembro daquele ano. Beltrão respondia a pedido do Cônsul em Liverpool “sobre alguém que, na capital portuguesa pudesse realizar algumas pesquisas e lhe conseguisse publicações”. E, tendo indicado Oliveira Lima, os dois logo iniciariam a corresponder-se.<sup>15</sup> A aproximação com outros diplomatas da época incluiu figuras ilustres do Império brasileiro, como Carvalho Borges e o Barão de Penedo.<sup>16</sup>

Ainda menino em Lisboa, avistara o Imperador D. Pedro II e D. Thereza Christina, que reveria uma última vez quando já exilados do Brasil em Portugal. Mas como todos os jovens de sua época, Oliveira Lima considerava-se decididamente republicano: “Eu era no entanto republicano e achava que meu pai exagerava quando, ao ter conhecimento da deposição do grande monarca, exclamou com mágoa: ‘Que erro! O Brasil é Dom Pedro II’”.<sup>17</sup> Foi o jovem pernambucano um dos primeiros a relatar para o *Jornal do Recife* a reação portuguesa à proclamação da República: “não se fala em outra coisa em Lisboa, senão na República Brasileira. A primeira notícia aqui recebida por um antigo comerciante no Rio, no dia 15, foi publicada em alguns jornais de 16 e determinou uma verdadeira romaria à Legação e ao Consulado”.<sup>18</sup>

Atraído pelas mudanças no Brasil, com o falecimento de seu pai em Lisboa, em 25 de janeiro de 1890, o recém-formado decide regressar à terra natal. Aos 23 anos, ainda sem rumo na vida, pensava em finalmente

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 51-52.

<sup>15</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 149.

<sup>16</sup> “Outro velho diplomata a quem devo o favor extremo de uma simpatia pouco prodigalizada, era o Barão de Penedo, que por mais de 30 anos personificou o Brasil em Londres”. OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 74.

<sup>17</sup> Id. *ibid.* p. 57.

<sup>18</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 152.

conhecer o Rio de Janeiro e estabelecer os primeiros contatos para seu ingresso na carreira diplomática. Após breve passagem por Pernambuco, instalou-se na capital da nova república, onde estabeleceu contatos com destacados republicanos de seu estado natal, passando a frequentar eventos sociais e sendo eventualmente apresentado ao então Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiuva. Conheceu, também, o Visconde de Cabo Frio, Secretário-Geral do Ministério, por quem teria uma especial amizade ao longo de sua carreira diplomática. Como se sabe, numa época em que o Ministério das Relações Exteriores ainda desconhecia os concursos públicos, as indicações pessoais eram a única forma de ingresso na carreira diplomática. Oliveira Lima não tardaria a relizar seu projeto e, já em novembro de 1890, lograria a nomeação como Segundo Secretário da Legação do Brasil em Lisboa, onde poderia permanecer junto da mãe viúva.<sup>19</sup>

Antes de retornar a Lisboa, no entanto, rumou para Recife, onde passaria o Natal e seu aniversário, em companhia da família e dos amigos, dentre os quais um que conhecera na viagem de volta ao Brasil, o médico Artur Cavalcanti, com quem seria proximamente ligado. Data de então seu primeiro encontro com Flora Cavalcanti de Albuquerque, sua futura esposa. Na opinião dos biógrafos, foi uma ligação conveniente para ambos: ele aos 24 anos, jovem e ambicioso, filho de comerciante que, mesmo bem-sucedido, não lhe dava o “pedigree” necessário para ascender à boa sociedade da época; ela, com 27 anos, já considerada de idade bastante avançada para o matrimônio. Sua família, embora não muito abastada, era firmemente estabelecida entre os proprietários de engenho e tinha impecáveis credenciais junto à sociedade pernambucana.

Flora nascera no engenho Castanha Grande, de propriedade de seu avô paterno, em 26 de agosto de 1863, filha primogênita de Manuel Cavalcanti de Albuquerque e Henriqueta da Silveira Lins Cavalcanti de Albuquerque. Passou infância e juventude no Engenho Cachoeirinha, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, de propriedade do pai. Lá, o velho Albuquerque criaria seus treze filhos em circunstâncias de relativa prosperidade, propiciando a todos, inclusive a Flora, uma boa educação. Contavam até mesmo com uma governanta inglesa, Mrs. Rawlinson, de quem a jovem aprenderia o perfeito inglês, com sotaque britânico, que a acompanharia por toda a vida. Recordaria, mais tarde, ser por este motivo de sua criação que só sabia rezar em idioma que não o seu português materno.<sup>20</sup> Em atitude pouco usual para a época, o

<sup>19</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 173.

<sup>20</sup> FREYRE, Gilberto. *Don Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968, p. 48.



pai de Flora enviou-a para cursar o ginásio no Recife, na companhia de seus irmãos. Ela foi, assim, uma moça um pouco diferente das de seu tempo e de seu meio. Terá tido um ou dois pretendentes dentre os senhores de engenho da sociedade local, mas nenhum seria capaz de interessar a jovem “intelectual”. A convite de sua antiga governanta, agora proprietária de escola no Recife, Flora passou a lecionar naquele estabelecimento de ensino.

Foi essa jovem intelectual, criada de certa forma fora dos padrões usuais para uma moça da virada do século XIX, que atraiu as atenções de Manoel de Oliveira Lima. Por vários motivos, o breve convívio com Flora naquele final de ano de 1890 foi suficiente para convencer Manoel de que encontrara a “esposa ideal”.<sup>21</sup> Uma vez aceito como pretendente por Flora e por seu futuro sogro, o novo diplomata deixou tudo acertado sobre o futuro casamento antes de partir para Lisboa, em princípios de 1891. Após vencer certa resistência de sua mãe, que esperava poder conseguir para o filho uma esposa dentre as moças da sociedade portuguesa, o casamento civil veio a realizar-se, em Pernambuco, em 15 de outubro de 1891, sendo o noivo, impossibilitado de abandonar seu posto, representado por procuração. O casamento religioso seria realizado em Lisboa, em 28 de novembro daquele mesmo ano.

## **1.2. Carreira diplomática**

### **1.2.1. Lisboa, 1890-92**

Em fevereiro de 1891, Oliveira Lima assumiu seu cargo de Segundo Secretário na Legação em Lisboa, então chefiada por seu cunhado Araújo Beltrão.<sup>22</sup> Como recorda em suas memórias: “O conde Valbom, uma ventoinha política, ocupava a pasta dos negócios estrangeiros no gabinete no poder ao chegar meu cunhado Araújo Beltrão, mandado para Lisboa como primeiro ministro da República pelo Barão de Lucena, sempre pronto a aproveitar as aptidões dos seus conterrâneos e para quem ter vindo das margens do Capibaribe representava o melhor título de recomendação”.<sup>23</sup> Reinstalado na Lisboa de sua juventude, pôde Oliveira Lima continuar a conviver não só com a família, mas também com vasto círculo de amigos dentre a

<sup>21</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 190.

<sup>22</sup> BRASIL, MRE. Ofício n 4, de 12.02.1891. Arquivo Histórico/MRE, apud GOUVÊA, op. cit. p. 198.

<sup>23</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 97.

intelectualidade portuguesa e brasileira ali radicada. Prosseguiria com a atividade de jornalista paralelamente à de diplomata, fazendo de seus contatos com a imprensa local uma de suas atividades na Legação.<sup>24</sup> Inicia nessa época seu trabalho de historiador: começou então a escrever o que seria seu primeiro livro, *Pernambuco, Seu Desenvolvimento Histórico*.

A estada em Lisboa desta feita, no entanto, não seria longa, renunciando, já no primeiro posto, uma carreira que viria a ser marcada por percalços e contratempos nem sempre autoinfligidos. O episódio que provocou a remoção do Ministro Araújo Beltrão e de Oliveira Lima relacionou-se às exéquias do Imperador Pedro II, falecido em Paris em 5 de dezembro de 1891. Na ocasião, o governo monarquista português decretou luto oficial e lançou livro de pêsames aberto a assinaturas do corpo diplomático. Tendo recebido instruções do Rio de Janeiro de não participar das cerimônias oficiais em homenagem ao Imperador desaparecido, Beltrão resolveu fazê-lo em “caráter particular”. De sua parte, Oliveira Lima alegou o recente casamento como pretexto para excusar-se. Criou-se, contra o representante do Brasil, verdadeira campanha de animosidade, liderada pelo próprio Chanceler português, o Conde de Valbom, cujas intrigas acabaram por surtir efeito junto ao governo de Floriano. Na verdade, a má vontade verificada em Lisboa contra o representante brasileiro decorria da atuação de Araújo Beltrão, já desde sua chegada ao posto, pela revogação de decisão do governo português contrária à emigração lusa para o Brasil.<sup>25</sup> Declarados “*personae non gratae*” pelo governo português, foi providenciada, de imediato, a remoção de Araújo Beltrão para Berna, e de Oliveira Lima para Berlim. Foi, assim, abreviada a missão de Oliveira Lima em seu primeiro posto como diplomata, como consequência paradoxal de intrigas de monarquistas portugueses que acabaram sendo acolhidas pelo governo republicano brasileiro.

### **1.2.2. Berlim, 1892-95**

Finalmente removido, em abril de 1892, por portaria do Chanceler General Serzedelo Correia, Oliveira Lima deixou Lisboa com a esposa em junho daquele ano para instalar-se em seu novo posto. Rumo a Berlim, passou por Paris, Bélgica e Holanda, onde teria seu primeiro contato com os quadros de Franz Post, reproduzindo imagens de Pernambuco no tempo de

---

<sup>24</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 204.

<sup>25</sup> Id. ibid. pp. 211-2.

Maurício de Nassau.<sup>26</sup> Encontrou na capital daquela Alemanha de fim de século, unificada por Bismarck há pouco mais de duas décadas, condições de trabalho propícias a que prosseguisse os seus estudos históricos. A Legação do Brasil estava então sob a chefia do Barão de Itajubá, “nada severo mas impondo-se pela própria correção”, o qual Oliveira Lima destacaria como “o mais completo e o mais *accompli* dos nossos diplomatas daquele tempo”.<sup>27</sup> Ali concluiria seu primeiro livro, valendo-se de bibliografia que recolhera ainda em Lisboa, *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico*, publicado pela editora F. A. Brockhaus, de Leipzig, em 1895. Segundo Barbosa Lima Sobrinho a obra assinalava “as duas fôrças máximas de sua vida, o sentimento brasileiro e o culto a Pernambuco, que crescera com o recente casamento com D. Flora Cavalcanti”.<sup>28</sup>

De fato, em sua elaboração, Oliveira Lima pela primeira vez pudera contar com a colaboração paciente e dedicada de D. Flora, a quem geralmente ditava seus textos. A parceria perduraria por toda a vida do autor, cuja escrita era confessadamente ininteligível, e que encontrara em Flora “a grande colaboradora em seus livros, artigos e conferências (...) que passa o trabalho a limpo, completo, sem faltar uma só vírgula”.<sup>29</sup> Como relata Manoel da Silveira Cardozo, a propósito da publicação do primeiro livro do historiador, o exemplar que ofereceu à esposa traz a seguinte dedicatória: “À minha adorada Flora, em duradoura recordação dos excelentes dias e deleitáveis noites do regalado inverno de 1892-93; quando, enxergando lá fora a neve a voar continuamente em flocos, branqueando até a massa escura do Spree, nós, em doce comunhão espiritual, aquecíamos-nos entretanto ao sol magnífico da terra pátria, que surgira para iluminar os evocativos feitos pernambucanos. Então, como hoje e como sempre, ao sentir-te tão inteligente e afetuosa, eu em íntimo júbilo exclamava que na minha diligente e paciente colaboradora reside o meu maior estímulo de trabalho e o meu melhor esteio de felicidade”.<sup>30</sup>

Em seguida, Oliveira Lima reuniria o material para seu segundo livro, *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, publicado pela mesma editora

<sup>26</sup> Obra de Franz Post foi mais tarde incorporada pelo próprio Oliveira Lima ao acervo de sua Biblioteca.

<sup>27</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 101.

<sup>28</sup> LIMA SOBRINHO, loc. cit. p. 24.

<sup>29</sup> MELLO, Mario, Oliveira Lima Íntimo. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Buenos Aires: Imprenta Schenone Hermanos y Linari, 1920, p. 6.

<sup>30</sup> CARDOZO, Manoel da Silveira. Prefácio. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Impressões da América Espanhola 1904-1906*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, p. 22.

de Leipzig, em 1896, e realizaria as primeiras pesquisas para sua *opus magna*, *Dom João VI no Brasil*. Especulam os biógrafos que, durante a temporada em Berlim, Oliveira Lima teria aproveitado para aproximar-se daqueles historiadores alemães de quem tomara conhecimento durante o Curso de Letras, em Lisboa, embora não haja registro de encontros com eles.<sup>31</sup>

Embora ocupado intelectualmente e dedicado ao trabalho de secretário da Legação, Oliveira Lima sentia no novo posto a falta da família que deixara em Lisboa e, no caso de D. Flora, no Pernambuco distante. Questões de saúde familiar foram provavelmente o motivo do pedido de licença solicitado ao chefe em fins de 1894, conforme direito previsto em lei, e em abril de 1895, partiria o casal, primeiramente a Lisboa, onde permanecera a viúva Oliveira Lima. Chegariam a Pernambuco em julho daquele ano, conforme noticiado por vários jornais de Recife.<sup>32</sup> Ali foi muito bem recebido, colhendo os louros do sucesso de seu primeiro livro sobre a história pernambucana, que lhe abriu portas em sua cidade natal. Recebeu-o muito bem o próprio Governador Barbosa Lima, que desejava contar com sua colaboração como professor de literatura nacional no Instituto Benjamin Constant, enquanto outros cogitavam de seu ingresso na política provincial, sem no entanto lograrem atrair o jovem diplomata a abandonar sua iniciante carreira.<sup>33</sup>

Rumando a seguir para o Rio de Janeiro, Oliveira Lima foi igualmente bem recebido pelo Chanceler Carlos de Carvalho, cujas inigualáveis qualidades à frente do Ministério, confirmariam sua decisão de permanecer na carreira. Vale transcrever o trecho de suas memórias, no qual o compara favoravelmente ao Barão do Rio Branco, sob certos aspectos: “Em 1895 resisti à tentação política que mais ou menos todos nutrem, mesmo os que se lhe mostram mais infensos, e preferi continuar na carreira diplomática, para o que contribui o acolhimento benévolo que no Rio se me deparou da parte de Carlos de Carvalho, sem dúvida o titular mais competente que tem tido a pasta do exterior no novo regime, superior a Rio Branco senão nos serviços efetivamente prestados no tocante à delimitação do país, pelo menos na assiduidade, na diligência aturada e ininterrupta prestada aos assuntos do seu departamento, no método de trabalho que soube imprimir no pessoal

<sup>31</sup> LIMA SOBRINHO, loc. cit. p. 24; GOUVÊA, op. cit. p. 231.

<sup>32</sup> “No vapor alemão *Argentina*, chegou ontem da Europa, em companhia de sua gentilíssima esposa, o ilustrado Sr. Dr. Oliveira Lima, digno secretário da legação em Berlim”. *Jornal do Recife*, 07.07.1895, apud GOUVÊA, p. 256.

<sup>33</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 106.

dependente da sua ação, na aptidão jurídica para abordar os problemas internacionais sem lhes perder de vista a feição política”.<sup>34</sup>

Na capital da República, tomou posse como sócio correspondente, por iniciativa do historiador José Higino, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Resolvido a prorrogar a estada no Brasil, solicitou extensão da licença de seis meses por igual período, o que lhe foi autorizado em agosto de 1895. Permaneceu no Rio de Janeiro até o final daquele ano, dedicando-se aos contatos literários e jornalísticos e, ao regressar a Pernambuco, foi surpreendido com a grata notícia de sua promoção a Primeiro Secretário e sua designação para a Legação em Washington. Segundo avaliou depois, devera sua remoção à bondade do Visconde de Cabo Frio para com ele, pois recusara o posto que lhe fora inicialmente oferecido, na Legação em Lima.<sup>35</sup> Após breve estada em Pernambuco, na companhia da família de Flora, partia em março de 1896 rumo ao novo posto, com escala em Lisboa para rever sua velha mãe.

### 1.2.3. Washington, 1896-1900

Segundo ofício do Ministro em Washington, Salvador de Mendonça, Oliveira Lima assumiu seu novo cargo em maio de 1896.<sup>36</sup> Desde sua chegada, sentiu a calorosa acolhida de seu novo chefe, como ele, escritor, jornalista e colecionador de obras raras, por quem veio a ter grande admiração e afeto. Igualmente estreita seria a amizade entre as senhoras, e Dona Flora teria na esposa do chefe uma amiga de toda a vida, que continuaria a frequentar a casa dos Lima em Washington após sua instalação definitiva naquela cidade anos mais tarde.

A primeira experiência de Oliveira Lima nos Estados Unidos deu-se em época de grande aproximação dos governos do Rio de Janeiro e de Washington, graças em boa medida à atuação do próprio Salvador de Mendonça.<sup>37</sup> Trabalhara naquele país desde 1875, primeiramente como Cônsul em Nova York, realizando gestões para o reconhecimento da nova república e negociando o tratado comercial Blaine-Mendonça, de 1891. Republicano histórico, teve forte ligação com o governo de Floriano Peixoto

---

<sup>34</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. pp. 108-9.

<sup>35</sup> Id. Ibid. p. 129.

<sup>36</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 274.

<sup>37</sup> V. adiante 2.2.1. A Reorientação do Eixo da Política Externa

e atuou em defesa da preservação da legalidade republicana por ocasião da Revolta da Armada.<sup>38</sup> Apesar de seu imenso prestígio nos meios diplomáticos norte-americanos – do que é testemunho artigo do *New York Times* celebrando seus 20 anos de serviço diplomático nos EUA<sup>39</sup> –, intrigas políticas acabariam por tirar de Washington esse hábil diplomata que, assim como ocorreria anos depois com o próprio Oliveira Lima, teve sua aprovação para o novo posto, Lisboa, negada pelo Senado, levando-o a afastar-se temporariamente da carreira diplomática.

Oliveira Lima acompanhou todo o drama que cercou a partida de seu dileto chefe de Washington, em maio de 1898, e dele lembraria com afeto em suas Memórias, como “um dos homens mais inteligentes que eu conheci”.<sup>40</sup> Ao antigo chefe caberia apresentá-lo em sua posse na Academia Brasileira de Letras, anos depois, na sessão solene realizada em 17 de julho de 1903, e Oliveira Lima não pouparia elogios a Salvador de Mendonça quando de sua morte, em 1913, aparentemente esquecido por sua pátria.

Em 7 de junho de 1898, Oliveira Lima acompanhou a entrega de credenciais do novo Ministro Plenipotenciário, Joaquim Francisco de Assis Brasil, ao Presidente William McKinley, conforme relatado por ofício ao Ministro de Estado Dionísio de Cerqueira.<sup>41</sup> Desde o início, talvez ainda com saudades do ex-chefe e amigo, Oliveira Lima não nutriu grande simpatia pelo diplomata gaúcho, recordando anos depois: “tive por segundo chefe em Washington o Sr. Assis Brasil, que no seu país era considerado por muitos um gênio e por outros um caráter. Não é uma nem outra coisa...”.<sup>42</sup> Nota que o novo chefe sequer fala o idioma local e chegou a passar certo vexame na apresentação das credenciais com o Presidente MacKinley por não compreender sequer uma simples observação sobre o tempo quente na capital naquele início de verão.<sup>43</sup> Em prefácio à recente coletânea de expedientes oficiais de Assis Brasil, Álvaro da Costa Franco afirma que “é possível que

<sup>38</sup> MALATIAN, op. cit. p. 119

<sup>39</sup> “No other representative of a foreign country has enjoyed to a greater degree than Dr. Mendonça the confidence of the State Department, under both Republican and Democrat Administrations (...)”. “DR. SALVADOR DE MENDONCA: Distinguished Career of Brazil’s Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the United States”. In: *The New York Times*, 03.02.1895. <http://query.nytimes.com>.

<sup>40</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 144.

<sup>41</sup> ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. *Um diplomata da República*. Rio de Janeiro: CHDD/FUNAG, 2006, p. 201.

<sup>42</sup> OLIVEIRA LIMA, op. cit. p. 168.

<sup>43</sup> Id. *ibid.* p. 172.

algumas das acerbas, e certamente injustas, críticas de Oliveira Lima” a seu chefe “pudessem ter fundamento”.<sup>44</sup>

Seria, no entanto, um período de continuidade e fortalecimento da política de aproximação com os Estados Unidos, o que levaria o novo ministro a solicitar reforço de pessoal para a legação e, posteriormente, a sugerir ao Chanceler Rio Branco a elevação da categoria do posto a Embaixada.<sup>45</sup> Oliveira Lima continuou a desempenhar suas funções com esmero e dedicação, ao mesmo tempo em que aproveitava o longo período na capital norte-americana para escrever sua obra *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais*, publicado em 1899.<sup>46</sup> A obra coligia artigos que havia publicado na *Revista Brasileira* e no *Jornal do Comércio*, compondo amplo panorama da paisagem social e cultural dos EUA, com visões ora originais, ora refêns do *Zeitgeist* cientificista e evolucionista, especialmente no tocante a doutrinas raciais. Ali expôs também posições quanto à política externa norte-americana das quais o autor se distanciaria na maturidade.

No plano pessoal, no entanto, o relacionamento do Primeiro Secretário com seu chefe não era nada amigável, o que logo se refletiu também em atritos entre as duas senhoras. Recorde-se que à época a Legação nos EUA contava com tão somente um Secretário de Embaixada, com funções de assessoria direta ao Ministro. Não tardou para que Oliveira Lima manifestasse interesse em trocar Washington por outro posto, preferencialmente na Europa. Sua pretensão seria atendida com sua remoção para Londres em fins de 1899. Entrementes, também Assis Brasil enviara carta confidencial ao Ministro de Estado solicitando a transferência de Oliveira Lima ou a sua própria, alegando sobretudo a incompatibilidade das famílias. O Visconde de Cabo Frio, com ironia, comentara que o caso talvez se pudesse resolver com a “remoção das senhoras”...<sup>47</sup>

Antes de partir do posto, ocorreria novo episódio que Oliveira Lima jamais perdoaria ao chefe: Assis Brasil encaminhou ofício ao Ministro Olinto de Magalhães acusando Oliveira Lima de desídia no trato do arquivo e manejo das verbas, e de haver abandonado o cargo, o que motivou advertência formal do Ministro de Estado ao Primeiro Secretário, que a receberia já no

<sup>44</sup> COSTA FRANCO, Álvaro da. *Introdução*. In ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. op. cit., p. 12.

<sup>45</sup> MALATIAN, op. cit. p. 121.

<sup>46</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Nos Estados Unidos. Impressões Políticas e Sociais*. Leipzig: F.A. Brockhaus 1899. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2009. A obra é tratada em maior detalhe nos capítulos III e IV.

<sup>47</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 307.

novo posto: “devo declarar-vos que não foi regular o vosso procedimento abandonando sem prévio aviso ao respectivo Chefe a Legação em Washington e recusando-vos depois a ali comparecer a seu chamado, desde que mui sensatamente não foi aceita a condição de irdes acompanhado por pessoas estranhas aos negócios da dita Legação. Teve portanto plena razão o Sr. Assis Brasil na queixa que deu contra o vosso procedimento”.<sup>48</sup>

#### 1.2.4. Londres, 1900-01

Pensando ter deixado para trás as intrigas do antigo chefe, Manoel e Flora partiram para Londres após acompanharem a passagem do século em Nova York. A propósito do primeiro contato com o novo chefe, Conselheiro José Arthur de Souza Corrêa, recordaria ele anos depois: “A Inglaterra recebeu-nos com o seu clima úmido (...), o seu Londres enevoadado, quase tão friamente como me acolheu meu chefe Souza Corrêa, a quem o meu predecessor insinuara – sempre a intrigazinha – que ia ver o que era um secretário metido a literato”.<sup>49</sup> Esta impressão inicial, no entanto, seria logo superada. Souza Corrêa havia sido secretário do Barão do Penedo por muitos anos e dispunha de posição singular na corte da Rainha Vitória, desfrutando de cordial relação com o Príncipe de Gales, que pouco depois lamentaria o repentino desaparecimento do amigo brasileiro como seu “old intimate friend”.<sup>50</sup>

Logo após assumir o posto, Oliveira Lima solicitara autorização a Souza Corrêa para pedir nova licença, por período de seis meses, para viagem ao Brasil, onde poucos meses antes falecera seu sogro Manuel Cavalcanti de Albuquerque. Pretendiam ele e Flora rever familiares e colocar em ordem as questões sucessórias.<sup>51</sup> No entanto, com o súbito falecimento de Souza Corrêa, em 23 de março, teve Oliveira Lima de assumir a encarregatura de negócios. Apesar da breve convivência, Oliveira Lima estabelecera com ele boa amizade, chegando a assinalar que sua “estima e convivência constituem um dos melhores capítulos da minha vida diplomática”.<sup>52</sup> Desincumbiu-se

---

<sup>48</sup> BRASIL. MRE. Ofício n 3 para a Legação em Londres, Reservado, de 09.06.1900. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico/MRE. Apud GOUVÊA, p. 316-17. V. tb. MALATIAN, op. cit. p. 132.

<sup>49</sup> OLIVEIRA LIMA, (1937) p. 237.

<sup>50</sup> Id. ibid. p. 239.

<sup>51</sup> BRASIL. MRE. Ofício nº 8, de 08.03.1900 da Legação em Londres. Arquivo Histórico/MRE, apud GOUVÊA, op. cit. p. 328.

<sup>52</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Cousas Diplomáticas*. Lisboa: A Editora, 1908, p. 185.



com eficiência das providências necessárias à organização das cerimônias fúnebres, tendo merecido elogios do *Foreign Office* a respeito.<sup>53</sup>

Entregou-se com esmero ao trabalho da Legação, assessorado pelo colega Silvino Gurgel do Amaral, atento às especulações sobre o sucessor de Souza Corrêa, que se centravam nos nomes de Joaquim Nabuco e do Barão do Rio Branco, ambos correspondentes frequentes de Oliveira Lima. No entanto, em junho do mesmo ano, Nabuco viria a ser nomeado chefe de Missão Especial a Londres para tratar da questão de limites com a Guiana Inglesa, e instalar-se-ia nas dependências da Legação do Brasil, onde entreteria amistosa convivência com o Encarregado de Negócios, partilhando ambos dos interesses pela história e os livros raros.<sup>54</sup>

Mesmo enfrentando novos desafios profissionais, o período em Londres foi muito proveitoso para Oliveira Lima também para suas atividades como pesquisador e historiador, sendo frequentes as suas visitas à vasta coleção de documentos do British Museum.<sup>55</sup> Foi nesta época que teve oportunidade de publicar o primeiro volume sobre a história diplomática brasileira *O Reconhecimento do Império* e de atualizar os catálogos sobre manuscritos portugueses de Figanière e de Varnhagen que reuniria na *Relação dos Manuscritos Portugueses e Estrangeiros de Interesse para o Brasil, Existentes no Museu Britânico de Londres*, de grande utilidade para futuros pesquisadores.<sup>56</sup> Foi ainda premiado pela Associação do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, com a monografia *O Descobrimento do Brasil, Suas Primeiras Explorações e Negociações Diplomáticas a Que Deu Origem*, publicada também em 1900.<sup>57</sup>

Em fins daquele ano, finalmente decidira o Presidente Campos Sales nomear Joaquim Nabuco para o cargo de Ministro em Londres, tendo o Ministro de Estado Olinto de Magalhães designado Oliveira Lima como Encarregado de Negócios no Japão. Um dos últimos atos dos quais participaria em Londres, na companhia de Nabuco, foram as exéquias da Rainha Vitória,

<sup>53</sup> “Mr. Syngé, mestre de cerimônia do Foreign Office, indagou se ele tinha prática em enterrar chefes, retrucando Lima ao diplomata inglês ‘que era o primeiro e esperava em Deus que fosse o último’”. GOUVÊA, op. cit. p. 331.

<sup>54</sup> Id. Ibid. p. 356.

<sup>55</sup> MALATIAN, op. cit. p. 141.

<sup>56</sup> “Com a permanência em Londres, revelar-se-ia outro aspecto de vocação de historiador de Oliveira Lima: o gosto ou a paixão pelos velhos códices de manuscritos”. LIMA SOBRINHO, loc. cit. pp. 43-4.

<sup>57</sup> MACEDO, Neusa Dias de. *Bibliografia de Manoel de Oliveira Lima, com estudo biográfico e cronologia*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1968, p. 14.

em 22 de janeiro de 1901, Nabuco na condição ainda de chefe da Missão Especial e representante pessoal do Presidente Campos Sales, e Oliveira Lima, como Encarregado de Negócios, representando o governo brasileiro. Com sua sensibilidade de historiador, Oliveira Lima percebia desde aquele momento a importância do que testemunhava, como lembraria mais tarde: “A era vitoriana passou e sucedeu-lhe o declínio britânico”.<sup>58</sup>

Um tanto pesaroso de deixar Londres, onde fora tão feliz tanto nas realizações profissionais quanto na convivência com um raro círculo de amigos, Oliveira Lima mais uma vez solicitara ao Ministério autorização para finalmente gozar de sua licença no Brasil, antes de seguir para o Japão. Um dos objetivos da ida ao Rio de Janeiro seria sua posse na Academia Brasileira de Letras, para a qual fora eleito como sócio fundador em 1897. O próprio Machado de Assis, Presidente da Academia, admirava o jovem diplomata pernambucano e desejava vê-lo devidamente empossado.<sup>59</sup> No entanto, mais uma vez teve de ceder às necessidades do trabalho, vendo-se obrigado a partir diretamente para o novo posto em fins de março de 1901.

### 1.2.5. Tóquio, 1901-03

A caminho de Tóquio, passariam os Lima alguns meses a viajar pela Europa e despedir-se da família, da irmã Sinhá e do cunhado Beltrão, agora em Madri, e da velha mãe, em Lisboa. Ficara Oliveira Lima algo assustado com a perspectiva de seguir para destino tão distante e desconhecido para um brasileiro. Como confidenciou com graça em carta a Joaquim Nabuco: “Imaginem terra de terremotos, beri-beri e outras pestes, calvície repentina, hidrofobia, imundície, excessos de temperatura, etc, etc. Ai de nós!”.<sup>60</sup> Decidido a enfrentar o desafio e a perspectiva de certo isolamento cultural, seguiu para a única representação permanente de país latino-americano no Japão, embora lhe pesasse deixar a Europa, com suas possibilidades de pesquisas, os seus sebos e bibliotecas, e a convivência dos amigos.<sup>61</sup>

Em junho de 1901 chegava a Tóquio para assumir a encarregatura, reestabelecendo a Legação do Brasil aberta por Henrique Lisboa e depois

---

<sup>58</sup> OLIVEIRA LIMA (1986), p. 244.

<sup>59</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 362-63.

<sup>60</sup> Id. *ibid.* p. 379.

<sup>61</sup> SOUZA COELHO, Nilo de *et alii*. *Oliveira Lima: o centenário do seu nascimento*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1968, p. 8.

fechada por motivo de economia, indício do caráter ainda incipiente das relações entre os dois países, estabelecidas apenas com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1895. Oliveira Lima retomaria o contato com o governo imperial japonês praticamente do nada e sentiu-se inicialmente desamparado no país que, supostamente ocidentalizado, em plena Era Meiji, ainda guardava muitos mistérios para os estrangeiros. Pouco depois de sua chegada, indagara a um seu conhecido europeu que lá morava há muitos anos e conhecia “admiravelmente o Japão, os japoneses, a língua e a literatura japonesa, ‘Quem, no fundo, governa o Império?’ Confessou-me que não podia responder satisfatoriamente”.<sup>62</sup>

No relato ao Itamaraty sobre sua audiência com o Imperador Mutsuhito, destacara a boa recepção que tivera como representante oficial do Brasil, apesar de mero Encarregado de Negócios. Em carta ao amigo Nabuco, chegou a veicular sua intenção de recomendar ao Ministério a elevação da chefia de nossa representação para Ministro, de maneira a conferir a devida importância à Legação, o que só viria a ocorrer em 1904, após sua partida de Tóquio, como resultado de suas gestões.

Sua atividade diplomática centrou-se em amplo recolhimento de informações sobre o Japão, que seguiam em relatórios ao Brasil, onde pouco se conhecia na época sobre o império nipônico. Como chefe da Legação, dependia dele próprio definir a pauta e a ênfase de sua atuação, e é então que desperta para a importância da vertente comercial da diplomacia, concentrando-se em explorar as possibilidades de intercâmbio entre os dois países.<sup>63</sup> Percebia o Encarregado de Negócios brasileiro, em seus contatos com os colegas do corpo diplomático e com as autoridades locais, as vastas possibilidades de exportação para o Japão de produtos brasileiros como o açúcar, o algodão e a borracha, e buscava ao mesmo tempo vislumbrar soluções que permitissem superar as evidentes dificuldades de transportes e comunicações, despertando o interesse de seus interlocutores japoneses, cujos barcos já chegavam à Argentina e, portanto, poderiam também aportar no Brasil.

Outra questão importante a ocupar Oliveira Lima em seu novo posto foi o exame de possível movimento imigratório japonês para o Brasil. O percebido excesso populacional do arquipélago, combinado à carência de mão de obra nos cafezais paulistas desde a abolição da escravatura, levaria, nos anos

---

<sup>62</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 396.

<sup>63</sup> MALATIAN, op. cit. p. 154.

seguintes, ao estabelecimento de corrente migratória, tendo o governo de São Paulo solicitado o apoio do Itamaraty para promovê-la, o que requeria a participação de nosso representante em Tóquio.<sup>64</sup> Oliveira Lima, no entanto, conforme revelaria em ofício ao Itamaraty e, mais tarde, em artigos e palestras sobre o assunto, opunha-se à grande movimentação de nacionais japoneses para o seu país.<sup>65</sup> Afirmava ele que a imigração japonesa seria “pouco desejável tanto pelo perigo de oferecer uma maior mistura de raças inferiores na nossa população, como pela carência de experiência agrícola com modernos processos e utensílios, que existe entre a população rural destes países asiáticos, e bem assim pela funda diversidade de educação, costumes, e sobretudo natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica”.<sup>66</sup>

Embora do ponto de vista profissional seus esforços não tenham rendido os resultados esperados, Oliveira Lima aproveitaria o tempo no Japão para a atividade intelectual, dedicando-se a reunir agudas e originais observações sobre o país, que resultariam na obra *No Japão – Impressões da Terra e da Gente*, publicado em 1903, a primeira jamais publicada por brasileiro.<sup>67</sup> Teve grande êxito a obra, que mereceu uma segunda edição já em 1905. Os relatos e impressões de Oliveira Lima sobre a misteriosa terra japonesa despertariam grande interesse e, quase um século depois, continuaria a ser saudada como “obra prima, (...) que só não se tornou um clássico universal por ter sido escrita em português e não em língua de maior penetração internacional”.<sup>68</sup>

Considerando concluído seu trabalho naquele posto em 1902, esperava ser beneficiado pela movimentação diplomática no final do governo de Campos

<sup>64</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 407.

<sup>65</sup> OLIVEIRA LIMA, (1908), pp. 117-124.

<sup>66</sup> BRASIL. MRE. Ofício da Legação em Tóquio de 15.09.1901, apud MALATIAN, op. cit. p. 157. O argumento de cunho racial aí empregado deve naturalmente ser entendido no contexto de sua época, em que grassavam as ideologias racistas europeias como verdades “científicas”. Oliveira Lima afastar-se-ia dessa visão equivocada na maturidade (v. 5.2.2. Visão da Maturidade). Além disso, o cerne de sua avaliação contrária à emigração japonesa, como se vê pelo trecho transcrito e em suas obras, fundava-se antes em considerações de ordem cultural, das dificuldades que via para os japoneses se adaptarem ao meio brasileiro de encontrarem “no nosso ambiente a felicidade”. OLIVEIRA LIMA (1908), p. 95.

<sup>67</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Livresiros, 1903.

<sup>68</sup> YAKOTA, Paulo. Um Olhar Brasileiro sobre o Japão. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*. 3ed. Rio de Janeiro: Topbooks/NEC do Brasil, 1997, lançada por ocasião da visita do Imperador Akihito ao Brasil.

Sales, sendo seu desejo regressar à Europa, conforme confessara em carta a Joaquim Nabuco “Viena ou Bruxelas me conviria igualmente, Viena ainda mais para cultivar meu alemão, fazer pesquisas na Biblioteca e por ser legação muito menos desejada”.<sup>69</sup> Pretendia, ainda, Oliveira Lima solicitar nova licença para ir ao Brasil para rever seus familiares, após o recente falecimento de sua mãe, ocorrido em Lisboa, em agosto de 1901. Já lhe chegara na distante Tóquio a notícia da provável indicação do Barão do Rio Branco para o cargo de chanceler na nova administração do presidente Rodrigues Alves. Na citada carta a Joaquim Nabuco, avaliava que “seria um ministro de primeira ordem e uma força para o governo do Rodrigues Alves”. Tinha, naquela época, sincera amizade e admiração pelo Barão.

Recebeu também a notícia de sua indicação para o cargo de Ministro no Peru, cargo que não o interessava, conforme escreveu ao amigo e editor do *Jornal do Comércio*, José Carlos Rodrigues: “Não podendo ter agora Europa, ou o Chile por sua importância na política internacional americana, preferiria esperar aqui como Ministro uma melhor oportunidade de voltar para junto dos meus livros”.<sup>70</sup> Diante da relutância de Rio Branco em aceitar uma possível nomeação como Ministro de Estado, Nabuco chegou a comentar com Oliveira Lima: “não sei se não estou falando com o futuro Ministro do Exterior”.<sup>71</sup> A especulação não se confirmaria, e Oliveira Lima não demonstrava tal ambição. Em novembro de 1902, recebeu ofício do chanceler Olinto Magalhães, dando-lhe conhecimento da promoção a Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário e de sua remoção para o Peru. Apesar de seus esforços para evitar a remoção, o ato seria confirmado por Rio Branco ao assumir o Itamaraty. Indicando que esperava contar com Oliveira Lima para auxiliá-lo *in loco* no encaminhamento da questão do Acre, dirigiu-lhe a seguinte comunicação: “Interesse Brasil convoca Vossa Excelência máxima urgência assumirdes novo posto Peru. Gonçalves Pereira entregará revogatória. Estimava Vossa Excelência passasse no Rio receber instruções questão Peru-Bolívia”.<sup>72</sup> Em março de 1903, partiam os Lima de Tóquio rumo ao Rio de Janeiro, via Europa.

<sup>69</sup> Carta a Joaquim Nabuco de 30.04.1902. In: GOUVÊA, op. cit. p. 421.

<sup>70</sup> Id. Ibid. p. 424.

<sup>71</sup> Carta de Joaquim Nabuco de 06.06.1902. Apud GOUVÊA, op. cit. p. 427.

<sup>72</sup> Id. ibid. p. 440.

### 1.2.6. Rio de Janeiro, 1903-04

Seria longo o trânsito para o próximo posto. Na primeira parada, em Gênova, estava Joaquim Nabuco à espera de Oliveira Lima, e teve então oportunidade de pedir seu auxílio junto ao Barão para tentar reverter a remoção para Lima. Rio Branco, no entanto, estranhava a demora do funcionário em acatar suas últimas instruções e, após averiguar, recebeu de Oliveira Lima, ainda em Madri, a seguinte mensagem: “Ministro Exterior – Rio, Cheguei doente. Espero partir princípio junho Lima”.<sup>73</sup> Apressou-se, no entanto, a complementar o lacônico telegrama ao novo chefe, alegando motivos de saúde e de família que o impediam de seguir viagem de imediato. O Barão parecia decidido a manter sua decisão, esperando poder contar com a colaboração de Oliveira Lima justamente no momento em que culminavam as tensões com a Bolívia na região do Acre, e o governo peruano aumentava suas pressões diplomáticas.<sup>74</sup> Além do que, estava decidido a iniciar com firmeza sua gestão no Itamaraty: “com efeito, Rio Branco inaugurava uma era de maior rigidez, que parecia chocar os menos precavidos, habituados ao antigo sistema”.<sup>75</sup>

Foi este o primeiro choque entre os dois diplomatas, que até então mantinham boa relação e haviam sido colaboradores no passado. Oliveira Lima tomaria a rigidez do novo Chanceler como motivada por algo de pessoal contra ele e não mais abriria mão de manter atitude de independência e por vezes desconfiança em relação ao Barão. Diante do quadro que se criara para a assunção do novo posto, Oliveira Lima chegou mesmo a cogitar o abandono da carreira diplomática, conforme confidenciou em carta a Nabuco.<sup>76</sup> Ao chegar ao Rio de Janeiro em junho de 1903, no entanto, surpreendeu-se com a acolhida amável que recebeu de Rio Branco que, sem seu conhecimento, decidira não mais valer-se de seu auxílio para resolver a urgente pendência fronteiriça. Cansado do que lhe pareciam manobras dilatórias de Oliveira Lima – provavelmente ainda acalentando a esperança de um posto na Europa –, o Barão resolvera recorrer à ajuda do Ministro em Washington, Assis Brasil, como visto, desafeto do pernambucano, para chefiar delegação ao Peru.<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> Telegrama de 08.05.1903. Id. *ibid.* p. 527.

<sup>74</sup> V. 2.3.1. Os Tratados de Limites: *A Questão do Acre*.

<sup>75</sup> MALATIAN, *op. cit.* p. 171.

<sup>76</sup> Carta de Madri, de 20.05.1903. Apud GOUVÊA, pp. 532-3.

<sup>77</sup> Id. *ibid.* p. 547.

Datam dessa época suas primeiras críticas públicas à política esposada pelo Barão, bem como suas propostas para a reforma da carreira diplomática, divulgadas em artigos publicados muitas vezes em jornais oposicionistas. Especula Fernando da Cruz Gouvêa que “se houvesse um clima de mais confiança e menos prevenções pessoais entre ambos, a matéria poderia valer como uma contribuição ao plano de modernização, àquela altura desconhecido, que o Ministério reclamava”.<sup>78</sup>

Enquanto isto, Oliveira Lima aproveitava a permanência prolongada no Rio de Janeiro para retomar contatos com amigos e, para alegria de Machado de Assis, finalmente tomar posse na Academia Brasileira de Letras. Na cerimônia, no Gabinete Português de Leitura, em 17 de julho de 1903, proferiu discurso alusivo ao patrono que escolheu, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, como ele, historiador e diplomata. Traçou paralelo entre suas trajetórias e personalidades, realçando que “a ‘independência de caráter’, o excesso de franqueza nas opiniões, a dificuldade de aceitar hipocritamente os revezes e as injustiças prejudicavam os dois historiadores”.<sup>79</sup> Não foi de estranhar que Rio Branco, preterido pela Academia quando da eleição de Oliveira Lima, em 1897, não tenha participado do momento de glória do mais novo membro daquela casa: “Guardando a princípio a esperança de que Rio Branco reservar-lhe-ia missões significativas, e que lhe dispensaria um tratamento condigno de intelectual para intelectual, Oliveira Lima percebeu afinal naquela deliberada ausência do Ministro à solenidade (...) o indício concreto de seu esvaziamento no âmbito da carreira”.<sup>80</sup>

Ao aproximar-se o final de 1903, prosseguiria o impasse, sem que o Barão definisse a situação do diplomata, impondo-lhe assim, a seu modo, um castigo ao servidor insubordinado. Segundo carta de Domicio da Gama, então assessor do Chanceler, a Joaquim Nabuco, “Oliveira Lima poderá partir de um momento para outro, logo que o Barão lhe dê as instruções para o Peru, onde as coisas se têm complicado. Longe de ganhar com sua estada no Rio, ele perdeu, por indiscrição. Escreveu para o *Correio da Manhã* artigos em desacordo com as vistas do chefe (e por isso perdeu as entradas no Jornal) sobre reforma diplomática e depois em conversações manifestou-se contra a política internacional no Peru e na Bolívia. Não faltou quem trouxesse o Barão informado disso”.<sup>81</sup>

<sup>78</sup> Id. *ibid.* p. 561.

<sup>79</sup> MALATIAN, *op. cit.* p. 177.

<sup>80</sup> GOUVÊA, *op. cit.* p. 560.

<sup>81</sup> Carta de Domicio da Gama, de 21.12.1903. *id. ibid.* pp. 579-80.

Oliveira Lima parecia ignorar a controvérsia que o cercava e ainda contava seguir em breve para Lima. Prosseguia suas pesquisas na Biblioteca Nacional para o livro *D. João VI no Brasil* e publicava artigos, como mencionara Domício da Gama, contrários às negociações empreendidas pelo Barão em torno da demarcação dos limites previstos no Tratado de Petrópolis, de novembro de 1903. Como recordaria mais tarde: “As minhas críticas a atos de Rio Branco, por mais cortesias que tivessem sido, granjearam-me em todo o Brasil fama de indisciplinado. Em certas épocas e em certos regimes, a independência confunde-se com a indisciplina”.<sup>82</sup> Rio Branco teria retorquido na seguinte linha: “o cidadão pode opinar como entender; o diplomata só tem uma opinião que é a do governo”.<sup>83</sup>

A resolução da questão com a Bolívia, bem como o resultado do laudo italiano sobre a questão da Guiana Inglesa, negociada por Joaquim Nabuco, acabaria por provocar movimentação nas chefias diplomáticas, beneficiando de certa forma a Oliveira Lima, que ainda era mantido em disponibilidade. Rio Branco, no entanto, não cederia de sua decisão de não enviá-lo para a Europa. Chegou a ser-lhe oferecida a possibilidade de retornar ao Japão como Ministro, mas recusou-a por motivos de saúde de Flora. Somente em agosto de 1904 receberia a notícia de sua designação, em missão provisória, como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário para a Legação em Caracas.

A reação inicial de Oliveira Lima foi de manter-se irredutível. Conforme carta a seu confidente Nabuco: “Quando chegar-me a comunicação oficial responderei confirmando minha recusa. Serei então posto em disponibilidade, requererei para poder ausentar-me e irei para Londres instalar minha livraria e minhas *japoneries*, aguardando a mudança administrativa de 1906, quando aqui virei tratar de minha colocação”.<sup>84</sup> Cederia, no entanto, à vontade do Chanceler, que acabou por fazer algumas concessões ao funcionário difícil, mandando-lhe na missão temporária com cargo e vencimento de Ministro pleno e oferecendo-lhe o assessoramento de um Secretário, Luiz Lorena Ferreira, amigo de Oliveira Lima.

Quase dois anos após a partida de Tóquio, supostamente rumo a Lima, resolver-se-ia assim o caso do que terá sido um dos mais longos e tormentosos

---

<sup>82</sup> OLIVEIRA LIMA (1986), p. 127.

<sup>83</sup> Carta do Ministro José Augusto Ferreira da Costa a Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro: 02.08.1904, apud GOUVÊA, op. cit. p. 613.

<sup>84</sup> Carta do Rio de Janeiro, de 15.08.1904, apud GOUVÊA, op. cit. p. 605.



trânsitos de Chefe de posto em nossa história diplomática. Devidamente autorizado pelo Ministro de Estado, antes de seguirem para Caracas, os Lima, após breve descanso em Pernambuco, realizariam visita a Londres, onde Oliveira Lima reencontraria o grande amigo e conselheiro Joaquim Nabuco, e Paris, onde faria pesquisas importantes para seu *Dom João VI*.

### 1.2.7. Caracas, 1905-06

Após certa demora no recebimento de suas cartas credenciais como Enviado Extraordinário, e mesmo sem as instruções que lhe prometera Rio Branco para o desempenho de sua missão, Oliveira Lima chegou finalmente a Caracas em 12 de maio de 1905 e entregou credenciais ao presidente, General Cipriano Castro, em 25 de maio.<sup>85</sup> Tendo já servido em três continentes, e com a experiência da encarregatura em Londres e a chefia em Tóquio, era, aos 37 anos, um diplomata tarimbado: “uma das grandes figuras da diplomacia brasileira, e do seu talento e experiência provas cabais haveria de dar na Venezuela”.<sup>86</sup>

Encontrou a Venezuela em situação delicada, ainda como consequência do bloqueio naval de 1902-3 imposto por Inglaterra, Alemanha e Itália, diante da recusa de Cipriano Castro em pagar a dívida com aqueles países. Castro esperava que os EUA pudessem vir em seu socorro, invocando a Doutrina Monroe diante da ameaça de potências europeias, o que não ocorreu.<sup>87</sup> O próprio Rio Branco revelara, em comunicação para Caracas antes da chegada do novo Ministro ao posto: “é provável que em março ou pouco depois se dêem graves acontecimentos em Venezuela com a intervenção americana, que parece inevitável à vista do procedimento do Presidente Castro depois da decisão do Tribunal Arbitral de Haia sobre as reclamações de alguns Governos europeus”.<sup>88</sup>

Data de sua missão em Caracas o interesse mais vívido de Oliveira Lima pelos assuntos diplomáticos de seu próprio continente, levando-o, em 1907,

<sup>85</sup> Estava ciente tratar-se de ditador dos mais cruéis, do qual lembraria em suas *Memórias* comparando-o a Roosevelt: “Castro não o excedia no espírito autoritário, apenas na violência dos processos”. OLIVEIRA LIMA (1986) p. 222; e em suas *Impressões*: “Manda e domina há uma porção de anos, afrontando revoluções domésticas e bloqueios europeus, sufocando os adversários e não cedendo à pressão estrangeira”. OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Impressões da América Espanhola 1904-1906*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, pp. 132-3.

<sup>86</sup> CARDOZO, Manoel da Silveira. Loc.cit. p. 33.

<sup>87</sup> O Corolário Roosevelt a Doutrina Monroe são examinados em detalhe em: 2.1. O cenário internacional 1880-1914 e 3. Oliveira Lima e o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe.

<sup>88</sup> Minuta para a Legação em Caracas, de 10.021905, apud GOUVÊA, op. cit. p. 641.

a publicar *Pan-Americanismo*, simbolicamente dedicada ao Barão do Rio Branco.<sup>89</sup> Segundo o Embaixador Washington Luis Neto, “é por certo de sua estada em Caracas que datam não somente alguns dos artigos que compõem este livro, como também, na expressão de Gilberto Freyre, o ‘pan-americanismo crítico’ de Oliveira Lima”.<sup>90</sup>

Em condições longe de ideais – o arquivo da Legação em Caracas havia sido transferido para o Rio de Janeiro e Rio Branco jamais enviaria as instruções prometidas – Oliveira Lima realizava o trabalho de rotina, enviando relatórios sobre as relações da Venezuela com a Colômbia e os EUA, e buscava encaminhar a questão da demarcação de limites com o Brasil. Logrou estabelecer boa relação com Cipriano Castro, que assim descreveria em carta pessoal: “É um tipo curioso o do General Castro, muito melhor do que o pintam no estrangeiro porque os traços nativistas e agressivos de seu caráter o têm posto em má reputação, junto aos governos europeus e mesmo ao governo americano. Sem educação, ou melhor, sem ilustração, tem uma inteligência viva e pronta, que quase a supre, e uma energia que a supre por completo”.<sup>91</sup>

Graças aos contatos diplomáticos com o governo local e especialmente seu relacionamento com o próprio General Castro, foi possível a Oliveira Lima finalizar a negociação que lhe fora confiada, a única negociação de limites em que atuou.<sup>92</sup> Em ofício de 26 de outubro de 1905, menciona ao Barão instrução sua que recebera por intermédio de Gastão da Cunha: “a missão, importantíssima sem dúvida para o Brasil, era entretanto mui simples no seu meneio: pedir ao Governo aí que aceitasse a demarcação que fizemos sós ou que nomeasse, sem demora, a comissão sua que verificasse o nosso trabalho”.<sup>93</sup> Em 9 de dezembro, assinaria Oliveira Lima, pelo Brasil, e o General Ibarra, pela Venezuela, os protocolos de fronteira, confirmando a soberania brasileira desde o rio Negro até o serro Cupi e a serra de Roraima. Dois dias depois, receberia do Presidente Castro a “condecoração da segunda classe do Busto do Libertador”.<sup>94</sup> A assinatura do acordo não teria repercussão

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA LIMA, *Pan-Americanismo (Monroe, Bolivar, Roosevelt)*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907. 3ª ed. Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

<sup>90</sup> Id. *ibid.* p. 10-11. As posições de Oliveira Lima sobre o tema do pan-americanismo são analisadas no Capítulo III.

<sup>91</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Carta datada de Caracas, 16.06.1905, apud GOUVÊA, op. cit. p. 653

<sup>92</sup> MALATIAN, op. cit. p. 184.

<sup>93</sup> BRASIL. MRE. Ofício n° 13 de 26 de outubro de 1905, apud GOUVÊA, op. cit. p. 666.

<sup>94</sup> CARDOZO, Manoel da Silveira. Loc. cit. p. 44.

alguma na imprensa do Rio de Janeiro: “seus resultados não foram exaltados pela imprensa, como ocorreu com outros acordos diplomáticos, não apenas em virtude de seu pequeno significado, mas provavelmente em decorrência também das relações deterioradas entre o diplomata e o Ministro das Relações Exteriores”.<sup>95</sup>

Oliveira Lima aproveitaria a estada em Caracas para dar seguimento a *Dom João VI* e estabelecer contatos com intelectuais e historiadores venezuelanos, muitos dos quais se tornariam seus amigos por toda a vida. Participava das reuniões da Academia Nacional de História e mantinha vida social bastante agitada. Vale notar que, antes de sua visita à Argentina em 1918-19, fora esse o primeiro e único período de contato direto com a América hispânica.<sup>96</sup> Escreveria também uma série de artigos sobre o país, aparecidos inicialmente no *Diário de Pernambuco* e no *Estado de São Paulo*, que reuniria depois no mencionado *Pan-Americanismo*, e também em *Impressões da América Espanhola*, lançado apenas postumamente.

Ainda antes de deixar a Venezuela, Oliveira Lima seria protagonista, na condição de decano do corpo diplomático, de incidente envolvendo o *Chargé d’Affaires* da França, Taigny, naquela capital. Em atitude impetuosa, havia o General Castro impedido o retorno ao território venezuelano do diplomata francês que, cumprindo instruções de sua chancelaria, abordara um navio de bandeira francês em protesto pela ação do governo venezuelano de interromper as comunicações telegráficas realizadas via ilha da Martinica. Castro contrariou, assim, o costume da época, segundo o qual agentes diplomáticos não precisavam apresentar documento para retornar a terra, movendo o corpo diplomático ali acreditado a pedir a Oliveira Lima o envio da nota de protesto. O caso adquiriu tal seriedade que quase levou ao rompimento de relações diplomáticas entre aqueles dois países, tendo o Barão do Rio Branco enviado o seguinte telegrama a seu subordinado: “Ministro do Brasil – Caracas, Presidente aprova seu procedimento incidente relativo encarregado negócios francês mas entende necessário vossa parte deixar as coisas como ficaram depois nota vinte janeiro competindo ao governo francês qualquer ação ulterior ponto Assim pensam também governos americano e inglês”.<sup>97</sup>

Superado o episódio, e julgando concluída sua missão na Venezuela, passou o diplomata a preocupar-se com sua próxima remoção para o que

---

<sup>95</sup> MALATIAN, op. cit. p. 184

<sup>96</sup> CARDOZO, *ibid.* p. 42.

<sup>97</sup> Telegrama datado de Petrópolis: 16.03.1906, apud GOUVÊA, op. cit. p. 682-83

esperava fosse um posto na Europa, conforme seu entendimento com o Barão antes de sua ida para Caracas. Foi surpreendido, no entanto, com consulta de Rio Branco sobre sua possível nomeação para a Legação no México, cumulativamente com Cuba, Repúblicas da América Central e Panamá: “A quebra do compromisso assumido pelo Barão antes de sua partida para Caracas, a determinação agora evidente de obrigá-lo a permanecer na América Espanhola, embora não constituísse para Oliveira Lima propriamente uma surpresa, causou-lhe um impacto fácil de imaginar”.<sup>98</sup> Oferecia-lhe ainda o Barão, talvez como compensação, a possibilidade de tirar a licença de saúde, para tratamento de suas crises de nefrite, que adiará após assumir o novo posto. O pernambucano confiaria aos amigos sua insatisfação, chegando a cogitar, mais uma vez, entrar em disponibilidade: “prefiro esperar em disponibilidade a minha oportunidade, que há de chegar. É uma questão de amor próprio: não vejo porque hei de ficar na América Latina, numa Legação sem importância, quando tenho competência para mais”.<sup>99</sup>

Novamente ocorreria impasse quanto a seu destino, levando Rio Branco a cogitar a ideia de promover um grande remanejamento de chefias para fazer face ao problema. Enquanto isto, ignorara o Chanceler o pedido de disponibilidade de Oliveira Lima e finalmente lhe concedera uma licença de seis meses para tratamento de saúde, enquanto as coisas se acalmavam. Em 16 de junho de 1906, o diplomata deixaria Caracas rumo a Londres.

Após tratamento médico em balneários da Alemanha e da França, e breve visita à irmã Sinhã e ao cunhado Beltrão em Madri, os Lima partiram para o Brasil em outubro daquele ano. No Rio de Janeiro, ainda muito se falava sobre a Conferência Pan-Americana, lá realizada em julho. Em seus contatos na capital, Oliveira Lima rapidamente perceberia que não era iminente sua designação para um novo posto, resolvendo então dedicar o resto do período de licença à conclusão de seu *Dom João VI*. Assim comunicou ao Barão sua decisão: “embarco amanhã no Aragon para Pernambuco, onde aguardo as ordens de V. Ex.<sup>a</sup> no Engenho Cachoerinha, Estação de Escada...”.<sup>100</sup> Retornaria ao Rio de Janeiro, já quase no fim da licença concedida, esperançoso de receber novas ordens de Rio Branco, mas diante da inexistência de colocação disponível, apresentou novo pedido de

---

<sup>98</sup> Id. *ibid.* p. 709.

<sup>99</sup> Carta a Joaquim de Souza Leão Gouvêa, datada de Caracas, 28.03.1906, apud GOUVÊA, *op. cit.* p. 712.

<sup>100</sup> GOUVÊA, *op. cit.* p. 740.

disponibilidade ao Chanceler. Rio Branco, demonstrando, mais uma vez, grande paciência com seu colaborador, não despachou de imediato o pedido, e Oliveira Lima, após reflexão e conselhos de amigos, acabou aceitando prorrogação de sua licença médica. Chegara, no entanto, a enviar carta diretamente ao presidente Afonso Pena, cuja resposta, segundo Luiz Viana Filho, “veio por um secretário: ‘cedo a um natural impulso de estima e apreço que dedico a V. Ex<sup>a</sup>, assegurando-lhe não haver no Governo má vontade contra sua ilustre pessoa, cujos méritos são tidos em elevada conta, tanto pelo Sr. Presidente como pelo Sr. Barão do Rio Branco’”.<sup>101</sup> Com a movimentação diplomática promovida em fins de 1907, Oliveira Lima finalmente conseguiria seu almejado posto na Europa, sendo designado para a Legação em Bruxelas, em cumulatividade com Estocolmo. Partiria, via Pernambuco, em janeiro de 1908, tendo-se despedido de Rio Branco apenas por cartas, uma oficial e outra particular.<sup>102</sup>

### 1.2.8. Bruxelas e Estocolmo, 1908-12

Por ofício de 2 de março de 1908, informava Oliveira Lima a Rio Branco ter assumido a Legação, e poucas semanas depois apresentava credenciais ao Rei Leopoldo II. Na conversa com o soberano, manifestara este interesse pela economia brasileira, em especial pela produção da borracha, e externara seu desejo de que o Loide Brasileiro incluísse Antuérpia em suas rotas.<sup>103</sup> Desde o início, Oliveira Lima teve natural empatia com ele, cujas preocupações com o comércio internacional vinham ao encontro de sua própria visão, desde seu tempo em Tóquio, sobre o futuro da diplomacia.

Além de seus afazeres na Legação, o novo Ministro em Bruxelas dedicaria muito de seu tempo a atividades intelectuais, participando não apenas como representante oficial em encontros científicos internacionais, mas também como conferencista em importantes centros universitários. Sempre animado por sua insaciável curiosidade na busca de novas informações, Oliveira Lima dedicou-se com gosto às tarefas que lhe foram confiadas, muitas a pedido do próprio Rio Branco. Deixaria assim o diplomata e historiador sua inconfundível marca nos meios intelectuais europeus que souberam reconhecer seu talento

---

<sup>101</sup> VIANA FILHO, Luís. *Três Estadistas: Rui- Nabuco- Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 1110.

<sup>102</sup> GOUVÊA, op. cit. p.777-8.

<sup>103</sup> BRASIL. MRE. Ofício de 08.04.1908, apud GOUVÊA, op. cit. p. 782-83.

e originalidade. A essa época, seria publicada no Brasil sua *opus magna*, *Dom João VI no Brasil*, que terminara em Pernambuco antes de partir e, em seguida, a coletânea de artigos e conferências *Cousas Diplomáticas*.

Acompanhava de longe, com certa preocupação, os acontecimentos no continente sul-americano, especialmente o crescente antagonismo entre Brasil e Argentina. Em cartas a amigos afirmava sua defesa “incondicional da harmonia política no Prata”, e levantava suspeitas, que se revelariam infundadas, sobre o acerto da política de Rio Branco para a região.<sup>104</sup> Oliveira Lima dava indicações de esposar o pacifismo como filosofia política, que ficaria mais evidente ao aproximar-se a Grande Guerra. Acompanhava de perto a política externa do Reino da Bégica que, assim como a de outras potências europeias, via-se em plena expansão colonialista no continente africano, especificamente no Congo.

No Brasil, com a súbita morte de Afonso Pena em junho de 1909, assumiu o Vice-Presidente Nilo Peçanha e logo voltariam a circular rumores sobre possível mudança no Itamaraty no ano seguinte. Especulava-se que, se Rui Barbosa, à frente da campanha “civilista, vencesse a eleição disputada com o Marechal Hermes da Fonseca, Oliveira Lima seria chamado para a pasta do exterior. O Ministro em Bruxelas, no entanto, não se deixou empolgar com essas especulações, que sabia dificilmente concretizáveis diante do quadro político-eleitoral.

Levou adiante seu trabalho, seguindo em visita a Estocolmo em setembro de 1909. Ficaria retido, no entanto, em Berlim, vítima de febre tifóide, chegando à Suécia em outubro, para restabelecer a representação brasileira naquele país e negociar um Convênio de Arbitramento bilateral.<sup>105</sup> Como já se tornara seu hábito nos postos anteriores, aproveitaria para escrever suas impressões daquele país, em crônicas intituladas “Cartas de Estocolmo”, aparecidas inicialmente em *O Estado de São Paulo*.<sup>106</sup> Como era de seu feitio, repararia também em ofício a Rio Branco “a falta de um tratado de comércio e navegação” entre os dois países, interessado em explorar formas de incrementar o comércio bilateral.<sup>107</sup>

No Brasil, estava em pleno andamento a campanha presidencial de 1910, com a candidatura de Rui Barbosa, sobre a qual escreveria Oliveira Lima ao amigo Salvador de Mendonça: “Que estupenda campanha tem feito o Rui, e

<sup>104</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 801.

<sup>105</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 832.

<sup>106</sup> As 17 cartas foram reunidas por Barbosa Lima Sobrinho na *Obra Seleta*. OLIVEIRA LIMA (1971), p. 335-378.

<sup>107</sup> MRE, ofício de 15.12.1909, apud GOUVÊA, op. cit. p. 838.

com que entusiasmo e ânsia o acompanhamos na sua peregrinação liberal”.<sup>108</sup> No entanto, as alianças forjadas pela máquina política situacionista, integrada pelo poderoso Senador gaúcho Pinheiro Machado, assegurariam a eleição de Hermes da Fonseca. O apoio concedido a Rui custaria caro a Oliveira Lima, como logo se verá. Desde então, confidenciava ao amigo Barbosa Lima sua próxima ambição na carreira: “Por último, a única ambição que nutro, dentro da carreira, é a de Ministro em Londres”.<sup>109</sup>

No âmbito cultural, Oliveira Lima deixaria a sua marca também em Bruxelas com a palestra sobre a “Conquista do Brasil”, promovida pela *Société Royale Belge de Géographie*. Com a presença do Rei Alberto e de toda corte, no que foi saudada como uma *soirée brésilienne* pela imprensa local, o evento contou com a execução de peças de compositores brasileiros, como o Pe. José Maurício, Alberto Nepomuceno, e Carlos Gomes.<sup>110</sup> Foi uma dentre as várias palestras e conferências em grandes universidades europeias realizadas pelo “Embaixador Cultural do Brasil”, como o saudou o poeta sueco Göran Björkman.

Na primavera de 1910, inaugurava-se na capital belga a Exposição Universal e Internacional, e Oliveira Lima presidiria, em junho, à abertura oficial do Pavilhão do Brasil. Em 20 de junho, receberia o Ministro em Bruxelas inesperada visita do Brasil, na pessoa do Presidente-Eleito Hermes da Fonseca, que ali se encontrava para a inauguração do Pavilhão nacional, mas cuja presença não fora comunicada oficialmente à nossa Legação. Conhecidamente adepto da campanha civilista de Rui Barbosa, embora nada tivesse de pessoal contra o Marechal, Oliveira Lima decidiu proceder, como se diz, “by the book” e não recepcionou o ilustre visitante na estação, optando por escrever-lhe e colocar-se à sua disposição. Como se apressou a informar a Rio Branco, por ofício de 28 de junho, não sem certa ironia: “A estada do Sr. Marechal Hermes da Fonseca em Bruxelas não teve, como V. Ex<sup>a</sup> está vendo, caráter oficial. O Rei não o convidou para jantar...”.<sup>111</sup> Não tardariam, no entanto, a aparecer na imprensa do Rio de Janeiro artigos maliciosos contra o representante em Bruxelas. Segundo D. Flora confidenciaria a uma amiga, pressentia mão de Rio Branco por trás de tais ataques: “E fique sabendo a Snr.<sup>a</sup> que o fito dele era um só:

<sup>108</sup> Carta a Salvador de Mendonça, de 11.02.1910, apud GOUVÊA, op. cit. p. 850.

<sup>109</sup> Carta de 21.01.1910. Id. *ibid.* p. 854.

<sup>110</sup> GOUVÊA, op. cit. pp. 861-6.

<sup>111</sup> Id. *ibid.* p. 871.

inutilizar o Lima para a Embaixada e também para futuro sucessor seu no Itamaraty”.<sup>112</sup>

Os eventos no Brasil em fins de 1910 e em 1911, com a Revolta da Chibata, teriam grande repercussão na Europa e caberia ao representante oficial do governo em Bruxelas esclarecer os fatos e apaziguar o ânimo da imprensa. Oliveira Lima enviou telegrama a Rio Branco dando conta das reações à crise política no Brasil e atuou junto aos jornais para esclarecê-los sobre o que se passava e conter os ataques pessoais ao Presidente da República. Dava assim mostras de sua lealdade e profissionalismo, acima de preferências políticas.<sup>113</sup> Surgiriam, ainda, nessa época os primeiros boatos sobre sua suposta lealdade ao regime monárquico, provocados pelo elogioso artigo que escrevera a respeito de D. Luiz de Orleans e Bragança, que visitara também a Exposição em Bruxelas. Ao publicar o agradecimento de D. Luiz àquela manifestação de simpatia pela reintegração da família real à vida brasileira, a imprensa contribuía para o aumento das suspeitas do “monarquismo” do diplomata pernambucano. Maior desgaste pessoal adviria, no entanto, da defesa feita por Oliveira Lima do colega e Ministro em Paris, Gabriel Piza, que tivera forte enfrentamento com Rio Branco, em artigos que publicou na imprensa brasileira.

Foi, portanto, em momento particularmente sombrio da relação com o Chanceler que Oliveira Lima foi surpreendido, em 10 de fevereiro de 1912, pela notícia do falecimento do Barão do Rio Branco. Escreveria palavras elogiosas sobre aquele que fora amigo em tempos passados e que os desencontros ao longo da carreira acabariam por afastar: “A pátria aliás confirmará esse conceito de um orgulho ingênuo, associando à noção da sua grandeza o nome daquele que contribuiu mais do que ninguém para fazê-la maior e contribuiu tanto quanto os melhores para fazê-la respeitada”.<sup>114</sup> No artigo que publicou então, não deixou de reconhecer os méritos de Rio Branco, mas tampouco esqueceu a desavença entre ambos.<sup>115</sup>

Desaparecido o Chanceler por quem nutrira escassa simpatia, foi nomeado para seu lugar Lauro Müller, catarinense filho de imigrantes alemães e ex-ministro da Indústria de Rodrigues Alves. Oliveira Lima, doente e

<sup>112</sup> Carta à Sra. Soares Brandão, s/d. id. *ibid.* p. 889.

<sup>113</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 910.

<sup>114</sup> RICUPERO, Rubens. Um personagem da República. In: ARAÚJO, João Hermes Pereira de, *José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 139.

<sup>115</sup> V. adiante item 3.1. As polêmicas com Rio Branco e Joaquim Nabuco.



desencantado com as intrigas do serviço diplomático, decidira pedir aposentadoria por problemas de saúde, como facultava a lei após vinte anos de serviço. O pedido foi inicialmente encaminhado por Lauro Müller como licença, concedendo-lhe tempo de juntar a necessária documentação médica para solicitar a aposentadoria por invalidez. Tendo em conta o sucesso do curso que dera recentemente na Sorbonne, pretendia Oliveira Lima realizar série de palestras na Universidade Stanford, cujo vice-presidente era seu amigo John Casper Branner. Partiria da Europa em setembro de 1912, rumo aos Estados Unidos, encerrando assim sua missão em Bruxelas.

### **1.2.9. A frustrada remoção para Londres e a precoce aposentadoria, 1913-16**

Ao retornar ao Rio de Janeiro, em dezembro de 1912, Oliveira Lima vinha refeito por seu périplo intelectual pelos Estados Unidos, o que lhe valeria uma calorosa acolhida na imprensa da capital. Sentiu-se valorizado por seus esforços de promoção da cultura brasileira, tema de suas palestras nas várias universidades norte-americanas. Talvez empolgado com as notícias favoráveis, e nunca homem de esquivar-se de manifestar sua opinião sobre qualquer tema, ao retornar à pátria, o diplomata seria envolvido em incidente que mais tarde ele qualificaria de “O Meu Caso”.<sup>116</sup> Decidido como estava a levar adiante o requerimento de aposentadoria, sentiu-se talvez à vontade para expressar livremente sua opinião, desencadeando um curso de eventos que mudaria o rumo de sua vida.<sup>117</sup>

Como se recorda, em Bruxelas havia tido a oportunidade de estabelecer relação com D. Luiz de Orleans e Bragança, despertando maliciosa suspeita quanto à possível inclinação monarquista, o que não era tolerado naqueles tempos de republicanismo radical. Era conhecido também seu apoio à campanha civilista de Rui Barbosa. Sempre prontos a provocar intrigas contra o diplomata, seus desafetos no Rio de Janeiro estavam atentos às suas manifestações. Em entrevista publicada no jornal *Gazeta*, de 10 de dezembro, indagado sobre a possibilidade da restauração monárquica, respondera: “D. Luiz é um admirável tipo de príncipe moderno, capaz de assumir a direção de um grande povo, por mais exigente que seja nos seus sentimentos liberais. Conheço-o muito. Depois de nosso encontro em Bruxelas, que me provocou

---

<sup>116</sup> OLIVEIRA LIMA (1986), pp. 253-61.

<sup>117</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 967.

o artigo que o senhor conhece, estive muitas vezes com ele, em Paris. Posso mesmo dizer que cheguei a concorrer um pouco para a publicação de seu belo e sensacional livro *Sous la Croix du Sud* . . . É um convicto. Entende, sinceramente, que a restauração, com a Monarquia, é a salvação da Pátria”.<sup>118</sup>

A reação aos seus comentários foi violenta e decisiva. Enquanto seus inimigos urdiam intrigas contra o diplomata, o novo chanceler Lauro Müller, seu amigo, não aceitara seu pedido de aposentadoria e oferecia ao diplomata pernambucano o posto com o qual sonhava, por ali se encontrar a maior parte de sua vasta biblioteca, a Legação em Londres. Ao tentar, no entanto, reparar o que havia sido publicado, em nova entrevista, desta vez a *O Imparcial*, a emenda sairia pior do que o soneto, e aquele diário estampava em sua edição de 12 de dezembro a manchete “O CIVILISMO É O MEU CREDO POLÍTICO”.<sup>119</sup> Para reverter um mal, Oliveira Lima inadvertidamente provocara outro pior, que forneceria munição ao todo-poderoso Presidente do Senado, Pinheiro Machado, para usar contra o diplomata. O Senador gaúcho chegou até mesmo a sugerir a Oliveira Lima que lhe dirigisse cópia de carta que enviara ao Chanceler Lauro Müller dando conta do incidente, acompanhada de “um complemento reafirmando [seu] devotamento à República,” adulteração essa que o diplomata pernambucano considerou inadmissível.<sup>120</sup> Mesmo contando com o apoio de políticos amigos como Rui Barbosa, Barbosa Lima e Nilo Peçanha, não lhe seria mais possível alterar o rumo de eventos que levaram a votação contrária à sua indicação para Londres, no Senado, em sessão secreta realizada em 4 de julho de 1913. Submetido a novos exames médicos, Oliveira Lima recebeu o laudo de obesidade e litíase renal, fundamentando sua aposentadoria, por invalidez, em 27 de agosto daquele ano.

Disponível e sem vínculos com o Itamaraty, Oliveira Lima viu-se envolvido na politicagem de seu estado natal, sendo cogitada sua iniciação na vida política pernambucana com candidatura ao governo estadual. Oliveira Lima descartaria liminarmente tal possibilidade. Sugestões posteriores de que se lançasse na política nacional, candidatando-se ao Senado ou à Câmara de Deputados tampouco foram consideradas. Decidira efetivamente terminar sua vida pública e dedicar-se plenamente ao trabalho intelectual, fixando-se em Londres, junto de sua biblioteca, dando seguimento às pesquisas e ao trabalho de jornalista, historiador e professor.

---

<sup>118</sup> MALATIAN, op. cit. pp. 236-7.

<sup>119</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 979.

<sup>120</sup> OLIVEIRA LIMA (1986), pp. 255-6.

Em princípio de 1914, partiram os Lima do Rio de Janeiro, rumo a Pernambuco, onde pretendiam descansar junto à família antes de seguir para Bruxelas, para as despedidas de praxe e a mudança definitiva para Londres. No regresso à Bélgica, na primavera daquele ano, Oliveira Lima e Flora foram homenageados pelos amigos e colegas do corpo diplomático: “Foi no estrangeiro que o brasileiro dedicado ao seu país viu reconhecido em toda plenitude o seu valor profissional, a sua categoria de intelectual preocupado em divulgar de forma séria a cultura da pátria sempre um tanto distraída para com ele”.<sup>121</sup> Não faltariam às inúmeras manifestações de apreço para com o diplomata e historiador brasileiro palavras calorosas de intelectuais e autoridades belgas. Como já havia dito seu grande amigo, o escritor e tradutor belga, Cônsul Honorário do Brasil, Victor Orban, “Partout il mérita les plus grands éloges pour l’élévation de son caractère, la noblesse de ses sentiments et la dignité avec laquelle il remplit la haute mission que son pays lui a confiée”.<sup>122</sup>

Instalar-se-iam a seguir em Londres, mas logo naquele primeiro verão, a fim de recuperar a saúde abalada, decidiu deslocar-se para o balneário alemão de Karlsbad, onde estava quando foi deflagrada a Grande Guerra, forçando o apressado regresso à capital britânica. Suas supostas ligações com a Alemanha seriam maldosamente usadas contra ele logo a seguir. De Londres, passou a escrever os artigos “Ecos da Guerra”, com suas impressões sobre o conflito: “O fraco espetáculo dado até agora pela Inglaterra nesta guerra é de natureza a desanimar seus aliados e alienar as simpatias que contava,” escreveu em um dos artigos.<sup>123</sup> Estes não traduziam simpatia do historiador a qualquer dos lados, mas como eram frequentes suas observações e críticas à situação na Inglaterra, que observava mais de perto, seus inimigos no Brasil não tardaram a atribuir-lhe inexistente adesão à causa alemã. Prova cabal da falsidade daquelas fofocas eram as reiteradas manifestações de seu pacifismo.<sup>124</sup>

Surpreendeu-se, portanto, o ilustre pernambucano com a intriga criada por seus inimigos no Brasil, liderados pelo escritor e jornalista José Joaquim

<sup>121</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 1175.

<sup>122</sup> ORBAN, Victor. *M. Manoel de Oliveira Lima, Esquisse Biographique et Littéraire*. Bruxelas: 1909, p. 4.

<sup>123</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 1194.

<sup>124</sup> “Não sacrificaria seu pacifismo de Quixote à sua comodidade pessoal de Sancho pronto a instalar-se em Londres, com sua sólida gordura e com seus livros magníficos. Definiu-se pacifista”. FREYRE, (1968) p. 103. O pacifismo de Oliveira Lima será tratado no item 5.1. Pacifismo e Neutralidade.

Medeiros e Albuquerque, seu conterrâneo e amigo de infância. Sempre franco em suas opiniões, o ex-diplomata expunha-se à perfídia dos que lhe queriam mal. Contra o pano de fundo dos comentários maliciosos contra Oliveira Lima, Medeiros e Albuquerque enviou recortes dos “Ecos da Guerra” ao Ministro em Londres, Fontoura Xavier para que os encaminhasse ao *Foreign Office*, “com o objetivo de conseguir a expulsão de Oliveira Lima da Inglaterra, ou sua detenção sob a suspeita de atividades pró-Alemanha”.<sup>125</sup> Conforme recordaria em suas Memórias “Em Londres a ação diplomática do ministro Fontoura cifrou-se em denunciar compatriotas até os seus secretários, como espões alemães (não foi de certo por falta de desejo seu que eu não fui parar na Torre de Londres) (...)”.<sup>126</sup>

Em setembro de 1915, atendendo a convite que há muito recebera de seus amigos na Universidade de Harvard, para ali proferir uma série de conferências sobre o Brasil, partia de Londres rumo aos EUA. Não suspeitava que jamais retornaria à Inglaterra. Após bem-sucedido semestre em Harvard, as notícias sobre problemas familiares em Pernambuco, relativos ao engenho Cachoerinha, da família Cavalcanti de Albuquerque, levaria o casal a decidir por viagem ao Brasil.

### 1.3. De volta a Pernambuco, 1916-20

Chegaram a Pernambuco em abril de 1916 para uma temporada que acabaria por ser mais longa do que imaginavam. De sua cunhada, D. Neomísia, que ficara em Londres, recebeu telegrama para não retornar de imediato à capital britânica, ficando-lhe claro, então, que havia sido bem-sucedida junto ao governo inglês a indigna ação do Ministro em Londres, da qual já suspeitava.<sup>127</sup> Oliveira Lima retomaria seu trabalho jornalístico e a correspondência aos amigos, voltando-se inteiramente aos assuntos de sua terra, desde a pesquisa histórica até a vida política provinciana. Decepcionado com muitos de seus companheiros de geração, passa a identificar-se crescentemente com os mais jovens e os estudantes.<sup>128</sup> Nessa época, Oliveira Lima recebeu de Gilberto Freyre, jovem conterrâneo que se tornaria seu grande amigo e admirador, pequena homenagem: “A primeira vez que falei

---

<sup>125</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 1195.

<sup>126</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 157.

<sup>127</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 1272.

<sup>128</sup> OLIVEIRA LIMA (1971) pp. 123-4

com Oliveira Lima – tinha eu meus dezesseis anos – foi para convidá-lo, com outros colegiais, para ser nosso paraninfo: íamos terminar o curso de bacharelado em Ciências e Letras”. Outros “moços” que frequentavam a sua casa incluíam Antônio Carneiro Leão, Mário Melo, e Assis Chateaubriand.<sup>129</sup>

No plano nacional, desgastava-se a seus olhos a figura de Rui Barbosa, a quem apoiara na campanha civilista em 1910, mas de cujo ardor na defesa de participação do Brasil ao lado da Tríplice Entente Oliveira Lima discordava, por crer que não atenderia ao interesse nacional, defendendo que o País se mantivesse neutro. Em fins de 1916, encontrava-se no Rio de Janeiro, onde se daria a ruptura final com aquele por quem tanto lutara em outros tempos. Após aguerrido discurso de Rui, Oliveira Lima criticou em artigo a posição sustentada pelo Senador baiano, afirmando que a síntese de Rui sobre a Guerra, de que seria a luta do direito contra a força, fora “já abandonado como coisa velha ao guarda-roupa das mentiras históricas”.<sup>130</sup> Pouco depois, em novembro, convidado para banquete de desagravo oferecido a Oliveira Lima por seus amigos na capital, Rui explicou assim sua recusa: “Cúmplice nessa mentira e em tantas coisas más, de que ali se ergue a doutrina da minha conferência, emudeci até hoje, para não dar aos curiosos o espetáculo de uma digladição inútil entre amigos, e não saio agora deste silêncio senão constringido pelo dever de inevitável delicadeza, que o convite de V. Ex<sup>as</sup> me adscrive, para dar os motivos, por que o não posso aceitar”.<sup>131</sup>

Ainda antes de partir da capital federal, sofreria mais um golpe de Medeiros e Albuquerque. Oliveira Lima pretendia, durante sua permanência em Londres, dar prosseguimento às pesquisas históricas para uma História da Independência. Com esse propósito, solicitou ao Ministro da Justiça designação oficial junto aos principais arquivos históricos europeus. Ao tomar conhecimento do assunto, Medeiros e Albuquerque apressou-se em plantar nota na imprensa e enviar dossiê de matérias difamatórias contra o historiador ao Embaixador da Inglaterra, que não teve outra opção senão informar ao chanceler Lauro Müller que o ex-diplomata estava impedido de entrar em seu país. O próprio autor da calúnia a confessaria anos depois: “Esse fato, que desorganizou completamente a vida de Oliveira Lima, tornou-o, e aliás muito justamente – meu inimigo”.<sup>132</sup> Mais uma vez o chanceler Lauro Müller

<sup>129</sup> FREYRE (1968) p. 44; GOUVÊA, op. cit. p. 1421.

<sup>130</sup> Id. *ibid.* pp. 1323-4.

<sup>131</sup> Id. *ibid.* p. 1324.

<sup>132</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 1300.

mostrava-se incapaz de defender seu ex-funcionário, deixando-o sucumbir à intriga que o impediria de retornar a Inglaterra.

Após breve passagem por São Paulo, os Lima voltariam a Pernambuco em fins de 1916 para uma temporada antes de seguir para os Estados Unidos. Já então decidira radicar-se permanentemente na capital norte-americana, transferindo sua biblioteca para a Universidade Católica.<sup>133</sup> Enquanto aguardava o final da guerra e restabelecimento de transportes, aproveitava o tempo no Recife para trabalhar na *História da Revolução de 1817*, que preparava a convite do Instituto Arqueológico, para as comemorações do centenário, e em seguida retomar a *História da Independência*. Sempre ativo e loquaz, daria continuidade a suas contribuições jornalísticas, elevando o tom de sua defesa do pacifismo, de viés pragmático: “Sua luta pela paz, e posteriormente o esforço despendido para manter o país afastado de uma guerra que, no seu justo raciocínio, nada representava em termos de vantagens materiais para o Brasil e para o continente latino-americano, abrangia – ao contrário dos pregadores da intervenção, Rui à frente – a análise da frágil e dependente economia nacional, então baseada na exportação de alguns produtos primários”.<sup>134</sup>

Em meados de 1918 teve a oportunidade de realizar sua primeira visita à Argentina. Foi recebido calorosamente em Buenos Aires, onde um dos principais jornais da capital, *La Prensa*, ressaltou que “la presencia de Oliveira Lima tiene que ser singularmente grata a los argentinos, por doble circunstância de tratarse de un diplomático de una de las primeras naciones americanas que habiendo actuado con tanto brillo en las principales cancillerías del mundo, ha mirado las relaciones de su país con el nuestro en la forma que queda expuesta, y de ser una personalidad esclarecida, de prestigios mundiales, digna de las simpatías que inspiraram siempre una vasta cultura unida a un gran talento”.<sup>135</sup> Seria homenageado pelo ex-chanceler, e desafeto de Rio Branco, Estanislao Zeballos, que se tornaria seu amigo e com o qual compartia a visão sobre o futuro relacionamento das duas nações vizinhas: “Zeballos nutria um verdadeiro fervor pan-americano, mas não em detrimento da altivez nacional, que na sua individualidade moral era o traço que predominava”.<sup>136</sup> Resultaria dessa visita mais uma obra com as finas observações de Oliveira

---

<sup>133</sup> Id. *ibid.* p. 1362.

<sup>134</sup> Id. *ibid.* p. 1408.

<sup>135</sup> Id. *ibid.* p. 1459.

<sup>136</sup> OLIVEIRA LIMA (1971) p. 316.

Lima sobre os países que visitara e onde vivera: *Na Argentina – Impressões*.<sup>137</sup> Ressaltando em seu prefácio “nossa ignorância das condições da República Argentina”, a qual confessa ter partilhado, o autor traça a seguir amplo panorama da geografia, história e vida cultural e política do país vizinho. Sempre foi Oliveira Lima ligado à Argentina, compartilhando do pensamento de alguns de seus internacionalistas, como Calvo e Drago.

Finda a guerra em novembro de 1918, e tendo retornado ao Brasil no início de 1919, os Lima pretendiam agora tocar seus planos de mudar-se definitivamente para os EUA. Sua maior preocupação era assegurar o transporte de seus livros de Bruxelas e de Londres para Washington, inviabilizado durante o conflito. Passaria as festas de fim de ano em Cachoeirinha, a casa do engenho da família de Flora, à qual não retornaria. Antes de deixar Pernambuco, tomou ainda posse na Academia Pernambucana de Letras, mas se despediu de sua terra natal sem a presença de representantes do governo estadual. Como registrou mais tarde um jornalista local: “Pernambuco tem sido de uma ingratidão inqualificável para o mais eminente de seus filhos. Quando Oliveira Lima embarcou aqui para a América, não havia no cais um só representante do oficialismo. Apenas meia dúzia de amigos fiéis e representantes da mocidade das escolas”.<sup>138</sup>

#### 1.4. O ocaso em Washington, 1920-28

Oliveira Lima anunciou sua chegada a Washington em carta ao amigo Mário Melo: “A nossa odisséia terminou a 15 de setembro, quando chegamos a Nova York com 25 dias de viagem de Pernambuco, semi-mortos de fome porque o passadio do vapor era infame e exaustos pelo calor”.<sup>139</sup> Estava animado com a perspectiva de finalmente instalar sua casa e ali reunir seus queridos livros. Na capital norte-americana, diversos amigos deram-lhes as boas vindas e o ex-diplomata e conhecido internacionalista foi logo convidado a ser um dos oradores na próxima reunião da Associação Histórica Americana. Avaliou assim a chegada: “Para o meu espírito foi uma grande consolação esse acolhimento. Aí me sentia triste e com o coração oprimido num meio que, com raras exceções, tinha por mim antipatia. Decididamente ninguém é profeta em sua terra”.<sup>140</sup> Os detalhes já haviam sido acertados com o então

<sup>137</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Na Argentina: Impressões (1918-19)*. São Paulo: Weiszflog, 1920.

<sup>138</sup> FERNANDES, Aníbal. in *Diário de Pernambuco* de 20.06.1922, apud GOUVÊA, op. cit. p. 1551, rodapé.

<sup>139</sup> Carta de Washington, 19.09.1920, apud GOUVÊA, op. cit. p. 1557.

<sup>140</sup> Carta de Washington, 25.10.1920, id. ibid. p. 1560.

reitor da Universidade Católica da América (CUA), Bispo Shahan, para a doação de sua magnífica Brasileira e a instalação nas dependências daquela prestigiosa instituição de um centro de estudos ibero-americanos, do qual o próprio diplomata aposentado seria o diretor. De seus amigos na Argentina, Estanislao Zeballos e Ernesto Quesada, esperava doações semelhantes para aumentar o escopo da coleção. “The thought of building a great center for Ibero-American studies at The Catholic University of America, in the capital of the republic, in turn brought new enthusiasms and new hopes to Oliveira Lima”.<sup>141</sup>

Ocupados inicialmente com sua instalação, os Lima buscavam uma casa que se adequasse a seu restrito orçamento. Após nove meses mudaram-se finalmente para o 3536 13th Street, “Um endereço que se torna um salão brasileiro nos EUA durante os anos 1920, sendo frequentado por intelectuais americanos e de outras nacionalidades, além de ser local de hospedagem de brasileiros”.<sup>142</sup> Nessa época, Oliveira Lima e seu jovem conterrâneo Gilberto Freyre solidificariam a amizade iniciada ainda em Pernambuco, como registra este último: “Essas relações se estreitaram nos Estados Unidos, sendo eu estudante de universidade e residindo os Oliveira Lima em Washington, numa casa que era um encanto de casa e, ao mesmo tempo, uma lição, um curso vivo de história da cultura brasileira, tantas eram as coisas ou os valores característicos do Brasil que reunia: móveis, quadros de interesse histórico ou de valor artístico, objetos de arte, fotografias, cartas, documentos, relíquias, tudo completado por uma cozinheira portuguesa, a Dejanira, perita também no preparo de quitutes tradicionalmente brasileiros”.<sup>143</sup>

Uma vez instalado, Oliveira Lima ocupava-se da arrumação da biblioteca e de seu trabalho de jornalista e de historiador, dando os últimos retoques a seu *O Movimento da Independência*, enquanto ditava artigos de jornal ao jovem Freyre.<sup>144</sup> Por essa época, no entanto, começou a sentir o agravamento de seus problemas de saúde, causados pelo clima e pelo esforço físico de arrumação da biblioteca de 30 mil volumes.<sup>145</sup> O acelerado ritmo de trabalho,

---

<sup>141</sup>CARDOZO, Manoel da Silveira. “Oliveira Lima and the Catholic University of America”. In: BRASIL. MRE. *Centenário de Oliveira Lima*. Rio de Janeiro: MRE, 1968, p. 165.

<sup>142</sup>GOMES, Ângela de Castro. *Em família: A correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 22

<sup>143</sup>FREYRE, Gilberto, Amizade com Oliveira Lima. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 22.11.1946.

<sup>144</sup>GOUVÊA, op. cit. p. 1568.

<sup>145</sup>Id. *ibid.* p. 1571.



não só na capital, mas fora dela, em conferências em universidades, acabou provocando crise cardíaca, em razão da qual se submeteu a temporada de curas na Alemanha em fins de 1922.

Reestabelecido na saúde, Oliveira Lima e Flora deixaram a Alemanha na primavera de 1923 rumo a Lisboa, para rever amigos e aproveitar a temporada estival. Lá inauguraria a cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Letras, onde se formara em 1888, e reveria seu antigo mestre e amigo “Teófilo Braga, que apesar dos 80 anos, ‘catacego e trôpego’, se deslocara de casa para ouvir o seu antigo discípulo”,<sup>146</sup> e muitos dos velhos companheiros de juventude. Seria sua derradeira visita à terra de seu pai, onde crescera e passara a juventude.

De volta a Washington, recuperado fisicamente, retomava o trabalho de sua biblioteca e, a partir de janeiro de 1924, assumia uma cadeira de Direito Internacional na Universidade Católica. Na arguta observação de seu maior biógrafo: “Diplomata que não se realizara, político que não chegara a ser por não agradar aos donos dos partidos, Oliveira Lima entregou-se ao ofício que só tardiamente descobrira como a sua derradeira vocação: professor numa universidade americana”.<sup>147</sup>

No entanto, o evento mais marcante daquele ano seria a instalação da biblioteca, que sonhava fosse um centro de estudos ibero-americanos nos EUA. Ali que ele passaria a maior parte de seu tempo, autodesignado bibliotecário da esplêndida coleção que conhecia pelo uso dedicado e constante. Então com 40 mil volumes, com centenas de obras raras desde o século XVI, a coleção constituía um tesouro intelectual centrado na cultura de Portugal, Espanha e da Ibero-América, nas suas mais variadas expressões. Nas palavras do historiador James A. Robertson “it is one of the great collections of the world”.<sup>148</sup>

Além do trabalho incansável na Biblioteca, seguia escrevendo para alguns jornais, especialmente nos derradeiros anos de vida para o *Jornal do Brasil* e ocasionalmente para *La Prensa* de Buenos Aires, e para publicações especializadas em história. Concluiu também os dois últimos livros que veria publicados, *Dom Pedro e Dom Miguel – A Querela da Sucessão*, em 1925,

<sup>146</sup> LYRA, Heitor. Oliveira Lima, Diplomata e Historiador Brasileiro. Suas Presenças em Portugal. In: BRASIL. MRE. (1968) p. 136.

<sup>147</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 1613.

<sup>148</sup> ROBERTSON, James A. Pronunciamento na “Evening Session “In Memoriam” at the International Association of Arts and Letters, in OLIVEIRA LIMA (1986), p. 298. A Biblioteca Oliveira Lima é discutida no item 7.2.2. A Questão da Biblioteca Oliveira Lima.

e *O Império Brasileiro*, em 1927. Sempre apegado à terra natal, acompanhava atentamente os acontecimentos políticos no Brasil, por intermédio dos amigos com quem mantinha prolixa correspondência. Com a eleição do paulista Washington Luís para presidente, em 1926, surgiram boatos sobre a designação de Oliveira Lima como Chanceler do novo governo.<sup>149</sup> Ambição talvez antiga, que agora, já velho e distante do país natal, o próprio Lima via ser irrealizável. Na medida de suas capacidades, participava também de eventos que ocorriam em Washington, como o Congresso de Jornalistas Pan-Americanos, de 1926, para o qual mobilizou a vinda de amigos e colegas jornalistas do Brasil.

No plano familiar, seu círculo doméstico foi acrescido da irmã Sinhá, cujo marido, Araújo Beltrão, falecera em Lisboa em 1924. Aquela que “foi para mim uma espécie de mãe” acompanharia os Lima em Washington até o final da vida do ex-diplomata. Eram constantes as visitas que recebia em sua casa, de brasileiros e do vasto círculo de intelectuais estrangeiros que conhecera ao longo da vida. A última dessas visitas, de jornalista do *Correio da Manhã*, em princípios de março de 1928, resultou em melancólico relato retratando o alquebrado estado de espírito e de saúde do grande historiador e diplomata que vivia os últimos dias longe da pátria: “O exílio só é suportável para os que têm forças para lutar. Não é o meu caso”.<sup>150</sup>

Seria a última entrevista de Oliveira Lima. Acometido de problemas cardíacos, faleceria em sua casa em Washington, ao lado da companheira incansável, D. Flora, e da irmã Sinhá, no dia 24 de março de 1928. A triste notícia não tardaria a ser transmitida à sua terra natal, onde as principais publicações informaram sobre o ocorrido. O Itamaraty também não tardou a manifestar-se, apesar da distância mantida por Oliveira Lima com a instituição desde a aposentadoria. Telegrama enviado pelo chanceler Otávio Mangabeira ao Embaixador Silvino Gurgel do Amaral dava claras instruções: “Todos jornais publicam telegramas daí falecimento Oliveira Lima. Embora não tenhamos recebido comunicação oficial peço a V. Exa. pessoalmente ou pelo Conselheiro dessa Embaixada apresentar Exma. viúva os pêsames do Senhor Presidente da República e os meus pedindo-lhe permissão para o Governo Brasileiro custear embalsamento e funerais inclusive transporte Brasil assim ser sepultado ilustre brasileiro na sua Pátria”.<sup>151</sup> D. Flora, no entanto, manter-se-ia fiel aos

---

<sup>149</sup> GOUVÊA, op. cit. p. 1620.

<sup>150</sup> Id. *ibid.* p. 1663.

<sup>151</sup> Id. *ibid.* p. 1668.

desejos do querido marido até o fim, negando-se a aceitar qualquer distinção do governo brasileiro e recusando o traslado de seu corpo, conforme o desejo expresso em seu testamento: “Determino que meu corpo descanse onde ocorrer meu falecimento”.<sup>152</sup> Da mesma forma, todos os seus bens ficariam permanentemente longe do Brasil. Seguiram-se inúmeras homenagens, no Brasil e no exterior, àquele considerado nas palavras de Björkman, o “Embaixador Intelectual do Brasil”. Nas inúmeras publicações às quais contribuiu, nas associações eruditas cujos quadros integrara, e na imprensa multiplicaram-se os elogios fúnebres ao ilustre brasileiro.

D. Flora, até o fim da vida, em 1940, permaneceria dedicada zeladora de sua biblioteca e dos manuscritos que deixara inéditos. Graças a seus esforços, seriam publicadas *post mortem* duas obras do marido, *D. Miguel no Trono*, em 1933, e *Memórias – Estas minhas Reminiscências*, em 1937. Fiel ao marido em vida, Flora de Oliveira Lima foi também fiel à sua memória.

---

<sup>152</sup> OLIVEIRA LIMA (1986), p. 251.



## Capítulo II – A política externa brasileira na virada do século XX

Neste capítulo será apresentado breve esboço da política externa da República brasileira em seus primeiros anos, a fim de situar historicamente e colocar em devida perspectiva a atuação diplomática de Oliveira Lima. Não se pretende aqui esgotar todos os elementos que compunham a diplomacia brasileira da República Velha, mas antes indicar seus contornos principais, de maneira a fornecer o adequado pano de fundo à atuação de Oliveira Lima no período que corresponde à sua atividade no Itamaraty, de 1889 a 1913. Dessa forma, busco, inicialmente, identificar algumas das principais linhas da cena internacional, que serão aqui mencionadas *en passant*, na medida em que relevantes para a compreensão mais exata de posições defendidas pela diplomacia brasileira, e em especial por Oliveira Lima. A seguir, examinarei em maior detalhe alguns daqueles elementos, com especial atenção à mudança do eixo de nossa política externa e à era de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores.

### 2.1. O cenário Internacional 1880-1914

No plano das relações internacionais, o ocaso do século XIX é geralmente caracterizado pela historiografia como o do crescimento continuado das tensões entre as potências industriais europeias, especialmente na disputa pelo domínio de colônias e mercados, que vão gradativamente se acirrando até a Primeira

Grande Guerra de 1914-1918.<sup>153</sup> Os historiadores coincidem também quanto ao principal elemento que contribuiu para o rompimento do equilíbrio de poder na Europa: a unificação da Alemanha sob a liderança da Prússia e do Chanceler Otto von Bismarck. Chegando relativamente tarde ao tabuleiro do xadrez imperialista, a Alemanha rapidamente ascendeu à condição de potência industrial e militar, forçando uma redefinição nos contornos da divisão de poder no Velho Mundo.<sup>154</sup>

Bismarck conduziu com habilidade diplomática uma política de alianças que permitia à Alemanha aproximar-se do Império Austro-Húngaro e da Rússia, mantendo a França isolada, sem provocar a hostilidade britânica. Em 1882, a Tríplice Aliança passaria a incluir também a Itália, enquanto os laços com a Rússia imperial eram objeto de acordo à parte, o chamado “acordo de garantias”. No entanto, com a morte prematura do Kaiser Guilherme I e a ascensão de seu filho, jovem e inexperiente, a complexa trama urdida por Bismarck começaria a ser desfeita. Inicialmente, Guilherme II decidiu não renovar o acordo de amizade e neutralidade com a Rússia, que, livre daquele constrangimento, celebrou aliança com a França já em 1894. Na década seguinte, a atitude crescentemente hostil da Alemanha para com o Reino Unido contribuiria para a celebração da *Étente Cordiale* franco-britânica, e a posterior Tríplice Entente, quando do acordo entre o Reino Unido e a Rússia em 1907.

Marcado por sucessivas fricções e crises localizadas,<sup>155</sup> surgiram nesse período também iniciativas voltadas para o encaminhamento diplomático das rivalidades e antagonismos por meio de conferências de paz. Dentre essas, merece destaque, por sua particular relevância para o Brasil, a II Conferência de Paz da Haia, realizada em 1907, que examinaremos em maior detalhe

<sup>153</sup> V. BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.; HOBBSBAWN, E. J. *The Age of Empire: 1885-1914*. Nova York: Vintage Books, 1989; QUIGLEY, Carroll. *Tragedy and Hope: A History of the World in our Time*. Nova York: The Macmillan Company, 1966, p. 211; e KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York: Simon & Schuster, 1994, p. 168-217.

<sup>154</sup> “The unification of Germany in the decade before 1871 ended a balance of power in Europe which had existed for 250 and even 300 years. During this long period covering almost ten generations, Britain had been relatively secure and of growing power. She had found this power challenged only by the states of Western Europe. [...] Such a challenge could arise because these states were as rich and almost as unified as Britain herself, but, above all, it could arise because the nations of the West could face seaward and challenge England so long as central Europe was disunited and economically backward”. QUIGLEY, op. cit. p. 211 e ss.

<sup>155</sup> Como no Marrocos (1905-06, 1911), na Bósnia (1908), em Trípoli (1911), nos Bálcãs (1912-13), v. QUIGLEY, op. cit. pp. 218-9.

adiante (v. 2.3. A Era Rio Branco). Assinalemos aqui apenas os resultados da conferência que, se de um lado frustraram as expectativas de maior projeção da política externa brasileira, de outro certamente infundiram elemento de maior realismo quanto à nossa real situação e aspirações no cenário internacional da época.

Diante do insucesso das iniciativas pela paz e do continuado acirramento das disputas interimperialistas, as potências europeias pareciam apenas aguardar algum novo pretexto para o início de hostilidades abertas. Esse pretexto foi finalmente encontrado no trágico e patético assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, por um anarquista sérvio, em Sarajevo, em junho de 1914, o estopim da eclosão da Primeira Grande Guerra semanas depois. Não nos interessa aqui examinar em maior profundidade aquele conflito, mas apenas assinalar que, a seu cabo, contavam-se 20 milhões de mortos, o velho concerto europeu jazia em ruínas, e a divisão do poder mundial sofrera profunda redefinição. O armistício assinalou o final do “longo século XIX”, na expressão de Eric Hobsbawn, com o declínio europeu e a ascensão dos EUA, e o aparecimento do primeiro estado socialista, com a Revolução Russa de 1917.<sup>156</sup>

Nas duas décadas *ante bellum*, as potências europeias tinham sua atenção voltada às disputas internas de poder no próprio continente europeu e procuravam manter e ampliar sua presença colonial nos continentes africano e asiático. A relação com os países das Américas era pautada antes por interesses comerciais e financeiros do que em projetos de expansão territorial nas ex-colônias. Qualquer tentativa das grandes potências de interferir nas Américas entraria em choque com os parâmetros da Doutrina Monroe, que estabelecera o princípio da “América para os americanos”.<sup>157</sup> Notável exceção foi o conflito entre Espanha e EUA no Caribe, resultante do esgotamento do domínio colonial espanhol sobre Cuba. A insatisfação dos cubanos com o regime colonial levou à insurreição liderada por José Martí pela libertação da ilha. A pretensão contava com a simpatia dos EUA, não apenas em virtude da própria Doutrina Monroe, mas também como fruto de todo um clima de opinião pública criado pela imprensa norte-americana, enquanto os setores ligados ao comércio e às finanças resisítiam a maior envolvimento daquele

<sup>156</sup> HOBBSBAWN, op. cit. p. 6.

<sup>157</sup> HORN, Charles F. “General Survey of the Era of Industrial Imperialism”, in: *World Epochs* vol. VIII. Washington, DC, 1936. Discutirei o impacto da Doutrina no contexto das relações Brasil-EUA mais adiante neste capítulo.

país no conflito. O incidente com o navio “Maine” em 1898 levou a três meses de guerra com a Espanha e resultou na independência de Cuba, efetivamente pondo fim ao domínio espanhol nas Américas. Além disso, trouxe para os EUA a anexação de Filipinas, Porto Rico, Guam e do Havaí, representando a primeira expansão territorial do país fora do continente norte-americano.<sup>158</sup>

A virada do século encontrava os EUA em momento de inflexão em sua trajetória histórica: concluíra-se o processo de expansão e ocupação territorial para o Oeste, o fim da guerra civil trouxera também o fim da escravidão, e a rápida industrialização colocara o país numa onda de crescimento econômico sem precedentes. Já em 1885, os EUA haviam ultrapassado o Reino Unido em produção industrial. Ao mesmo tempo, a população expandia-se rapidamente e alcançara 62 milhões em 1890, mais do que qualquer outro país europeu, exceto a Rússia, às quais se somaram os mais de 15 milhões de imigrantes europeus até 1914.<sup>159</sup> Em contraste, no entanto, até 1890, os EUA possuíam um exército modesto, menor que o da Bulgária, e uma marinha menor do que a italiana, embora a produção industrial do país fosse 13 vezes a da Itália, e menor também do que a do Brasil, da Argentina ou do Chile.<sup>160</sup> Essa situação seria rapidamente alterada nos anos seguintes com o reequipamento e ampliação da marinha norte-americana, que pouco mais de uma década depois ficava apenas atrás da formidável frota britânica.

Como notou a propósito o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger: “No nation has ever experienced such an increase in its power without seeking to translate it into global influence”.<sup>161</sup> De fato, os EUA não tardariam a buscar assumir postura de maior assertividade na cena internacional. Theodore Roosevelt (1901-9), que assumira a presidência após o assassinato do Presidente McKinley, encarnaria o novo perfil da atuação diplomática dos EUA, sintetizada em seu conhecido mote: “*Speak softly and carry a big stick*” e no que chamou seu “corolário” à Doutrina Monroe. Em síntese, o presidente norte-americano argumentava que, diante da ameaça de as potências europeias buscarem intervir militarmente nas Américas para a cobrança de

---

<sup>158</sup> KENNAN, George. “The War with Spain”. In: *American Diplomacy*, Chicago: The University of Chicago Press, 1984, pp. 3-20; JOHNSON, Paul. *A History of the American People*. Nova York: Harper, 1999, pp. 611-3; PENDLE, George. *A History of Latin America*. Londres: Penguin Books, 1973, pp. 173-4.

<sup>159</sup> JOHNSON, op. cit. pp. 511-624.

<sup>160</sup> KISSINGER, op.cit. p. 38.

<sup>161</sup> Id. *ibid.* p. 37.



dívidas não pagas, os EUA teriam o direito e a obrigação de intervir preventivamente. Nas palavras de Roosevelt: "Chronic wrongdoing (...) may in America, as elsewhere, ultimately require intervention by some civilized nation and in the Western Hemisphere the adherence of the United States to the Monroe Doctrine may force the United States, however reluctantly, in flagrant cases of such wrongdoing or impotence, to the exercise of an international police power".<sup>162</sup>

Esse novo perfil da política externa norte-americana, que já havia promovido intervenções no Haiti e no Panamá antes mesmo de Roosevelt enunciar seu corolário, traria importantes desafios para o relacionamento do Brasil. Ao afirmarem-se os EUA como principal potência hemisférica, a relação com aquele país assume novo e decisivo caráter para o futuro da diplomacia brasileira, como examinaremos *em detalhe a seguir*.

## 2.2. A política externa brasileira: 1889-1913

Não seria exagero dizer que a política externa do primeiro governo republicano trouxe verdadeira reviravolta no perfil de nossa inserção internacional, voltando-se, de certa forma, contra a herança do governo imperial e promovendo gradual reorientação de seu eixo principal da Europa para as Américas, o que só assumirá feição definitiva na era Rio Branco. No período imediatamente posterior à proclamação da República, as tarefas da política externa foram largamente absorvidas pela consolidação do novo regime e pelo esforço de promoção de seu reconhecimento internacional. Em seguida, diante da instabilidade da política interna, com episódios como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, em 1893-94, a rebelião de Canudos, em 1896-97, foi necessária intensa atividade diplomática com o fito de divulgar, nas capitais de nossos principais parceiros, a seriedade das intenções do novo regime, debelando as críticas então correntes, sobretudo na imprensa europeia.

Como resultado dos embates internos pela consolidação do poder no novo regime, os primeiros anos da República Federativa foram caracterizados por certa indefinição da política externa. A falta de continuidade da política exterior no período pode ser evidenciada pela ausência de clara liderança à frente do Itamaraty: "A primeira impressão que se tem sobre a política exterior

<sup>162</sup> OZMANCZYK, Edmund Jan. *Encyclopedia of the United Nations and International Agreements*. Nova York: Routledge, 2003, vol. 3 p. 1967.

republicana, ou mais precisamente, da inauguração do novo regime ao início da gestão Rio Branco, isto é, de 1889 a 1902, é a de que faltou uma diretriz. Essa impressão é reforçada pelo número elevado de ministros que se sucederam na direção da pasta das Relações Exteriores: 11, excluindo-se os que a exerceram interinamente...”.<sup>163</sup>

Ao lado disso, é de se notar que as reformas introduzidas pela Constituição de 1891 resultaram em maior participação do Poder Legislativo na definição das diretrizes de política externa e na abertura e fechamento das legações no exterior. Refletindo os ideais republicanos dos parlamentares, nossa atuação externa moveu-se na direção de uma crescente valorização dos vizinhos americanos em detrimento dos tradicionais vínculos com as monarquias europeias. É claro que mudança dessa magnitude não ocorreu de um dia para outro, mas foi processo gradual de migração de nossos interesses, inclusive financeiros e comerciais, do Velho Mundo para o crescentemente importante parceiro norte-americano, ao mesmo tempo em que se intensificavam nossas relações com os vizinhos sul-americanos.

É de ressaltar que remonta aos debates no parlamento daquela época a ideia de uma possível união dos países sul-americanos, com alguns parlamentares chegando mesmo a sugerir a criação de uma única nação na América do Sul.<sup>164</sup> O ideal da integração pan-americana constituía, já então, uma das linhas de força da atuação de nossa política externa, dificultada, muitas vezes, no entanto, pela falta de entendimento entre nossos vizinhos sul-americanos e pela nem sempre clara percepção e definição de nossos interesses comuns.

As poucas iniciativas de política externa dos primórdios da era republicana resultaram em negociações de duvidoso proveito para os interesses nacionais. Exemplo disso foi o Tratado de Limites de 25 de janeiro de 1890, “negociado pela incompetência de Quintino Bocaiuva”<sup>165</sup>, que ao invés de submeter a questão das Missões ao arbitramento, conforme havia sido decidido pelo governo imperial, resultou em verdadeira capitulação aos interesses da

---

<sup>163</sup> CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed. 2008, p. 163.

<sup>164</sup> Segundo Clodoaldo Bueno, “O deputado (Aristides Maia) foi mais longe para manifestar o desejo de ver constituída uma Confederação Sul-Americana, isto é, toda a América do Sul formando uma única nação”. Id. *ibid.* p. 166.

<sup>165</sup> RODRIGUES, José Honório. SEITENFUS, Ricardo. A. S.; RODRIGUES, Lêda Boechat. (org.) *Uma História Diplomática do Brasil: 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 211.

Argentina. Segundo José Honório Rodrigues: “No seu insofrido desejo de conseguir algo, Bocaiúva tendia a uma aproximação com a Argentina, que, percebendo a inconsistência do nosso Governo procurou explorar a situação, negociando a partilha de um território que nos pertencia”.<sup>166</sup> Como o inusitado “acordo” não veio a ser aprovado pelo Congresso, a questão só viria a ser resolvida graças à hábil atuação de nosso então Cônsul em Liverpool, o Barão do Rio Branco.

Outro exemplo de êxito duvidoso, desta feita em tentativa de estreitar laços comerciais com os Estados Unidos, foi realizado por Salvador de Mendonça, nomeado representante do governo republicano em Washington após o término da Conferência Pan-Americana em 1890. O “Acordo Blaine-Mendonça”, de 31 de janeiro de 1891, previa a concessão de tarifas especiais para produtos norte-americanos no Brasil, em troca da concessão de isenção ao café, já anteriormente concedida pelos EUA, e da redução das tarifas do açúcar, que se tornaria de pouca valia quando tratamento similar foi estendido pelos norte-americanos ao produto procedente das Antilhas espanholas. Salvador de Mendonça foi alvo de duras críticas por ter permitido uma abertura tão grande aos EUA em troca de reduzidas vantagens para o Brasil. Embora o acordo tenha sido denunciado pelo governo norte-americano em 1894, a relação comercial entre os dois países continuou a prosperar, sendo o café nossa principal exportação aos EUA e a farinha de trigo nossa principal importação. Em que pesem os resultados pouco auspiciosos para nossa política comercial, o Acordo assinalou o primeiro entendimento entre os dois maiores países das Américas em matéria de comércio exterior. A Europa, leia-se a Inglaterra, continuaria a ser a principal fonte de importações para o país, mas o acordo negociado por Salvador de Mendonça não deixou de trazer alguma vantagem na esfera político-diplomática.<sup>167</sup>

Nesses primeiros anos de República, foi de central importância o trabalho diplomático de consolidação das fronteiras territoriais do País, por meio da negociação de tratados de limites com nossos vizinhos e com potências europeias como Inglaterra e França. Nesse esforço, sobressairá a decisiva

---

<sup>166</sup> RODRIGUES, id. *ibid.* p. 212.

<sup>167</sup> Como afirma Topik: “For Brazil, the trade treaty was an important element in a new alliance that allowed the fledgling Republic to reduce British diplomatic influence, consolidate the new regime, and chart a more independent course internationally. (...) The document’s symbolic importance was great. It was the first commercial pact signed between Brazil and the United States”. TOPIK, Steven. *Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire*. Stanford: Stanford University Press, 1996, p. 2.

atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, na feliz síntese entre seus insuperados conhecimentos da geografia e história de nossas fronteiras com a sua singular habilidade de negociador. Em sua atuação como Chanceler, conforme se verá a seguir, de 1902 a 1912, Rio Branco exercerá decisiva liderança no processo de aproximação e estreitamento de nossas relações com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, alcançada a definição territorial, o período de relativa estabilidade e prosperidade nos primeiros anos do século XX permitiu que se fortalecesse a projeção e o prestígio do país no cenário internacional, primeiramente no seu entorno imediato.

### 2.2.1. A reorientação do eixo da política externa

De maneira geral, entre a proclamação da República e a Primeira Grande Guerra, por razões históricas que analisaremos a seguir, à medida que declina a importância relativa, para a diplomacia brasileira, do relacionamento com as potências europeias, especialmente o Reino Unido, aumenta *pari passu* o papel das relações com os EUA e com nossos vizinhos sul-americanos. Em que pese a continuidade da influência cultural europeia sobre a elite brasileira do *fin-de-siècle*, notadamente francesa e inglesa, as questões políticas de maior significado, assim como a agenda das finanças e do comércio, deslocaram-se gradualmente para este lado do Atlântico.<sup>168</sup>

Desde a proclamação da Independência, e ao longo do século XIX, o Império do Brasil teve no Reino Unido seu principal parceiro comercial. Esses laços tradicionais remontam ao Tratado Comercial de 1827, que dera à Grã-Bretanha enormes preferências comerciais, concedendo-lhe virtual monopólio e vasta influência também na esfera política. Mesmo com a abolição das tarifas especiais, pela Lei Alves Branco, de 1844, reduziu-se o déficit na balança comercial com a Inglaterra, mas ela continuou a ser o principal fornecedor ao mercado brasileiro até o final da Primeira Grande Guerra, quando foi finalmente ultrapassado pelos EUA, que já desde meados do século XIX haviam-se estabelecido como principal mercado para nossas exportações. Em 1901, a corrente de comércio (exportações mais importações) com o Reino Unido chegara a £12 milhões, enquanto com os EUA era da

<sup>168</sup> A respeito da influência europeia sobre a elite brasileira da época, v. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

ordem de £20 milhões. Já no setor financeiro, os ingleses, que até 1895 detinham praticamente o monopólio do investimento estrangeiro no País, viram sua participação decair para 75% em 1905, e para 65% em 1913.<sup>169</sup>

Vale recordar que, apesar da magnitude e intensidade desses interesses econômico-comerciais, como assinala o historiador Alan Manchester, a luta da Inglaterra para abolir o tráfico de escravos fora um dos fatores que contribuíram para o declínio da predominância inglesa no Brasil.<sup>170</sup> Mesmo com a adoção da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, proibindo a importação de escravos, os atritos bilaterais continuariam pela década seguinte, culminando com o breve bloqueio naval britânico ao Rio de Janeiro em 1862-3 e o rompimento de relações, no contexto do “Caso Christie”.

As reações iniciais em Londres à notícia da proclamação da República foram sobretudo de inquietude de cunho financeiro e comercial. Falava-se em Londres até mesmo na possibilidade de alguns dos bancos credores do governo brasileiro recorrerem à intervenção diplomática para salvaguardar seus interesses. O Reino Unido só reconheceria formalmente a nova república em dezembro de 1890, vários meses após outros países europeus. Em todo o período do governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-91), os papéis brasileiros oscilavam na Bolsa de Londres ao sabor das disputas internas no Brasil e ao malogro das reformas introduzidas pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, conhecidas como “Encilhamento”. Aquelas disputas culminariam na ascensão de Floriano Peixoto à presidência, reforçando as preocupações em Londres, onde se especulava sobre a fragilidade do novo governo e disseminavam-se dúvidas acerca das perspectivas para o país: “As severas observações sobre a situação geral do país e as críticas à administração pública

---

<sup>169</sup> Essas inversões, concentradas inicialmente na infraestrutura para o setor exportador, ampliaram-se sobremaneira com o processo de urbanização, estendendo-se também ao setor de serviços públicos, passando de £10, 6 milhões em 1875 para £135,2 em 1913. Apud RODRIGUES, op. cit. p. 148; e ABREU, Marcelo de Paiva. *British Business in Brazil: Maturity and Demise (1850-1950)*. In: *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 54, n. 4, pp. 383-413.

<sup>170</sup> “The most serious friction which has ever arisen between England and Portuguese America resulted from the attempts of the British government to suppress the slave trade. From 1808 through the century until slavery was abolished in Brazil (1888), the constantly increasing pressure which the London Foreign Office brought to bear in its efforts to abolish the traffic caused such an intense feeling of resentment on the part of the Brazilians that the friendly relations of the countries were seriously menaced”. MANCHESTER, Alan K. *British Preeminence in Brazil: Its Rise and Decline*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1933, p. 159.

– sobretudo após a reforma de Rui Barbosa – não cessaram e prolongaram-se até o advento do governo de Campos Sales”.<sup>171</sup>

A continuidade da instabilidade política, que culminaria com a eclosão da Revolta da Armada em 1893, viria a corroborar a imagem negativa da nova república brasileira na opinião pública europeia, especialmente na Inglaterra. Temia-se até mesmo pela integridade territorial do país: “Para o observador europeu, a crise política levaria o Brasil a engrossar o rol das republiquetas sul-americanas, marcadas pelos ‘pronunciamentos’. Não apenas se punha em dúvida a capacidade de o Brasil se autogovernar, mas, também, de a República manter a unidade nacional”.<sup>172</sup>

Liderada pelo almirante Custódio de Melo, a Revolta da Armada foi fruto da disputa de poder entre exército e marinha na sucessão do Marechal Floriano Peixoto na presidência da república. Seus efeitos para a política externa não se limitaram à repercussão para a imagem de instabilidade política do país, mas decorreram sobretudo da intervenção de embarcações estrangeiras no conflito. No primeiro momento, em outubro de 1893, em atendimento a solicitação oficial do governo de Floriano Peixoto, os comandantes de embarcações inglesas, francesas, italianas e norte-americanas que se encontravam na baía da Guanabara uniram-se para resguardar a cidade de ataques das forças revoltadas.<sup>173</sup> Com a partida do líder Custódio de Melo para a ilha do Desterro, onde pretendia juntar-se às forças castilhistas em luta na Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama assumiu o comando da insurreição, impondo o bloqueio da alfândega do porto da capital federal.

Diante de sinais das potências europeias de que reconheceriam o estado de beligerância no país, Floriano Peixoto procurou negociar, através da ação de seu representante em Washington, Salvador de Mendonça, a intervenção direta de forças navais norte-americanas, que permitisse quebrar o bloqueio e assegurar desfecho favorável para as forças republicanas. O episódio foi registrado pelo próprio Salvador de Mendonça: “A atitude do governo americano fora nos meses de setembro, outubro e novembro muito favorável

---

<sup>171</sup> CERVO, op. cit. p.156.

<sup>172</sup> CERVO, op. cit. p.174.

<sup>173</sup> “A intervenção, não obstante ferisse a soberania nacional, foi bem aceita pelas autoridades legais, uma vez que, afastada a possibilidade de bloqueio e resguardada a capital de bombardeio, retirava o principal trunfo dos revoltosos”. Id. *ibid.*

ao governo brasileiro: qualquer ameaça de intervenção estrangeira em nossa querela doméstica teria trazido para o lado do governo legal o apoio efetivo do governo de Washington”.<sup>174</sup>

No entanto, autores como José Honório Rodrigues veem certo exagero no quadro traçado pelo Chefe de nossa Legação em Washington quanto às reais inclinações europeias de intervenção em nossa “querela doméstica”: “Em Washington, Salvador de Mendonça intrigava o Secretário de Estado, fazendo suspeitar, sem que nada apareça nos documentos, que as forças inglesas ofereciam munções aos insurgentes, e que os comandantes das esquadras europeias simpatizavam com a revolta, que teria por fim a restauração da Monarquia”.<sup>175</sup>

Em qualquer hipótese, a atuação de Salvador de Mendonça junto ao governo do Presidente Cleveland foi bem-sucedida e, em janeiro de 1894, esquadra da marinha dos EUA, liderada pelo Almirante Benham, lograva romper o bloqueio imposto ao Rio de Janeiro pelas forças de Custódio de Melo, assegurando a vitória ao governo de Floriano Peixoto. Diga-se de passagem que as potências europeias, particularmente a Inglaterra, inicialmente engajadas no bloqueio para proteger a cidade e seus cidadãos, não protestaram contra o desfecho liderado pelos EUA. Apesar da vitória de Floriano no episódio, o apelo ao estrangeiro para resolver uma crise interna passaria ao futuro como uma página negra de nossa história. Na síntese de Joaquim Nabuco: “Não contesto que o Marechal Floriano tivesse o direito de defender a sua autoridade; não tinha, porém, o direito de apelar para o estrangeiro nem de recorrer ao terror e à tirania”.<sup>176</sup>

Outra consequência da intervenção estrangeira na Revolta da Armada para nossa política externa foi o rompimento de relações com Portugal, motivado pelo asilo concedido pela esquadra lusa aos marinheiros rebeldes.

---

<sup>174</sup> MENDONÇA, Salvador de. A Revolta da Armada: O Incidente Stanton. In: *A Situação Internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910, pp. 201-2.

<sup>175</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 218

<sup>176</sup> Id. Ibid. p. 222. Não se deve, no entanto, exagerar o papel da diplomacia no encaminhamento da revolta. Como observa Joseph Smith: “Floriano’s ultimate triumph owed much to the rivalries and divisions among his enemies and to his own stolid refusal to surrender power. Diplomacy was merely one of a number of instruments used to gain assistance against the rebels. Floriano never requested American military intervention, but he did seek the material and moral support of the United States”. SMITH, Joseph. *Unequal Giants: Diplomatic Relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991, p. 25.

Não tendo sido atendida a exigência formulada pelo Itamaraty de entrega dos militares rebeldes, o rompimento de relações foi formalizado por troca de notas em maio de 1894.<sup>177</sup> Entretanto, menos de um ano depois, graças à intermediação exercida pela Grã-Bretanha, foi possível restaurar as respectivas legações no Rio de Janeiro e em Lisboa, e reatar o relacionamento com Portugal.

Poucos meses mais tarde, os papéis seriam invertidos, cabendo desta feita a Portugal exercer a mediação nas negociações entre o Império britânico e o Brasil no caso da tentativa de ocupação inglesa da Ilha de Trindade, ocorrida em meados de 1895.<sup>178</sup> Tratava-se do interesse das companhias telegráficas britânicas de ali estabelecer uma estação necessária à colocação de cabos que permitiriam a conexão da Europa com os demais países da América do Sul. Buscando garantir seus interesses econômicos na região, a Inglaterra aparentemente ignorava o reconhecimento que fizera do direito do Reino de Portugal sobre a ilha, ainda em tempos coloniais. Esse viria a ser o argumento decisivo empregado pelo Chanceler Carlos de Carvalho para a superação da diferença. Submetida a questão ao próprio governo português, em agosto de 1896, a Inglaterra viu-se obrigada a reconhecer a soberania do Brasil sobre a ilha.

Como evidenciado acima, o desfecho da revolta que consolidou o governo de Floriano Peixoto contribuiu para o início de nova era no relacionamento externo da jovem república. Pacificada a revolta, o governo federal pôde aos poucos voltar-se para as questões de política internacional, dentre as quais ressaltavam as questões de limites com nossos vizinhos na América do Sul. Para dedicar-se a essas questões, o chanceler Quintino Bocaiúva convocara os serviços de um jovem monarquista, nosso Cônsul em Liverpool, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que daria assim início à sua magistral obra de definir finalmente as fronteiras territoriais brasileiras: “Enquanto esses acontecimentos sangrentos se desenrolavam no país, um ilustre estudioso da história do Brasil trabalhava num quarto de Nova York, atulhado de livros, mapas e fôlhas de papel. Era o Barão do Rio Branco, que havia sido designado, pelo Govêrno do Marechal

---

<sup>177</sup> RODRIGUES, op. cit. p. 221.

<sup>178</sup> “O Ministro inglês Constantino Henry Phipps, informava pessoalmente Carlos de Carvalho de que efetivamente em fevereiro daquele ano o navio de guerra Baracota, encontrando a ilha inteiramente deserta, sem vestígio de ocupação ou posse, nela arvorara o pavilhão britânico”. Id. *ibid.* p. 224.



Floriano Peixoto, para defender os direitos do Brasil na questão de limites entre este país e a República Argentina, a qual havia sido submetida à decisão do Presidente dos Estados Unidos”.<sup>179</sup>

### 2.3. A Era Rio Branco

Podemos dividir a política externa da era Rio Branco em três vertentes principais: a política de negociação e definição territorial; a aproximação com os EUA e a intensificação do relacionamento com os vizinhos sul-americanos; e, por fim, o esforço de maior projeção do Brasil no cenário internacional.<sup>180</sup> Como veremos a seguir, José Maria da Silva Paranhos Júnior deu suas primeiras e indeléveis contribuições à política externa da nova república ainda antes de ocupar o cargo de chanceler. Ao assumir aquela pasta em 3 de dezembro de 1902, conforme observa José Hónorio Rodrigues, “sua obra de estadista, sua ação como dirigente máximo da política externa nem se iniciara e já o aguardava a confiança unânime do povo e do Governo”.<sup>181</sup>

José Maria da Silva Paranhos Júnior foi o primogênito do Visconde do Rio Branco, ilustre político e diplomata do Império, que deixara sua marca em nossa história ao liderar, como Chefe do Gabinete, a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871. Juca, como era conhecido o futuro chanceler, teve privilegiada educação nas melhores escolas (Colégio Pedro II), tendo-se formado em Direito, (estudou no Largo de São Francisco, em São Paulo, e no Recife). Dedicou-se, desde jovem, também aos estudos de história e geografia. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1868, com apenas 23 anos, especializando-se na história militar das lutas na região do rio da Prata, região à qual tivera oportunidade de acompanhar o pai em viagens oficiais. Na segunda delas, em 1870, participou, já como secretário em início de carreira, de missão de paz à Guerra do Paraguai.<sup>182</sup> Esses conhecimentos, que aprofundara na convivência doméstica com grandes figuras da política exterior do Império, a começar por seu próprio pai,

<sup>179</sup> NAPOLEÃO, Aluizio. In: *Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947, p. 77.

<sup>180</sup> É o que sugerem, por exemplo, as obras de BURNS, E. Bradford. *A Aliança Não Escrita: o Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC edições, 2003, e RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

<sup>181</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 230.

<sup>182</sup> BURNS, op. cit. pp. 42-3.

evidentemente seriam de grande valia em seu futuro trabalho como chanceler.<sup>183</sup>

Rio Branco teve breve passagem pela vida política parlamentar, elegendo-se deputado pelo Mato Grosso, nas legislaturas de 1869 a 1876, mas não se empenhou com a política interna. Como reconheceria mais tarde, os embates da política partidária não lhe atraíam, preferindo antes as grandes questões nacionais às disputas locais e regionais. Dificuldades financeiras e a família que crescia levaram então o jovem Paranhos a buscar outro rumo, sua nomeação para o então lucrativo cargo de Cônsul-Geral.<sup>184</sup>

Como se recorda, no período imperial, os titulares de Repartições Consulares tinham participação na arrecadação de emolumentos.<sup>185</sup> É de notar que essa primeira designação para posto no exterior foi complicada pelas objeções de ordem moral que lhe fazia Pedro II. Conhecedor da vida de boêmio de Juca e de seu “arranjo” com a atriz belga Marie Philomène Stevens, com quem só se casaria em 1889, o Imperador hesitou em conceder-lhe a nomeação, que só viria pela mão da Princesa Isabel, em sua regência em 1876.

Durante a permanência na Europa, Paranhos dividia o tempo entre Liverpool e Paris, onde instalara a família, aproveitando as oportunidades para aprofundar os estudos e pesquisas históricas que o consagrariam como um dos maiores especialistas em história e geografia do Brasil. Em 1888, como gesto de gratidão por seus leais serviços, D. Pedro concede-lhe o título de Barão do Rio Branco. No ano seguinte, a proclamação da República o encontraria ainda como Cônsul em Liverpool, acumulando, a partir de 1891, o cargo de diretor do Serviço de Imigração do Brasil em Paris.

### 2.3.1. Os tratados de limites

#### *A questão de Palmas*

Em março de 1893, Rio Branco foi chamado pelo governo Floriano para prestar o que seria sua primeira contribuição à consolidação do território

<sup>183</sup> Nas palavras do próprio Rio Branco, em carta a Rodrigues Alves de 1902: “Vi funcionar em casa a Secretaria dos Negócios Estrangeiros”, apud RICUPERO, op. cit. p. 30.

<sup>184</sup> “Para o segundo Rio Branco as preocupações materiais foram uma constante. É uma das razões que dá para o abandono da carreira política e a que invoca para preferir o cargo de cônsul em Liverpool à posição mais prestigiosa de diplomata em Bruxelas”. Id. ibid. p. 13.

<sup>185</sup> “Pertencendo, como pertenciam, o total dos emolumentos aos titulares dos postos, alguns consulados, os de Liverpool e Lisboa, por exemplo, constituíam pingues prebendas”. OLIVEIRA LIMA, (1908) p. 30.

nacional. A vasta experiência adquirida nos estudos na Europa, aliada ao próprio legado do trabalho de seu pai, que negociara, com a Argentina, o primeiro tratado sobre a questão de limites do território de Palmas, foram fatores decisivos na escolha de seu nome para chefiar a Missão Especial Brasileira em Washington.<sup>186</sup>

A questão de Palmas remontava ao Tratado de 1857, negociado pelo Visconde do Rio Branco, nos termos do qual o governo argentino reconhecia a soberania brasileira sobre a fronteira do Santo Antônio, Pepiri-guaçu e Uruguai.<sup>187</sup> Embora aprovado pelo parlamento argentino, aquele tratado não chegou a ser ratificado. Somente em 1876, com o Tratado de Paz da Guerra do Paraguai, manifestou a Argentina, por primeira vez, dúvidas a respeito daqueles limites e, em 1881, viria a declarar em litígio a região de Palmas, a leste daqueles rios, propondo que o limite se situasse nos rios Chapecó e Chopim. A alegação argentina parecia claramente sem fundamento, até mesmo por ser a região ocupada por brasileiros. O impasse levaria a novas negociações em 1885 e finalmente à decisão de firmar o Tratado de Arbitramento, de 7 de setembro de 1889, pelo qual os dois países concordavam em submeter a questão ao arbitramento do Presidente dos EUA. Como vimos, a tentativa de Quintino Bocaiúva de resolver a questão com o Tratado de Montevideú, de 1890, estabelecendo a partilha da região em litígio, fora rejeitada pelo Congresso brasileiro, deixando o recurso ao arbitramento como única forma de encaminhar a questão.<sup>188</sup> Devido à instabilidade interna no Brasil, a questão só seria retomada pelo governo Floriano em 1892, com a designação, para liderar a delegação brasileira, do Barão de Aguiar de Andrada, cujo falecimento no ano seguinte ensejaria a convocação de Rio Branco.

O Cônsul em Liverpool chegou a Washington em maio de 1893 e, acompanhado por Salvador de Mendonça, apresentou credenciais como

---

<sup>186</sup> Além disso, como nota Álvaro Lins, Floriano conhecia o trabalho de Rio Branco como historiador, especialmente seus comentários à obra de L. Schneider sobre a Guerra do Paraguai. LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996, p. 195, nota 323.

<sup>187</sup> O próprio Barão do Rio Branco preferia chamar o território em questão de *Palmas*, no entendimento de que não fizera parte do território da província jesuítica de *Misiones*. V. RICUPERO, op. cit. p. 24.

<sup>188</sup> “Em 15 de abril de 1892, dizia Floriano Peixoto ao Presidente Grover Cleveland que a sua escolha como árbitro, de acordo com o tratado de 1889, fora feita com profunda convicção dos seus sentimentos de justiça e a confiança de que não hesitaria em aceitar o encargo do julgamento da questão de limites com a Argentina, (...) prestando, dessa maneira um serviço à nação e ao governo do Brasil”. NAPOLEÃO, op. cit. pp. 82-3.

chefe da Missão Especial ao Presidente Grover Cleveland, ao qual reiterou seu desejo de uma solução justa para a questão, de modo a permitir a continuidade da boa amizade entre Brasil e Argentina. Seu predecessor, por instrução recebida do Rio de Janeiro, contratara advogado em Nova York para auxiliar a delegação brasileira, o que Rio Branco, no entanto, recusou-se a aceitar, julgando ter provas suficientes para arguir o caso favoravelmente com base nos documentos que prepararia de próprio punho.

No entanto, a súbita morte do chefe da delegação argentina levou ao adiamento das negociações por seis meses, período no qual o Barão decidiu instalar-se em Nova York, onde se dedicaria a preparar a “memória” a ser apresentada pelo Brasil, à deliberada distância da vida diplomática na capital norte-americana. Rio Branco, como era de seu feitio, trabalhava incansavelmente, debruçado em mapas e documentos que pretendia invocar para comprovar a validade do pleito brasileiro. Solicitou à Legação em Madri buscas nos arquivos naquela capital à procura de documentos que remontavam ao Tratado de Madri de 1750. Estabeleceu, nessa época, relação de amizade com o Professor John Basset Moore, eminente internacionalista da Universidade Columbia, que fora contratado como consultor pelo governo brasileiro. Moore contribuiria decisivamente tanto na argumentação jurídica quanto na versão para o inglês do memorando brasileiro. Rio Branco estava tão firmemente convicto da qualidade da documentação reunida que escreveu confiante à sua família acreditar-se “por tal modo armado que com certeza ganharei a causa”.<sup>189</sup>

Ainda em julho daquele ano, chegara a Nova York o Ministro Estanislao Zeballos, para liderar a missão argentina. Esse seria o primeiro encontro entre os dois diplomatas cuja animosidade haveria de acompanhá-los por toda sua vida diplomática, merecendo registro o fato de que Zeballos se tornaria amigo próximo de Oliveira Lima.<sup>190</sup> Fora Zeballos, então Chanceler, que, em 1890, conduziu a negociação do Tratado de Montevideú pelo lado argentino.

A Memória de Rio Branco ao Presidente Cleveland, de fevereiro de 1894, calcava-se em três pontos fundamentais: “o fato de que já no século XVII o território a leste do rio (...) Peperi-guaçu – descoberto pelos brasileiros de São Paulo (...) era dominado pelos mesmos paulistas e fazia parte integrante

---

<sup>189</sup> Telegrama de 02.11.1893. Arquivo do Barão do Rio Branco, MRE, apud NAPOLEÃO, op. cit. p. 90.

<sup>190</sup> Zeballos ocupou a Chancelaria argentina em três períodos: 1889-90, 1891-92, e 1906-08. OLIVEIRA LIMA. (1986) pp. 132-3.

do Brasil; no uti possidetis da época da Independência, que era o mesmo reconhecido pelos Missionários Espanhóis (...) a posse igualmente reconhecida por Espanha no Tratado de 1750 e admitida pelo próprio governo argentino; na posição especial desse território, que lhe é indispensável para sua segurança e defesa e para conservação das comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros Estados da União Brasileira”.<sup>191</sup>

Em 6 de fevereiro de 1895, seria finalmente proferido o laudo arbitral do Presidente Cleveland, pelo qual concedia o território de 35.000 km<sup>2</sup>, integralmente ao Brasil. Como assinala Álvaro Lins, quando a notícia chegou ao Rio de Janeiro, “o nome do Barão do Rio Branco passou a ser exaltado e glorificado em toda parte”.<sup>192</sup> Note-se que os dois anos passados nos EUA seriam a única ocasião que teria Rio Branco de viver naquele país.

### *A questão da Guiana Francesa ou do Amapá*

Retornando à Europa após a vitória colhida na questão de Palmas, os serviços de Rio Branco seriam novamente solicitados na questão, desta vez mais delicada, da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa na região do Amapá. Tratava-se de assunto sobre o qual seus conhecimentos não eram tão extensos quanto na questão de Palmas, que nos contrapunha a adversário europeu, e ainda estava fresco o episódio da ocupação inglesa da ilha de Trindade. Brasil e França decidiram apresentar o litígio ao arbitramento do Conselho Federal Suíço, ao qual caberia decidir as duas questões centrais: quanto à fronteira exterior ou marítima, definindo, conforme o sentido preciso do artigo oitavo do Tratado de Utrecht de 1713, se era o rio Japoc ou Vicente Pinzón; e quanto à fronteira interior.<sup>193</sup> Para o Brasil, o rio limítrofe era o Oiapoque, que deságua no Atlântico a oeste do Cabo Orange. A França argumentava que o limite seria o rio Araguari, que desemboca no oceano ao sul do Cabo Norte. A primeira questão requeria buscar a definição utilizada por cada parte quando da negociação do Tratado de Utrecht, que havia sido realizada por Paulino José Soares de Souza e Joaquim Caetano da Silva na

---

<sup>191</sup> RIO BRANCO, Barão do. Exposição de Motivos ao Presidente dos Estados Unidos. Vol II, p. 14. Apud LINS, op. cit. pp. 201-2.

<sup>192</sup> LINS, op. cit. p. 208. V. tb. RICUPERO, Rubens. *O Barão do Rio Branco: uma Biografia Fotográfica*. FUNAG, Brasília, 2002, p. 60.

<sup>193</sup> RODRIGUES, op. cit. pp. 241-2.

obra *L'Oyapoc et L'Amazone*, de 1855, que serviria de base para a posição defendida por Rio Branco para determinar a ocupação portuguesa do território. Em duas memórias de 1899, ele argumenta que o rio mencionado no Tratado de Utrecht é inquestionavelmente o Oiapoque, que define a fronteira marítima da região, e que a fronteira interior é a que vai do Oiapoque até a fronteira holandesa, conforme reconhecido pelos próprios franceses em 1817.

Mais uma vez, o Barão dedicou-se arduamente à busca e exame de provas que permitiriam, após quatro anos de trabalho, mais uma vitória. Em 1º de dezembro de 1900, era divulgado o laudo do árbitro suíço, favorável ao Brasil, consolidando o prestígio de Rio Branco no País ao acrescentar definitivamente ao território nacional mais de 260.000 km<sup>2</sup>. Nas palavras de Rui Barbosa em “A Imprensa”: “Hoje, literalmente do Amazonas ao Prata, há um nome que parece irradiar por todo o círculo do horizonte num infinito de cintilações: o do filho do emancipador dos escravos, duplicando a glória paterna com a de reintegrador do território nacional”.<sup>194</sup>

Como agradecimento pelos inestimáveis serviços prestados à nação, a Rio Branco foi concedida pelo Congresso dotação anual vitalícia, estendida a seus filhos, além de prêmio substancial. Com a confortável situação financeira assim alcançada, pôde Rio Branco finalmente deixar a carreira consular e ingressar na diplomática, aceitando a nomeação como Ministro em Berlim, aonde chegaria em maio de 1901. No entanto, a missão seria de curta duração, pois já em 6 de julho de 1902 receberia convite do presidente eleito Rodrigues Alves para que aceitasse o cargo de chanceler.

Relatam os historiadores que Rio Branco não buscara ativamente tal indicação e que levava alguns meses para vencer a relutância inicial. Alegou motivos de saúde, de sua pouca inclinação por envolver-se com os assuntos internos do país e, sobretudo, as obrigações familiares, com a morte da esposa em 1898, e a atenção requerida pelos filhos na Europa. Sua resposta inicial ao presidente eleito foi a de indicar seu amigo Joaquim Nabuco que, como escreve ao Presidente-eleito, possuiria não só “todas as habilitações para o cargo, mas também qualidades brilhantes que não possuo, e que o tornariam um auxiliar precioso para a solução que possa ter a desagradável questão do Acre”.<sup>195</sup> Na realidade, Rio Branco já estava ciente do enorme desafio que teria de ser enfrentado pelo novo chanceler ao assumir a pasta, pois já

<sup>194</sup> RICUPERO, op.cit. p. 65.

<sup>195</sup> RIO BRANCO, Barão do. Carta a Rodrigues Alves. Arquivo do Itamaraty. Apud LINS, op. cit. p. 245.

acompanhava os desdobramentos do caso desde seu posto em Berlim, graças à correspondência do Ministro em Washington e seu amigo Assis Brasil.

Rodrigues Alves, embora sequer o conhecesse pessoalmente, não abriria mão de contar com sua hábil assessoria em seu novo governo. Em 29 de agosto, enviou a Rio Branco o ultimato: “Valiosas ponderações cartas não me convenceram. Nome V. Excia. será muito bem recebido não podendo negar país sacrifício pedido”.<sup>196</sup> A resposta de Rio Branco não podia ser outra do que aquela enviada no dia 30 “Farei sacrifício que V. Excia. julga necessário contente de o fazer pelo muito que devo à nossa terra e a V. Excia”.<sup>197</sup>

Rio Branco retornaria ao Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 1902, sendo recebido com pompa e circunstância ao desembarcar no cais Pharoux, em sinal de gratidão e apreço do povo brasileiro pelas conquistas territoriais por ele alcançadas, que já teriam sido suficientes para consagrar indelevelmente seu nome no panteão dos heróis nacionais. Mas sua obra ainda estava apenas começando.

### *A questão do Acre*

O primeiro grande desafio de Rio Branco como Chanceler foi o de negociar a questão do Acre, relativa a nossos limites territoriais com a Bolívia e o Peru. Ciente de que este contencioso dificilmente poderia ser resolvido com sucesso por meio de arbitragem internacional, o Chanceler brasileiro buscou, inicialmente, tratar da complexa questão por etapas, negociando primeiramente com La Paz e depois com Lima. Nossa fronteira com a Bolívia havia sido objeto de delimitação pelo Tratado de Ayacucho de 1867, negociado pelo governo imperial em plena Guerra do Paraguai, com base no chamado “Mapa da Linha Verde” de Duarte da Ponte Ribeiro, que concedia à Bolívia domínio sobre as terras da região do Acre. A diplomacia imperial estava então mais preocupada em preservar a neutralidade da Bolívia no conflito do que em assegurar seu domínio sobre território então remoto e inóspito. A questão só adquiriu contornos de litígio territorial a partir do momento em que, atraídos pelo “boom” da borracha, milhares de seringueiros brasileiros estabeleceram-se na região, provenientes principalmente do Ceará, que sofrera terrível seca nos anos de 1877-79. Em 1899, insatisfeitos com o

---

<sup>196</sup> Id. *ibid.* p. 247.

<sup>197</sup> Id. *ibid.*

governo boliviano, esses brasileiros, sob a liderança de José de Carvalho, rebelaram-se e lograram a retirada do representante de La Paz. Logo a seguir, em julho daquele ano, o aventureiro espanhol (que vivia no Brasil) Luís Galvez lideraria nova revolta, proclamando o Estado Independente do Acre, movimento que foi pronta e duramente debelado pelo governo boliviano, com o armistício assinado em março de 1900.<sup>198</sup>

Diante da dificuldade de manter a região sob seu domínio, tendo em conta não apenas a majoritária presença populacional brasileira, mas também a própria distância física da capital boliviana, o governo daquele país cedeu às pressões de empresas estrangeiras e decidiu arrendá-la, em julho de 1901, por período de trinta anos. Formado por investidores norte-americanos, ingleses e franceses desejosos de participar dos lucrativos negócios da borracha, o denominado “Bolivian Syndicate” reproduzia na América Latina a sua forma de atuação em outros continentes. A reação no Brasil foi de hostilidade ao consórcio e despertou forte sentimento antiamericano e especulações de que os EUA estariam se imiscuindo na questão com a Bolívia.<sup>199</sup>

Rio Branco, ao assumir a pasta das Relações Exteriores, encontrou, assim, esta complexa e explosiva situação em pleno desenrolar. Ainda no governo Campos Sales, uma das primeiras providências tomadas em protesto à criação do *Syndicate* fora a proibição de navegação comercial estrangeira no Rio Amazonas destinada à região do Acre, medida esta confirmada pelo Barão logo após sua posse. Obviamente, foram imediatos os protestos dos países participantes do consórcio. Considerando a importante presença de brasileiros na região, e convencido da necessidade de pôr fim ao *Syndicate*, o Barão resolveu implementar sugestão aventada por seu amigo Assis Brasil, de pagar indenização aos membros da companhia e promover a sua extinção. Com o pagamento efetuado, em março de 1903, foi possível retornar à negociação diplomática direta entre os dois países.

Enquanto isto, a região permanecia conturbada. Em janeiro de 1903, eclodira nova insurreição dos seringueiros brasileiros contra o domínio boliviano e o estabelecimento do *Syndicate*. O conflito despertou enorme simpatia do povo e do governo brasileiros, desejosos de defender os interesses de seus

<sup>198</sup> CERVO, op. cit. p. 189.

<sup>199</sup> Como o governo de Washington se envolvia cada vez mais com a proteção dos investimentos dos seus nacionais no exterior, a Bolívia pensou que o Sindicato serviria para garantir uma intervenção americana em favor do contrato e em apoio dos investidores dos Estados Unidos, especialmente porque um deles era W. E. Roosevelt, primo do presidente”. BURNS, op. cit. p. 103.



compatriotas. Rio Branco decidiu, então, solicitar o envio de tropas ao Presidente da República para defender os brasileiros. Pressionado, de um lado, por sua incapacidade de conter a rebelião e, por outro, pelo fim da esperança de uma intervenção norte-americana em favor do *Syndicate*, que acabara de ser extinto, o governo boliviano não teve outro caminho a seguir a não ser a negociação pretendida por Rio Branco, que culminaria na celebração do Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903.

Com sua ratificação, o Brasil adquiriria 142.900 km<sup>2</sup> na região litigiosa, somados a 48.100 km<sup>2</sup> não disputados, mas habitados por brasileiros, que comporiam o Território do Acre em 1904. O Tratado previa a cessão à Bolívia de 3.000 km<sup>2</sup> entre os rios Madeira e Abunã e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, além do pagamento de dois milhões de libras esterlinas a título de indenização.<sup>200</sup>

Resolvida a situação com a Bolívia, restava ainda a pendência com o Peru, que não aceitara de bom grado os termos acordados entre Brasil e Bolívia, pois na realidade também reivindicava parte do território entregue ao Brasil. Tratava-se de vasta área, no Alto Purus e no Alto Juruá, rica em seringais, que o Peru alegava pertencer-lhe desde o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso, de 1777, entre Portugal e Espanha, argumento sempre rejeitado pelo Brasil. Ainda durante as negociações Brasil-Bolívia, supondo que os EUA atuariam como árbitro da questão, a chancelaria peruana buscou apoio em Washington. Consultado a respeito pelo representante norte-americano no Rio de Janeiro, Ministro Thompson, Rio Branco informou-o de sua intenção de somente negociar com o Peru uma vez equacionados os entendimentos então em curso com a Bolívia.

Decidido a negociar diretamente com o Ministro do Peru no Rio de Janeiro, Hernán Velarde, Rio Branco celebrou, inicialmente, acordos provisórios (*modus vivendi*), em 12 de julho de 1904, que definiam um calendário para o prosseguimento dos entendimentos, ao mesmo tempo em que pacificava os conflitos entre nacionais dos dois países na região do alto Juruá e alto Purus, criando um tribunal arbitral incumbido de examiná-los. Para lá foram despachadas missões exploratórias, lideradas por Euclides da Cunha e pelo General Belarmino Mendonça, que apresentaram seus relatórios em 1906 e 1907. Com os resultados daquelas missões e recurso ao princípio do *uti possidetis*, foi finalmente possível aclarar que a área disputada era

---

<sup>200</sup> RICUPERO (2002) p. 77.

efetivamente ocupada por nacionais brasileiros. Em 8 de setembro de 1909, assinava-se o tratado definitivo, que estipulava caberem ao Brasil cerca de 403.000 km<sup>2</sup> (inclusive os 191.000 km<sup>2</sup> negociados com a Bolívia) reconhecendo-se ao Peru 39.000 km<sup>2</sup>.

Estas foram as principais e mais complexas questões de limites enfrentadas por Rio Branco, mas não as únicas.<sup>201</sup> A obra de delimitação do território nacional estava quase completa quando, em 1909, Rio Branco negociou acordo definitivo com o Uruguai que, ao ver de vários historiadores, foi um gesto de amizade para com o vizinho meridional ao reabrir a questão do direito de navegação na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão, retirado pelo Tratado de 1851. O novo tratado, de 30 de outubro daquele ano, permitiu ao Uruguai a livre navegação naquelas águas, e concedeu àquele país o condomínio da Lagoa Mirim e do Jaguarão e a propriedade de algumas ilhas. Nas palavras do Presidente uruguaio ao congresso de seu país: "El Exmo Señor Barón de Rio Branco ha encarado y resuelto nuestras aspiraciones de todos los tiempos con un criterio que supera, por su amplitud y elevación, a esos legítimos anhelos de nuestro patriotismo (...) la Cancilleria Brasileña (...) ha concedido al Uruguay mucho más de lo que nuestra diplomacia demandó en todas las épocas, y ha aceptado mucho menos de lo que esa misma diplomacia ofreció, como compensación, en sus constantes gestiones".<sup>202</sup>

Não resta dúvida de que o talento e a competência de Rio Branco foram fundamentais na realização do que terá sido a sua maior obra, a definição final do território nacional. Em período relativamente breve, havia liderado a resolução de questões territoriais seculares com nossos vizinhos, e aproximadamente 886.000 km<sup>2</sup> haviam sido incorporados ao território do País, uma área equivalente aos atuais territórios de França e Alemanha somados. Equacionadas as principais questões territoriais, teria o Barão afirmado ao diplomata e político argentino Ramón F. Cárcano: "Já construí o mapa do Brasil. Agora o meu programa é de contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos".<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> Na gestão de Rio Branco resolveram-se também as pendências sobre limites com a Inglaterra, sobre a Guiana Inglesa (1904); com a Venezuela (1905); com Holanda, sobre o Suriname (1906); e com a Colômbia (1907). V. RICUPERO (2000) p. 33.

<sup>202</sup> LINS, op. cit. p. 428.

<sup>203</sup> RICUPERO (2002) p. 83

### 2.3.2. A Relação com os EUA na Virada do Século XX

Alguns historiadores veem nesse período da história do Brasil interessante paralelo com a dos EUA: ao final do século XIX, os dois gigantes territoriais americanos, um ao norte, outro ao sul, finalmente haviam logrado pacificar seus conflitos internos, completavam o processo de consolidação de seu território, e despertavam para a cena internacional, na qual buscavam maior assertividade e projeção, cada um a seu modo e com seu peso específico, mas ambos partilhando alguns valores importantes, dentre os quais se destacava a Doutrina Monroe, endossada desde o primeiro momento pelo Brasil.<sup>204</sup>

Essa gradual e crescente maior aproximação com os EUA, embora possa ser rastreada até o período imperial, por exemplo com a visita do Imperador D. Pedro II aos EUA em 1876, certamente adquiriu novo fôlego e entrou em nova etapa a partir da proclamação da República. É o que se depreende da participação de nossa diplomacia na Primeira Conferência Interamericana de Washington (de 2 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890), aberta, portanto, ainda sob a monarquia. De uma posição inicialmente cautelosa, de não envolvimento e de mera observação, a atuação brasileira acabou por somar-se à nova tendência, evidenciada por outros países do continente, de privilegiar seu relacionamento com os EUA em detrimento dos tradicionais vínculos com a Europa. Proclamada a República, o novo chanceler, Quintino Bocaiúva, nomeou Salvador de Mendonça, nosso Cônsul em Nova York desde 1875, como chefe de delegação à Conferência. Salvador de Mendonça imprimiu novo rumo à atuação brasileira, buscando maior aproximação com as delegações dos Estados Unidos e da Argentina, e maior engajamento com os temas do continente americano em geral.

A falta de identidade política com as potências europeias e a gradual redução de nossa dependência econômica começariam a afastar o Brasil do tradicional relacionamento com elas estabelecido ao longo do Império, sobretudo com a Grã-Bretanha. Foi, portanto, com esse pano de fundo que a atenção do Barão do Rio Branco voltou-se para a nascente potência norte-americana, com quem, como visto, mantínhamos tradicionais vínculos de

---

<sup>204</sup> BURNS, op. cit. e MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 12ª ed. 1978. Para cada elemento que compõe o paralelo entre os dois países, podem ser lembrados outros aspectos que o colocam em perspectiva, como, por exemplo, a incomparável intensidade dos conflitos internos (na Guerra Civil dos EUA morreram 2% da população) ou o fato de que nosso território foi definido pela via da negociação diplomática.

amizade e cooperação. Embora ele próprio mantivesse laços estreitos com a Europa, de onde acabara de regressar após um quarto de século, deu-se conta rapidamente de que o Brasil deveria buscar inserir-se mais decididamente no conjunto de repúblicas do hemisfério: “Rio Branco era um realista e compreendia que o futuro do Brasil residia no Novo Mundo, não na Europa. Os Estados Unidos eram o principal mercado para o Brasil, e os seus vizinhos eram países de língua espanhola”.<sup>205</sup>

Homem sempre pragmático, enxergara Rio Branco o gradual deslocamento do tradicional eixo de poder europeu para o outro lado do Atlântico.<sup>206</sup> Afinal, não se pode esquecer que a própria República brasileira fora imaginada e lançada nos moldes da grande república ao norte, cuja constituição inspirara a primeira constituição republicana, de 1891. Na visão de Rio Branco, e também na de nosso primeiro Embaixador em Washington, Joaquim Nabuco, o contexto internacional e regional favorecia uma “opção preferencial pelos Estados Unidos”.<sup>207</sup>

Embora comentaristas da época atribuíssem a Rio Branco e Nabuco a maior aproximação com os EUA, suas origens podem ser buscadas na atuação de Salvador de Mendonça, primeiramente como Cônsul em Nova York e, após a proclamação da República, como Ministro em Washington, onde permaneceu até 1898, e onde contou com a colaboração de Oliveira Lima como Secretário. Como ele próprio recordaria, talvez com certo exagero, em seu estilo peculiar: “Quando, pois, o Barão do Rio Branco mandou o Sr. Joaquim Nabuco descobrir a América do Norte ela já estava descoberta, medida e demarcada”.<sup>208</sup>

Na verdade, Salvador de Mendonça enviara ao Presidente Campos Sales, em 1902, ainda antes da posse de Rio Branco no Itamaraty, sugestões para o relacionamento com os EUA que viriam a integrar a nossa agenda com aquele país. Exemplos de sua atuação foram mencionados acima,<sup>209</sup> como

<sup>205</sup> BURNS, op. cit. p. 53.

<sup>206</sup> “Paranhos teve o discernimento de perceber o que não era ainda evidente aos contemporâneos: a emergência dos Estados Unidos como futura potência global”. RICUPERO, Rubens. “O Brasil, a América Latina, os EUA desde 1930: 60 anos de uma Relação Triangular”. In: GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990*, vol. I. São Paulo: NPRI/USP, 1996, p. 38.

<sup>207</sup> RICUPERO (2002) p. 86. “Tanto Rio Branco quanto Joaquim Nabuco, (...) embora cada um a seu modo e expressando-se por meio de linguagens diferentes, reconheciam os Estados Unidos como o centro de um subsistema internacional de poder”. CERVO, op. cit. p. 184.

<sup>208</sup> MENDONÇA, op. cit. pp. 247-8.

<sup>209</sup> V. 2.2.1. A Reorientação do Eixo da Política Externa.

seu papel na obtenção do apoio dos EUA na Revolta da Armada e sua tentativa – não de todo exitosa – de estreitar os laços comerciais bilaterais com o acordo Blaine-Mendonça, de 1891. Defendeu sempre a teoria de que a Doutrina Monroe poderia ser empregada vantajosamente pelo Brasil na defesa de seus próprios interesses nas disputas territoriais com seus vizinhos, ao mesmo tempo em que acreditava que o Brasil poderia fazer a ponte entre os EUA e os países latino-americanos.

Como visto, o Brasil já tivera oportunidade de testar a amizade com os EUA nos episódios das disputas territoriais, primeiramente com o Laudo Cleveland, na questão com a Argentina sobre a região de Palmas, e posteriormente na questão do Acre. Nesta última, conforme assinalado, os EUA restringiram sua participação à defesa dos interesses financeiros e comerciais de seus cidadãos acionistas do *Bolivian Syndicate*, como avaliou à época o próprio Ministro Assis Brasil de Washington. Portanto, quando da decisão de Rio Branco de indenizar os acionistas da companhia, estava satisfeita a exigência dos EUA quanto à proteção dos interesses de seus nacionais e assegurada sua não intervenção, postura essa que foi mantida diante das insistentes gestões do Peru por mediação norte-americana na questão.

À medida que se realizava a aproximação na esfera política, da qual é testemunho, por exemplo, a ratificação, em 1903, do Tratado de Extradicação de 1897, importante instrumento de cooperação jurídica entre os dois países, crescia também o comércio bilateral, tendo os EUA passado a ser o principal mercado para o café e a borracha brasileiros.<sup>210</sup> De outra parte, crescia a projeção internacional dos EUA, como evidenciado em episódios como a mediação que realizaram na Guerra russo-japonesa em 1905 e sua participação da Conferência de Algeciras no ano seguinte, após incidente de Agadir sobre o Marrocos entre a Alemanha e a França. A combinação desses fatores contribuiria para a inflexão da política exterior brasileira promovida pelo Barão em direção à maior proximidade com Washington: "Tudo isso predispunha o Barão a buscar o que Bradford Burns denominaria de 'aliança não escrita' com os Estados Unidos, pela qual cada um dos aliados se prestaria mútuo apoio a fim de melhor servir a seus respectivos interesses".<sup>211</sup>

É o que se pode observar, por exemplo, já no episódio do movimento de independência do Panamá da Colômbia, proclamada em 3 novembro de

<sup>210</sup> Id. *ibid.* V. tb. NAPOLEÃO, *op. cit.* p. 151.

<sup>211</sup> RICUPERO (2000) p. 37.

1903, com ostensivo apoio do governo norte-americano, que havia negociado com Bogotá tratado para a cessão do território necessário à construção do Canal do Panamá. Como o senado colombiano rejeitasse o referido acordo, o governo do presidente Roosevelt não hesitou em apoiar as forças panamenhas revoltosas, assegurando assim o futuro de seu controle sobre o canal. Já a 6 de novembro daquele ano, os EUA reconheceriam a nova república, para logo a seguir negociar com o governo provisório o Tratado Hay-Bunau-Varilla, assegurando o domínio norte-americano sobre o Canal.

Desde o início do movimento, em manifestação de amizade pelos EUA, o governo brasileiro mostrara simpatia aos separatistas panamenhos. O próprio Rio Branco já antecipara ao Ministro dos EUA no Rio de Janeiro, “que o Brasil teria satisfação em reconhecer o Panamá, desde que recebesse um pedido nesse sentido pelos canais tradicionais”,<sup>212</sup> e se empenharia em apoiar, junto a nossos vizinhos, especialmente a Argentina e o Chile, o reconhecimento da nova nação. Por uma rota algo complexa, envolvendo negociações realizadas especialmente em Washington, solicitação formal de reconhecimento do novo governo panamenho foi recebida pelo Itamaraty em fevereiro de 1904. O Chile e o México, que havia também aderido ao movimento de reconhecimento, foram os primeiros países a reconhecerem a independência do Panamá, tendo Brasil e Argentina feito o mesmo logo depois, nos primeiros dias de março. A atitude brasileira foi naturalmente muito bem recebida pelos EUA.

Outro elemento que contribuiu para a aproximação com os EUA foi a acolhida que o governo brasileiro sempre dera à Doutrina Monroe, vendo nela “uma defesa de sua própria independência”.<sup>213</sup> Rio Branco deu continuidade a essa política, julgando conveniente às nações do hemisfério poder contar com tal elemento dissuasivo a eventuais pretensões europeias na região, e procurou valer-se dela, nem sempre explicitamente, por exemplo, no esforço de convencer a França a submeter a questão do Amapá à arbitragem. Foi calcado nesse juízo que Rio Branco abraçou também o chamado Corolário Roosevelt, pelo qual, como visto,<sup>214</sup> o presidente norte-americano arrogava a seu país o direito e o dever de exercer “poder de polícia”, intervindo preventivamente diante de ameaça de ação militar das potências europeias nas Américas para a cobrança de dívidas. Ao ver de Rio

---

<sup>212</sup> BURNS, op. cit. p. 112.

<sup>213</sup> Id. *ibid.* pp. 185-8.

<sup>214</sup> V. 2.1. O Cenário Internacional 1880-1914.

Branco, as palavras de Roosevelt não deveriam trazer preocupações a “nações responsáveis” como o Brasil.<sup>215</sup> Considerava mesmo o Barão que onde houvesse instabilidade ou incapacidade de governança, os vizinhos mais estáveis deveriam intervir para restabelecer a ordem. Recorde-se que Rio Branco se opôs, logo no início de sua gestão, à proposta do Chanceler argentino Drago, formulada por ocasião do incidente da imposição de bloqueio à Venezuela, por forças navais anglo-germânicas para cobrança de dívida. Segundo a Doutrina Drago, não seria legítimo o recurso à força para a cobrança de dívida pública. O governo dos EUA não acolheu a proposta argentina e o Brasil viria a se posicionar oficialmente na mesma linha na Conferência de Haia em 1907.

Ponto culminante da “aliança não escrita” viria com a decisão de elevar as legações em Washington e no Rio de Janeiro a embaixadas, assinalando em termos práticos e simbólicos a crescente importância que os dois países atribuíam a seu relacionamento bilateral. Tal ideia partira do Ministro Assis Brasil, nosso representante em Washington, durante as negociações sobre a questão do Acre. Segundo ponderara a Rio Branco, enfrentava limitações, em seus contatos de alto nível, por não ter acesso, dada sua condição de mero ministro, às autoridades mais importantes nos EUA. O próprio Rio Branco reconhecia o papel fundamental do posto ao assinalar: “Como sabe posto mais importante para nós é Washington”.<sup>216</sup> O Barão empenhou-se pessoalmente para a elevação da categoria das representações diplomáticas dos dois países, e mesmo antes de concluídos os entendimentos já havia designado Joaquim Nabuco, então Ministro em Londres, para ocupar o cargo de Embaixador em Washington.<sup>217</sup> Após consultas informais com o Departamento de Estado, foi possível acordar a troca de embaixadas e, no início de 1905, os dois governos concordaram em nomear seus representantes. Theodore Roosevelt designou o Ministro Thompson para Embaixador no

<sup>215</sup> “Rio Branco, que era um realista, não viu motivo para que o Brasil – a Argentina ou o Chile – ficassem perturbados pelo Corolário. Entendia que a linguagem da declaração do Presidente Theodore Roosevelt estava dirigida para as repúblicas instáveis e irresponsáveis, cuja conduta imprópria provocava reações europeias e, portanto, requeriam uma ação preventiva por parte dos Estados Unidos”. BURNS, op. cit. p. 190. “Rio Branco não desaprovou os termos em que Theodore Roosevelt se auto-outorgou o poder de ‘polícia internacional’, bem como era pela demonstração de força em favor da paz”. CERVO, op. cit. p. 182.

<sup>216</sup> Apud NAPOLEÃO, op. cit. p. 160.

<sup>217</sup> “(...) a amizade pelos Estados Unidos, o apoio à Doutrina Monroe e a dedicação ao Panamericanismo faziam de Nabuco a escolha lógica de Rio Branco para servir em Washington como Embaixador”. BURNS, op. cit. p. 122.

Rio de Janeiro, o qual apresentou credenciais ao Presidente Rodrigues Alves em 16 de março de 1905, enquanto Joaquim Nabuco o faria ao Presidente Roosevelt em 24 de maio. Nossa Embaixada em Washington foi a primeira dessa categoria em nosso serviço exterior e somou-se às sete embaixadas então existentes na capital norte-americana, sendo a única outra latino-americana a do México. No Rio de Janeiro, a missão dos EUA foi a primeira missão estrangeira a ser elevada a tal categoria.<sup>218</sup>

Ao escolher Joaquim Nabuco para representar os interesses do Brasil em Washington, Rio Branco optou por alguém que partilhava sua visão quanto ao interesse em buscar maior aproximação com os EUA e que endossava, assim como ele próprio, a orientação geral da política externa norte-americana. Como visto, para o chanceler brasileiro, os termos da Doutrina Monroe e, posteriormente, do Corolário Roosevelt, eram percebidos como dissuasivos a qualquer ação ameaçadora que porventura surgisse da Europa, contribuindo assim para garantir a paz e integridade dos países latino-americanos.<sup>219</sup>

O próprio Rio Branco valeu-se da Doutrina Monroe quando do incidente com o navio alemão Panther, no porto de Itajaí, em novembro de 1905. Oficiais alemães desembarcaram à busca de um desertor, sem permissão ou conhecimento das autoridades brasileiras, em ato que foi interpretado como atentatório à nossa soberania. Rio Branco protestou prontamente junto ao governo alemão, tendo o ministro daquele país no Rio de Janeiro lhe assegurado que o incidente seria rigorosamente investigado e reparações feitas ao Brasil, caso se confirmasse a transgressão. O incidente consternou a opinião pública brasileira e provocou intensa atividade diplomática, sobretudo por intermédio de Joaquim Nabuco. Uma vez informado dos acontecimentos, o Embaixador em Washington apressou-se a dar conhecimento dos fatos ao Departamento de Estado apenas, conforme asseguraria mais tarde, a título informativo, sem ter solicitado qualquer ação do governo norte-americano a respeito. Além disso, Nabuco trabalhava junto à imprensa norte-americana, procurando angariar simpatia à posição brasileira. Entrementes, o Secretário de Estado Elihu Root, próximo a Nabuco, tomou medidas para favorecer o Brasil, despachando comunicações à sua Embaixada em Berlim com

---

<sup>218</sup> “Com efeito, a Embaixada em Washington marcou uma mudança importante na diplomacia brasileira, inaugurando um período de relações mais estreitas com os Estados Unidos e pondo fim à anterior ênfase diplomática europeia”. BURNS, op. cit. p. 126.

<sup>219</sup> O alcance da Doutrina Monroe e as diferentes visões a seu respeito, em especial a de Oliveira Lima, serão objeto de análise no capítulo III.



informações sobre o caso, sem no entanto requerer gestões. O próprio Root assegurou a Nabuco que não intercedera no caso.<sup>220</sup>

Não tardou para que os dois países alcançassem mais um marco em sua florescente relação bilateral: a visita do Secretário de Estado Elihu Root ao Brasil, a primeira de um Chanceler dos EUA ao exterior, por ocasião da Terceira Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906. Segundo Joaquim Nabuco, a ideia da visita teria partido do próprio Root, confiante no “americanismo do Brasil”.<sup>221</sup> Outros países almejavam sediar o evento, cujas edições anteriores haviam ocorrido em Washington (1889) e México (1902), mas Root defendia que se realizasse no Rio de Janeiro, tendo os EUA apoiado a postergação da Segunda Conferência de Paz da Haia, inicialmente prevista para 1906, para o ano seguinte.<sup>222</sup> Por oportuna sugestão do Barão, para evitar ciúmes de nossos vizinhos sul-americanos, o Secretário de Estado incluiu em seu périplo também visitas a Montevideú, Buenos Aires, e Santiago.

A Conferência Pan-Americana foi aberta em 23 de julho de 1906 por Rio Branco, cujo discurso mais tarde mereceria alto elogio de Oliveira Lima, ao dedicar ao Barão a sua obra *Pan-Americanismo*: “Ao Sr. Barão do Rio Branco, que no seu discurso de abertura da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro indicou a esta reunião continental a verdadeira orientação que lhe cumpria seguir, e serenamente obstou à enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao sistema norte-americano; a um tempo prestando à Europa o tributo filial que lhe devem os herdeiros e continuadores da sua cultura, e reafirmando para com os Estados Unidos a estima cordial que ao Brasil merecem todas as outras nações do Novo Mundo, com os quais se sente em comunhão de interesses positivos e de ambições morais”.<sup>223</sup>

O equilíbrio das palavras do Chanceler brasileiro em suas referências à Europa e aos EUA dissipava a apreensão daqueles que, como Oliveira Lima, receavam que o encontro fosse utilizado para sancionar, no plano hemisférico, o Corolário Roosevelt. A Conferência, considerada um grande êxito, limitou-se ao aperfeiçoamento de convenções existentes sobre temas como a

---

<sup>220</sup> “You did not appeal to the U. S. Government in regard to the incident and the United States Government did not take, or purpose or consider any action to it. There was simply an interchange of information, naturally – almost necessary – incident to the relations of courtesy and friendship which happily exist”. NAPOLEÃO, op. cit. p. 169

<sup>221</sup> “A ideia da ida de Root foi espontânea dele, mas essa espontaneidade resultou da simpatia e confiança que lhe inspirei no americanismo do Brasil”. Id. *ibid.* p. 170.

<sup>222</sup> BURNS, op. cit. p. 132.

<sup>223</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 17.

reorganização do Escritório dos Estados Americanos, a adesão ao princípio da arbitragem, a cobrança de dívidas públicas, a codificação do direito internacional, e questões de naturalização. O principal resultado alcançado por Rio Branco foi o de aproximar as nações da região, não só as da América do Sul, mas também de todas da América Latina, com os EUA. As palavras de Root à assembleia de delegados parecia sinalizar uma nova era no relacionamento regional: “Queremos aumentar a nossa prosperidade e crescer em riqueza e em sabedoria espiritual, mas a nossa concepção da maneira verdadeira de realizar isso não consiste em derrubar os outros para lucrar com a sua ruína, mas sim a de ajudar todos os amigos no sentido de um comum crescimento e prosperidade, para que possamos todos tornar-nos conjuntamente maiores e mais fortes”.<sup>224</sup> Conquistara o Secretário norte-americano a simpatia dos latino-americanos, removendo suspeitas de que suas intenções fossem negativas e reforçando, especialmente com o Brasil, o sentido de amizade e parceria no hemisfério.

No ano seguinte, no entanto, por ocasião da Segunda Conferência de Paz da Haia, Rio Branco teria um indício de que a aproximação com os EUA era usada à conveniência daquele país, sem necessariamente levar em conta as aspirações de seus parceiros sul-americanos. Ficaria claro, então, que Washington, se julgasse conveniente, deixaria de prestigiar o Brasil para agradar às potências europeias. Convidados para participar da Conferência na Europa, os países latino-americanos, após o êxito do encontro no Rio de Janeiro, aceitaram a proposta de integrar o foro mais amplo. O Barão, ciente da oportunidade de mostrar ao mundo a crescente potência e prestígio do Brasil, mandou grande delegação à Haia, chefiada pelo eminente jurista e Senador Rui Barbosa. Preocupado com o lugar que o Brasil ocuparia na Conferência, Rio Branco já instruíra Nabuco em Washington a conseguir do Secretário Root alguma posição de destaque para o delegado brasileiro. Foi o que ocorreu, com Rui Barbosa sendo o único representante de país latino-americano a ocupar a presidência de uma das Comissões da Conferência.

A agenda do encontro teve como temas principais a Doutrina Drago, o arbitramento compulsório, o Tribunal de Presas, e a criação da Corte Internacional de Justiça. Acreditando estar em sintonia com os EUA em quase

---

<sup>224</sup> Apud BURNS, op. cit. p. 135.

todos estes assuntos, graças às gestões e afinidade pessoais de Nabuco e Root em Washington, foi com certa surpresa que o Barão acompanhou o desempenho da delegação norte-americana, chefiada pelo Embaixador Joseph H. Choate, protegido do próprio Presidente Roosevelt, que se revelou mais preocupado com o relacionamento de seu país com a Europa do que em agradar os vizinhos hemisféricos. No período em que durou a conferência, por uma série de coincidências inoportunas, o Secretário Root estava ausente de Washington e não pôde orientar a ação dos delegados de seu país. Da mesma forma, encontrava-se o Embaixador Nabuco viajando de férias, rompendo-se assim o vínculo pessoal que permitira a Rio Branco manter viva a sintonia entre os dois países.<sup>225</sup>

Dos temas discutidos, o Brasil manteve-se de acordo com os EUA apenas em oposição à Doutrina Drago, que impedia o uso de força no hemisfério para a coleta de dívidas. Venceu, com o apoio da delegação brasileira, proposta dos americanos de que seria necessário o recurso à força se o arbitramento de dívidas indébitas fosse recusado. Após esta sintonia inicial, que chegou a causar desconfiança de nossos parceiros sul-americanos de que houvesse algum entendimento prévio entre Brasil e EUA, tornou-se evidente a diferença de posições entre a delegação de Rui e a de Choate. Com relação à formação do Tribunal de Presas, o Brasil, atento à defesa de seus interesses como país com uma das maiores costas marítimas, defendia que a participação fosse proporcional a esses interesses.

Quanto à Corte Internacional de Justiça, argumentava Rui Barbosa que, por sua ampla jurisdição, deveria admitir a participação de todos estados soberanos. Essa visão chocava-se frontalmente com a proposta das potências europeias e dos EUA, que pretendiam criar uma Corte composta por número fixo de membros permanentes e por número menor de membros rotativos, a serem selecionados de acordo com a categoria na qual fossem classificados. Esta posição de inferioridade era inaceitável para Rio Branco, que ainda instruiu Rui a tentar negociar outras versões da proposta, fosse um tribunal com 21 membros, fosse um assento permanente rotativo para Brasil, Argentina

---

<sup>225</sup> “Root’s misgivings were fully realized at the Hague as Choate deliberately avoided contact with the Latin Americans and adopted an independent and abrasive style that clearly departed from Root’s original guideline. The foreign minister’s (Rio Branco) own sympathies lay with the Roosevelt Corollary rather than the Drago Doctrine: if countries misbehaved, he believed that they should suffer punishment”. SMITH, op. cit. p. 60.

e Chile.<sup>226</sup> O argumento final, habilmente defendido pela Águia de Haia, calcava-se na igualdade soberana das nações: “A soberania é por excelência o direito elementar dos Estados constituídos, independentes, e significa igualdade em teoria e na prática”.<sup>227</sup> Rui Barbosa lançava, assim, “as bases da doutrina que conduziria à aceitação universal do princípio da igualdade jurídica dos Estados, um dos pilares do multilateralismo contemporâneo”.<sup>228</sup>

O brilhante desempenho de Rui Barbosa não agradou aos delegados dos EUA e da Europa, mas dissipou as dúvidas dos demais latino-americanos acerca da independência e altivez da diplomacia brasileira.<sup>229</sup> Realizava-se assim, por vias oblíquas, o antigo desejo de Rio Branco de exercer no hemisfério a liderança dos países menores da região. No balanço final da Conferência, dentre as principais questões discutidas, Brasil e EUA só lograram concertar posições em uma delas. Não terá escapado a Rio Branco a evidente ambiguidade da diplomacia norte-americana, como assinala Ricupero: “Pouco a pouco ficava claro para Rio Branco que a amizade dos EUA se revelava de uma forma no plano hemisférico e de forma distinta no palco mundial. Além disso, reconhecia que boa parte da boa relação entre os dois países se devia ao estreito vínculo pessoal desenvolvido por Nabuco com Root. “(...) o episódio teve um efeito revelador, ao demonstrar ao Chanceler e à opinião brasileira em geral os limites da cooperação com que se poderia eventualmente contar da parte dos Estados Unidos, a fim de fazer avançar desígnios brasileiros”.<sup>230</sup>

Tanto Rio Branco quanto seu colega norte-americano Root buscariam evitar que os desentendimentos da Haia – nas palavras de Nabuco “um longo *misunderstanding*” – viessem a macular mais profundamente o clima geral de cordialidade e confiança que animava o relacionamento bilateral, procurando interpretá-lo como diferença de posições, circunscrita à

<sup>226</sup> “Rio Branco não só julgou humilhante a proposta como sofreu a decepção de verificar que nesta, como em outras questões da Conferência afetando os interesses brasileiros, a delegação norte-americana orientava-se por critérios de poder, alinhando-se com os europeus e demonstrando escasso interesse ou sensibilidade pelas reações do Brasil e dos outros latino-americanos”. RICUPERO (2002), pp. 101-2.

<sup>227</sup> BURNS, op. cit. p. 156.

<sup>228</sup> AMORIM, Celso. *A Diplomacia Multilateral do Brasil: Um Tributo a Rui Barbosa*. Brasília: FUNAG/IPRI, 2007, p. 20.

<sup>229</sup> “Rui’s oratorical brilliance made him the sensation of the conference. His determined if obstinate defense of the rights of small nations irritated Choate and many European diplomats, but pleased his Latin American colleagues”. SMITH, op. cit. p. 62.

<sup>230</sup> RICUPERO (2002) p. 104.

Conferência.<sup>231</sup> A visita de navios da esquadra norte-americana ao Rio de Janeiro, em princípios de 1908, demonstraria novamente os vínculos de amizade entre os dois países, sinalizando o desejo dos EUA de superarem as diferenças verificadas na Haia: “Roosevelt havia mandado dizer a Afonso Pena que aqueles navios, para os Estados Unidos e para o Brasil, não eram vasos de guerra, ‘mas mensageiros de amizade e bons desejos, encarregados de festejar convosco a continuação da longa e nunca quebrantável amizade e mútua ajuda entre as duas grande repúblicas.’”<sup>232</sup>

Dois fatores trariam clara inflexão à fluidez do relacionamento bilateral com os EUA: de um lado, a vitória de William Howard Taft na eleição presidencial nos EUA em 1908, e a substituição de Elihu Root no Departamento de Estado por Philander Knox, muito menos simpático aos países latino-americanos e inaugurador da chamada “Dollar Diplomacy”, que priorizava a expansão comercial na agenda externa daquele país; de outro, o falecimento do Embaixador Joaquim Nabuco em Washington, em 17 de janeiro de 1910. Sua morte teve enorme repercussão nos EUA, onde permanecera durante cinco anos à frente da Embaixada brasileira, conquistando amizades tanto pessoais quanto para o Brasil.<sup>233</sup> Terminava-se assim uma era de cooperação e aproximação entre os dois países que não se reproduziria tão facilmente. Embora Rio Branco tenha sido o grande arquiteto da política de aproximação com os EUA, pelos motivos que examinamos, foi sem dúvida Nabuco seu principal agente e mais entusiasmado colaborador.

### 2.3.3. Aproximação com os Vizinhos Sul-Americanos

Para Rio Branco, era natural que a diplomacia brasileira buscasse cimentar igualmente os vínculos de amizade com os países vizinhos, não vendo ele nenhuma incompatibilidade entre sua política de aproximação com os EUA e as boas relações com os demais países das Américas. Acreditava ele ser possível ao Brasil de certa forma intermediar as relações ente os EUA e as demais nações latino-americanas. É o que Ricupero chamou de “a relação triangular” entre o Brasil, seus vizinhos imediatos e os EUA, segundo a qual o

<sup>231</sup> BURNS, op. cit. pp. 162-3.

<sup>232</sup> NAPOLEÃO, op. cit. p. 194.

<sup>233</sup> “O Governo americano, expressando os seus sentimentos de pesar pela perda de tão grande amigo dos Estados Unidos e tão alta figura do corpo diplomático de Washington, prestou-lhes grandes honras, tendo Taft oferecido o iate presidencial para conduzir a família de Nabuco, enquanto seu corpo era transportado para o Brasil no cruzador americano *North Carolina*, o qual fora escoltado pelo vaso de guerra brasileiro Minas Gerais”. NAPOLEÃO, op. cit. p. 207.

encaminhamento de muitas questões entre dois vértices do triângulo passaria quase sempre pelo terceiro.<sup>234</sup> Pretendia assim tornar o Brasil indispensável para a harmonia hemisférica, colaborando com os EUA ao mesmo tempo em que buscava proteger os interesses de nossos vizinhos sul-americanos.

Até a gestão de Rio Branco, a agenda do relacionamento do Brasil com esses vizinhos cingia-se quase que exclusivamente às questões de limites, que impediam na prática o estreitamento de nossos laços. Assim, a maior contribuição do Barão ao fortalecimento dessas relações foi justamente equacionar as disputas territoriais e pacificar a região, erigindo as bases sobre as quais poderiam florescer. Rio Branco sempre imaginara uma natural aproximação entre as maiores repúblicas sul-americanas, Brasil, Argentina e Chile, para formar o que designaria de “ABC”. Em carta ao ministro argentino no Rio, Manuel Gorostiaga, dizia o Barão já em 1904: “Estou cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande vantagem para cada uma das três nações, e teria influência benéfica dentro e fora dos nossos países”.<sup>235</sup>

No entanto, o ideal do Barão não se concretizaria plenamente durante a sua gestão, devido sobretudo aos desentendimentos havidos com a Argentina. A rivalidade entre os dois países era já antiga, fruto da disputa pela hegemonia no continente, especialmente na região platina.<sup>236</sup> Buenos Aires via com certa preocupação as conquistas territoriais brasileiras no Acre e desconfiava de suas intenções com relação ao Uruguai e ao Paraguai. Novo e potencialmente explosivo ingrediente seria acrescentado pelo desejo brasileiro de modernização de sua esquadra, aprovado em 1904, e implementado a partir de 1906, o que foi interpretado pelo governo argentino como atitude belicosa.<sup>237</sup>

Soma-se a isso os ciúmes despertados no país platino pela crescente aproximação do Brasil com os EUA, refletida em termos práticos na concessão

<sup>234</sup> RICUPERO (1996). Burns esposa tese semelhante: “Colocando-se como um intermediário entre a América Hispânica e os Estados Unidos, o Brasil usava essa posição para atuar como intérprete da política americana para a América Latina e como um canal entre esta e os Estados Unidos”. BURNS, op. cit. p. 216.

<sup>235</sup> RIO BRANCO, Barão do. Carta a Manuel Gorostiaga de 03.09.1904. Apud LINS, op. cit. p. 370.

<sup>236</sup> “A Argentina era o único país capaz de competir seriamente pela posição de primeira potência da América do Sul e era, assim, o principal rival do Brasil”. BURNS, op. cit. p. 230.

<sup>237</sup> “O esforço do Brasil para renovar sua esquadra foi o que de fato mais causou ansiedade, próxima do alarme, em alguns círculos da Argentina”. BANDEIRA, Moniz. *Conflito e Integração na América do Sul: Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. V. tb. CERVO, op. cit. p. 194.

de tarifas preferenciais para o trigo norte-americano, em detrimento do produto argentino. Esses sentimentos foram ainda mais exarcebados pela elevação da Legação brasileira em Washington à categoria de Embaixada e a posterior escolha do Rio de Janeiro para sediar a Terceira Conferência Pan-Americana, com a presença do Secretário Root. Do lado brasileiro, havia suspeitas quanto à aproximação argentina com o Peru, em plena época de nossas disputas de limites, e com o Paraguai.

No entanto, para que se possa compreender o nível a que chegaram as tensões e a deterioração do relacionamento diplomático entre os dois países naquele momento, é preciso introduzir o ingrediente mais explosivo: a hostilidade pessoal de Estanislao Zeballos, que reassumira a chancelaria de seu país em dezembro de 1906, por seu colega brasileiro, o mesmo que o derrotara na questão de Palmas.<sup>238</sup> Em termos práticos, essa hostilidade traduziu-se em uma campanha de difamação de Rio Branco e do Brasil na imprensa argentina, acusados de fantásticas intenções “imperialistas”, e na atitude de Zeballos de deixar vaga a chefia da Legação argentina no Rio de Janeiro, o que foi reciprocado por Rio Branco, que chamou nosso representante em Buenos Aires de volta ao Brasil. O clima de opinião pública chegou a tal ponto que havia receio mútuo de que os dois países estariam à beira de um conflito armado.<sup>239</sup>

O nível de tensão alcançaria grau máximo em junho de 1908, com as acusações dirigidas por Zeballos contra o Brasil, ao deixar a Chancelaria argentina, de que teria prova documental das intenções belicosas de Rio Branco, o malfadado “telegrama nº 9”. De acordo com a versão divulgada junto à imprensa argentina por Zeballos, a prova que ele teria em mãos seria um telegrama dirigido por Rio Branco à nossa Legação no Chile, interceptado ilegalmente em seu trânsito pela Argentina. Segundo ele, o Brasil estaria buscando uma aliança com EUA e Chile contra a Argentina. Revelado o teor da comunicação, evidenciou-se não apenas que o texto divulgado por Zeballos fora forjado, mas que o sentido do telegrama era exatamente o inverso ao veiculado pela imprensa argentina, com o Chanceler mais uma vez asseverando

---

<sup>238</sup> “The open personal enmity between Zeballos and Rio Branco originated during the Misiones arbitration and embittered relations to such a degree that war scares became frequent”. SMITH, op. cit. p. 63

<sup>239</sup> “Com Zeballos como Ministro do Exterior da Argentina, Rio Branco considerava a guerra com uma Argentina melhor preparada uma possibilidade real e queria que a marinha brasileira estivesse pronta para qualquer emergência”. BURNS, op. cit. p. 232-3.

que “sempre vi vantagens numa certa inteligência política entre o Brasil, o Chile e a Argentina”.<sup>240</sup>

A partir desse momento, a mudança no tom da diplomacia argentina, com a saída e desmoralização de Zeballos, permitira desanuviar as tensões e melhorar sensivelmente o relacionamento bilateral, culminando com a bem-sucedida visita ao Rio de Janeiro, em 1910, do Presidente-eleito Roque Saenz Peña, e com a atuação em Buenos Aires do Ministro Domício da Gama, muito próximo ao Barão. Assim, tornava-se possível cogitar em uma renovada aproximação entre os países do ABC.

Os três países já tinham tido oportunidade de agirem coordenadamente no passado recente, como no processo de reconhecimento do Panamá, em 1903, quando Rio Branco promovera consultas com seus colegas argentinos e chilenos para uma ação concertada. Também os entendimentos havidos na Conferência do Rio de Janeiro contribuiriam para melhorar as relações entre os países vizinhos, especialmente com a ênfase dada por Rio Branco ao desejo do Brasil em aprofundar suas relações com seus vizinhos mais imediatos.<sup>241</sup> Além disso, não passara despercebido o gesto do Barão de promover a visita de Root aos vizinhos sul-americanos, após sua bem-sucedida estada no Brasil. Finalmente, como visto acima, na Conferência de Paz da Haia, o Brasil tomara a si a liderança das demais nações latino-americanas, ao defender posições contrárias às dos EUA e das potências europeias.<sup>242</sup>

Com relação especificamente ao Chile, tivera o chanceler brasileiro oportunidade de demonstrar sua amizade, quando do incidente do caso Alsop, em novembro de 1907. Tratava-se de ultimato dado pelos EUA ao governo chileno para a eventual ruptura das relações diplomáticas, em razão de pedido de indenização por parte de empresa norte-americana de mineração. Graças à hábil intervenção de Rio Branco, envolvendo gestões de Nabuco junto ao governo norte-americano, foi possível conter a crise e levar os dois países a submeterem a questão à arbitragem.<sup>243</sup>

<sup>240</sup> LINS, op. cit. pp. 387-8, e BANDEIRA, op. cit. pp. 103-4.

<sup>241</sup> “Aos delegados da Terceira Conferência Pan-Americana Rio Branco delineou a intenção brasileira de fortalecer seu relacionamento com todas as nações do continente, em particular com os seus vizinhos imediatos”. BURNS, op. cit. p. 195.

<sup>242</sup> “During the Conference the Brazilian delegate [Rui Barbosa] gradually emerged as the spokesman and champion not only of his own country but of Latin America too”. SMITH, op. cit., p. 61.

<sup>243</sup> “O caso Alsop foi um dos grandes sucessos da diplomacia hemisférica de Rio Branco, no qual ele demonstrou a sua amizade pelos Estados Unidos e o Chile, dando ao Brasil uma oportunidade para exercer a liderança diplomática no continente americano”. BURNS, op. cit. p. 170.



Grande defensor do pan-americanismo em seu sentido mais amplo, de amizade com todas as nações hemisféricas, Rio Branco sonhava em estabelecer vínculo formal com as outras duas grandes nações vizinhas, Argentina e Chile. Como nota Cervo, de acordo com sua visão, o concerto entre as três nações ABC não significava, no entanto, o desejo de criar “contrapeso à influência norte-americana” na região.<sup>244</sup> Chegou mesmo a elaborar um projeto de Tratado do ABC, em fevereiro de 1909, cujo Artigo I assinalava que os três países procurariam: “proceder sempre de acordo entre si em todas as questões que se relacionem com os seus interesses e aspirações comuns e nas que se encaminhem a assegurar a paz e a estimular o progresso da América do Sul”.<sup>245</sup>

No entanto, as negociações acabaram não conduzindo ao desejado acordo na gestão do Barão, sobretudo em razão da oposição de Buenos Aires, que alegava preocupações com possíveis reações dos demais vizinhos e dos EUA, que poderiam desconfiar que a união dos três países voltava-se contra seus interesses. O acordo tripartite, em forma revista, só seria assinado em 1915, já na gestão do sucessor do Barão, Lauro Müller. Não se pode deixar de observar o genuíno esforço de Rio Branco que, “ao apoiar explicitamente relações amigáveis com as nações do continente (que, com maior frequência, eram inimigas entre si, em vez de amigas), tornou-se um dos precursores do pan-americanismo moderno, de relevância prática”.<sup>246</sup>

Os anos finais da gestão Rio Branco foram marcados por novas instabilidades internas, no governo Hermes da Fonseca, como a Revolta da Chibata, em novembro de 1910, e as consequentes dificuldades financeiras alteraram o quadro de relativa paz e prosperidade no qual o Barão vinha atuando. Ao mesmo tempo, projetava-se o prestígio da Argentina, escolhida como sede da Quarta Conferência Pan-Americana.<sup>247</sup> A tentativa brasileira, durante a conferência, de reafirmar sua relação privilegiada com os EUA, buscando promover um endosso formal dos países americanos à Doutrina Monroe, ideia que partira de Joaquim de Nabuco, não teve sucesso, esbarrando na oposição de outras delegações e levando ao abandono do projeto.<sup>248</sup>

<sup>244</sup> CERVO, op. cit. p. 195.

<sup>245</sup> Projeto do Tratado do ABC. in: LINS, op. cit. pp. 489-91.

<sup>246</sup> BURNS, op. cit. p. 195.

<sup>247</sup> “Just as Brazil’s prestige was declining, Argentina enjoyed the glory of hosting the Pan-American conference in 1910, followed shortly by elaborate celebrations to mark the centenary of Argentine independence”. SMITH, op. cit. p. 75.

<sup>248</sup> BURNS, op. cit. p. 194.

Após dez anos como Chanceler, tendo servido a quatro presidentes, o Barão do Rio Branco viria a falecer, a 10 de fevereiro de 1912, como viveu, trabalhando incansavelmente, como diria Oliveira Lima, pela “pátria [pela qual] nutria ciúmes exagerados”.<sup>249</sup> Seu legado para a política externa do Brasil, país que ajudou a definir em suas enormes dimensões físicas e a promover no cenário hemisférico e mundial, é verdadeiramente único e monumental. Resolveu com sucesso praticamente todas as complexas e por vezes seculares questões de limites do país sem derramar uma gota de sangue, defendendo os princípios do primado do Direito sobre a força, e preferindo sempre a negociação diplomática racional e ponderada sobre os arroubos retóricos e as aspirações irrealistas. Lançou as bases que a política externa brasileira seguiria ainda por muitos anos e é fonte permanente de seu prestígio internacional. Como assinalou o Presidente argentino Saenz-Peña em famoso discurso em banquete no Itamaraty, na presença do próprio Rio Branco, ele foi “um estadista que é uma glória de sua terra e uma honra da América”.<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> OLIVEIRA LIMA (1971) p. 302.

<sup>250</sup> LINS, op. cit. p. 434.

## Capítulo III – Oliveira Lima e o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe

A visão de Oliveira Lima sobre o relacionamento do Brasil com os EUA, e especificamente sobre a Doutrina Monroe e o “Corolário Roosevelt”, sofreu sutil, mas nítida evolução ao longo de sua carreira. Não se trata de mera mudança de opinião ou desencanto, pois jamais professara fé ideológica no monroísmo. Ao contrário, essa evolução parece fruto natural de seu amadurecimento, à luz dos próprios desdobramentos históricos, sobretudo em razão de sua experiência na Venezuela e da política mais agressiva adotada pelo Presidente Teddy Roosevelt. Há que ressaltar, naturalmente, a diferença de tom entre a visão mais ponderada do ensaísta e historiador e o estilo mais aguerrido dos artigos escritos no calor dos debates em torno à Conferência Pan-Americana. De qualquer modo, em sua forma final, a visão de Oliveira Lima refletia marcada independência de opinião e não se alinhava inteiramente à política externa traçada por Rio Branco e implementada em Washington pelo Embaixador Joaquim Nabuco.

Tomando como ponto de partida sua obra *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais*, que reúne escritos de 1896-99, veremos que ali Oliveira Lima reconhece, com certo realismo político, inexistir na América a mesma correlação de forças nacionais que alcançavam na Europa um equilíbrio de poder. Conquanto perceba as transformações então em curso na América Latina, nota que “nenhuma República latino-americana pode, contudo, mesmo imperfeitamente, ombrear com os Estados Unidos”, cuja

“preponderância (...) é mais do que uma intenção manifesta, é uma condição necessária, um resultado fatal, a que não há de fugir”.<sup>251</sup> Examinando retrospectivamente a aplicação da Doutrina Monroe desde a sua formulação, em 1823, identifica a variedade de contextos em que foi invocada, da expulsão dos franceses do México à ameaça da Alemanha sobre o Haiti por questão de indenização, passando por vários outros episódios em que deixou de ser invocada, como o bloqueio franco-britânico de Buenos Aires em 1845 ou o bombardeio espanhol de Valparaíso, ou mesmo o ultimato norte-americano ao Chile em 1892. E conclui que “como já dizia o grande constitucionalista Calhoun, que fez parte do Gabinete do Presidente Monroe, as declarações de 1823 são tão vagas que a elas pode ser ligado qualquer sentido, mas o fato é que encerram uma política para ser somente aplicada em caso de interesse e defesa própria”.<sup>252</sup>

A esse perspicaz realismo na avaliação da Doutrina Monroe, a única experiência diplomática que Oliveira Lima teria na América do Sul, na Legação em Caracas de 1905 a 1906, traria novas nuances e inflexões.<sup>253</sup> O experimentado diplomata, que já servira nos EUA, na Europa e no Japão, chegava à América hispânica justamente no momento em que haviam sido postos à prova os princípios da Doutrina Monroe e do recém-formulado corolário de Roosevelt, no auge dos desentendimentos entre o governo do caudilho Cipriano Castro com os Estados Unidos de Theodore Roosevelt. Era ainda relativamente recente o episódio do bloqueio naval imposto pelos governos da Inglaterra, Alemanha e Itália, para a cobrança de dívida daquele país, onde pôde verificar “o grau de proteção oferecido pela aplicação da Doutrina de Monroe ao caso da Venezuela, quando das ameaças de intervenção das potências europeias, supostamente para defender direitos ultrajados de súditos seus”.<sup>254</sup> O General Castro ficara desiludido quanto à proteção oferecida a seu país por Washington nos termos da Doutrina Monroe, e o Ministro brasileiro lograria convencê-lo de que o Brasil não era aliado incondicional do monroísmo de Roosevelt contra países como a Venezuela.

Foi, portanto, da vivência direta de episódios relacionados à invocação e aplicação concreta da Doutrina Monroe que Oliveira Lima viria a esboçar suas opiniões posteriores, subscrevendo a doutrina do Chanceler argentino

---

<sup>251</sup> OLIVEIRA LIMA (2009) p. 302-3.

<sup>252</sup> Id. *ibid.* p. 313.

<sup>253</sup> V. 1.2.7. Caracas, 1905-06.

<sup>254</sup> NETO, Washington Luis. *Loc. cit.* p. 11.

Drago, como veremos adiante. Como notou Gilberto Freyre, “em Oliveira Lima o pan-americanismo desenvolveu-se apurado por severo espírito crítico e não sob entusiasmo de momento”.<sup>255</sup> Ao deixar Caracas, após pouco mais de um ano, levaria consigo memórias e impressões que de certo modo delineariam toda sua visão do mundo hispânico e de seu papel, juntamente com o Brasil, na ordem das relações hemisféricas: “Liberal, antipatizando os regimes fortes militares, adepto do modelo político anglo-saxão, Oliveira Lima, na sua independência, não se deixaria influenciar pelo anti-americanismo do caudilho Castro, cujo perfil traçou ao analisar o drama de um pequeno país diante das pressões e dos desafios internacionais”.<sup>256</sup>

Reconhecia ele ter sido importante, entretanto, no conjunto de impressões que reunia sobre o mundo de sua época conselho que lhe dera Nabuco “que eu devia vir à América do Sul para completar o meu conhecimento do nosso mapa-mundi diplomático”.<sup>257</sup> A experiência ali colhida assinalaria importante aprendizado sobre nosso hemisfério e dela resultariam duas obras – *Pan-Americanismo: (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*, de 1907, e *Impressões da América Espanhola*, série de artigos aparecidos entre 1904-06, que só seriam publicados em livro em 1953 – nas quais apresentaria em detalhe sua visão sobre o monroísmo rooseveltiano.<sup>258</sup> Nos escritos reunidos naquela primeira obra, opunha-se ele à ampliação da interpretação da Doutrina Monroe, cuja elasticidade semântica admitira o próprio Calhoun, como visto acima. A formulação imprecisa, por um lado, deixava os EUA à vontade para invocá-la ou não de acordo com as circunstâncias, e abria, por outro, a possibilidade de que fosse lida de outra forma pelos demais países do continente: “No tocante às nações independentes, mas fracas da América, a doutrina tinha logo uma interpretação que sobreviveria ao seu primeiro alcance, à sua realidade histórica, transformando-se num dos fundamentos das relações internacionais do Novo Continente”.<sup>259</sup>

Em seu juízo, a Doutrina Monroe constituía uma “norma política – *a rule of policy* – como a definiu Lord Salisbury”,<sup>260</sup> de ordem meramente interna

<sup>255</sup> FREYRE, Gilberto. Introdução. In: OLIVEIRA LIMA (1953) p. 10.

<sup>256</sup> GOUVÊA (1979) pp. 82-91.

<sup>257</sup> GOUVÊA (1976) p. 690.

<sup>258</sup> “Depois de sua passagem pela Legação da Venezuela, Oliveira Lima alcançaria uma visão continental dos problemas comuns às duas Américas, o que vale dizer uma visão das três Américas, com o que pudesse haver nelas de característico e de essencial”. Id. *ibid.* p. 722.

<sup>259</sup> OLIVEIRA LIMA (2009), p. 310.

<sup>260</sup> OLIVEIRA LIMA (1980), p. 36.

aos EUA, e via com bastante desconfiança sua aplicação às demais nações do continente. Recordava ele “E tanto nunca foi uma doutrina altruísta ou mesmo cujas responsabilidades fossem comuns, e também as vantagens, a todas as repúblicas americanas, representando uma garantia recíproca de defesa, de preservação e de soberania (...) que os Estados Unidos se guardaram ciosamente o direito de escolher a ocasião ou o pretexto da sua aplicação de acordo com os seus próprios interesses”.<sup>261</sup> Como reiteraria em obra posterior, “a Doutrina de Monroe não foi portanto o resultado de uma deliberação internacional, mas o enunciado de um princípio cardinal da política exterior dos Estados Unidos, a base do seu projetado predomínio político e econômico no Novo Mundo”.<sup>262</sup> Jamais escapou, portanto, a Oliveira Lima o elemento de unilateralismo da referida doutrina, não compartilhando, como veremos, da visão multilateral que lhe atribuíam Rio Branco e Nabuco. Como assinalou Washington Luís Neto em sua introdução a *Pan-Americanismo*: “Os textos a seguir reunidos despertaram, em virtude de sua intenção e conteúdo políticos, as apreensões de Rodrigues Alves, que chegou a pedir a Rio Branco, em 1906, fosse Oliveira Lima repreendido em seu nome, muito embora o tivesse em alta conta”.<sup>263</sup>

O diplomata pernambucano preconizava o respeito à igualdade jurídica das nações e desconfiava de sua submissão a qualquer potência, quer deste ou daquele lado do Atlântico. Sua interpretação da doutrina visava antes a um relacionamento baseado na igualdade jurídica entre os países vizinhos, malgrado suas diferenças de poder, respeitadas suas integridades política e econômica: “A Doutrina de Monroe, a despeito dos seus propósitos solidários no momento já distante da sua proclamação, não tinha base nas leis internacionais e constituiu sempre um elemento controvertido nas relações hemisféricas”.<sup>264</sup>

Reconhecia, entretanto, ter tido a Doutrina de Monroe sua utilidade para preservar a independência das novas repúblicas americanas no momento de seu rompimento com as metrópoles europeias. Recorda, a propósito, que, em suas origens, como instrumento de defesa continental, o Brasil fora rápido em reconhecer os termos da doutrina anunciada pelo Presidente Monroe em 3 de dezembro de 1823, tendo seguido instrução para a legação em

---

<sup>261</sup> Id. *ibid.* p. 37.

<sup>262</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*. Lisboa: Liv. Clássica Ed., 1923, p. 93.

<sup>263</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 9.

<sup>264</sup> GOUVÊA (1976) p. 687.

Washington, em 31 de janeiro de 1824, nos seguintes termos: “a natureza dos princípios políticos dos Estados Unidos era suficiente para apressar o reconhecimento brasileiro e que semelhantes princípios derivavam da mensagem presidencial uma aplicação mais lata a todas as nações do continente, pois que ali expressava a necessidade duma união americana para a defesa dos direitos e territórios das suas respectivas partes componentes”.<sup>265</sup> Ao mesmo tempo, ele sustenta que, enquanto o objetivo era manter afastadas as potências europeias, os princípios daquela doutrina deveriam ser aplicados indistintamente a todas as repúblicas irmãs do continente: “A Doutrina chamada de Monroe cabe no entanto tão bem à América do Sul quanto à do Norte e não pode ser privilégio desta, que não recebeu da outra delegação de soberania nem procuração de defesa”.<sup>266</sup>

Ao longo do século XIX, a doutrina havia sido incorporada à política externa do Brasil, onde se considerava que seus termos garantiam o progresso e a estabilidade no continente. É de lembrar que Rio Branco se valeria de seus princípios, ainda que implicitamente, para levar a França ao arbitramento da questão do Amapá e para obter da Alemanha uma satisfação no caso do Panther: “A verdade é que a Doutrina Monroe serviu bem a Rio Branco, que ao apoiá-la e usá-la judiciosamente, conseguiu ampliar a latitude da sua mobilidade diplomática”.<sup>267</sup> No entanto, no âmbito dos países hispânicos, o monroísmo jamais foi bem recebido, posição que seria matizada com o êxito da Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro, como veremos adiante.

Essa visão, de um realismo crítico do monroísmo, Oliveira Lima complementava com os termos da Doutrina Drago, articulada pelo chanceler argentino Luiz Drago, em dezembro de 1902, em reação ao bloqueio imposto à Venezuela por forças britânicas, alemãs e italianas para a cobrança de dívidas do governo do General Cipriano Castro. Como se sabe, Drago baseava-se na doutrina de seu antecessor Carlos Calvo, e suas ideias rezavam simplesmente que não se poderia autorizar o recurso à força nem à ocupação de nenhuma nação para a cobrança de dívidas, sem que antes fossem esgotados os devidos recursos jurídicos para a solução de controvérsias. Como notou Oliveira Lima, “O Sr. Drago visou com seu ato, incontestavelmente de estadista que vê mais longe do que as agruras das questões do momento, latinizar o monroísmo, desmanchando-lhe o

---

<sup>265</sup> OLIVEIRA LIMA (1923) p. 90-1.

<sup>266</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 27.

<sup>267</sup> BURNS, op. cit. p. 189.

exclusivismo norte-americano, que o tem caracterizado e dado foros de antipática doutrina protetora; alargando-lhe a significação e o alcance, que apenas vedam as anexações e não cogitam das ocupações temporárias e privação de rendas aduaneiras, que constituem toda a economia de algumas das repúblicas do centro e do sul, dando-lhe, numa palavra, o apoio e a consagração da América Latina e sobretudo da nação, entre as de origem espanhola, que aspira a ser o fanal das demais; ao mesmo tempo mostrando que nem só a grande República tem voz no capítulo, havendo mais quem cante deste lado do Atlântico”.<sup>268</sup>

Basicamente, portanto, Oliveira Lima concordava com a validade do argumento defendido por Drago, isto é, da importância do respeito à soberania de cada nação e do primado da força do direito sobre o direito da força. Como observou Gilberto Freyre, “também aqui revelou afinidades antes com os internacionalistas argentinos – lembremo-nos de Drago e de Calvo e de suas doutrinas – do que com os brasileiros”.<sup>269</sup>

Quando o Presidente Roosevelt anunciou o seu corolário à Doutrina Monroe, em 5 de dezembro de 1905, Oliveira Lima não tardaria a manifestar sua opinião abertamente contrária à nova vertente. Como se recorda, servindo então como Ministro Plenipotenciário em Caracas, o diplomata pernambucano pôde ali ver de perto como era a vida em uma república hispano-americana, a atuação do caudilho Cipriano Castro e os efeitos da política norte-americana do “big stick” para o país. Com seu olhar de historiador e sua grande vivência na Europa, sabia Oliveira Lima estar aquele continente absorvido em suas próprias preocupações e não necessariamente voltado para os problemas e acontecimentos no Novo Mundo. De outra parte, o conhecimento que tinha dos EUA, onde servira como secretário de legação no final do século, permitiu-lhe notar, já em 1899, que os EUA “há tempos (...) davam mostras de sufocar mesmo dentro da couraça, agora apertada, forjada pelo Presidente Monroe (...) com uma audácia que o mundo levou três quartos de século a admitir”.<sup>270</sup> Preocupavam-lhe, portanto, os termos do corolário de Roosevelt, que traduziam claramente a intenção de alterar a Doutrina Monroe. Com todas as ressalvas que havia feito, arrematava: “É ela, portanto, um instrumento de utilidade continental, contanto que a sua feição não seja alterada; a saber,

<sup>268</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 21.

<sup>269</sup> FREYRE (1968) p. 57.

<sup>270</sup> OLIVEIRA LIMA (2009) p. 330.



que de arma de salva-guarda se não transforme o instrumento em arma de subjugação, quiçá de domínio por anexações”.<sup>271</sup>

É certo que Oliveira Lima além de discordar abertamente da política de Theodore Roosevelt, não nutria tampouco simpatias pessoais pela figura do presidente norte-americano que conhecera há muito tempo. “A Roosevelt, o outro fetiche, conheci um pouco mais. Era ele sub-secretário da marinha e eu primeiro secretário de legação quando procurou Salvador de Mendonça para tratar da cessão pelo Brasil aos Estados Unidos por ocasião da guerra com a Espanha (1898) de dois cruzadores em construção na Inglaterra”.<sup>272</sup> Foi o governo de Roosevelt que recebeu e endossou o protesto enviado por Oliveira Lima de Caracas, na sua condição de decano do corpo diplomático, por ocasião do incidente Taigny.<sup>273</sup> Seria ainda devedor de um favor que prestou ao então ex-presidente, por ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro, quando o embaixador americano Morgan recorreu a Oliveira Lima para traduzir, em cima da hora, palestra a ser dirigida por Roosevelt ao Instituto Histórico. Haveria outros encontros em eventos e conferências em institutos de renome dos quais ambos participavam, mas sua impressão permanecia inalterada: “Nunca tive Roosevelt por um grande homem como o mundo acreditou, sim como um bom patriota para quem a maior grandeza do seu país era o objetivo da sua ação extrema e espantosa, não recuando para obtê-la, se se lhe deparavam favoráveis as circunstâncias”.<sup>274</sup>

### 3.1. As polêmicas com Rio Branco e Joaquim Nabuco

Tendo manifestado publicamente sua visão própria a respeito do relacionamento com os EUA e sobre o monroísmo em sua vertente rooseveltiana, Oliveira Lima acabaria por se chocar com Joaquim Nabuco, abertamente partidário daquelas políticas, e com o Barão do Rio Branco, cuja visão, note-se, era mais comedida. O diplomata pernambucano “considerava a posição do Chanceler, nesse particular, muito mais realista do que a de Joaquim Nabuco; este sim, a seu ver, incondicionalmente ligado a Roosevelt e a Elihu Root, seus dois ‘fetiches americanos’, dizia”.<sup>275</sup> Para

<sup>271</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 35.

<sup>272</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 221.

<sup>273</sup> V. 1.2.7. Caracas, 1905-06.

<sup>274</sup> OLIVEIRA LIMA, id. ibid. p. 222.

<sup>275</sup> GOUVÊA (1979) p. 90.

colocar essa dissenção em devida perspectiva, vale fazer breve retrospecto do histórico da amizade que até aquele momento unira Oliveira Lima tanto a seu chefe no Itamaraty quanto a seu colega e conterrâneo Joaquim Nabuco.

Embora separados pelo intervalo de uma geração – Rio Branco era 22 anos mais velho do que Oliveira Lima – partilhavam ambos importantes interesses comuns e mesmo certa semelhança física – como lembra Álvaro Lins, eram ambos corpulentos, altos, portadores do vasto bigode na moda à época, perfeitos “gentlemen”. Conforme visto no capítulo I, o jovem Oliveira Lima estabeleceu correspondência com Rio Branco ainda quando estudante em Lisboa, e o auxiliara em suas pesquisas de documentos históricos. Ambos se aproximavam por sua vocação intelectual e a paixão comum pela história, que os motivava à pesquisa incansável de livros raros e documentos de valor histórico, e à elaboração de obras a respeito, que eventualmente os levaria, em momentos distintos, à Academia Brasileira de Letras, tendo o mais jovem sido nomeado antes do mais velho.<sup>276</sup> Unia-os também o gosto pelo trabalho diplomático, Rio Branco, por temperamento e por suas próprias sucessivas funções, como negociador e Chanceler, voltado mais aos aspectos práticos, deixando sua marca de estadista ao consolidar os contornos territoriais do País e definir as grandes linhas da política externa da jovem república brasileira; Oliveira Lima, o “Dom Quixote Gordo” de Gilberto Freyre, não tendo jamais ocupado posto diplomático de primeiro plano, voltar-se-ia por completo às letras, aos estudos e às palestras, à magnífica biblioteca, e às suas magistrais obras de história do Brasil.

Como visto, o afastamento surge inicialmente em razão dos desentendimentos a respeito da malfadada remoção de Oliveira Lima do Japão para o Peru, ganha corpo com as divergências sobre a negociação da questão do Acre e, mais tarde, assume um caráter irreversível quando da publicação dos artigos sobre o pan-americanismo e a reforma da carreira diplomática. Apesar de bem documentado nesse ângulo, digamos, profissional, resta certa dimensão enigmática no rompimento entre figuras de tal relevo. Interessante notar mesmo que em sua primorosa biografia do Barão, Álvaro Lins menciona tão somente *en passant* as desavenças havidas com seu subordinado hierárquico, transmitindo assim certo ar de mistério sobre o caso,

---

<sup>276</sup> Além de GOUVÊA (1976 e 1979), e LINS (1945), v. abrangente síntese de ALMEIDA, Paulo Roberto. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: Vidas paralelas, itinerários divergentes. In: *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: IPRI-Funag, 2002, p. 233-78

que talvez jamais será finalmente desvendado em seus pormenores pessoais, uma vez que os desentendimentos profissionais foram amplamente registrados.

Longe de querer aqui resolver definitivamente o enigma, atrevo-me apenas a esboçar uma ou duas hipóteses a respeito. Em primeiro lugar, é de se assinalar que não estamos lidando com personalidades mesquinhas ou apequenadas, cuja biografia tenha sido marcada por rixas imaturas ou animosidades gratuitas. Rio Branco, como assinalei anteriormente, deu, em diversas ocasiões, demonstração de ser capaz de superar diferenças políticas e pessoais, e mesmo de uma certa generosidade de espírito.<sup>277</sup> Oliveira Lima, por seu turno, embora dado à polêmica e ao debate, raramente era motivado por argumentos *ad hominem*, mas antes pela substância das questões. Acreditava ele que “os eventuais desencontros de opiniões entre homens públicos não deviam representar sempre motivos para ressentimentos, quebra de relações pessoais ou para [que] velhas e profundas admirações se esfumassem num clima emocional, que no fundo esconde apenas vaidades ofendidas”.<sup>278</sup> Animado por um destemor que raiava por vezes a imprudência, na feliz síntese de Gouvêa, o diplomata pernambucano teve muitos desafetos – lembremos de Assis Brasil e mais tarde de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa –, mas a desavença com o Barão não pode ser atribuída apenas a esse traço de sua personalidade. Como reconhece com inquestionável sinceridade no elogio fúnebre que publicou em Bruxelas, em fevereiro de 1912: “A falta de cordialidade que entre nós existia, e que nascera da mútua desconfiança que entre nós fora semeada, nunca me impediu de reconhecer os extraordinários serviços que o eminente brasileiro teve ensejo de prestar ao seu país, assim como creio possuir isenção bastante de espírito para apreciar com justiça e sem preconceitos de qualquer gênero sua individualidade na verdade poderosa”.<sup>279</sup>

Mas de onde então aquela “mútua desconfiança”? Será que a chave não estaria em que um desejava o que o outro havia alcançado? Donos de personalidades fortes, homens vaidosos e cientes de seu valor, um atingiria o auge da carreira, tornando-se Chanceler por uma década, e receberia o

<sup>277</sup> Oliveira Lima obviamente discorda, acusando o Barão: “não era menos egoísta, e tinha muito menos coração do que Nabuco, sendo mesmo desapiedado. Da sua alma não jorrava o leite da natureza humana. Era porém mais agradecido e mais serviçal do que Nabuco, por interesse, para provocar favores que ele sabia recompensar às custas do Tesouro”. OLIVEIRA LIMA (1986) p. 190.

<sup>278</sup> GOUVÊA (1976) p. 1296.

<sup>279</sup> OLIVEIRA LIMA (1971) p. 298-99.

reconhecimento da pátria pela magnífica obra de consolidação do território nacional; o outro alcançaria a consagração como historiador e intelectual, autor de obras clássicas, reconhecido mundialmente em centros acadêmicos e instituições de saber. Rio Branco, o vitorioso advogado do Brasil em tantas questões essenciais, não logrou realizar a obra de história militar e diplomática com que sonhara desde a juventude. Oliveira Lima, o “embaixador intelectual do Brasil”, embora mais de uma vez cogitado para assumir o Itamaraty, não teve sequer a glória fugaz de chefiar uma missão diplomática de primeiro plano.

Essa hipótese poderia ser reforçada pela observação de que, essencialmente, Rio Branco e Oliveira Lima encarnaram duas vocações distintas, que coexistem na carreira diplomática, mas que muito raramente se confundem: a política e a intelectual. Qual foi o grande Chanceler que nos deixou legado literário ou histórico comparável às suas realizações de política externa? Qual foi o grande escritor ou intelectual – e o Itamaraty abrigou tantos – que tenha encontrado destaque equivalente na carreira diplomática? O Chanceler e o historiador viam um no outro a realização plena da vocação que não possuíam, mas que por isso mesmo talvez desejassem ainda mais ardentemente. Paradoxalmente, o que mais os teria afastado seria assim essa sua semelhança fundamental, para além das diferenças pontuais, como polos de mesmo sinal que se repelem. Como assinala Alberto da Costa e Silva, “Detestavam-se mutuamente, mas é provável que cada qual, ao olhar-se no espelho, procurasse na sua a imagem do outro”.<sup>280</sup>

Também a amizade de Oliveira Lima com seu conterrâneo Joaquim Nabuco, certamente mais próxima e intensa do que a que desfrutara com Rio Branco, viria a conhecer abrupta interrupção, embora por motivos próprios. Nabuco era quase vinte anos mais velho, e Oliveira Lima o conhecera, como visto anteriormente, em 1881, quando ainda jovem estudante em Lisboa, e o grande abolicionista por lá passara em trânsito para a Inglaterra: “foi nessa estada de Nabuco em Lisboa que o adolescente Manoel teve o primeiro contato com aquele conterrâneo já notável, e (...) homenageou-o com a publicação no seu jornal de um perfil que terá sido, talvez, a primeira biografia daquele pernambucano”.<sup>281</sup> Com interesses e amigos em comum, os dois futuros diplomatas retomariam o contato somente em 1895, quando

---

<sup>280</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. *Diplomacia e Cultura*. In: *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, p. 33.

<sup>281</sup> GOUVÊA (1976), p. 81.

coincidiram no Rio de Janeiro, onde frequentavam os mesmos círculos de pernambucanos monarquistas. A prolífica e amistosa correspondência entre ambos parece ter tido início em 1897, quando comentavam os eventos políticos da época e tentava o então Secretário em Washington convencer Nabuco a aceitar o novo regime republicano, a quem poderia tão bem servir.<sup>282</sup>

A convivência entre eles seria retomada muito intimamente durante a temporada de ambos em Londres, Oliveira Lima na condição de secretário da Legação, e em seguida de Encarregado de Negócios após o falecimento do Ministro Souza Correia, e Nabuco como chefe da Missão Especial para a questão de limites com a Guiana Inglesa. “Nabuco e Oliveira Lima felicitavam-se mutuamente pela oportunidade que em breve teriam de estabelecer em Londres, um magnífico convívio tanto no terreno funcional como no plano intelectual”.<sup>283</sup> Lembraria Oliveira Lima em suas Memórias daqueles bons tempos de amizade: “Um tempo houve em Londres em que todas as tardes, após encerrado o expediente da legação, nossa distração era correr os antiquários – Guaritch, Maggs, Edwards – e até os pequenos sebos, Nabuco entusiasmando-se com os seus achados”.<sup>284</sup> Note-se que Joaquim Nabuco, eminente figura do império, já tinha relação próxima com Rio Branco de longa data, e o contato entre eles seria redobrado durante sua defesa da questão do Amapá, valendo-se então da orientação do grande especialista vitorioso.

Pode ter surgido, no entanto, alguma mágoa de Oliveira Lima, que se considerava natural pretendente à vaga de Ministro em Londres, que ocupava interinamente, quando foi preterido pelo Chanceler Olyntho de Magalhães, que nomeou Nabuco para ocupar o cargo. Partiriam, no entanto, nos melhores termos e o volume de correspondência entre ambos, tanto durante a longa viagem ao oriente quanto depois de assumir o posto em Tóquio, revela grande intimidade entre os dois pernambucanos. “Significativa para a compreensão definitiva do seu caráter e das aspirações que nutria na carreira diplomática, Oliveira Lima revelava nessa carta toda a extensão da amizade que dispensava a Joaquim Nabuco, a quem elegera para confidente e conselheiro dos rumos a tomar, sendo nesse particular amplamente correspondido pelo antigo defensor da liberdade das senzalas”.<sup>285</sup> Amizade esta que durará ainda alguns

---

<sup>282</sup> GOUVÊA (1976) p. 291-3.

<sup>283</sup> GOUVÊA (1976) p. 343.

<sup>284</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 186.

<sup>285</sup> GOUVÊA (1976) p. 382.

anos, e que permitirá a Oliveira Lima contar em muitas ocasiões com os bons ofícios do colega mais velho em inúmeros enfrentamentos com o futuro chefe de ambos, Rio Branco.

A ascensão do Barão do Rio Branco ao cargo de chanceler em 1902, em princípio agradou a Oliveira Lima, conforme comentou em carta a Nabuco, “seria um ministro de primeira ordem e uma força para o governo do Rodrigues Alves. Duvido, porém, que o Rio Branco aceite”.<sup>286</sup> Para sua surpresa, no entanto, como vimos no capítulo I, seria removido para a Legação no Peru, tendo recorrido à intervenção do amigo Nabuco para tentar demover o Chanceler da decisão, ao que ele lhe responderia: “O que vejo é que o Rio Branco dá grande importância à questão do Peru e como ele é da diplomacia ativa e imediata, está nervoso com a falta de um ministro no Peru, da confiança dele, e ele não suporta bem o estado nervoso...”.<sup>287</sup> Ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1903, Oliveira Lima ainda tentaria, sem sucesso, convencer Rio Branco a mudar de ideia. Data deste episódio o início dos desentendimentos entre ambos, sentindo o Barão um desacato aberto à sua autoridade por parte do subordinado e Oliveira Lima dando início a uma série de artigos sobre a reforma do Itamaraty. Joaquim Nabuco alertava que o conteúdo do que seria *Coisas Diplomáticas* não agradaria a Rio Branco “que não esquecerá”.<sup>288</sup> Superada a questão, com sua eventual nomeação para posto de menor importância, a Legação na Venezuela, criado estava o mal estar entre os dois, que jamais seria superado. Oliveira Lima fazia parte agora oficialmente dos críticos abertos à política externa da administração Rio Branco.

Foi por essa mesma época que ganhava corpo a política pró-americana de Rio Branco, assinalada mesmo pela elevação de categoria das Legações em Washington e no Rio de Janeiro, com a designação de Joaquim Nabuco como Embaixador, em 1905. Sabemos já da opinião de Oliveira Lima sobre os temas da Doutrina Monroe e do Corolário Roosevelt, que alargava sobremaneira o seu escopo. É bem verdade, no entanto, que “o Chanceler brasileiro não hesitava em empregar a doutrina quando ela concorria para fortalecer a posição internacional do Brasil”.<sup>289</sup> Como já analisado no capítulo

---

<sup>286</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Carta a Joaquim Nabuco de 30.04.1902, apud GOUVÊA (1976) p. 421.

<sup>287</sup> OLIVEIRA LIMA (1971) p. 97.

<sup>288</sup> Id. *ibid.* p. 98.

<sup>289</sup> BURNS, *op. cit.* p. 188.

II, Rio Branco era homem antes de tudo realista e pragmático, e percebeu o quanto podia valer-se da aproximação com os EUA e de uma interpretação judiciosa, tanto da Doutrina Monroe quanto do Corolário Roosevelt, para avançar seus próprios fins de política externa, sempre à sua maneira comedida e serena de atuação.

Já sobre seu representante em Washington, no entanto, recordaria mais tarde Oliveira Lima em suas Memórias: “Quando Nabuco entrou a exagerar o seu americanismo, eu da Venezuela lhe escrevia para Washington, externando minha discordância desse sentimento tão acentuado e que não me parecia partilhado pela opinião comum no Brasil”. Acreditava ele que: “Em Washington, o trato com Roosevelt e Root deslumbrou-o, (...) quis unir o Brasil e os Estados Unidos com os laços mais estreitos. Essa *entente ultra-cordiale* seria o seu triunfo pessoal, da sua ação diplomática”.<sup>290</sup> Nabuco, na sua condição de primeiro embaixador do Brasil em Washington, parecia levar mais à risca do que o próprio Rio Branco a política de entendimento com aquele país e acabou por se tornar, na expressão popular, “mais realista do que o Rei”.<sup>291</sup> Diante dos excessos de Nabuco, a posição de Oliveira Lima se aproximaria da posição mais discreta do Chanceler e provocaria definitivo rompimento com o velho amigo e conterrâneo, no contexto da Conferência Pan-americana, como veremos adiante.<sup>292</sup>

### 3.2. Pan-americanismo e a Conferência do Rio de Janeiro de 1906

Remonta, como sabemos, aos ideais de Simón Bolívar, por ocasião da independência e posterior consolidação das novas repúblicas hispano-americanas, o desejo de criar um movimento pan-americano. Bolívar defendera a ideia da criação de uma espécie de liga dos países americanos e, embora o congresso do Panamá, de 1826, não tenha produzido resultados práticos, estava lançada a ideia de cooperação continental, alternativa à visão monroísta, que inspiraria mais tarde parcela do próprio movimento pan-americanista. Entretanto, ao longo do século XIX, as nações latino-americanas estariam mais empenhadas em sua afirmação nacional,

<sup>290</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) pp. 210-2.

<sup>291</sup> “Nabuco se declarava francamente um ‘monroísta’ e, aparentemente, gostava de discutir a Doutrina Monroe com o próprio Presidente Theodore Roosevelt”. BURNS, op. cit. p. 187.

<sup>292</sup> “As divergências entre Nabuco e Oliveira Lima sobre o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos muito favoreciam, aliás, a posição de Rio Branco na política interna”. NETO, Washington Luís. Loc. cit. p. 10.

protagonizando diversas disputas e intrigas entre si, o que não favorecia o ideário de cooperação internacional bolivariano. Somente em 1881, a questão ganharia novo alento, agora sob a liderança dos EUA e com propósitos próprios, com a designação de James G. Blaine como Secretário de Estado.<sup>293</sup> No entanto, seria apenas em sua segunda investida naquele cargo, na gestão de Harrison, que Blaine efetivamente promoveria a realização da Primeira Conferência Pan-Americana em Washington, em outubro de 1889. Àquela época, como assinala Burns, “os Estados Unidos começaram a ver as outras nações do Hemisfério de forma mais penetrante. Com a sua fronteira territorial conquistada, e a industrialização transformada em um fato econômico, os americanos tinham agora mais tempo para concentrar as suas energias nos assuntos hemisféricos”.<sup>294</sup> Buscavam sobretudo assegurar a expansão de seu acesso aos mercados dos demais países do hemisfério, e chegaram a propor a constituição de uma união aduaneira pan-americana. Tampouco a Segunda Conferência, realizada no México, em 1901, logrou avanços significativos para uma integração continental. Com uma agenda de escopo mais limitado, centrou-se nos debates em torno da questão da voluntariedade ou compulsoriedade do arbitramento de controvérsias internacionais.

Diante, portanto, da política levada a cabo por Rio Branco, quando chegou o momento de definir o local da Terceira Conferência, surgiu a possibilidade do Brasil sediá-la: “Root achava que o Rio de Janeiro deveria ser a cidade escolhida e insistiu abertamente na proposta, atitude que foi considerada pelos círculos oficiais brasileiros como outra prova significativa da estima do governo americano”.<sup>295</sup> Realizava-se em território nacional o encontro que permitiria ao Brasil mostrar a seus vizinhos hemisféricos o grau de amizade e confiança que lograra consolidar com os EUA. Ao mesmo tempo, toda essa movimentação preocupava a Oliveira Lima, que não se furtou a manifestar sua oposição. Como bem notou Giberto Freyre, no que parece ser a síntese da visão amadurecida do diplomata pernambucano sobre a Doutrina Monroe: “Já com relação ao Pan-Americanismo, sua atitude fora de inconformidade (...) com a absoluta adesão brasileira à ideia política de

---

<sup>293</sup> “At about this point, the American secretary of state under Garfield came upon the stage of American diplomacy, and it was largely owing to his interest in the Pan-American idea that the present movement toward that end received its initial stimulus”. WILGUS, A. Curtis. James G. Blaine and the Pan American Movement. In: *The Hispanic American Historical Review*. Baltimore: Williams & Wilkins Company, 1922, vol. 5, p. 667.

<sup>294</sup> BURNS, op. cit. pp. 194-5.

<sup>295</sup> BURNS, op. cit. p. 132.



uma solidariedade continental que lhe parecia exclusivamente não só ‘made in USA’ como ‘for USA’”. Declarou-se a favor do que chamou a ‘latinização do monroísmo’.<sup>296</sup> Preocupavam-lhe sobremaneira as atitudes e pronunciamentos em Washington de seu amigo Joaquim Nabuco, que logo ao chegar naquela capital, ao apresentar suas credenciais, “assegurou que o Brasil “verá sempre os Estados Unidos tomar as grandes iniciativas na direção do nosso comum ideal americano, com o mesmo interesse continental e a mesma seguridade nacional que até hoje”.<sup>297</sup>

De seu posto em Caracas, acompanhava as gestões de Nabuco em Washington, que trabalhava estreitamente com seu amigo Elihu Root para os preparativos da Conferência. Inicialmente, felicitara o colega e amigo pelo êxito de seu trabalho, coroado “pelo seu *gros succès* diplomático de levar Root ao Rio no ano que vem”, uma vez que tinha sido anunciada a intenção do secretário de estado norte-americano de prestigiar pessoalmente o evento no Rio de Janeiro.<sup>298</sup> Ao receber a notícia de que Nabuco chefiaria a delegação brasileira, e na esperança de ser convidado para integrá-la, chegou a sondar Nabuco a respeito. Ao mesmo tempo, receava Oliveira Lima que os EUA aproveitassem a Conferência do Rio de Janeiro para promover algum tipo de endosso das nações latino-americanas ao corolário de Roosevelt à Doutrina Monroe.<sup>299</sup>

Constrangido pelo pedido do amigo, e ao mesmo tempo desgostoso de suas críticas públicas, Nabuco preferiu silenciar e cessar, a partir de então, a correspondência tão íntima e amistosa que mantinha com o conterrâneo. Lembraria mais tarde o diplomata já aposentado daqueles eventos que o separaram do abolicionista: “E como nessa ocasião se dissesse nos jornais que o Secretário Root não iria afinal à América do Sul como instava o nosso Embaixador, eu escrevi humoristicamente a Nabuco que ele estava *rootless* (“desenraizado”). Nabuco tomou a mal a brincadeira e respondeu-me que eu devia notar que ele estava espaçando a correspondência comigo e era porque eu parecia empenhado em demolir o quanto ele idealizava. Cessou naturalmente também nossa amizade”.<sup>300</sup>

Considerado o rompimento com Nabuco, não é, portanto, de estranhar que Oliveira Lima dedicasse sua obra *Pan-Americanismo*, publicada no ano seguinte à Conferência, ao Barão do Rio Branco, com as seguintes

<sup>296</sup> FREYRE (1968) p. 57.

<sup>297</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 41.

<sup>298</sup> GOUVÊA (1976) p. 692.

<sup>299</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 11.

<sup>300</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 213.

palavras: “Ao Barão do Rio Branco, que no seu discurso de abertura da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro indicou a esta reunião continental a verdadeira orientação que lhe cumpria seguir, e serenamente obstar à enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao sistema norte-americano”.<sup>301</sup> Em sintonia nesse ponto com o pensamento do Chanceler, Oliveira Lima acreditava que o pan-americanismo não poderia jamais redundar em ameaça à soberania das nações por uma subserviência indevida.

Ao mesmo tempo em que era selado o rompimento com Nabuco, com Rio Branco Oliveira Lima passaria a manter um relacionamento frio e distante, de subordinado para com o chefe. Vale notar, no entanto, que Oliveira Lima guardaria lembranças de ambos em sua residência em Washington, “junto à iconografia de amigos mais queridos”.<sup>302</sup> Segundo revelaria D. Flora em carta a um amigo, antes da publicação das memórias do marido: “O Lima era verdadeiramente amigo do Nabuco, tinha-lhe estima, admiração e isto é o que se percebe nas Memórias”.<sup>303</sup>

### **3.3. Precursor da Integração sul-americana?**

A Conferência realizada no Rio de Janeiro ajudou também a consolidar o relacionamento do Brasil com seus vizinhos hemisféricos, de quem tradicionalmente se mantivera distante. Conforme já vimos, não apresentava conflito para Rio Branco procurar, por um lado, estreitar os laços de amizade com os EUA e, por outro, consolidar, após a solução das questões limítrofes, sua política de aproximação com os demais países hispano-americanos: “Aos delegados da Terceira Conferência Pan-Americana, Rio Branco delineou a intenção brasileira de fortalecer seu relacionamento com todas as nações do continente, em particular com os seus vizinhos imediatos”. Por essa sua postura, “tornou-se um dos precursores do pan-americanismo moderno, de relevância prática”.<sup>304</sup> Logo em seguida, teria a política externa pequena amostra da suposta “amizade” norte-americana durante a Conferência de Paz da Haia, quando as nações irmãs do continente uniram-se em apoio à liderança exercida por Rui Barbosa naquele foro contra as posições

<sup>301</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 17.

<sup>302</sup> GOUVÊA (1976) p. 708.

<sup>303</sup> GOUVÊA, Fernando da Cruz. As Memórias de Oliveira Lima. In: OLIVEIRA LIMA (1986), p. 25.

<sup>304</sup> BURNS, op. cit. p. 195.

discriminatórias dos europeus e do que pareceu o inusitado concurso dos EUA.

De sua parte, Oliveira Lima percebia com clareza a natural divisão entre a América inglesa e a América Latina, opondo-se a iniciativas que pudessem promover desavenças entre as nações desta última e apoiando maior sentimento de unidade entre elas.<sup>305</sup> Por essa razão, via com desconfiança a aproximação com a América do Norte desejada por Rio Branco, quando a seu ver o Brasil deveria antes procurar cimentar as afinidades com seus vizinhos mais próximos, que percebia, com sua visão de historiador, como unidos pela herança comum da cultura ibérica. Como observa Washington Luís Neto, ele “esboçava uma nova orientação da política externa brasileira, a qual deveria, em sua opinião basear-se em uma maior aproximação com a Argentina e demais repúblicas latino-americanas, na manutenção das tradicionais relações com o mundo europeu, e não na busca açodada de relações privilegiadas com os Estados Unidos da América”.<sup>306</sup> Percebeu, no entanto, ser claramente o momento do domínio dos Estados Unidos no Novo Mundo e preconizava, diante dele, a conveniência da união entre as demais nações hemisféricas: “O domínio norte-americano deixaria de ser uma realidade se entre os países latinos do continente vingasse o espírito de solidariedade a que deviam em tal campo tender e que não é forçosamente infenso à cordialidade, mesmo à união com o elemento anglo-saxônico”.<sup>307</sup> Evidentemente, a recomendação de Oliveira Lima imaginava tal união ocorrendo em termos de razoável simetria, sem submissão alguma à liderança dos EUA. Reconhecia até mesmo certa superioridade da cultura e civilizações ibero-americanas: “Para ser completo o pan-americanismo, mister seria que os Estados Unidos se associassem à América Latina, com a importância e influência, o prestígio, a superioridade a que lhe dá direito sua civilização – o contrário não seria humano – mas sem quaisquer pensamentos, manifestos ou reservados, de domínio direto, que melindram e tornam suspicaz o elemento mais fraco”.<sup>308</sup>

<sup>305</sup> OLIVEIRA LIMA (1971) p. 112.

<sup>306</sup> NETO, Washington Luis. Loc. cit. p. 10.

<sup>307</sup> Id. ibid. p. 111.

<sup>308</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *América Latina e América Inglesa: a Evolução Brasileira Comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo Americana*. Rio de Janeiro, Paris: Garnier, 1914, p. 187. Sua defesa de maior aproximação com a Argentina foi interpretada por Gilberto Freyre como estendendo “à América espanhola, representada pela sua nação-líder – era o seu ponto de vista, evidentemente – aquele afã de aproximação de Portugal com a Espanha”. FREYRE (1968) p. 57.

No contexto sul-americano, o diplomata-historiador teve sempre presente a crucial importância do relacionamento do Brasil com a Argentina como o eixo fundamental sobre o qual deveria se assentar qualquer estreitamento das relações com nossos demais vizinhos. Nota ele que a aproximação entre os dois países havia sido possível graças à resolução, no Governo Campos Sales, do impasse na questão de Palmas, ressaltando que os uniam interesses comuns de “resistência moral a influências estranhas” e de “adiantamento material”. Recorda, nesse contexto, a conveniência para os EUA das desavenças entre os vizinhos sul-americanos, na aplicação do velho princípio *divide et impera*.<sup>309</sup>

Na época ainda experimentava o Brasil forte desconfiança de seus vizinhos imediatos, especialmente da Argentina. A nomeação de Estanislao Zeballos para ocupar a chancelaria daquele país, em novembro de 1906, viria a exacerbar o sentimento antibrasileiro no país platino, com campanhas de imprensa, insufladas pelo próprio Chanceler, que pintavam a Rio Branco como “militarista” e a seu país como “imperialista”.<sup>310</sup> O acirramento da disputa levaria a perigosa corrida armamentista, gerando temores de uma guerra iminente. Oliveira Lima, observando os eventos a distância, desde Bruxelas, e talvez influenciado por sua relação próxima a Zeballos “seu fraterno amigo”, acreditava na sinceridade de seus votos de amizade pelo Brasil.<sup>311</sup> Mesmo sem isentar certos setores da sociedade argentina de responsabilidade pelas dificuldades do relacionamento bilateral – sabe-se que o grupo zebalista contava com apoio de industriais, fabricantes de armas e agitadores profissionais<sup>312</sup> –, julgava, por outro lado, que possuíam justas razões para suspeitar do rearmamento brasileiro. Em artigo de fevereiro de 1909, escrito em Bruxelas, no qual atribuía “repercussão apenas cômica” ao episódio do telegrama nº 9, o diplomata pernambucano fazia vigorosa defesa da “harmonia política” entre as nações latino-americanas, que não deveriam emular “no Mundo Novo a situação tensa que a Europa tem de ir suportando como a carga de seu passado, mas que infelizmente se não explica nem compreende

<sup>309</sup> OLIVEIRA LIMA (1980), pp. 110-1.

<sup>310</sup> V. 2.3.3. Aproximação com os Vizinhos Sul-Americanos.

<sup>311</sup> “Estanislao Zeballos fue su mayor y más constante interlocutor. Ambos llegaron en determinados períodos a mantener correspondencia semanal”. SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. *Semblanza Biográfica del Autor*. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *En la Argentina*. Buenos Aires: Nueva Mayoría, 1998, p. 12.

<sup>312</sup> RIO BRANCO, Barão do. Despacho à Legação em Buenos Aires. MRE/Arquivo do Itamaraty, apud LINS, op. cit. p. 379, nota 659.

na irradiação da nossa mocidade esperançosa e franca”.<sup>313</sup> Se do ponto de vista filosófico não há como questionar o ideal defendido por Oliveira Lima – afinal a harmonização do relacionamento bilateral Brasil-Argentina provar-se-ia a pedra de toque da integração sul-americana 80 anos mais tarde –, as fontes documentais disponíveis não parecem deixar qualquer dúvida sobre a deplorável conduta de Zeballos em todo o episódio.

Embora só viesse a visitar a Argentina em 1918, já aposentado da carreira, e justamente a convite de Zeballos, Oliveira Lima nutria genuína admiração por aquele país, que externa, não sem hipérbole, na seguinte passagem: “Pela sua crescente e espantosa riqueza, pelo senso prático de seus homens de Estado, pelas cem manifestações da sua grande e adquirida cultura, pela sua valia internacional cada vez maior, a República Argentina, com o seu reduzido corpo diplomático, tem tomado a dianteira e está de comum acordo à testa das comunidades hispano-americanas”.<sup>314</sup> A seu ver, as desconfianças entre os países latino-americanos deveriam ser superadas por meio de maior conhecimento mútuo, ponto que voltará a ressaltar, mais tarde, em sua obra *Na Argentina*, resultado justamente dessa sua primeira e única visita àquele país. Ao apresentar suas impressões sobre o país de feições diferentes do nosso, tanto em aspectos físicos quanto socioculturais, acentua que essas diferenças preconizavam a aproximação e a complementaridade das duas nações: “A paz sul-americana é um resultado cujas vantagens se impõem e que tem de provir da compreensão justa das exigências do continente, políticas e sociais, as quais se devem conscientemente sobrepor a antipatias instintivas, comuns aos povos limítrofes”.<sup>315</sup>

Mantinha Oliveira Lima, já há alguns anos, correspondência com vários intelectuais argentinos, dentre eles Zeballos, então presidente do *Instituto Popular de Conferencias* de Buenos Aires. Foi recebido na capital portenha com enorme simpatia e apreço, conforme noticiou o *La Prensa*: “La presencia de Oliveira Lima tiene que ser singularmente grata a los argentinos, por doble circunstancia de tratarse de un diplomático de una de las primeras naciones americanas que, habiendo actuado con tanto brillo en las principales cancillerías del mundo, ha mirado las relaciones de su país con el nuestro en la forma que queda expuesta”.<sup>316</sup> De sua parte, ao chegar deu declaração à imprensa: “Si

<sup>313</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. O Brasil e o Prata. In: *O Estado de São Paulo*, 19.02.1909, apud GOUVÊA (1976), p. 807.

<sup>314</sup> Apud CARDIM, ELMANO, Vida e Obra de Oliveira Lima. in : BRASIL. MRE. (1968) pp. 99-100.

<sup>315</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 113.

<sup>316</sup> GOUVÊA (1976) p. 1459.

algún título traigo a vuestro país, es mi amor por la Argentina. Deben esperarse resultados fecundos de la aproximación de las nuevas generaciones de la Argentina y del Brasil (...). Dedicaré todos mis esfuerzos al acercamiento de estos países, unidos por tantos vínculos de civilización y raza”.<sup>317</sup>

Proferiu inúmeras palestras em universidades de prestígio na capital e nas províncias que teve ocasião de visitar. Conferência de maior sucesso foi a intitulada “Os elementos de Paz no Novo Mundo”, em que coincidia com Zeballos na defesa do pacifismo e da busca “pela solidariedade americana e muito particularmente por uma aproximação intelectual, moral e política entre o Brasil e a República Argentina, a bem da paz universal ou pelo menos continental”.<sup>318</sup> Ciente da enorme falta de conhecimento recíproco, fonte a seu ver dos desentendimentos constantes, decidiu Oliveira Lima ao regressar à pátria reunir em livro suas impressões da grande nação vizinha, para servir como instrumento de aproximação entre os povos, que assim poderiam se conhecer melhor.<sup>319</sup> A atualidade dessa sua preocupação ficou patente, mais uma vez, no discurso de posse do Ministro de Estado Antonio Patriota, que fez questão de ressaltar, referindo-se à nossa relação com os países sul-americanos: “Caberá aos governos trabalhar mais e melhor para cobrir as lacunas de conhecimento e interação que ainda caracterizam o relacionamento entre os países da região. Nosso destino comum exige que conheçamos melhor a História, a demografia, o potencial econômico e a cultura uns dos outros”.<sup>320</sup>

Esse esforço constante de promover o entendimento entre as nações latino-americanas por meio da promoção da alta cultura e do conhecimento mútu, Oliveira Lima não o pregou: viveu-o a cada momento de sua carreira de diplomata, historiador e intelectual. Em todos os países em que viveu ou que visitou, buscou sempre estudar e conhecer a sua história, literatura, e cultura em geral, ao mesmo tempo em que promovia a divulgação dos estudos sobre a história pátria, muitas vezes realizados por ele próprio, e pelas mais

---

<sup>317</sup> OLIVEIRA LIMA (1998) p. 14.

<sup>318</sup> GOUVÊA (1976) p. 1461.

<sup>319</sup> “He was the first Brazilian of any literary stature to interest himself in the Spanish-speaking countries of the New World, and he was declared friend of Argentina at a time when the relations between Brazil and Argentina were dangerously tense”. WHALEN, J. in: BRASIL, MRE. (1968) p. 150.

<sup>320</sup> BRASIL, MRE. Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Circular Telegráfica 80272/2, de 03.01.2011.

elevadas expressões da cultura brasileira na literatura e nas artes. Foi assim na visita à Argentina, como havia sido o caso antes, nos quase dois anos que passou na Venezuela e que o consagraram como estudioso da América espanhola com seu *Impressões da América Espanhola* lá escrito: “Chegaria talvez a ser o único perito que tem tido o Brasil neste campo desde o tempo do General Abreu e Lima, que militou nas forças de Bolívar nas campanhas da independência da Venezuela. Efetivamente, tal veio a ser a fama de Oliveira Lima como conhecedor que era da vida hispano-americana que até o citariam na Câmara dos Deputados em Buenos Aires como autoridade sobre coisas nacionais”.<sup>321</sup>

As *Impressões* não são meras crônicas de viagem ou reminiscências de sua vida em Caracas, mas uma coleção de breves ensaios, heterogêneos, é verdade, mas unidos por seu foco na cultura hispano-americana, que é tratada sob diversos ângulos, desde a historiografia até a literatura e a crítica literária, passando por líderes como o venezuelano Castro e o argentino Bartolomé Mitre. O resultado é um amplo panorama da cultura sul-americana, com observações originais sobre as peculiaridades da colonização espanhola em relação à portuguesa, nos casos específicos da Venezuela e do Brasil, e os contrastes entre as repúblicas hispânicas e a monarquia brasileira. Não faltam aqui e ali datadas observações de cunho racista, que apenas ecoavam as tolices do que passava por ciência na época, e que não comprometem o conjunto da obra. Como anotou Cardozo, “Na Venezuela pôde ver de perto o que era o caudilhismo hispano-americano, e os desastres que acarretara ao desenvolvimento das incipientes nacionalidades do continente”.<sup>322</sup> Foi, na opinião de Gilberto Freyre, “verdadeiro estudo de sociologia”.<sup>323</sup>

Em síntese, as *Impressões da América Espanhola* possuem o duplo sentido de contribuir para maior compreensão da especificidade histórico-cultural da América hispânica, como era o reiterado propósito de Oliveira Lima, e de promover, ao mesmo tempo, a valorização da cultura hispânica, cuja riqueza e singularidade julgava, sob certos aspectos, superior à cultura anglo-saxônica: “De modo que são páginas do mais compreensivo americanismo, embora lhes falte a nota de esclarecida simpatia pelos anglo-americanos que Oliveira Lima só veio a adquirir depois do contacto com as

<sup>321</sup> CARDOZO, Manoel da Silveira. Prefácio. In: OLIVEIRA LIMA (1953) p. 42.

<sup>322</sup> Id. *ibid.* p. 47.

<sup>323</sup> FREYRE, Gilberto. In: OLIVEIRA LIMA (1953) p. 10.

universidades americanas que lhe proporcionou o sábio Branner”.<sup>324</sup> Era coerente essa sua avaliação com sua visão, conforme vimos, da necessidade de aprofundamento das relações do Brasil com seus vizinhos, a partilharem vínculos com a civilização ibérica que naturalmente os aproximavam mais do que à América Anglo-Saxônica e aos Estados Unidos. Além disso, ao traçar comparações do passado histórico venezuelano e argentino, tinha sempre presente a própria identidade histórica brasileira. Esse esforço de história cultural comparativa, posteriormente complementado por ciclo de palestras que ministrou na Universidade Stanford, em 1912, reunidos na obra *América Latina e América Inglesa*, publicada em 1914, abriria caminho a toda uma vertente de nossa historiografia, na qual se sobressairia mais tarde Vianna Moog com seu clássico *Bandeirantes e Pioneiros*, por exemplo.<sup>325</sup>

Por todas essas originais e valiosas contribuições, resta evidente que, se Oliveira Lima não pode ser considerado propriamente arquiteto ou líder da integração da América do Sul, foi sem dúvida um de seus desbravadores. Por sua imensa projeção intelectual, em que pesem os períodos de semiesquecimento a que foi relegado, consignou para sempre a importância da aproximação entre os vizinhos sul-americanos para sua própria inserção regional e internacional. Ao identificar com exatidão o papel central que a relação Brasil-Argentina deveria ter nesse processo, acentuou não só o peso que se deveria atribuir às relações comerciais, mas sobretudo a necessidade vital de um maior conhecimento mútuo, para o qual contribuiu de maneira singular e profícua. É um legado que parece justificar plenamente a afirmação do então Embaixador em Buenos Aires por ocasião da publicação da tradução espanhola de *Na Argentina*: “Oliveira Lima visualizó las virtudes de la integración entre los dos países y las dos sociedades, uniéndose así al selecto grupo de líderes políticos e intelectuales argentinos y brasileños que componen al panteón del Mercosur”.<sup>326</sup>

---

<sup>324</sup> Id. *ibid.*

<sup>325</sup> MOOG, op. cit. Sobre a contribuição de Oliveira Lima como historiador, v. Capítulo VI.

<sup>326</sup> SEIXAS CORRÊA, loc. cit. p. 15.



## Capítulo IV – Oliveira Lima, pioneiro da diplomacia cultural

O título “Embaixador intelectual do Brasil” foi muito apropriadamente concedido a Manoel de Oliveira Lima pelo eminente professor e membro do Instituto Nobel, Göran Björkman, durante a visita a Estocolmo do diplomata, em 1909. Em retrospectiva, pode-se hoje dizer que o ilustre sueco acertou em sua avaliação do brasileiro que durante toda a vida ativa como diplomata, e mesmo depois de ter-se dela desligado, levou tão habilmente o Brasil ao mundo e trouxe o mundo a seu país natal. Como ele próprio recordaria: “Com um certo senso das realidades que mais tarde caracterizou a minha propaganda intelectual do Brasil, que foi o distintivo da minha atividade diplomática”.<sup>327</sup> Com sua vasta cultura e conhecimento, especialmente da história brasileira em todas as suas fases, pôde transmitir a um público ávido de informações sobre o país pouco conhecido e algo misterioso seus ensinamentos sobre o que era o Brasil, seu passado, seu povo, seu idioma e seu lugar naquele mundo do início do século XX. Como ressaltou o jornalista e historiador Max Fleiuss: “Raros brasileiros tiveram, como ele, a glória de ser ouvidos fora da pátria por doutas assembleias e de professar em célebres universidades o culto do Brasil”.<sup>328</sup>

---

<sup>327</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) pp. 13-4.

<sup>328</sup> FLEIUSS, Max. Conferência no Instituto Histórico Brasileiro, 23.05.1928. In: OLIVEIRA LIMA (1986) p. 264.

Aclamado por intelectuais, estudantes, políticos, e líderes tanto quanto pelo homem comum, Oliveira Lima consolidou seu nome nos inúmeros foros aos quais levou sua poderosa palavra, em reuniões diplomáticas, na academia e em institutos de pesquisa, como genuíno porta-voz não só da intelectualidade brasileira, mas de toda cultura latino-americana. Norteou-se sempre pela preocupação de marcar a sua obra de ensino e divulgação pelo ponto de vista de brasileiro: “Intelectual de reconhecida capacidade criadora, Oliveira Lima entregou-se ao preparo de artigos para revistas e jornais, de conferências em universidades e outras instituições, tendo como tema exclusivo o Brasil, objetivando difundir a cultura de sua pátria”.<sup>329</sup>

Vale retrazar, brevemente, a sua trajetória intelectual, aprofundando o exame dos elementos de sua formação mencionados no capítulo I. Nascido no Recife em 1867, aos seis anos Oliveira Lima mudou-se com a família para Lisboa, onde teria acesso a uma clássica educação europeia. Seus estudos primários foram realizados no Colégio dos Lazaristas, onde recebeu formação católica, e demonstrou precoce interesse por história. Guardou as melhores recordações de seus mestres na Faculdade de Letras de Lisboa, conforme assinala em suas memórias, e aprendeu com eles o gosto pelo estudo e pelo conhecimento que jamais abandonaria.<sup>330</sup> Importante seria também o contato que teria com o grande historiador português Oliveira Martins. Ainda antes de completar 21 anos, teve, portanto, a oportunidade de consolidar as bases de sua formação intelectual por essa convivência com o que havia de melhor na vida cultural portuguesa da virada do século, o que já assinalava a sua precocidade. Não seria de estranhar, assim, ter aquele jovem estudioso se tornado um dos maiores eruditos de seu tempo. Conforme ele mesmo lembraria ao final da vida “Se é verdade o que de mim escreveu no suplemento literário do *Times* de Londres – 25 de junho de 1925 – o professor Harold Temperley, da Universidade de Cambridge, a saber que sou a maior autoridade viva em história de Portugal e Brasil do primeiro quartel do século XIX,

<sup>329</sup> GOUVÊA (1976) p. 815.

<sup>330</sup> Foram figuras como o professor de história Consiglieri Pedroso, “um homen inteligentíssimo, de uma ilustração pouco comum e de uma curiosidade mental insaciável”; Vasconcelos Abreu, “professor de língua sânscrita e de literatura indiana, era um espírito brilhante e um homem encantador”; “o professor de filosofia, Souza Lobo, [que] tinha pelo contrário um aspecto fino e elegante que correspondia ao seu neo-kantismo de uma metafísica distinta”. OLIVEIRA LIMA (1986), pp. 22-4. “De seus professores no Curso Superior de Letras, o que Oliveira Lima mais prezava e ficou sendo seu amigo de todos os tempos era Teófilo Braga – uma ‘enciclopédia viva’, como ele o chamava...”. LYRA, Heitor. Oliveira Lima, Diplomata e Historiador Brasileiro. Suas Presenças em Portugal. In: BRASIL. MRE. (1968) p. 127.

devo-o sobretudo a essa plêiade de homens notáveis que me ensinaram a estudar aquela ao mesmo tempo ciência e arte”.<sup>331</sup>

Como comprovaria sua futura atuação como diplomata e historiador, a formação humanística clássica que adquiriu em Portugal, talvez mesmo por seu caráter abrangente e universalista, não o fez esquecer-se da terra em que nasceu. Como nota Barbosa Lima Sobrinho: “As amizades escolares, a convivência nos bancos acadêmicos, a formação espiritual ligada a mestres portugueses não conseguiram afastar Oliveira Lima, não das influências, mas daquela ‘exaltação íntima pelo Brasil’, que iria ser uma constante em sua vida”.<sup>332</sup> A presença materna e a correspondência constante com amigos e familiares em Pernambuco ao longo da juventude ajudariam a consolidar no jovem brasileiro em Portugal os vínculos afetivos e o continuado interesse pelos assuntos de sua terra natal. Tanto assim que, formado pela Faculdade de Letras, em 1888, já despertava seu interesse pela história, para o qual contribuía seu padrinho, que de Pernambuco o abastecia de material sobre história brasileira, tendo ele predileção pelas obras de Robert Southey e Adolfo de Varnhagen, este último também diplomata, o qual depois escolheria para seu patrono na Academia Brasileira.<sup>333</sup> É de ressaltar que na Faculdade em Lisboa completou a formação acadêmica, depois da qual seguiria sua longa carreira de estudos como autodidata.

Deveu também ao padrinho os conselhos para ingressar na carreira diplomática, à qual seria apresentado ao frequentar a Legação do Brasil, onde conheceu algumas das grandes figuras da diplomacia do Império, como o Barão de Carvalho Borges e o Barão de Aguiar de Andrada.<sup>334</sup> É de notar que, ao contrário da maioria de outros companheiros de geração e futuros colegas no Ministério das Relações Exteriores, como Rio Branco e Joaquim Nabuco, a formação intelectual de Oliveira Lima não passou pelos bancos das faculdades de Direito. Mas mesmo sem o título de bacharel em Direito, sua vasta experiência e conhecimento do assunto o levaria, no final da vida, a

---

<sup>331</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 22.

<sup>332</sup> LIMA SOBRINHO, loc. cit. p. 17.

<sup>333</sup> Id. *ibid.* p. 18.

<sup>334</sup> “O excelente homem (Quintino de Miranda), um desses espíritos repassados de suavidade e de longanimidade, juntou aos livros que conservo há mais de 40 anos e, há pouco reli, cartas nas quais animava o que ele chamava o meu pendor filo-bibliográfico e apontava para diplomatas de primeira ordem de nações secundárias a fim de disfarçar a sua fraca apologia pela *carreira*”. OLIVEIRA LIMA (1986) p. 13.

ocupar justamente a cátedra de Direito Internacional na Universidade Católica de Washington, o único posto acadêmico permanente que ocupou.

Datam também do período de sua juventude em Lisboa as primeiras incursões no mundo jornalístico. Aos 15 anos de idade, lançou sua própria revista, *Correio do Brasil*, na qual mantinha seção sobre grandes vultos da história brasileira e assinava artigos sobre temas como a escravidão. O gosto pelo jornalismo acompanharia Oliveira Lima por toda a vida. Se, por um lado, permitiu-lhe registrar sua visão singular de personagens e acontecimentos do seu tempo, por outro, em muitas ocasiões, levou-o a expressar ideias e opiniões que mudariam o rumo de sua vida e lhe custariam importantes amizades.<sup>335</sup>

Iniciado desde muito jovem na vida de estudos e de jornalista, a vocação de historiador, discernida ainda na escola, não tardaria a desabrochar. Aproveitava Manoel seu tempo em Lisboa para realizar pesquisas, não raro em visita à Torre do Tombo, onde buscava o passado pernambucano, tendo por essa época publicado seleção de cartas de Duarte Coelho, o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco.<sup>336</sup> Nos estudos em Portugal, foi também introduzido aos aspectos técnicos da historiografia, com iniciação à paleografia e à filologia que se provariam de grande utilidade em sua obra futura. Como recordaria em discurso na Academia Brasileira: “Quando, muito novo ainda, eu estudava paleografia na Torre do Tombo, de Lisboa, tendo por mestre José Basto, um dos auxiliares de Herculano na obra grandiosa dos *Portugaliae Monumenta Histórica*, costumava ansioso esquadrinhar dos maços de papéis bolorentos, de caracteres semi-apagados, debaixo da poeira dos séculos, algum documento que na minha prosápia juvenil julgava dever ser decisivo para a solução de qualquer dos enigmas da nossa história, que os tem, conquanto datem de ontem?”<sup>337</sup> Seguiu, assim desde cedo, os passos de Varnhagen, seu predecessor como diplomata-historiador, cujo exemplo Oliveira Lima emularia em seu trabalho histórico.

Durante o tempo de estudante, iniciou-se também na autoria de crônicas e relatos de viagem, que na maturidade frutificaria em obras como *Nos Estados Unidos, No Japão, Na Argentina, Cartas de Estocolmo*. No fim de século europeu, o jovem Manoel, pela primeira vez, visitaria Londres, que chamava

---

<sup>335</sup> V. 4.2. O Diplomata-Jornalista.

<sup>336</sup> LYRA, Heitor. Brasil. MRE. (1968) p. 128.

<sup>337</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. MENDONÇA, Salvador de. *Discursos pronunciados na Sessão Solene de 17 de julho de 1903*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1903, pp. 7-8.

“a capital do mundo”. Aliando apurada capacidade de observação e síntese com a clareza de sua expressão escrita, enviou vários artigos ao Jornal do Recife que ainda hoje se leem com proveito e gosto. Da pintura inglesa que vira na National Gallery e no South Kensington Museum, ao sistema político britânico, “uma oligarquia temperada”, das obras raras no British Museum à política externa da Rainha Vitória, passando pelas *cocottes* de Brighton, nada escapava ao olhar a um tempo curioso e generoso do jovem pernambucano. Conheceu também a Paris da *belle époque*, mas, como lembraria mais tarde em suas memórias, embora tenha apreciado as belezas da cidade, não chegou a se deslumbrar. “A minha primeira impressão de Paris, vindo de Londres, (...) esteve longe de ser um embevecimento, apesar da influência da cultura francesa sobre o meu espírito”.<sup>338</sup>

Ao lado das preocupações intelectuais, não deixava de interessar-se pelo debate político, que às vezes acompanhava na sede do Parlamento português. Como ocorria com jovens de sua geração, não só na Europa, mas do outro lado do Atlântico, Oliveira Lima tornou-se republicano. Em Lisboa, após a chegada do Imperador exilado, foram numerosas as críticas ao novo regime brasileiro, e Oliveira Lima destacou-se em sua defesa. Logo no ano seguinte à proclamação da República, decidiu retornar ao país natal, especialmente para conhecer o Rio de Janeiro, onde consolidaria seus contatos com a nova liderança republicana, que lhe abriria as portas da carreira diplomática aos 23 anos. Ela lhe permitiria viajar o mundo em nome do Brasil, aprofundar seus estudos e pesquisas e tornar-se precursor e promotor da diplomacia cultural: “Começava assim, em 1891, a vida de diplomata de Oliveira Lima, que foi na carreira, em todos os postos e em todos os meios culturais, ‘o embaixador de nossa inteligência no estrangeiro’, no dizer de Olavo Bilac”.<sup>339</sup>

Designado inicialmente para postos europeus, em Lisboa e Berlim, e depois nos EUA, no Japão, na América do Sul, e finalmente de volta à Europa, Oliveira Lima teve a experiência direta da diversidade de culturas. Além do trabalho diplomático *strictu sensu*, do qual sempre se desincumbiu com eficiência, a carreira proporcionou-lhe que se voltasse para as pesquisas históricas, as publicações e conferências, para não mencionar a inigualável

---

<sup>338</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) pp. 51-2.

<sup>339</sup> BRASIL. MRE. (1968) p. 95.

biblioteca que foi construindo ao longo do tempo.<sup>340</sup> Datam do período em Berlim, 1892-95, os primeiros livros de história de sua autoria: *Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico*, seguido por *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, obras que apenas prenunciavam sua carreira de grande historiador, conforme veremos adiante.<sup>341</sup> Foram essas obras que, juntamente às suas inúmeras contribuições à *Revista Brasileira*, o conduziram à eleição para a Academia Brasileira de Letras, em 1897. Como nota Gouvêa, “Ao ser incluído no grupo dos dez que completariam a lista inicial dos fundadores da Academia, contava Oliveira Lima 29 anos de idade, o que no dizer de Barbosa Lima Sobrinho, ‘era uma consagração’. Sobretudo quando entre os não eleitos estavam o Barão do Rio Branco, Fontoura Xavier e Assis Brasil”,<sup>342</sup> três personagens que, coincidentemente, figurariam como futuros desafetos em sua vida profissional.

Consagrado acadêmico e participando de seleta confraria ao lado de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, e Rui Barbosa, estava mais do que confirmada a vocação intelectual de Oliveira Lima. Ao comentar sua única incursão pelo gênero dramático, a comédia *Secretário d’El Rey*, diria Machado de Assis: “O talento brilhante e sólido, a instrução paciente e funda, o amor da verdade, tudo isto que o Sr. Oliveira Lima nos tem dado em muitas outras páginas, acha aqui, ainda uma vez, aquele laço de espírito nacional que lhe assegura lugar eminente na literatura histórica e política da nossa terra”.<sup>343</sup> Foram palavras que se provariam proféticas, antevendo o futuro brilhante de diplomata, historiador, sociólogo, professor, não só no Brasil, mas em quatro continentes, onde deixou sua marca como cidadão do mundo, mas antes de tudo, como brasileiro.

#### 4.1. O diplomata-conferencista e escritor

Munido de apurado preparo intelectual e sempre disposto a compartilhar seu vasto conhecimento onde fosse requerido, Oliveira Lima realizaria, ao

---

<sup>340</sup> “Gran observador y gran trabajador, confiando más en la ciencia que en la diplomacia, aprovechó sus frecuentes viajes para escribir sobre los países que visitaba, para construir su gran obra histórica y para reunir su magnífica biblioteca”. PATTEE, Richard. *Oliveira Lima: Embajador Intelectual del Brasil*. Lima: [s.n.] 1939, p. 9.

<sup>341</sup> V. capítulo VI.

<sup>342</sup> GOUVÊA (1976) p. 548.

<sup>343</sup> ASSIS, Machado de. Oliveira Lima Secretário d’El Rei. *Gazeta de Notícias*, 02.06.1904, in: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Vol III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 938.

longo da carreira, grande número de palestras e conferências, a maior parte das quais voltada à divulgação da cultura e história pátrias. Para tanto, como fazia questão de recordar, valia-se sobretudo de sua visão de historiador, conhecedor íntimo do passado: “Para se fazer propaganda do Brasil, como eu tenho buscado fazê-lo, em universidades e sociedades científicas estrangeiras, pondo em destaque os aspectos intelectuais e econômicos de maior interesse, não é mister empregar as hipérboles de Rocha Pitta, nem nutrir as ilusões de Policarpo Quaresma, cujo triste fim é uma dura lição para os otimistas, os francos e até os bons. Basta que se tenha o sentimento do passado, a compreensão do presente e a esperança do futuro”.<sup>344</sup> Ao longo de sua carreira diplomática de mais de duas décadas, e especialmente após a aposentadoria forçada, em 1913, e até o fim de sua vida em 1928, seria o grande pernambucano ouvido e aplaudido nas mais diversas tribunas, nas mais prestigiosas universidades europeias e norte-americanas. Foi seu grande amigo e discípulo Gilberto Freyre um dos primeiros a assinalar o caráter ímpar e inovador de sua atuação: “Em assuntos de diplomacia cultural, chegou a ser um pioneiro de formas modernas dessa espécie de diplomacia”, lamentando que não tenha sido seguido, “com igual vigor, por nenhum de seus sucessores em postos diplomáticos importantes”.<sup>345</sup>

Juntamente com sua atividade de conferencista, é preciso lembrar a do escritor e cronista de viagens, que a inspira e complementa: assim como fornecia ao público estrangeiro aulas magistrais sobre o Brasil, em tantos aspectos, Oliveira Lima fazia também o inverso, trazendo a seus conterrâneos daquele início de século suas agudas impressões de países e culturas até então desconhecidos do público brasileiro, como o Japão, ou revelando aspectos e facetas inéditos de outros mais próximos, como a Argentina ou os EUA. Como visto, desde aquelas primeiras incursões de jovem estudante à Inglaterra e à França, preocupava-se Oliveira Lima em registrar suas observações e transmiti-las, fosse em artigos de jornal, cartas ou livros, àqueles que não tinham o privilégio de realizar tais viagens. É válida a observação do jornalista Elmano Cardim, que o sucederia na cadeira de Varhagen: “Publicou impressões de viagem (...) não falou apenas do que viu, mas sobretudo deteve-se no que sentiu ao contato com esses países, o seu povo, os seus problemas, a sua civilização, em obras de inteligência e cultura cujas apreciações e

<sup>344</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de *et alii*. *Oliveira Lima: Homenagem dos seus amigos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Off. Graphics do Jornal do Brasil, 1917, p.27.

<sup>345</sup> FREYRE (1968) p. 25.

conclusões o tempo pode ter desmentido, mas nem por isso deixam ainda hoje de ser lidas com interesse”.<sup>346</sup>

Antes de passarmos à análise da diplomacia cultural realizada por Oliveira Lima, vale ressaltar o momento *sui generis* em que atuou na carreira diplomática, de consolidação do novo regime republicano e de esforço de projeção do país no cenário mundial, especialmente no período da política externa lançada por Rio Branco. Este, como vimos, ao assumir as relações exteriores encontrou um Ministério um tanto antiquado e ineficiente e rapidamente empenhou-se em modernizar o Itamaraty. Para tanto, buscou atrair para seus quadros novos talentos, dentre intelectuais e autores conhecidos, aumentando o prestígio da carreira e, naturalmente, a capacidade de promover o Brasil no exterior como um país culto e de futuro promissor.<sup>347</sup> O Barão não parecia temer que lhe fossem fazer sombra Euclides da Cunha, que chamaria para auxiliá-lo na questão do Acre; ou Clovis Bevilacqua, que nomeou consultor jurídico. Ao mesmo tempo, incrementou a participação brasileira em conferências e foros internacionais, não raro prestigiando especialistas e estudiosos das respectivas áreas de conhecimento.

Naturalmente, Oliveira Lima, já consagrado historiador e autor, membro da Academia Brasileira, e ativo divulgador da cultura pátria enquadrava-se perfeitamente no novo perfil que Rio Branco buscava imprimir ao ministério. Como ressalta Gouvêa: “o auspicioso início das atividades de Oliveira Lima nos meios universitários europeus possivelmente contribuiu para que Rio Branco voltasse a atribuir ao Ministro em Bruxelas novas missões culturais, reconhecendo, dessa forma, que ele era o elemento de maior cultura que o Itamaraty dispunha naquele continente, para não dizer na carreira”.<sup>348</sup>

#### 4.1.1. No Japão, 1901-03

Oliveira Lima assumiu a Encarregatura de Negócios na Legação brasileira em Tóquio em junho de 1901, encontrando o país em fase de transição: “havia-se processado uma verdadeira revolução no pequeno e grande país, que passava a beber no Ocidente a linha do progresso capaz de transformá-lo em uma das grandes potências mundiais. Oliveira Lima chegou na hora exata em que a mágica mutação se operava, após a vitória na guerra contra a China

---

<sup>346</sup> CARDIM, Loc. cit. p. 111.

<sup>347</sup> BURNS, op. cit. p. 57.

<sup>348</sup> GOUVÊA (1976) p. 815.



e nas vésperas da guerra contra a Rússia”.<sup>349</sup> Ainda antes de chegar ao posto, já arriscara alguns comentários sobre a situação geopolítica do Japão, em cartas enviadas ao amigo Nabuco em Londres, na qual mencionara o desenvolvimento da Doutrina Okuma, “tida por Oliveira Lima como equivalente à de Monroe para a América” e as tensões que se desenvolviam com a Rússia.<sup>350</sup> Distante e desconhecido no Brasil, nos momentos que antecediam o início do movimento emigratório para nosso país, e há poucos anos do estabelecimento de relações bilaterais, o Japão vivia um momento particularmente interessante de sua história. Oliveira Lima, mesmo trabalhando só na legação, onde contava apenas com um intérprete local, e à mercê das dificuldades de comunicação com o Rio de Janeiro, geralmente feitas via Europa, não tardou a estabelecer contatos oficiais com o governo imperial. Enviava relatórios pormenorizados sobre a vida cotidiana japonesa e as perspectivas que antevia para o Império japonês no contexto mundial, explorando formas de incrementar o comércio bilateral. O perceptivo diplomata revelou-se, ademais, “agudo analista econômico, e foi talvez um dos poucos que na época compreendeu que no Japão do início do século havia duas crises econômicas: a financeira, de caráter passageiro e causada pelas guerras sino-japonesas de 1894-95, e outra mais profunda e estrutural, provocada não por deficiência de oferta, mas por estrangulamento de mercado”.<sup>351</sup>

Como seria seu hábito nos postos em que serviu, Oliveira Lima complementava a sua agenda profissional estudando com afinco a cultura local e anotando as suas impressões, pois já trouxera na bagagem a ideia de escrever livro a respeito do país.<sup>352</sup> Lá iniciaria também a sua carreira como diplomata conferencista a divulgar o Brasil, que despertava compreensível curiosidade no país ainda pouco permeável às influências externas. “Na véspera de sair de Tóquio, fiz uma pequena conferência em inglês sobre nossa terra”, diria em carta a Joaquim Nabuco.<sup>353</sup> Em 10 de março de 1902,

<sup>349</sup> CARDIM, loc. cit. p. 97-98.

<sup>350</sup> GOUVÊA (1976) p. 387. “This ‘Okuma doctrine’ formulated in 1898 invoked Japan’s cultural debt to China and maintained that the time had come for Japan to show its gratitude by holding the West at a distance”. BERGERE, M. *Sun Yat-sen*. Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 73.

<sup>351</sup> YOKOTA, Paulo. Um Olhar Brasileiro sobre o Japão. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*, Rio de Janeiro: Topbooks 1997, p. 23.

<sup>352</sup> GOUVÊA (1976) pp. 413-4.

<sup>353</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Carta a Joaquim Nabuco de 1902. Apud GOUVÊA (1976) p. 418.

estrou com humildade no “Getsu Yo Kai” (conhecido como “Monday Club”), onde fora convidado a proferir palestra a grupo de senhoras japonesas e ocidentais, que acolheu com muito interesse aula tão habilmente dada pelo Encarregado de Negócios sobre sua pátria. Voltaria a falar no mesmo local, em 15 de dezembro daquele ano, para tratar da literatura brasileira, antes de deixar Tóquio definitivamente em março de 1903.

Durante os 21 meses que passou no Japão, começou a ditar à fiel colaboradora D. Flora o que viria a ser o livro *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*, publicado no Rio de Janeiro em 1903, amplamente considerado um de seus livros de maior valor literário.<sup>354</sup> Como registrou o escritor belga Victor Orban, “Sa résidence au Japon (...) lui donna l’occasion d’écrire un de ses plus beaux livres: ‘Au Japon’, qui n’est pas seulement le premier ouvrage de ce genre publié par un Brésilien, mais qui est aussi l’un des plus complets et des plus attachants qui aient paru dans ces derniers temps”.<sup>355</sup> Muito bem recebido na época, a obra pioneira ainda hoje é considerada uma das melhores jamais escritas por brasileiro sobre o Império do Sol Nascente.<sup>356</sup>

Como historiador com qualidade de expressão literária, Oliveira Lima retoma o passado histórico do Japão, lembrando o papel da expansão portuguesa e do trabalho missionário dos Jesuítas, compondo um quadro abrangente dos múltiplos fatores de formação do país. O que mais surpreende da leitura do livro é a enorme capacidade de percepção do autor, que o habilitou a penetrar a sociedade japonesa da época, cujos hábitos e cultura retratou com inigualada precisão. Naquela obra, foi ainda capaz de prever a próxima guerra russo-japonesa e vaticinou, no capítulo intitulado “A Hegemonia Asiática”, que a “última ambição [do Japão] era tornar-se a Grã-Bretanha do Oriente, potência a um tempo naval e colonial, industrial e comercial”.<sup>357</sup>

Complementando o seu trabalho de divulgação, de volta ao Rio de Janeiro, em 1903, falou a público brasileiro, na Escola Senador Corrêa, sobre

---

<sup>354</sup> FREYRE (1968) p. 28.

<sup>355</sup> ORBAN, Victor. *M. Manoel de Oliveira Lima: Esquisse Biographique et Littéraire*. Bruxelas: [s.n.], 1909. p. 3.

<sup>356</sup> COSTA E SILVA, loc. cit. p. 33. V. tb. YOKOTA, loc. cit. p. 16. “O livro do escritor brasileiro desperta ainda bastante interesse, porque encerra uma parte histórica, imutável no tempo, observada com a visão de um grande historiador, analisada e interpretada com profunda agudeza de espírito”. CARDIM, loc. cit. p. 98.

<sup>357</sup> OLIVEIRA LIMA (2003) p. 327.

sua experiência no Oriente, recordando como tivera oportunidade de fazer o contrário na capital japonesa, conferência que seria mais tarde publicada em seu *Cousas Diplomáticas*.<sup>358</sup> Aqui, novamente, traçaria interessante perfil do Japão e de suas perspectivas: “o Japão é certamente hoje, para todos os efeitos, um fator com o qual se deve contar e sem o qual se não move uma pedra no Extremo Oriente”.<sup>359</sup> Examinou ainda o potencial do relacionamento comercial bilateral, os possíveis desafios da imigração japonesa para o Brasil, além de traçar perfil do chanceler japonês Barão Komura e de comentar as negociações de paz encetadas por intercessão do Presidente Theodore Roosevelt após a guerra russo-japonesa.

#### 4.1.2. Nas capitais europeias, 1908-12

Como examinado em detalhe acima, após o malfadado episódio da remoção não concretizada para Lima e a passagem por Caracas, Oliveira Lima assumiu a Legação em Bruxelas como Ministro Plenipotenciário em março de 1908. Foi o início de uma estada no continente europeu que lhe permitiria, além do trabalho diplomático, estabelecer profícua relação com o mundo intelectual e acadêmico. O Itamaraty agora parecia reconhecer o valor de seu representante em Bruxelas e valia-se de seus vastos conhecimentos históricos, sociológicos e literários para representar o Brasil à altura em congressos e conferências de peso. Estava amplamente qualificado o experiente diplomata a transmitir ao mundo culto europeu uma visão abrangente e precisa do que era o Brasil moderno: “poucos diplomatas, representantes do nosso país, terão cuidado tanto, em conferências em francês e em inglês no estrangeiro, de assuntos de diplomacia cultural ou intelectual, ao lado das questões políticas e dos assuntos econômicos”.<sup>360</sup>

Nos anos seguintes, participaria de importantes eventos em todo o continente, em Genebra, Viena, Londres, Paris e na própria Bélgica, nos quais poria sua generosa erudição a serviço da divulgação dos mais variados aspectos da alta cultura brasileira, da literatura à música, da língua portuguesa à história ibero-americana. É de assinalar que, para tanto, valia-se, além de seus conhecimentos adquiridos no estudo constante, do fato de estar perfeitamente à vontade nos idiomas europeus: “O seu francês, quer de

---

<sup>358</sup> OLIVEIRA LIMA (1908) pp. 71-105.

<sup>359</sup> Id. *ibid.* p. 73.

<sup>360</sup> FREYRE (1968) p. 50.

*causeur*, quer de conferencista, parece ter sido tão claro, tão elegante, tão atraente quanto o seu português (...) Oliveira Lima redigia bem em francês e regularmente em língua inglesa”.<sup>361</sup>

Logo após chegar a Bruxelas, foi designado, sucessivamente, para participar do Congresso Internacional de Geografia, em Genebra, em julho/agosto de 1908, onde discorreu sobre “Le Brésil, ses Limites, ses Voies de Pénétration”, e nomeado delegado ao XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena em setembro daquele ano. Pouco depois, ainda em Viena, apresentou palestra “Sur l’Évolution d’une Ville du Nouveau-Monde, du XVIème au XXe Siècle – À Propos de la Récente Transformation du Rio de Janeiro”.<sup>362</sup> Naquelas ocasiões, teve oportunidade de falar a público erudito europeu sobre diferentes aspectos da vida brasileira, atualizando-os a respeito da modernização da capital federal. Outra importante contribuição sua foram as gestões que efetuou junto ao Congresso Geográfico para que a língua portuguesa fosse também aceita como idioma oficial daqueles encontros, juntamente com o espanhol, demonstrando mais uma vez sua preocupação com a valorização do idioma nacional.

Sobre a língua portuguesa versaria a série de palestras proferidas na Universidade de Louvain, de 18 a 25 de janeiro de 1909, sob o título “La Langue Portugaise, la Littérature Brésilienne”.<sup>363</sup> Sua atuação no prestigioso centro acadêmico belga seria amplamente divulgada na imprensa brasileira e o próprio Itamaraty, percebendo o reiterado êxito de sua atuação, voltaria a indicá-lo para outras conferências importantes. Participaria a seguir de evento em Paris, em abril daquele ano, promovido pela Sociedade de Estudos Portugueses da Sorbonne, a “Festa da Intelectualidade Brasileira”. Presidido por Anatole France, o evento teve como homenageado Machado de Assis, que falecera meses antes. Naquela ocasião, o diplomata pernambucano apresentou estudo crítico da obra machadiana e revelou detalhes da vida de seu amigo e mentor na Academia Brasileira, que, como vimos, previra acertadamente a sua grande vocação intelectual. A pedido de Rio Branco,

---

<sup>361</sup> Id. *ibid.* pp. 49-51.

<sup>362</sup> Publicado por *O Estado de São Paulo*, em 06.10.1908, com o título “Sobre a evolução de uma cidade do Novo Mundo do 16 ao 20 século. A propósito da recente transformação do Rio de Janeiro”, apud GOUVÊA (1976) p. 789.

<sup>363</sup> Circulado em reduzida edição na Bélgica e transcrito em português como *A Língua Portuguesa e a Literatura Brasileira* nas páginas do *Jornal do Comércio* e de *O Estado de São Paulo*, o texto daquelas conferências permanece praticamente desconhecido do público brasileiro. V. GOUVÊA (1976) p. 815.

Oliveira Lima representou o Brasil também no Congresso Internacional de História da Música, realizado em Viena em maio de 1909. Como anotou o historiador Max Fleiuss, “Representou mais o Brasil no *Centenário de Haydn*, conseguindo fazer-se ouvir a execução musical do nosso padre José Mauricio, revivescida na obra de Taunay, juntamente com as partituras de Haydn e Mozart”.<sup>364</sup>

Sendo seu cargo em Bruxelas cumulativo com o de Ministro Plenipotenciário em Estocolmo, lá chegou em outubro de 1909, para restabelecer a Legação brasileira e negociar um tratado bilateral de arbitragem. Naquela visita, além do trabalho diplomático que lhe fora confiado, trataria de estabelecer contato com a intelectualidade sueca, tendo então conhecido o escritor Göran Björkman, que lhe concedeu o famoso apelido de “Embaixador Intelectual do Brasil”. De sua curta temporada em Estocolmo, no entanto, resultaria mais um relato de viagem, as *Cartas de Estocolmo*, dezessete missivas publicadas pelo *Estado de São Paulo*, constituindo “a primeira revelação que o brasileiro teve da nova Suécia, então no começo do seu desenvolvimento numa sociedade talvez demasiadamente ordenada, organizada, planejada quanto ao seu futuro, para satisfazer o pendor do homem para a aventura e até para o risco”.<sup>365</sup> Naquelas cartas, que não chegaria a reunir em livro, tratou Oliveira Lima de esquadriñar os mais diversos aspectos do país escandinavo: a paisagem, o clima, o povo, o sistema de governo, a cultura, a educação, e naturalmente a história, vistos sob o prisma de suas observações a um tempo cultas e perspicazes, que conduzem o leitor pelos meandros da sociedade sueca.

De volta à Bélgica, daria continuidade à sua atividade diplomática e intelectual. Lá, em abril de 1910, teria a satisfação de proferir palestra na Real Sociedade Belga de Geografia, presidida pelo próprio Rei Alberto, sobre “La Conquête du Brésil”. Perante o auditório lotado, e na presença do monarca, Oliveira Lima apresentaria a sua visão original sobre a formação histórica brasileira. O evento, de caráter inovador, iniciou com a exibição de diapositivos sobre o Brasil pelo Vice-Cônsul na Antuérpia, e prosseguiu com a orquestra do Conservatório de Bruxelas executando a *Suíte* de Alberto Nepomuceno e a Abertura de *O Guarani*, de Carlos Gomes, que então cedeu o palco ao diplomata-conferencista. Finda a palestra, foram ainda executadas *Et incarnatus est*, do Padre José Maurício, e o prelúdio da ópera *Tiradentes*, de Manoel Joaquim de Macedo.<sup>366</sup>

<sup>364</sup> FLEIUSS, Loc. cit. p. 275.

<sup>365</sup> FREYRE (1968) p. 60. V. tb. OLIVEIRA LIMA (1971) pp. 335-378.

<sup>366</sup> GOUVÊA (1976) pp. 861-7.

O evento foi comentado em artigos de correspondentes de jornais brasileiros, que percebiam seu potencial para a divulgação da imagem do país no exterior, bem mais proveitoso, a seu ver, do que a “propaganda oficial”. Como ressalta um correspondente, eram maiores os “resultados alcançados em poucas horas com mais profundidade do que os conseguidos com meses de publicidade paga”.<sup>367</sup> A diplomacia cultural de Oliveira Lima mostrava, assim, a seleta público europeu, que havia algo mais no Brasil do que o café e a borracha de nossas exportações. Ele completaria seu rol de realizações culturais naquele país presidindo a Seção Brasileira na Exposição Universal de Bruxelas, de 1910, inaugurando, no ano seguinte, o curso de língua portuguesa na Universidade de Liège, e realizando a conferência *Le Brésil et les étrangers* na Sociedade de Geografia da Antuérpia.<sup>368</sup>

Ao êxito em Bruxelas, somar-se-ia outro em Paris: a realização, em março de 1911, de uma série de palestras na Universidade de Sorbonne intitulado *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, a primeira vez que um diplomata estrangeiro presidia um curso naquela secular instituição. Em doze lições, Oliveira Lima traçava a história brasileira desde a descoberta até a instalação da República, incorporando suas muitas interpretações originais e inovadoras sobre momentos decisivos do passado de sua pátria. O curso, publicado em livro inicialmente em francês, em 1911, apareceria em português n’*O Estado de São Paulo* e, em 1918, em tradução para o espanhol. Foi tal a sua repercussão “a ponto de inspirar o projeto apresentado no Conselho Municipal de Paris sobre a criação na Sorbonne de uma cadeira destinada ao estudo da história e geografia das repúblicas da América do Sul”,<sup>369</sup> enquanto do outro lado do Atlântico surgiram convites ao diplomata-historiador para palestras nas principais universidades dos EUA.

Por circunstâncias examinadas no capítulo I, a missão em Bruxelas seria a última vez que Oliveira Lima fixaria residência na Europa, tendo em vista a curta duração da passagem por Londres durante a Grande Guerra. No entanto, voltaria ao continente ainda uma vez, após a aposentadoria, quando visitou Lisboa pela última vez, em 1923. Naquela data, foi convidado a inaugurar a cadeira de Estudos Brasileiros em seu antigo Curso Superior de Letras, agora Faculdade de Letras, onde teria ainda o prazer de reencontrar

---

<sup>367</sup> “De Bruxelas” (Do correspondente especial), *O Estado de São Paulo*, 30.04.1910, apud GOUVÊA, p. 863.

<sup>368</sup> FLEIUSS, Loc. cit. p. 276-7.

<sup>369</sup> Id. *ibid.*

um dos velhos mestres, Teófilo Braga. Ali proferiria série de quatro conferências, reunidas sob o título de *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*: a independência como movimento a um tempo conservador e revolucionário; o caráter de nossa evolução histórica; a política externa e o desenvolvimento econômico; e o Brasil como potência americana.<sup>370</sup> Antes de deixar Portugal, proferiria palestra também na Universidade de Coimbra, sobre o tema: “O Brasil, sua política continental e a Doutrina de Monroe”. Encerrava-se assim, na terra de sua infância e juventude, seu périplo diplomático-intelectual europeu, deixando em alguns dos principais centros de estudos do velho continente a marca de sua inteligência e de seu amor ao conhecimento e a seu país. Como sintetizou José Veríssimo, “Em conferências, por meio de artigos de jornais e revistas, por meio de livros e brochuras numerosas, em Congressos, em Universidades e Câmaras de Comércio, sua ação inteligente, esclarecida e, ao mesmo tempo, cheia de ardor e de tato, se exerceu incansavelmente em favor e em proveito do Brasil”.<sup>371</sup>

#### 4.1.3. Nos Estados Unidos e na Argentina, 1912-28

A primeira experiência de Oliveira Lima nos EUA foram os quatro anos, de 1896 a 1900, em que serviu como secretário na Legação em Washington, quando ainda estava em gestação sua vocação de conferencista e divulgador da cultura brasileira, mas ela não tardaria a desabrochar. Teve então o primeiro contato com a Universidade Católica da América, localizada naquela capital, à qual o destino o uniria tão profundamente. Como visto, data daquela temporada a primeira obra que publicou sobre outro país, *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais*, a partir de uma série de artigos originalmente aparecidos no *Jornal do Comércio*. Bem mais que meras impressões de viagem, a obra é um monumental estudo sociológico, que examina a fundo as diferenças entre os EUA e o Brasil, buscando os fatores formativos de cada nação e os motivos para explicar os distintos níveis de desenvolvimento atingidos até aquele momento por cada uma delas. Como assinala o prefácio de Paulo Roberto de Almeida, “Foi Oliveira Lima quem deu início aos exercícios comparativos da longa série de reflexões críticas

<sup>370</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Aspectos da história e da cultura do Brasil – Conferências Inaugurais*. Lisboa: Livraria Clássica, 1923.

<sup>371</sup> VERÍSSIMO, José. Prólogo: Um Diplomata da Atualidade. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 26.

que os intelectuais brasileiros do século XX efetuariam sobre as causas do baixo desenvolvimento nacional, no confronto com a pujança dos EUA”.<sup>372</sup>

Por mais que, em alguns aspectos, seja obviamente marcada por seu contexto histórico e cultural mais imediato, a obra secular não perdeu em atualidade, tanto que acaba de merecer reedição do Senado Federal em 2009. Já em sua primeira linha, Oliveira Lima afirma que “No Brasil fala-se ou muito bem ou muito mal dos Estados Unidos”,<sup>373</sup> o que retrata com acuidade a dificuldade de uma visão objetiva e desapaixonada daquele país. Não interessa aqui aprofundar essa discussão, mas assinalar a dupla importância daquela obra, não apenas em seu declarado esforço de equidistância e objetividade, mas também como matriz do próprio pensamento que nortearia a atividade de Oliveira Lima como intérprete e divulgador cultural, na qual ele jamais foi mero propagandista ou refém do pensamento unidimensional.

Voltaria Oliveira Lima aos EUA mais de uma década depois de suas primeiras *Impressões*, desta feita com o interesse mais voltado para a vida de estudos. Como mencionado, a grande repercussão do curso proferido na Sorbonne angariou para Oliveira Lima convites para proferir palestras em universidades norte-americanas, dentre as quais Stanford, por iniciativa de seu amigo e grande brasilianista John Casper Branner, vice-presidente daquela instituição. As seis conferências ali realizadas, em outubro de 1912, empreendiam estudo comparativo da evolução histórica brasileira com a hispano-americana e com a da América anglo-saxônica, retomando em novas bases o tema de *Nos Estados Unidos*: “Nessas páginas magistrais dedicadas à evolução histórica, política, social, militar e econômica do nosso continente, Oliveira Lima prestou o formidável serviço de revelar ao mundo universitário norte-americano o papel exato que coube na história da América aos seus grandes libertadores, como Hidalgo, Morelos, José Bonifácio, D. Pedro I, Mariano Moreno, Sucre, Bolívar e San Martín”.<sup>374</sup> As referidas palestras seriam reunidas em obra dedicada ao Professor Branner, em 1914, com o título *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*.<sup>375</sup>

---

<sup>372</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto. O Império em Ascensão (por um de seus espectadores). In: OLIVEIRA LIMA (2009) p. 11.

<sup>373</sup> OLIVEIRA LIMA (2009) p. 51.

<sup>374</sup> FLEIUSS, Loc cit. p. 280.

<sup>375</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *The evolution of Brazil compared with that of Anglo-Saxon America*. Stanford: 1914; Nova York: Russell & Russell 1966. Tradução em português: *América Latina e América Inglesa: a Evolução Brasileira Comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana*. Rio de Janeiro, Paris: Garnier, 1914.



Ao regressar da Califórnia para a costa leste, o diplomata realizou verdadeira maratona acadêmica, como assinalou: “Por essa ocasião fiz uma conferência em cada uma das seguintes Universidades: Berkeley (Califórnia), Lawrence (Kansas), Chicago, Madison, Ann Arbor, Cornell, Vassar, Johns Hopkins, Columbia (Nova York), Yale e Harvard”.<sup>376</sup> Antes dele, apenas Joaquim Nabuco, já como Embaixador em Washington, realizara périplo semelhante por instituições norte-americanas, proferindo palestras em inglês sobre a cultura brasileira e a língua portuguesa.

Oliveira Lima tomara gosto pela vida de conferencista universitário e, graças à calorosa acolhida de suas primeiras investidas, teria oportunidade de regressar a Harvard, no período de 1915-16, onde durante um semestre ministrou aulas sobre a história e a economia da América Latina. Em seu inédito *Boudoir Diary*, D. Flora manteve fiel relato daquela temporada passada em Boston e conforme vemos no registro de “Tuesday, October 15 (1915): Emmie [assim referia-se ao marido na intimidade] had his first lesson on South American history today from 12 to 1 o’clock. He inaugurated his course at Harvard the same day as we inaugurated our home last year. Ladies are not admitted to the courses at Harvard, or I would have gone to hear Emmie’s; to have an idea of how he does his role as a professor”.<sup>377</sup> Não deixa de registrar a sempre prática esposa os atrativos financeiros para os Lima daquela oferta em Harvard. Acentua ela, além disso, que a boa acolhida que tiveram, tanto de alunos quanto de professores e intelectuais que conheceram em Boston, consolidaria definitivamente o gosto de Oliveira Lima pela vida acadêmica.

Mesmo fora das salas de aula, ele daria continuidade às palestras sobre o Brasil, sua história, sua cultura. Conforme anotou D. Flora em outro registro de seu diário: “Tuesday, Oct. 12: At the invitation of the Men’s Club associated for the occasion with the Progressive Club (Women’s Club) Emmie lectured yesterday at the Town Hall on Brazil. The Hall was crowded. When the lecture was over a great many questions were made to M. on the Monroe Doctrine, the defense of South America etc”.<sup>378</sup> Ainda antes de deixar Boston, Oliveira

---

<sup>376</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 164.

<sup>377</sup> OLIVEIRA LIMA, Flora Cavalcanti de Albuquerque. *Boudoir Diary*. Londres 01.01.1915 a Worcester, Massachussets 20.12.1915, Washington: Biblioteca Oliveira Lima, Catholic University of America, Inédito. Consultado em 19.11.2009.

<sup>378</sup> Id. *ibid*.

Lima seria convidado a proferir palestra na Universidade Clark sobre os “Efeitos da Guerra sobre a Cooperação Pan-Americana”.

Tendo sido forçado a abandonar a ideia de instalar-se permanentemente em Londres, como era sua intenção, e atraído pela receptividade do mundo acadêmico norte-americano, Oliveira Lima tomou a decisão de radicar-se definitivamente nos EUA. A possibilidade de legar sua grandiosa biblioteca à Universidade Católica já havia sido aventada por ele junto ao Presidente daquela instituição, o Bispo Shahan, ainda em 1912, em contato estabelecido durante sua estada em Stanford. Os motivos que o levaram à decisão, até hoje por muitos questionada, de doar sua preciosa Brasileira a uma instituição estrangeira serão examinados no capítulo VII.

Instalado, portanto, definitivamente nos EUA no final de 1920, Oliveira Lima estabeleceu vínculo permanente com aquela Universidade. Ali cuidou pessoalmente da instalação de sua biblioteca e assumiu cátedra de Direito Internacional, realizando tardiamente a vocação de professor que, durante sua carreira, estivera a serviço do diplomata-conferencista. Lecionou até os últimos meses de vida, quando a saúde abalada já não mais lhe permitia prosseguir. Como assinalou em suas memórias: “Pela ironia que é inseparável do destino humano, serei enterrado amortalhado na beca de professor de direito internacional da Universidade Católica de Washington”.<sup>379</sup> Ainda antes que se cumprisse aquela ironia, o historiador pernambucano teve a alegria de publicar obra que reuniu as referências das preciosidades de sua “livraria”, então com 40 mil volumes, *The Rarest Books in the Oliveira Lima Library*.

Antes de radicar-se em Washington, Oliveira Lima teria ainda a oportunidade de ser aclamado como conferencista também em universidades na América do Sul. Na visita à Argentina, em 1918, foi convidado a proferir inúmeras palestras, destacando-se sua presença na Faculdade de Direito e Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia e Letras e na Universidade Nacional de La Plata. A iniciativa desse périplo pelas principais instituições de ensino argentinas viera de seu amigo Estanislao Zeballos, então presidente do Instituto Popular de Conferências, onde Oliveira Lima subiria à mesma tribuna ocupada por Rui Barbosa em sua visita de julho de 1916. Nasquelas universidades, voltou-se aos temas da atualidade política, postulando a causa pacifista. Reforçaria com suas palavras e sua presença os laços de amizade que sempre buscara promover com o vizinho meridional, “nas demonstrações

<sup>379</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 24.

de amizade pessoal e de entusiasmo, pela sua posição inalterada em favor de relações as mais fraternais entre o Brasil e a Argentina”.<sup>380</sup>

Como vimos em detalhe no capítulo anterior, da temporada no país platino surgiria, em 1919, a obra *Na Argentina – Impressões de 1918-1919*, na qual traça abrangente panorama da história, da geografia, e da cultura do país platino, veiculando ideias sobre a importância do conhecimento recíproco para o relacionamento bilateral que defendera quando ainda na carreira ativa. Embora seja difícil aquilatar seu impacto imediato para a política externa brasileira da época, a obra assinala a coragem e independência intelectual de Oliveira Lima, que não se furtara a manifestar aquelas opiniões em momentos pouco propícios politicamente.

#### 4.2. O diplomata-jornalista

Aspecto igualmente importante da intensa vida intelectual de Oliveira Lima foi sua prolífica carreira como jornalista que, conforme se viu, foi de seus primeiros interesses, a manifestar-se ainda em tenra idade e a acompanhá-lo até o fim da vida. Parece correta a afirmação de Barbosa Lima Sobrinho: “É matéria opinativa dizer se a vocação do historiador, em Oliveira Lima, superou a do jornalista, ou a do diplomata, tanto as três se confundem e completam”.<sup>381</sup> Sua vasta contribuição jornalística abarcaria dezenas de publicações em diversos continentes, em vários idiomas e em distintas fases de sua vida, como diplomata e na aposentadoria. Foram relatos de viagem, comentários sobre a vida política, análises de política externa, crônicas sobre personagens de seu tempo, estudos históricos e sociológicos, enfim, pode-se dizer que nada escapou à polêmica pena do jornalista pernambucano.<sup>382</sup>

Seus escritos jornalísticos contribuíram indelevelmente para consolidar seu nome como respeitado comentarista independente, sempre disposto a defender suas ideias e suas posições com sinceridade e candura. Justamente por essa sua qualidade, seus artigos expuseram-no a severas críticas e conduziram a desavenças constantes e rompimentos. É de acentuar que em

<sup>380</sup> GOUVÊA (1976) p. 1463.

<sup>381</sup> LIMA SOBRINHO, loc. cit. p. 88.

<sup>382</sup> Como nota o jornalista Fernando Moraes em sua biografia de Assis Chateaubriand: “A moda na imprensa brasileira na virada do século não era a notícia, mas a polêmica”. Por sinal, o próprio Chateaubriand estrearia nas páginas do *Jornal do Recife* com o artigo “Em Defesa do Sr. Oliveira Lima”. MORAES, Fernando. *Chatô, Rei do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. pp. 60-2.

sua época, antes da popularização do rádio e do surgimento da televisão, eram os jornais a principal senão única fonte de informações e o veículo para os debates de opinião, cumprindo também a função de difundir obras de alta cultura, tanto de fundo literário quanto histórico ou científico.

A precocidade de sua vocação jornalística evidenciou-se pelo lançamento em Lisboa, aos 15 anos, do seu *Correio do Brasil*. Com aquela modesta publicação, pretendia divulgar informações e opiniões do Brasil, aos poucos caminhando-se para temas especificamente históricos, revelando a outra grande faceta de sua personalidade intelectual. Ali publicou artigos sobre questões culturais e sociais, crônicas de viagem e estudos de história, para os quais se valia de pesquisas no Arquivo da Torre do Tombo, não raro sobre o passado de Pernambuco. Igualmente importante eram seus perfis de personalidades da época, dentre os quais a homenagem a Joaquim Nabuco, então de passagem por Lisboa, “um perfil que terá sido, talvez, a primeira biografia daquele pernambucano,” que agradeceria “de pronto ao comprovinciano que externara de forma desinteressada e inteligente tanta admiração pela sua participação nas lutas anti-escravistas”.<sup>383</sup>

Desde cedo, a vocação jornalística o levaria a abraçar a polêmica. Ainda como estudante do Curso Superior de Letras, com o pseudônimo “Um Brasileiro,” escreveu uma coluna para o *Comércio de Portugal* na qual respondia a críticas ao serviço diplomático brasileiro. Foi sua primeira incursão como polemista, “defendendo com o calor de seus anos, e nem sempre com justiça, o que ele julgava ser os direitos e a dignidade do Brasil”.<sup>384</sup> A colaboração a jornal brasileiro viria a partir de 1885, quando sob o pseudônimo “Scevola” enviaria um artigo para o *Jornal do Recife*, ao qual passaria a contribuir com certa regularidade, à medida que lhe permitiam as obrigações de estudante, até 1894. Seus artigos para aquele jornal abarcariam diversos assuntos, desde comentários sobre o noticiário corrente, a notas de viagem, a crítica literária e de artes plásticas e de teatro.<sup>385</sup> Ainda em Lisboa, trabalharia com Oliveira Martins no *Repórter* e escreveria artigo sobre a literatura brasileira para a *Revista de Portugal*, fundada por Eça de Queirós.

<sup>383</sup> GOUVÊA (1976) pp. 81-2.

<sup>384</sup> CARDOZO, Loc. cit. p. 31.

<sup>385</sup> “No *Jornal do Recife*, além de uma copiosa correspondência, Oliveira Lima publicaria (...) diversos artigos de colaboração, inclusive as ‘Notas de Viagem’, em que relataria uma visita demorada à Inglaterra, além de artigos a respeito da etnografia brasileira (...) ou as críticas em torno do romance naturalista e do romance moderno na França”. LIMA SOBRINHO, loc cit. p. 89.

O ingresso na carreira diplomática, a partir de 1890, não alteraria sua frequente presença nos jornais. Desde seu primeiro posto, Lisboa, Oliveira Lima aceitaria ser colaborador, já no ano seguinte, do recém-fundado *Jornal do Brasil*, a convite de Ulisses Vianna, que conheceu quando ainda dirigia o *Jornal do Recife*. Como recordaria mais tarde “Há poucas semanas, a propósito de comemoração da fundação desta folha, registrou-se nas suas colunas o seu histórico e eu senti a tentação de escrever que não tem o *Jornal do Brasil* colaborador mais antigo do que eu que o sou desde o início da publicação, que já o era antes por assim dizer”.<sup>386</sup> A colaboração com o periódico carioca seria mantida, com algumas interrupções, até a sua morte. Durante sua estada no Rio de Janeiro, em 1895, passou a contribuir para outra publicação, a *Revista do Brasil*, dirigida por José Veríssimo, que eventualmente lhe abriria as portas da Academia Brasileira. A partir de 1896, em seu novo posto em Washington, associou-se também ao *Jornal do Comércio*, no qual publicaria a série de impressões sobre o país, mais tarde reunidas no livro *Nos Estados Unidos*.

Seria, no entanto, para um jornal de São Paulo, que Oliveira Lima dedicaria a maior parte de suas incursões jornalísticas: “em 1904 inicia sua colaboração em *O Estado de São Paulo*, a mais importante colaboração de toda a sua vida, pela continuidade e pelo número de artigos, a que ia acrescentando discursos e conferências, por ele pronunciados, ou memórias apresentadas a congressos científicos”.<sup>387</sup> Naquela publicação apareceriam pela primeira vez vários dos artigos e textos que posteriormente seriam reunidos, pelo próprio autor ou, após sua morte, por D. Flora e por estudiosos, para compor alguns de seus livros. Interromperia seu vínculo com o periódico paulista de 1907 até 1911, retomando-a então até 1923. Não se esquecia, entretanto, de sua terra natal, e sempre que se encontrava em Pernambuco contribuía também ao *Diário de Pernambuco*, ao qual reservava seus comentários sobre a vida política provinciana e tomava partido em questões de interesse local.

Suas investidas contra o Itamaraty, especialmente depois dos desgostos e desavenças que experimentou na carreira, encontraram veículo sempre aberto na imprensa. Duro em suas críticas à política externa de Rio Branco, suas ideias inovadoras sobre a reforma da carreira diplomática seriam publicadas em outro jornal, para o qual contribuiu, em 1903. Como sintetiza Gouvêa, “impulsivo e politicamente inábil, Oliveira Lima, ao desembarcar no

---

<sup>386</sup> GOUVÊA (1976) p. 201.

<sup>387</sup> LIMA SOBRINHO, loc cit. p. 89.

Rio de Janeiro, aceitara prazerosamente o convite de Edmundo Bittencourt para escrever, no *Correio da Manhã*, uma série de artigos sobre a reformulação da carreira diplomática, tema do dia nos círculos federais, correndo, inclusive, que o Barão preparava a reorganização do Itamaraty”.<sup>388</sup> Ao escolher jornais de oposição para manifestar suas ideias, desafiava abertamente a liderança do ministério. Coerente com seu modo de ser, independente e tenaz, o jornalista, por vezes pouco diplomático, optava por colocar suas desavenças na tribuna da opinião pública, expondo nos jornais seus desentendimentos e utilizando-os para defender-se, como ocorreu notavelmente em 1913, quando fez publicar no *Jornal do Comércio* o artigo “O Meu Caso”, no qual expõe e rebate as intrigas que inviabilizaram sua desejada remoção para Londres.<sup>389</sup>

Além dos vínculos que formou ao longo da vida com os mais importantes periódicos nacionais de seu tempo, Oliveira Lima publicaria grande número de artigos em jornais de outros países, como foi o caso em Bruxelas, “tendo como tema exclusivo o Brasil, objetivando difundir a cultura de sua pátria e o estreitamento das relações com a Bélgica, país que se constituía num centro econômico e intelectual dos mais importantes da Europa, encruzilhada das principais capitais do continente, onde valia a pena falar das possibilidades brasileiras”.<sup>390</sup> Durante a sua missão na Bélgica, contribuiu regularmente para importantes publicações, como *La Revue*, *La Chronique*, *Le Patriote*, *L'Étoile Belge* e *L'Indépendance Belge*, no qual sairia seu elogio póstumo ao Barão do Rio Branco em 1912. Igualmente importante e influente foi sua contribuição ao jornal argentino *La Prensa*, a partir de 1921, do qual seu amigo Estanislao Zeballos fora diretor, vínculo que perduraria até a sua morte.

Mencionei até aqui apenas a numerosa contribuição de Oliveira Lima como jornalista para jornais comerciais, sem tocar em sua larga trajetória por revistas e publicações de inúmeras associações científicas, históricas e intelectuais das quais foi membro ao longo da vida, tanto no Brasil quanto no exterior. Foram publicações como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, que sempre acolheu seus estudos históricos; a *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, na qual aparecia sua contribuição à historiografia de sua terra natal; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e, ainda, a *Revista da*

---

<sup>388</sup> GOUVÊA (1979) p. 86

<sup>389</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. O Meu Caso. In: OLIVEIRA LIMA (1986) pp. 253-61.

<sup>390</sup> GOUVÊA (1976) p. 815.

*Academia Brasileira de Letras*. Como assinala o historiador canadense Richard Pattee, nesta última seu nome apareceria ao lado dos maiores autores brasileiros, como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Sylvio Romero, Coelho Neto, Capistrano de Abreu, José Veríssimo.<sup>391</sup> Iguamente significativo é o número e o escopo de periódicos que no exterior publicavam seus artigos de interesse específico, como a *Nouvelle Revue*, de Paris, para a qual escreveu sobre o Brasil republicano; o *Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie*, que publicou sua obra “La Conquête du Brésil”; a *Revue de Genève*; *The Pan-American Magazine*; *The Hispanic American Historical Review*; o *Boletim da União Pan-Americana*; *Royal Society of Literature of the United Kingdom*. A lista parece imensa, mas trata-se apenas de amostra do que foi a sua ativa e variada atuação em publicações especializadas ao redor do mundo.

A carreira de jornalista teria mais longa duração do que a de diplomata, ocupando seu tempo e dando vazão a seu enorme talento até o fim da vida. Ao mesmo tempo que lhe custou amizades e lhe provocou desavenças, o jornalismo angariou para o escritor admiradores e seguidores. Já velho e adoentado, em Washington, uma de suas maiores alegrias foi receber os amigos jornalistas para o Congresso de Jornalistas Pan-Americanos, realizado no primeiro semestre de 1926, que o acompanharam àquele encontro: “reuniram-se no solar pernambucano de Columbia Heights, Mário Melo, Dioclécio Duarte, o representante do *Diário de Pernambuco*, e outros jornalistas do Rio e de São Paulo, faltando apenas Barbosa Lima Sobrinho, absorvido pelas suas ocupações jornalísticas no Rio de Janeiro”.<sup>392</sup> Dias antes de morrer no exílio, concedeu entrevista ao jovem jornalista brasileiro Paulo Bittencourt, filho do diretor do *Correio da Manhã*, a derradeira a um jornal brasileiro.

É de ressaltar, por fim, que exemplo vivo de sua grande dedicação ao jornalismo, em suas múltiplas facetas, encontra-se na sua magnífica biblioteca, onde repousam, entre tantas outras preciosidades, os *scrapbooks* por ele cuidadosamente mantidos ao longo da vida. Trazem recortes de seus artigos e dos de outros autores sobre os temas que ele considerava relevantes e dignos de registro, muitos com comentários pertinentes em seus quase indecifráveis garranchos. Ali se encontra, por exemplo, a coletânea quase completa de sua contribuição para *La Prensa*, verdadeira raridade, tendo em vista que o acervo do próprio jornal não é completo para aquela época.

<sup>391</sup> PATTEE, Richard, op. cit. p. 12.

<sup>392</sup> GOUVÊA (1976) p. 1626.

Como pude constatar *in loco*, muitos desses artigos centenários, carcomidos pelo tempo e já quase se desfazendo, não foram reproduzidos em nenhum outro local, sendo portanto fontes de informação únicas, que aguardam descoberta. Essa meticulosa e vasta coleção evidencia a importância que atribuía ao jornalismo, para além da efêmera superfície do noticiário. Como afirmou Sir James Robertson na sessão especial em sua memória promovida pela *International Association of Arts and Letters*: “The press was, he held, the medium for the molding of public opinion and it bore a sacred responsibility to publish only the best. He gave it therefore the best that was in him”.<sup>393</sup>

---

<sup>393</sup> ROBERTSON, loc. cit. p. 290.



## Capítulo V – Outras visões originais de Oliveira Lima

Ao longo de toda sua vida, tanto na atividade diplomática quanto após a precoce aposentadoria, Manoel de Oliveira Lima defendeu eloquentemente suas opiniões e ideias sobre grande diversidade de assuntos, tendo as mais imediatamente relevantes para a política exterior sido tratadas em capítulos anteriores.<sup>394</sup> Aqui me deterei sobre outros aspectos de sua visão, com frequência contrária à de muitos de seus contemporâneos, na carreira diplomática ou fora dela. São posições que repercutem também em sua atuação diplomática e sobre a relação com o Itamaraty – como o pacifismo e o apoio à neutralidade do Brasil na Grande Guerra, a promoção da vertente comercial da diplomacia, a reforma do serviço exterior brasileiro – e que de certa forma o mantêm à parte de sua geração pela liberdade e independência que as animam. Como sintetiza muito bem Gilberto Freyre: “Singular foi também Oliveira Lima pelo seu desassombro em defender causas para o momento ou para o Brasil impopulares e até antipáticas, que ele considerasse justas ou em perigo”.<sup>395</sup> Tendo em vista que sua vida adulta desenrolou-se em momentos marcantes da história brasileira e mundial, da transição da monarquia para a república, da hegemonia europeia para a projeção dos EUA como potência internacional, do equilíbrio de poder para a hecatombe da Grande Guerra, da intensificação da industrialização e urbanização, para

<sup>394</sup> V. itens 3; 3.2; 3.2.2; 4; e 4.2.

<sup>395</sup> FREYRE (1968) p. 38.

citar apenas alguns, Oliveira Lima não se furtou a enfrentar as principais questões de seu tempo com o seu olhar híbrido de diplomata, escritor, jornalista e historiador.

Por um lado, tendo acompanhado no próprio continente europeu a escalada de tensões que desembocaria na Grande Guerra, Oliveira Lima esposou consistentemente uma visão pacifista das relações internacionais. De forma coerente, ao longo das missões diplomáticas que o levaram ao redor do mundo, o diplomata defendera sempre a paz e a igualdade jurídica dos estados, promovendo o entendimento e aproximação das nações de modo equilibrado, e alertando para os perigos do imperialismo, tanto na Europa e na Ásia quanto no hemisfério americano. Talvez por sua ótica de historiador, acostumado a estudar as guerras do passado e seus efeitos devastadores, pregava Oliveira Lima uma política decididamente antibelicista. “Em face da guerra, Oliveira Lima ousou defender seu pacifismo, e isto lhe causou grandes decepções, mas não era do seu temperamento silenciar diante de questões de princípios e de consciência”.<sup>396</sup> Manter-se-ia fiel a seu ideário diante do grande movimento nacional em prol da entrada do Brasil na guerra, e mesmo às custas de amizades que cultivara a vida toda, como José Veríssimo e Rui Barbosa. Defenderia, como não podia deixar de fazê-lo, uma posição de neutralidade para o Brasil, semelhante àquela adotada pela Argentina. Acreditava Oliveira Lima que: “Nós na América estamos encarnando neste momento indiscutivelmente o tipo de uma civilização superior, porque estamos mantendo ciosamente a paz e afastando todas as possibilidades de guerra”.<sup>397</sup> Apesar do intenso movimento aliadófilo no Brasil, não julgava que o país devesse participar de um conflito europeu, deflagrado por interesses que claramente extrapolavam os nossos.

De outra parte, além de suas polêmicas visões sobre a política externa, Oliveira Lima foi também original na maneira como encarou a carreira diplomática, enxergando desde cedo não só o grande potencial para a diplomacia cultural, conforme já vimos, mas ainda preconizando a importância da diplomacia comercial como forma de projetar o país no exterior. Uma de suas principais preocupações nos diversos postos que ocupou foi o de tentar abrir mercados para as exportações brasileiras, pois percebia ser este o caminho para o crescimento do país, que ao produzir precisaria de aumentar a venda de seus produtos também no exterior: “não se concebe riqueza

<sup>396</sup> GOUVÊA (1979).

<sup>397</sup> OLIVEIRA LIMA (1917) p. 31.

nacional sem produção e não se valoriza produção sem consumo, e já que no nosso caso o consumo tem que ser estrangeiro, à diplomacia compete estimulá-lo pelos seus múltiplos meios de ação, que vão desde a propaganda inteligente e discreta até os tratados de comércio vantajosos”.<sup>398</sup> Suas ousadas propostas de reformulação da carreira, então sob o exame de Rio Branco, iam além de aumento dos quadros de funcionários e de salários, recomendando mudanças estruturais, relativas à unificação das carreiras, então separadas entre consular e diplomática.

A riqueza do período em que viveu, sob o signo das mudanças e modernizações, não cessou de oferecer desafios às ideias e posicionamentos de Oliveira Lima ainda em outras esferas, como sua filiação política. Como jovem estudante brasileiro em Portugal, que deixara sua terra natal ainda sob o Império de D. Pedro II, Oliveira Lima acompanharia de longe o nascimento da república, à qual serviria como diplomata: “Republicano desde a juventude, passada num país monarquista – o que pode ter-lhe atizado uma atitude de protesto, reconhecendo ele que era sensível a *‘l’esprit de minorité’* – Oliveira Lima fixou-se, teoricamente, naquele sistema político”.<sup>399</sup> Ao abraçar prontamente o novo regime que se instalara no Brasil em 1889, preparava seu caminho para integrar a carreira diplomática. Como vimos, o jovem jornalista empenhou-se na defesa da nova república brasileira e, ao longo de sua atuação diplomática, participou ativamente da divulgação do país no exterior. Ironicamente, no entanto, seria justamente sua suposta inclinação pelo regime monárquico e suas ligações com D. Luiz de Orleans e Bragança que provocariam as intrigas de Pinheiro Machado que inviabilizariam sua remoção para Londres, em 1913, levando à sua aposentadoria. Desfecho triste para aquele diplomata que, não obstante suas opiniões pessoais, sempre trabalhou e atuou como servidor da nação, amante da pátria brasileira, para a qual dedicou seus melhores esforços.

### 5.1. Pacifismo e neutralidade

Manoel de Oliveira Lima adotou coerentemente ao longo da vida a causa do pacifismo, declarando-se sempre contrário à guerra para a solução de controvérsias, que acreditava deveriam sempre ser superadas pelas vias da

---

<sup>398</sup> OLIVEIRA LIMA (1908) p. 5.

<sup>399</sup> GOUVÊA (1979) p. 84. Como lembra em suas *Memórias*: “Naquele tempo não havia estudante que não fosse republicano”. OLIVEIRA LIMA (1986) p. 57.

negociação e do entendimento. Assim, enxergava o perigo, conforme vimos, da aplicação de conceitos como a Doutrina Monroe e especialmente de sua vertente rooseveltiana, que abriam as portas a intervenções armadas para a solução de disputas nos países hemisféricos. Da mesma forma, abraçaria os princípios da Doutrina Drago, que recomendava justamente o diálogo e recurso à arbitragem para a cobrança de dívidas por parte dos países lesados, antes de qualquer recurso a medidas coercitivas. Como resultado destas posições, sabe-se que entrou em choque com a opinião corrente no Brasil quanto àquelas doutrinas potencialmente belicistas, defendidas pela política externa de Rio Branco e de Nabuco. Seria a mesma a sua postura diante da corrida armamentista deflagrada com a vizinha Argentina nos anos de 1906-7, quando “acompanhava apreensivo o desenvolvimento de um perigoso antagonismo entre o Brasil e a Argentina, e sempre que surgia uma oportunidade, ele pregava a paz e a harmonia entre as duas nações continentais que não tinham motivos para um prélio de armas, a não ser velhas prevenções exploradas de ambos os lados por políticos e jornalistas que o diplomata refugiando-se no publicista, combatia com superioridade”.<sup>400</sup> Sua recomendação vinha consistentemente em sentido contrário: uma maior aproximação entre o Brasil e a Argentina “unidos por tantos vínculos de civilización y raza”.<sup>401</sup>

As posições firmemente defendidas pelo diplomata naquela ocasião acabaram por lhe render certo ostracismo no Itamaraty, agravado por suas inusitadas propostas para a reforma da carreira, que serão examinadas a seguir, e pelos contratemplos com o chefe hierárquico em torno da malsucedida remoção para Lima e seu prolongado trânsito pelos corredores da casa. No entanto, ao se aproximar a Grande Guerra, encontrava-se Oliveira Lima em outra situação, afastado da carreira por intrigas baixas e conformado com o destino que, esperava, lhe permitiria montar residência em Londres e ali continuar suas pesquisas históricas e consolidar a já monumental biblioteca. No verão de 1914, sem suspeitarem do que logo aconteceria, os Lima estavam de viagem à Alemanha, onde não raro recorriam às estações de águas terapêuticas, quando foi deflagrado o conflito: “Agora, afastado das lides diplomáticas, era um homem tão desinformado do que se tramava nos círculos fechados das chancelarias e dos Estados Maiores, que prosseguiu a viagem indiferente aos avisos e às notícias cada vez mais alarmantes”.<sup>402</sup> Não

---

<sup>400</sup> GOUVÊA (1976) p. 800.

<sup>401</sup> OLIVEIRA LIMA (1998) p. 14.

<sup>402</sup> GOUVÊA (1976) p. 1182.

demorou, no entanto, a enviar seus artigos com suas impressões sobre o que vira na Europa *ante bellum*, sem declarar-se expressamente a favor de qualquer das partes envolvidas.

Manifestava, desde logo, suas tendências pacifistas, já defendidas em outras ocasiões e agora tão pertinentes diante da grande conflagração: “O cosmopolita pacifista não se acovardaria, porém, diante da explosão terrível de rivalidades que dividiu então a Europa e dividiu o mundo. Não sacrificaria seu pacifismo de Quixote à sua comodidade pessoal de Sancho pronto a instalar-se em Londres, com sua sólida gordura e com seus livros magníficos. Definiu-se pacifista”.<sup>403</sup> Suas análises, feitas de sua casa em Londres, incluíam pormenores tanto da atuação e da política britânica na guerra, quanto de seus efeitos sobre o cotidiano daquele país. Ao perceber a dimensão e a brutalidade inédita daquele conflito, seus comentários de diplomata experiente e de historiador deixavam transparecer que seu sincero desejo pela paz situava-se acima de qualquer partidarismo. Entretanto, devido a seus reparos à atuação dos aliados, Oliveira Lima seria logo acusado de “germanófilo” e alvo de ataques por parte de desafetos no Brasil, que culminariam em inesperado desfecho para o ex-diplomata instalado na capital britânica, para onde seria impedido de retornar. Nas recordações de D. Flora, vemos a reação de alguns de seus amigos a tais artigos: “Friday, April 2 (1915): The maid brought a letter from Verissimo this morning, whilst we were at our work, that I would rather he had not written, as it is the most stupid thing any one could think of. In a few jerky lines he shows his dissatisfaction because Manoel has not opened fire against Germany and the Germans; that he seems to hate more than any old and hysterical spinster in the United Kingdom. His letter made me sad, it was a great disappointment to me for I could never have thought him capable of so much lack of common sense as to take to heart a cause that is not his or his country’s to such an extent as to be quite hard on an old friend like M. simply because he does not agree with him”.<sup>404</sup> Para os Lima, pois D. Flora em tudo concordava com o marido, parecia inconcebível que no Brasil houvesse corrente tão forte a favor de intervenção de forças nacionais no conflito que, do ponto de vista deles, era tão claramente europeu e desligado de interesses brasileiros.

Ainda de Londres, relataria aos amigos no Brasil, inclusive a Rui Barbosa, sobre sua participação em um novo conselho pacifista estabelecido na Haia,

<sup>403</sup> FREYRE (1968) p. 103.

<sup>404</sup> OLIVEIRA LIMA, Flora Cavalcanti de Albuquerque. op. cit.

para o qual fora convidado. “Estou dedicando algum do meu tempo à questão da paz. Creio que o poderia ocupar pior. Ultimamente fundou-se na Haia um Conselho contra a guerra que se tornou internacional”.<sup>405</sup> Escapava a Oliveira Lima, ainda naquele momento, que seu amigo, entre muitos outros, passara a liderar o movimento em favor da participação ativa brasileira na guerra. Logo em seguida, durante giro por universidades norte-americanas no segundo semestre de 1915, daria continuidade a suas manifestações contrárias ao conflito, que seriam usadas para acusá-lo de apoiar a causa alemã, embora nunca tenha abertamente se expressado a favor daquele país. De volta ao Brasil, tomaria ciência das calúnias e intrigas promovidas em Londres contra si, que o acusavam de postura pró-Berlim, o que seria suficiente para que o governo inglês o declarasse *persona non grata* e portanto impedido de voltar à sua casa e a seus amados livros. Mais uma vez, não haveria no Itamaraty quem o defendesse daquelas acusações descabidas. A inação do ministro Lauro Müller, de quem esperava algum gesto de solidariedade, acabou por conduzir ao rompimento entre eles. Os dissabores pessoais, no entanto, não demoveriam o pacifista convicto de suas posições, e Oliveira Lima continuaria a pregar a paz e a neutralidade brasileira: “Seguia com o interesse habitual a marcha da guerra, e sobretudo as manifestações de personalidades brasileiras de influência na vida do país, pedindo, para desgosto seu, a intervenção do Brasil numa guerra que acreditavam travada em nome de princípios humanitários e do Direito, enquanto o historiador pernambucano via no conflito uma premeditada revanche, uma luta pela hegemonia mundial por parte das grandes potências possuidoras de armas e de capitais”.<sup>406</sup> Dentre os mais eloquentes defensores da guerra e do fim da neutralidade brasileira estava Rui Barbosa que, em famoso discurso na Faculdade de Direito de Buenos Aires, em julho de 1916, recomendou ao país o ingresso no conflito europeu. Suas contundentes críticas à posição do amigo pernambucano acabariam por afastá-lo também de seu círculo de amizades.

Receberia dos amigos no Rio de Janeiro e em São Paulo homenagens que demonstraram claramente ainda contar Oliveira Lima com um grupo de aliados que apoiavam sua posição pacifista. No banquete realizado no Rio de Janeiro, em fins de 1916, falaria novamente sobre a paz: “A paz é, porém, igualmente uma questão de equilíbrio político e de higiene social. Nossa civilização americana era, sobretudo, até aqui, uma civilização reflexa e em

---

<sup>405</sup> Carta de Manoel de Oliveira Lima a Rui Barbosa, datada de Londres, 15.06.1915, apud GOUVÊA (1976) p. 1229.

<sup>406</sup> GOUVÊA (1976) pp. 1277-8.

certo sentido ainda o é, pois que participamos moralmente do conflito europeu, mesmo sem tomar partido, como se nele estivéssemos”.<sup>407</sup> Por ocasião do atentado alemão contra o navio Paraná, em abril de 1917, aos clamores de guerra ouvidos pelo país, Oliveira Lima tentava emprestar a voz da razão, argumentando não ter sido o ato especificamente contra o Brasil, mas sim em defesa de águas sob bloqueio de um país em guerra. Continuava a defender a neutralidade brasileira, nos moldes adotados por alguns dos outros países sul-americanos: “Oxalá o Brasil não seja forçado a ir além da atual manifestação na proteção devida aos seus nacionais! Parece ponto assente que a Argentina e o Chile desejam, tal qual sua mãe-pátria, a Espanha, evitar a todo transe sair da neutralidade”.<sup>408</sup> Ao mesmo tempo, sagaz analista econômico, Oliveira Lima tinha presente os encargos financeiros que o envolvimento na guerra traria para o país, assim como as eventuais repercussões negativas para seu comércio internacional, ainda dependente da exportação de bens primários.<sup>409</sup>

Nos momentos finais da conflagração mundial, em meados de 1918, encontrava-se Oliveira Lima em Buenos Aires, onde falaria sobre “Os Elementos da Paz no Novo Mundo”, sempre coerente com sua postura em prol do entendimento entre as nações, especialmente em nossa vizinhança sul-americana. Permaneceria fiel a seu pensamento antibelicista, mantido após a guerra quando apoiou os quatorze pontos idealizados por Wilson e a criação da Liga das Nações: “aplaudi o Presidente Wilson nas suas sugestões de paz e no seu conceito da paz sem vitória como o melhor meio de desmoralizar a guerra”.<sup>410</sup>

## 5.2. A reforma da carreira e a diplomacia comercial

Sob inúmeros aspectos, Oliveira Lima revelou-se verdadeiro pioneiro em suas ideias e propostas. Foi dos primeiros a enxergar a necessidade de se promover uma reestruturação da carreira diplomática e de dotar a diplomacia de um eixo econômico-comercial, até a sua época praticamente inexistente. Essa sua quase antevisão de elementos que viriam a integrar não só o serviço exterior brasileiro, mas a própria diplomacia moderna, é realçada pelo fato de ter sido ele formado ainda ao apagar das luzes da monarquia

---

<sup>407</sup> OLIVEIRA LIMA (1917) p. 30.

<sup>408</sup> GOUVÊA (1976) p.1397.

<sup>409</sup> Id. *ibid.* p. 1408.

<sup>410</sup> OLIVEIRA LIMA (1971) p. 633.

brasileira, cercado, como registrou, de alguns dos maiores diplomatas do período imperial, como o Barão de Itajubá, o Barão de Penedo, Souza Corrêa e até o velho Visconde de Cabo Frio, todos expoentes da antiga diplomacia de estilo mais eminentemente político e cerimonial. Entendia Oliveira Lima que o trabalho diplomático envolvia muitas facetas, como anotou em suas memórias: “É corrente que os bons jantares auxiliam a ação diplomática. Há mesmo quem diga que um diplomata que disponha de um mestre cozinheiro *fait la pluie et le beau temps* na terra onde se acha acreditado”.<sup>411</sup>

Considerava, no entanto, que a sua atividade como agente diplomático brasileiro no exterior requeria mais do que a participação em jantares e cerimônias pomposas nos elegantes trajes com os quais circulavam seus pares nas principais cortes europeias. Sempre zeloso de sua missão, Oliveira Lima realizava exemplarmente suas tarefas do dia a dia da repartição, escrevendo, como era a prática naquele tempo, de próprio punho seus relatórios e ofícios para a Secretaria de Estado (o que provavelmente os tornava ilegíveis!), atento aos detalhes da rotina diplomática. O que o destacou de seus colegas, no entanto, foi a astúcia de perceber que a tudo isto deveria o funcionário agregar algo mais: “O diplomata ideal dos nossos dias e das circunstâncias predominantes entre nós é o que souber redigir uma nota num francês sem asneiras, formular uma informação, concisa e luminosa, à consulta urgente de um ministro de Estado e explorar o mercado mais promissor e mais vantajoso para os nossos gêneros de exportação”.<sup>412</sup> Reconhecia ele, portanto, que, ao papel do diplomata como analista político e interlocutor de governos, deveria juntar-se o do promotor do comércio, à busca de oportunidades de novos mercados para a colocação de produtos brasileiros.

Essa sua visão inovadora do papel a ser emprestado à diplomacia é apontada por muitos estudiosos de sua vida como mais um dos pontos de atrito com o Barão do Rio Branco. Enquanto este privilegiava sobretudo a tradicional diplomacia política, Oliveira Lima sugeria, à época das negociações do Barão sobre a questão do Acre, que a expansão territorial não deveria ser prioridade para um país de dimensões já tão avantajadas, e que se deveria buscar uma maior projeção de sua posição no comércio internacional.<sup>413</sup> Foi o que fez o diplomata pernambucano, que encontrava tempo para pesquisas de mercado e estudos sobre formas de fortalecer os laços de intercâmbio

<sup>411</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 161.

<sup>412</sup> OLIVEIRA LIMA (1908) pp.14-15.

<sup>413</sup> Id. *ibid.* p. 21.



comercial com o país onde se encontrasse, ao lado da intensa atividade intelectual examinada nos capítulos anteriores. Assim procedeu ao assumir a legação em Tóquio: “Ao Ministério das Relações Exteriores começava a chegar de Tóquio uma correspondência rica em informações sobre o Japão, relatórios magníficos em dados econômicos, políticos e sociais que provavam a versatilidade de Oliveira Lima como diplomata moderno e sobretudo antecipado em relação aos seus colegas brasileiros da época, isto é, um agente do Itamaraty voltado atentamente para os assuntos econômicos e para o crescimento das trocas comerciais de interesse comum”.<sup>414</sup> Dali enviaria relatórios sobre a possível colocação naquele país de gêneros nacionais como o algodão, o café, a borracha e, claro, o açúcar de seu estado natal, chegando até a sugerir o aumento de rotas de navegação para aquela região com o intuito de facilitar a exportação.<sup>415</sup>

Faria o mesmo ao assumir seu posto em Bruxelas. Já no ofício pelo qual relatava à Secretaria de Estado a cerimônia de sua entrega de credenciais, mencionava ter ouvido do próprio Rei da Bélgica o interesse em ver incrementada a relação comercial entre os dois países.<sup>416</sup> Durante sua estada naquele país, registrou-se aumento das trocas comerciais entre os dois países, um feito não desprezível no conturbado período que antecedeu a eclosão da Grande Guerra. Tamanha importância atribuía ao aumento dos laços comerciais que lhe “pareceu importante a instalação naqueles dias, sob sua presidência, da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira, órgão que, evidentemente, não surgira pela ação direta de sua Legação, mas correspondia de certa forma às ideias que tantas vezes ele defendera de uma diplomacia voltada para as trocas comerciais”.<sup>417</sup> Embora evidentemente não advogasse o abandono da tradicional diplomacia política, Oliveira Lima tentava a seu modo, nem sempre sutil e discreto, contribuir para o que julgava ser uma necessária atualização do Ministério das Relações Exteriores, que lhe permitisse incorporar também a vocação de promotor do comércio internacional. Já no início do século XX, antevia ele essa que seria doravante uma característica da diplomacia, cujos aspectos de promoção comercial teriam de aguardar outros 70 anos para serem

---

<sup>414</sup> GOUVÊA (1976) p. 400.

<sup>415</sup> Chegou mesmo a proferir palestra em Pernambuco sobre o potencial do Japão como mercado para o açúcar produzido naquele estado. Id. *ibid.* p. 629.

<sup>416</sup> Id. *ibid.* p. 783.

<sup>417</sup> Id. *ibid.* p. 906.

incorporados à rotina do Itamaraty, quando Paulo Tarso Flecha de Lima liderou o Departamento de Promoção Comercial.<sup>418</sup>

### 5.2.1. A série de artigos do *Correio da Manhã*, 1903

As ideias inovadoras de Oliveira Lima sobre a reforma da carreira diplomática não deixariam de provocar polêmica, a começar do diário em que seriam veiculadas, o jornal *Correio da Manhã*, de cunho oposicionista à política de Rio Branco, em série publicada em agosto e setembro de 1903, e reunidas, em 1908, no livro *Cousas Diplomáticas*, que o sagaz autor dedicou ao Presidente Afonso Pena. Segundo avaliação do historiador Américo Jacobina Lacombe: “Nas *Cousas Diplomáticas*, apontado como um libelo contra a diplomacia brasileira, o que há realmente é um apelo sincero e honesto, naturalmente embebido pelo humorismo, que caracteriza o autor, e que exigia o gênero jornalístico em que foi primitivamente concebido, não contra o nosso corpo diplomático em geral, mas contra o estado em que se encontrava o nosso Ministério das Relações Exteriores”.<sup>419</sup> Recorda-se que na ocasião o diplomata encontrava-se em delicada situação funcional, devido às desavenças com o Barão do Rio Branco em torno à malsucedida remoção para o Peru, justamente em momento difícil da negociação com aquele país da questão do Acre, para a qual o chanceler emprestava alta prioridade. Tendo já despertado o desgosto e mesmo certa irritação no Chanceler, Oliveira Lima lançava-se a comentar a reforma da carreira diplomática, então ainda em esboço, segundo os boatos correntes, pelo próprio Barão. Ao intrometer-se em assuntos específicos da administração da casa, o diplomata dava impressão, junto à opinião pública, de insatisfação pelos desentendimentos pessoais e funcionais com o chefe, que de seu modo também reconhecia a necessidade de modernizar e reestruturar a carreira, mas preferia fazê-lo com discrição, longe dos jornais.

Embora o maior legado de Rio Branco tenha sido, inegavelmente, a sua atuação diplomática, tanto na resolução das questões de limites territoriais quanto na projeção da política externa brasileira (v. 2.3. A Era Rio Branco), não se pode deixar de examinar brevemente sua importante contribuição

<sup>418</sup> V. CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *1808-2008 Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, Vol. 1, p. 528, e FLECHA DE LIMA, Paulo Tarso. *Diplomacia e Comércio: notas sobre a política externa brasileira nos anos 70*. In: ALBUQUERQUE (org.) op. cit. v. 2, p. 219-237.

<sup>419</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. Oliveira Lima, o Diplomata. In: BRASIL. MRE. (1968) p.16.

institucional para o Ministério das Relações Exteriores, de maneira a esclarecer as próprias opiniões de Oliveira Lima a respeito. Ao assumir a pasta, em dezembro de 1902, confrontado com prementes problemas externos que requeriam sua imediata atenção, o novo Chanceler não deixara de perceber a precariedade das condições de trabalho e de antiquada organização que encontrou nas dependências do Itamaraty. Parte de sua política de projetar a imagem de um Brasil próspero e moderno consistiria justamente em renovar o Itamaraty. Sabia, melhor do que ninguém, que a verdadeira força administrativa por trás do Itamaraty era o velho Visconde do Cabo Frio, Diretor-Geral desde 1865, que servira, portanto, já à época do Visconde. Se sua longevidade no cargo assegurava a continuidade político-institucional, não deixara de representar empecilho a qualquer tentativa de se introduzir as mudanças e modernizações necessárias às novas e crescentes necessidades do Ministério.

Foi, portanto, contra esse pano de fundo que o Barão empreendeu reformas que visavam não só a modernizar a estrutura física do antigo palácio do Itamaraty, mas também a reorganizar seus quadros. Sem se preocupar com gastos, Rio Branco promoveria a renovação das instalações do Palácio (ficaria famoso o comentário do Ministro da Fazenda David Campista quando soube de algumas das despesas: “nunca em minha vida soube de banheiro tão caro!”).<sup>420</sup> Decorou belas salas de recepção para mostrar às visitas estrangeiras e inaugurou biblioteca, arquivo, e seção de cartografia no Ministério, considerando as necessidades de serviço e seguindo seu próprio gosto pelos livros e mapas. Além da instalação física, aumentou e modernizou também o quadro de funcionários do ministério, admitindo nova geração de diplomatas e cônsules, então carreiras separadas, para melhor implementar suas diretrizes de política externa. “Essas reformas e inovações, assim como o aumento dos salários e gratificações, criaram um *esprit de corps* elevado entre os funcionários do serviço exterior, tanto no Brasil como nos postos fora do país”.<sup>421</sup> Aumentou também o número de legações brasileiras no exterior, dando prioridade aos vizinhos da América Latina e criando nossa primeira Embaixada em Washington. Com os quadros aumentados, foi possível também implementar política de maior presença brasileira em eventos internacionais. Além das Conferências Pan-Americanas e de Haia, delegações

---

<sup>420</sup> CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência. Vida e obra de David Campista*. Rio de Janeiro: Artenova, 1968, p. 123.

<sup>421</sup> BURNS, op. cit. p. 56.

brasileiras passariam a participar de conferências temáticas em todo o mundo. O Itamaraty organizaria também eventos semelhantes no Brasil, como a bem-sucedida Conferência Pan-Americana de 1906, além de visitas de destacadas personalidades estrangeiras. Efetivamente, como assinala Burns, “Rio Branco introduziu o Ministério das Relações Exteriores no século vinte”.<sup>422</sup>

Oliveira Lima não aguardou que se completassem as mudanças introduzidas com comedimento por Rio Branco, algumas das quais ainda tardariam alguns anos, e em seus artigos preconizou o que considerava o caminho necessário à reestruturação do Ministério, a começar da unificação das três carreiras então existentes, a diplomática, a consular e a de secretaria, para então eliminar o que considerava os privilégios de uma sobre as demais: “A carreira diplomática encontra-se no entanto desde a sua organização no Brasil minada por um mal de que piorou com a mudança de regime e que é mister livrá-la: é uma carreira privilegiada, como tal suscitando invejas e antipatias. Aos seus lados vegetam duas desprotegidas, a carreira consular e a hierarquia da Secretaria, a primeira sem miragens de grandeza, a segunda sem a realidade sequer da fortuna”.<sup>423</sup> Aquela estrutura rígida impedia, na sua visão, o funcionamento eficiente do serviço exterior, pois dificultava a mobilidade de membros de uma categoria a outra, citando ele o exemplo de um eficiente cônsul, versado nas políticas comercial e econômica do dia, mas impossibilitado de almejar a chefia de posto, privativa da carreira diplomática. Na prática, entretanto, tal separação não impedira, por exemplo, que funcionário do talento do Cônsul em Nova York, Salvador de Mendonça, fosse promovido à chefia da legação em Washington, ou que o Cônsul em Liverpool – o próprio Barão – fosse dali chamado para tão habilmente encarregar-se das importantes negociações de fronteira. Ao mesmo tempo, como sabia por experiência própria, aos diplomatas tocava por vezes o desempenho de funções subalternas, como a mera cópia de documentos, sem mesmo poder utilizar modernidades como a máquina de escrever. Aproveitava, ainda, com suas palavras sempre sinceras, para criticar os ‘filhos da casa’, sempre colocados nos melhores postos diplomáticos, embora muitos fossem incapazes de representar à altura o país que muitas vezes mal conheciam e cuja língua falavam mal. Por essa razão, indagava: “por que não democratizar verdadeiramente a *carreira* – democratizá-la, não rebaixá-la- conservando-lhe toda a tradição, cercando-a de todas as garantias, e encarecendo-lhe até o

---

<sup>422</sup> Id. *ibid.* p. 65.

<sup>423</sup> OLIVEIRA LIMA (1908) p. 10.

prestígio com infiltrar-lhe novas e mais sérias preocupações, equivalente a inocular-lhe novo sangue?”<sup>424</sup>

Além dessas “sugestões”, que apresentava na imprensa de oposição sem outra credencial que os seus 13 anos de serviço ao Itamaraty, não relutaria em criticar a política de fronteiras adotada por Rio Branco, a seu ver por vezes injusta e com ares de expansionismo territorial. Em sua opinião, como visto, deveria ser outro o foco de nossa política externa, porque “um país como o Brasil (...) não deve ter ambições territoriais, porque o território que abrange é enorme para a sua população e para as perspectivas próximas da sua imigração, nem pode aspirar a representar agora um grande papel no cenário do mundo, porque para isto lhe escasseiam por enquanto riqueza, força e outras condições”.<sup>425</sup> Se era realista a sua avaliação de que o país de fato não estava ainda plenamente equipado, naquele início de século, para ombrear-se com as grandes potências da época – fica claro que pensava sobretudo do ponto de vista econômico –, sua opinião sobre a política de Rio Branco para os tratados de limites parece dificilmente sustentável por seus próprios méritos, descolada da série de ressentimentos e atritos com o Chanceler. Os açodados comentários de Oliveira Lima forneceria, entretanto, ampla munição a seus críticos e ao círculo imediato do Barão, que obviamente não consideravam as recomendações do diplomata pernambucano como provenientes de um funcionário isento e interessado no êxito da diplomacia nacional, mas sim de um desafeto, desgostoso com seus rumos na carreira e desejoso de vingar-se, como pudesse, do chefe hierárquico que lhe negava suas aspirações. É o que se depreende da carta de Domicio da Gama, sempre próximo a Rio Branco, a Graça Aranha: “Longe de ganhar com a sua estada no Rio, [Oliveira Lima] perdeu, por indiscrição. Escreveu para o *Correio da Manhã* artigos em desacordo com as vistas do chefe (e por isso perdeu as entradas no *Jornal*) sobre reforma diplomática e depois em conversações manifestou-se contra a política internacional do Barão no Peru e na Bolívia. Não faltou quem trouxesse o Rio Branco informado disso”.<sup>426</sup>

Dessa forma, devido ao clima criado entre o diplomata e o Chanceler também por questões administrativas, não teria havido margem para Oliveira Lima colaborar com Rio Branco de maneira construtiva para a prometida reforma da casa. Suas ideias, muitas delas pertinentes e promissoras para a

---

<sup>424</sup> Id. *ibid.* p.15.

<sup>425</sup> Id. *ibid.* p. 21.

<sup>426</sup> Carta de 21.12.1903. Coleção Múcio Leão. Apud VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 1088

modernização da estrutura do Ministério poderiam perfeitamente ter sido aproveitadas caso não tivessem sido lançadas de forma tão inoportuna. Quando finalmente foi implementada a reforma, em maio de 1906, com a edição do decreto que reorganizava a Secretaria de Estado, conhecido como “Regulamento Rio Branco”, que substituiu o regulamento anterior, de 1893,<sup>427</sup> foram ampliados e organizados os quadros do Ministério, e definidas as atribuições dos funcionários. Em seguida, vieram também decretos que aumentaram o número e categoria das legações e da rede consular, com elevação do número de seus funcionários. Ao organizar os artigos sobre reforma diplomática para publicação, cinco anos mais tarde, no livro *Cousas Diplomáticas*, Oliveira Lima comentaria que aparentemente suas sugestões não haviam sido em vão, tendo em vista as modificações votadas pelo Congresso. Além do aumento dos salários, notou que “Se a fusão das carreiras diplomática e consular e da hierarquia da Secretaria não foi oficialmente decretada, nem por isso tem ela deixado de ir sendo aplicada. Nos últimos tempos não só vários funcionários da Secretaria passaram para o serviço consular e diplomático, (...) como funcionários consulares passaram para o serviço diplomático”.<sup>428</sup> Elogiou ainda a criação do arquivo do Ministério e o uso das novas máquinas de escrever, mas não deixou de terminar seus comentários com uma alfinetada sobre o verdadeiro rumo necessário para a moderna política externa: “O que resta é cuidar do problema econômico, o nosso problema vital, a solução do qual cabe em boa parte à diplomacia, transformando-se o mais possível as relações exteriores em relações comerciais”.<sup>429</sup>

### 5.2.2. Visão da maturidade

Manoel de Oliveira Lima, como qualquer mortal, experimentou vitórias e derrotas, alegrias e tristezas, e seus pensamentos e ideias evoluíram de acordo com suas circunstâncias e experiências. De um modo geral, entretanto, suas opiniões manter-se-iam firmes e coerentes, não obstante os dissabores que lhe trouxeram ou a reação do público e mesmo dos amigos às suas sempre sinceras manifestações. Conforme vimos, ao longo da carreira seus polêmicos pronunciamentos sobre diversos temas, desde a política externa

---

<sup>427</sup> CASTRO, op. cit. p. 221.

<sup>428</sup> OLIVEIRA LIMA (1908) p. 33.

<sup>429</sup> Id. *ibid.* p. 35.

promovida pelo Barão do Rio Branco, às questões sobre a administração da Casa e ainda sobre problemas internos do país causaram-lhe inúmeros conflitos e desentendimentos. Após a precoce aposentadoria, no entanto, quando a pena empunhada em nome próprio tornou-se seu único instrumento de batalha, podemos distinguir algumas nuances e mesmo reviravoltas em seu pensamento. Ao ressaltar suas inúmeras qualidades e talentos, seu amigo e discípulo Gilberto Freyre recorda que Oliveira Lima foi: “Plural pelas suas ideias nem sempre as mesmas no decorrer da sua vida: republicano na mocidade, monarquista na idade madura, indiferente a regimes políticos no seu outono, Católico prático na infância e na adolescência, ‘Católico histórico’ – segundo sua própria expressão – depois de adulto”.<sup>430</sup> Muitas dessas visões só seriam conhecidas após sua morte, fruto da divulgação de suas *Memórias*, publicada somente em 1937, refletindo o pensamento de um autor mais velho e afastado com certa amargura de sua pátria e de seu círculo de amizades.

Suas manifestações políticas são apontadas como a principal causa que acabou levando ao pedido de aposentadoria em 1913. Como já visto no capítulo I, as declarações feitas à imprensa, revelando suposto apoio ao regime monarquista, reforçadas pela publicação das cartas trocadas com Dom Luiz de Orleans e Bragança, foram usadas pelo Senador Pinheiro Machado para bloquear-lhe a nomeação para Londres. Segundo especula Tereza Malatian, essas tendências monarquistas já teriam aparecido em escritos desde 1904-06: “Pelos artigos escritos nessa conjuntura, percebe-se em Oliveira Lima um primeiro sinal de que suas convicções políticas republicanas estavam passando por uma transformação, no momento em que a corrente restauradora era derrotada por Rodrigues Alves após década e meia de atuação”.<sup>431</sup> Tais mudanças refletiriam influências de sua atividade de historiador que, ao pesquisar e escrever seu monumental *D. João VI no Brasil*, sucumbiria a um monarquismo saudoso, reconhecendo na família real atribuições e méritos que teriam ajudado a consolidar a nação brasileira. No entanto, eram ideais explorados pelo historiador e jamais um credo político pelo qual militasse: “Admitiu, então, como futuro possível, a restauração do regime monárquico entre nós, embora sem se tornar militante de causa tão arrojada: era por demais consciencioso e até escrupuloso em suas normas de conduta, para, diplomata de carreira, agir contra o regime em vigor; ou desservi-lo”.<sup>432</sup>

<sup>430</sup> FREYRE (1968) p. 38.

<sup>431</sup> MALATIAN, op. cit. p. 201

<sup>432</sup> FREYRE (1968) p. 56.

Como em outras ocasiões, ousado em suas declarações, Oliveira Lima acabou sendo vítima de intrigas provocadas pelas manchetes sensacionalistas de que apoiava a restauração e se declarava monarquista convicto. Recorde-se que estes fatos ocorreram em 1913, após a malsucedida campanha civilista de Rui Barbosa à presidência, apoiada com entusiasmo por Oliveira Lima, sendo esta a postura que na realidade lhe angariou a antipatia do poderoso líder do Senado. Os esclarecimentos publicados pelo diplomata almejavam corrigir a má impressão deixada junto aos líderes republicanos: “Em princípio, não me preocupo com as ideias monárquicas, não sou, declaradamente monarquista. O que afirmei a respeito é que a forma de governo monárquico é superior à republicana, porque acaba com as agitações, tão reprováveis quanto explicáveis, das eternas, constantes e seguidas sucessões presidenciais. Mas não vim ao Brasil, absolutamente, bater-me pela restauração da Monarquia, nem declarar-me monarquista, principalmente agora, que ainda sou funcionário público (...). O civilismo é o meu credo político”<sup>433</sup> Palavras sinceras de um dedicado servidor da nação, mas que não caíram bem aos ouvidos dos integrantes do governo de um presidente militar. Nem, àquela altura da vida, considerava-se capaz de retirar seus comentários, conforme exigido pelo irado Pinheiro Machado, para angariar o apoio daqueles que o acusavam. Foi um desfecho paradoxal a suposta guinada de posição por parte de um antigo e veemente defensor da República, em seus momentos iniciais, e de um funcionário que passara sua vida ativa promovendo e defendendo os interesses daquele regime político.

Em outros temas, é possível também notar certa inflexão. Embora tenha dedicado muitos artigos à questão da reforma da carreira diplomática, analisados acima, mais tarde, em suas *Memórias*, o desiludido ex-diplomata chega mesmo a sugerir sua extinção: “A minha experiência da vida diplomática é que as legações podiam ser universalmente abolidas sem que fosse prejudicada, antes lucrasse a felicidade humana”<sup>434</sup> Naturalmente desgostoso com a carreira que não lhe deu os postos desejados no exterior, nem o único que parece ter cobiçado no Rio de Janeiro, Oliveira Lima considerava que os diplomatas logo se tornariam obsoletos, pois seus relatórios e ofícios nada mais seriam que artigos de jornal. Acreditava que os cônsules poderiam assumir as encarregaturas e direcionar seus esforços para a diplomacia comercial, por ele sempre defendida.

---

<sup>433</sup> OLIVEIRA LIMA (1971) pp. 104-5.

<sup>434</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 162.



Com relação às suas ideias sobre o papel das raças na evolução histórica, verificou-se claro amadurecimento, coerente com o conhecimento da questão que o autor desenvolveu ao longo da vida. Uma primeira leitura da obra *Nos Estados Unidos*, escrita ainda no final do século XIX, revela, conforme nota Paulo Roberto de Almeida, “cenas explícitas de racismo”,<sup>435</sup> no sentido aceito e considerado normal nos tempos em que viveu Oliveira Lima, não revelando nenhuma prevenção pessoal sua contra qualquer grupo racial. Com suas observações de cunho sociológico, Oliveira Lima foi dos primeiros a investigar os efeitos do que se consideravam, à época, características raciais sobre o desenvolvimento, no caso de *Nos Estados Unidos* em comparação direta sobre a escravidão naquele país e no Brasil, e em sentido mais amplo em *Impressões da América Espanhola*. Seus pensamentos a respeito do tema sofreriam inflexão ao longo da vida, como assinala Gilberto Freyre: “suas próprias ideias sobre a capacidade das raças de cor para o desenvolvimento social – ideias tão adiantadas no seu outono de vida, talvez depois do seu maior contacto com Franz Boas que conhecera na Europa num congresso de ciências do homem e a quem me recomendou quando me tornei estudante da Universidade de Columbia – foram precedidas pela descrença nas possibilidades de aperfeiçoamento dos americanos de procedência africana, quando situados em áreas ou países de clima tropical”.<sup>436</sup> Se os pensamentos do autor seriam hoje considerados inaceitáveis e mesmo politicamente incorretos, não constituíram senão manifestação das visões pseudocientíficas e eurocêntricas então em voga.

O amadurecimento de visão que percebemos em Oliveira Lima traduz-se de forma prática na decisão mesmo de escolher os Estados Unidos para seu “exílio forçado” no final da vida, embora sua primeira opção para sua instalação definitiva tivesse sido a Inglaterra, ambição impossibilitada pelos acontecimentos durante a Grande Guerra. Suas percepções sobre a nação norte-americana foram se alterando ao longo da vida, desde o primeiro contato com aquele país quando serviu na legação em Washington, ainda no final do século XIX, até sua mudança para lá, na década de 1920. Admitiria mais tarde que aquela primeira estada fora marcada pela convivência quase exclusiva com o corpo diplomático e que só viria a conhecer realmente o país quando teve oportunidade de percorrê-lo ao proferir a série de palestras em Stanford, em 1912, e depois em Harvard, em 1915-16.

---

<sup>435</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. “O Império em Ascensão (por um de seus espectadores)”. Loc. cit. p. 9.

<sup>436</sup> FREYRE, Gilberto. Introdução. In: OLIVEIRA LIMA (1953) p. 10.



## Capítulo VI – Oliveira Lima, historiador: sua contribuição para a diplomacia brasileira

Manoel de Oliveira Lima, além de suas atividades como diplomata, jornalista, e escritor, é primordialmente lembrado e conhecido, nos dias de hoje, como historiador, sobretudo do período de nossa história imperial, à qual prestou importante e original contribuição. Não sendo, no entanto, a história *per se* o principal foco da presente tese – nem o autor habilitado a emitir juízo profissional de historiador sobre a vultosa obra que nos legou –, pretendo unicamente no presente capítulo, conforme indica o título, explorar a repercussão de sua obra histórica para a diplomacia brasileira. Se aceitamos o pressuposto básico de que política externa pode ser definida como a projeção para o exterior da cultura, dos valores e da própria agenda da política interna de uma nação, revela-se indispensável voltar os olhos ao passado, como o fez tão habilmente o historiador pernambucano, para entender os fatores que levaram à construção e consolidação da pátria, sem a qual a política externa não teria um objeto, e seu sujeito, o estado e seus agentes diplomáticos, perderiam a própria unidade. Como assinala Carlos Guilherme Mota, “Se o erudito Barão do Rio Branco foi o historiador dos tratados e dos limites geográficos que fixaram nossa imagem geopolítica, Oliveira Lima ficará em nossa historiografia como o maior historiador da Independência, o tema fundante de nossa existência coletiva, quando o Brasil pela primeira vez lutou por sua identidade, sua diferença, sua autonomia”.<sup>437</sup> Foram papéis, portanto,

<sup>437</sup> MOTA, Carlos Guilherme. Oliveira Lima e Nossa Formação. In: COSTA E SILVA (org.) op. cit. pp. 242-43.

complementares os desempenhados por duas das maiores figuras da diplomacia brasileira da República Velha. Enquanto ao primeiro coube, por meio da negociação pacífica e racional, definir e consolidar as fronteiras que formam fisicamente o território nacional, coube ao segundo resgatar o histórico da formação da nacionalidade propriamente dita e consolidar a identidade da nação brasileira.

Como vimos no capítulo IV, a formação intelectual de Oliveira Lima foi fundamental para despertar seu interesse pela história e fornecer-lhe os meios para o exercício das atividades de pesquisa histórica. Vale recordar que a vocação de historiador manifestou-se ao ainda jovem estudante, em seus tempos de ginásio em Lisboa, tendo portanto precedido o chamado à diplomacia. Segundo se sabe, seu interesse teria sido despertado pelos livros de história brasileira enviados de Pernambuco ao curioso estudante por seu padrinho. Com essas obras começaria a estudar o passado, não só de seu estado natal, mas de todo o país, como registrou em suas memórias: “meu maior entusiasmo foi pela História de Southey, impregnada da sua veia poética”.<sup>438</sup> Os mestres que o formaram ainda nos tempos de escola, e sobre os quais recordaria com grande carinho também em suas *Memórias*, ajudaram-no de certo a cultivar o gosto pelo estudo historiográfico. Do professor de história Consiglieri Pedroso, especificamente, lembraria que “Era um cultor dedicado da ciência germânica. Convivia intelectualmente com autores alemães tão somente e os livros de texto que nos recomendava eram de Curtius para história grega, Mommsen para história romana”.<sup>439</sup> Eis, portanto, o primeiro contato de Oliveira Lima com a escola germânica de historiadores, que seria ampliado posteriormente durante sua permanência na legação em Berlim. Os grandes mestres historiadores alemães, do precursor Barthold Niebuhr a Leopold von Ranke, então já falecido, passando por Heinrich von Sybel, Theodor Mommsen e Heinrich von Treitschke, parecem ter exercido indiscutível influência sobre sua formação como historiador.<sup>440</sup> Reúnem eles, em graus variados, a preocupação com o rigor da consulta às fontes primárias, o aproveitamento dos recentes avanços da paleografia e da filologia, a articulação da história nacional com o cenário internacional, movidos ao mesmo tempo por forte sentido de afirmação da nacionalidade.

---

<sup>438</sup> OLIVEIRA LIMA (1986) p. 13.

<sup>439</sup> Id *ibid.* p. 23.

<sup>440</sup> LIMA SOBRINHO, *loc. cit.* pp. 24-26. GOUVÊA (1976) p. 231.

Dessa preocupação com o recurso às fontes documentais, conta-nos ele mesmo ao mencionar suas primeiras incursões como pesquisador na Torre do Tombo e nos vastos arquivos lisboetas, onde se lançou na busca de fontes primárias para seus estudos, seguindo nesse aspecto também os passos daquele que mais tarde escolheria como seu patrono na Academia Brasileira de Letras, Francisco Adolfo de Varnhagen. Em seu elogio ao patrono, no discurso pronunciado em sua cerimônia de posse na Academia Brasileira, na sessão de 17 de julho de 1903, afirmaria que: “Ora, era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, em quase todos aqueles papéis, se me deparava a marca discreta de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolfo de Varnhagen”.<sup>441</sup>

O jovem estudioso pernambucano procurava aliar, ao rigor da pesquisa documental, também os aspectos sociais, culturais e políticos que influenciavam os eventos narrados pelo historiador, situando-lhes no devido contexto, sem subtrair-lhes a interação complexa e nem sempre de sentido unilinear. Também nesse aspecto, identificava-se com o legado de seu patrono Varnhagen, que considerava “mais do que um cronista erudito”, incluindo-o “de direito na categoria dos escritores da variedade a que os alemães dão o nome de história pragmática, a saber a história que não é propriamente a filosófica, ou que dos acontecimentos deduz as leis que governarão na sua marcha as sociedades humanas, mas que vai além da simples exposição de fatos, acompanhando-os de reflexões e consideração sociológicas”.<sup>442</sup> Para familiarizar-se com esta nova forma de registrar a história, aprendeu Oliveira Lima os aspectos técnicos que lhe forneceria uma base sólida para seus estudos: “Ao contrário dos amadores que no Brasil se auto-intitulavam ‘historiadores’, Oliveira Lima, consciente de sua vocação, enriqueceu-a estudando os métodos de pesquisas, a paleografia, a crítica e a seleção de documentos, trabalhos preliminares e básicos”.<sup>443</sup> Habilitar-se-ia assim o historiador principiante a empreender estudos históricos com um olhar amplo e abrangente, que não abstraísse os aspectos socioculturais, recorrendo ao mesmo tempo às fontes primárias, a cujo acesso lhe facilitavam as viagens permitidas pela carreira diplomática. Oliveira Lima imprimiria assim um renovado método aos estudos históricos brasileiros, evidenciado no caráter original de sua obra posterior, que recorria

---

<sup>441</sup> OLIVEIRA LIMA (1903) p. 8.

<sup>442</sup> Id. *ibid.* p. 22.

<sup>443</sup> GOUVÊA (1976) p. 87.

a fontes e documentos ignorados ou relegados ao esquecimento, trazendo à luz aspectos antes considerados irrelevantes e abrindo novas perspectivas de interpretação de momentos decisivos da história do Brasil.

Antes de examinar, ainda que cursoriamente, obras específicas, é de acentuar a contribuição que seus estudos históricos trouxeram à diplomacia brasileira. Sabe-se que, em muitos casos, conforme visto no capítulo IV, muitas das publicações históricas do autor foram produzidas pela reunião de artigos, conferências e aulas que proferiu ao longo da vida sobre diversos aspectos do passado brasileiro. Esse vasto material, empregava-o Oliveira Lima com o propósito declarado de educar e esclarecer seus leitores e ouvintes estrangeiros sobre a história do Brasil, elucidando seu passado de maneira a possibilitar a melhor compreensão de seu presente e de suas perspectivas. Neste ponto, sua obra terá contribuído singularmente não apenas para a divulgação de informações precisas sobre o país, o que se adequava perfeitamente à política externa promovida pelo Barão do Rio Branco, mas também à própria projeção no exterior de uma imagem realista e positiva do Brasil. Sob esse aspecto, o aporte de Oliveira Lima como historiador à política externa é indissociável de seu papel pioneiro como precursor da diplomacia cultural. A essa contribuição é possível agregar uma segunda, talvez ainda de maior alcance: a reconstituição da formação da nação brasileira, desde o período colonial até o advento da independência. Em obras como *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*, *O Movimento da Independência 1821-1822*, *Aspectos da História e Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, para citar apenas algumas, Oliveira Lima resgatou os elementos que conformaram historicamente a identidade nacional brasileira e permitiram a fundação de um novo país independente. Note-se que essa segunda dimensão de sua contribuição à diplomacia não se limita ao que trouxe também para a história diplomática propriamente dita, mas a extrapola e a envolve. Tendo presentes esses aspectos de seu legado, examino a seguir algumas das principais obras do historiador.

### **6.1. Principais publicações**

A primeira grande obra de história escrita por Oliveira Lima, *Pernambuco – Seu Desenvolvimento Histórico*, teve como tema a sua província natal. Publicada em 1895 pela editora F.A. Brockhaus de Leipzig, na Alemanha, onde o diplomata então servia na Legação em Berlim, a obra

traz os frutos de sua formação, em especial a influência dos mestres de origem germânica semeadas ao longo dos estudos em Lisboa: “essa estadia em Berlim não poderia deixar de concorrer para que se aprofundasse sua vocação de historiador, tornando-lhe familiar o idioma, com o qual se sentiria mais próximo dos grandes mestres da historiografia do século XIX, Niebuhr, Ranke, sem falar em Mommsen, conhecido desde as aulas do professor Jaime Moniz”.<sup>444</sup> Em sua primeira investida no mundo da história, o autor ressalva em seu prefácio que a obra não se voltava à descoberta de fatos ou de documentação inédita, valendo-se antes de fontes já estabelecidas sobre a época estudada. O que haveria de novo em seu enfoque, esclareceu, é que “pretende singelamente ser o quadro de nossa evolução política e social, nos quatro séculos de história que contamos”<sup>445</sup> Aplicaria naquele estudo, pela primeira vez, o que seria sua visão original e distinta de tratar os temas históricos, não se limitando a reproduzir mera cronologia de fatos políticos e militares relevantes, mas procurando reconstituir sua real complexidade ao examiná-los também à luz de seus componentes socioculturais.

Pesquisa e material para o livro o autor já tinha reunido antes mesmo de deixar Lisboa, nos arquivos que conhecia desde moço, mas desejoso de acrescentar à obra imagens de alguns dos protagonistas da história pernambucana, recorreria aos conselhos de um frequente correspondente sobre assuntos históricos, o Barão do Rio Branco. Conforme carta que lhe foi dirigida de Paris, em 14 de novembro de 1891, dizia Paranhos ao jovem historiador: “Respondo com grande demora à sua cartinha, e peço-lhe mil perdões. Tenho estado muito cheio de trabalhos e hoje regresso para Liverpool, tendo vindo agora para falar ao Sr. Ministro Francisco Xavier da Cunha (...). Ele parte hoje para Lisboa e fez-me o favor de levar, para entregar-lhe, os retratos de Matias de Albuquerque, Bagnuoli e Barreto de Menezes. O de Fernandes Vieira é conhecido: está no Castrioto Lusitano. O Instituto Arqueológico de Pernambuco deu a algumas de suas Reverendíssimas os retratos de Vidal, Camarão, e Dias, mas creio que não merecem grande confiança”.<sup>446</sup>

<sup>444</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. Oliveira Lima, o Historiador. In: BRASIL. MRE. (1968) p. 28.

<sup>445</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico*. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1895, p. V.

<sup>446</sup> Carta do Barão do Rio Branco a Oliveira Lima, datada de Paris, 14.11.1891, apud GOUVÊA (1976) p. 227.

Pode-se dizer que *Pernambuco – Seu Desenvolvimento Histórico* foi moderno em seu tratamento da história, mas tradicional na busca dos valores de sua terra natal, conforme pondera Gilberto Freyre: “Uma nova combinação, nesses estudos, de método moderno, crítico, de historiografia, e de sensibilidade aos valores tradicionais de uma região ou de uma província e não difusamente de um país”.<sup>447</sup> Seguindo os passos dos historiadores alemães que o inspiraram na exaltação da terra natal e de seu povo, e dos feitos que levaram à retomada daquele território após a ocupação holandesa, resultaria a obra do jovem historiador em estudo abrangente e ainda valioso nos dias de hoje. Naturalmente, não faltam ao primeiro livro do autor as marcas do iniciante, mas, como notou o historiador Richard Pattee, “no obstante, mereció los elogios de la crítica, perdurando hasta nuestros días como la más sabia y aguda de las obras escritas acerca de la historia regional brasileña”.<sup>448</sup> Foi esta obra que valeu ao historiador principiante uma indicação para o prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual tomou posse já em 1895, antes mesmo de completar 28 anos de idade, confirmando sua precocidade como autor e historiador e permitindo antever a grande obra que viria a realizar.

Justamente por entender o estudo histórico como um quadro amplo dos múltiplos aspectos que constituem uma nação e seu povo, a próxima incursão de Oliveira Lima, *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira* – também publicada em Leipzig, em 1896 – além de seu objeto imediato de história literária, traz também exame da evolução da vida cultural daquele período. Mais uma vez destacar-se-iam no cuidadoso estudo aspectos nem sempre abordados em estudos semelhantes, como a etnografia e a origem de regionalismos como as modinhas, por exemplo, sempre sob a ótica da visão histórica.<sup>449</sup> O valor daquela obra é reconhecido pelos principais estudiosos de nossa história literária, como Nelson Werneck Sodré, que ressalta ser Oliveira Lima: “capaz de elucidar com argúcia muitos dos principais problemas de nossa formação e escrever uma síntese apreciável da literatura colonial”.<sup>450</sup>

Em seguida, a pena do autor seria dedicada a um breve estudo, lançado inicialmente como série de artigos no periódico francês *La Nouvelle Revue*, em 1896, sobre os primeiros *Sete Anos da República no Brasil*, obra de

<sup>447</sup> FREYRE (1968) p. 63.

<sup>448</sup> PATTEE, Richard. *Manoel de Oliveira Lima, Embajador Intelectual del Brasil*. Lima: [s.n.] 1939, p. 15.

<sup>449</sup> LIMA SOBRINHO, in BRASIL. MRE. (1968) p. 34.

<sup>450</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: Seus Fundamentos Econômicos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 492-3.



divulgação do novo regime político instalado no Brasil. É de notar que o autor encontrava-se na maior parte ausente do Brasil durante o período estudado, e apresentava, portanto, uma visão recolhida à distância dos fatos relatados. Foi, no sentido estrito, um instrumento de política externa: “Trata-se de dois artigos reunidos posteriormente em opúsculo e que constituem, em seu sentido prático, uma história de uso diplomático, por destinar-se a informar e a construir no exterior uma imagem positiva do Brasil do início da República, criando assim maior receptividade ao regime, quer do ponto de vista político, quer do econômico”.<sup>451</sup> Sobrevive hoje como evidência das tendências republicanas de Oliveira Lima, mais tarde tão ferozmente questionadas.

Por ocasião do quarto centenário do descobrimento do Brasil, em 1900, Oliveira Lima daria sua contribuição às comemorações com a monografia “O Descobrimento do Brasil, Suas Primeiras Explorações e Negociações Diplomáticas a que deu Origem”, que registra as primeiras alusões à política externa no contexto colonial. Embora breve, a obra mereceu prêmio concedido pela Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. Em seguida, aproveitando a nova lotação em Londres, o tema das negociações diplomáticas seria tratado em maior profundidade, com foco sobre o papel da diplomacia britânica no reconhecimento da Independência do Brasil, em seu *História Diplomática do Brasil: o Reconhecimento do Império*, que o autor pretendia fosse o primeiro de uma série, mas que infelizmente jamais completaria.<sup>452</sup>

Em minucioso e detalhado estudo, descreve o historiador as intrincadas negociações que permitiram à Grã-Bretanha intermediar os entendimentos entre o novo governo brasileiro e a antiga matriz portuguesa, para a obtenção do reconhecimento da independência da ex-colônia. Retrata o panorama europeu após as guerras napoleônicas e a divisão de poder entre as nações da Santa Aliança, assim como o relacionamento entre Portugal e Inglaterra. Além de examinar os elementos políticos do processo e a liderança exercida pelo Chanceler George Canning, Oliveira Lima oferece também sua análise sobre as questões econômicas, ciente da ânsia britânica por reconhecer a

---

<sup>451</sup> MALATIAN, op. cit. p.100.

<sup>452</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *História Diplomática do Brasil: o Reconhecimento do Império*. Paris, Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1901 p. V. Merece registro haver Oliveira Lima dedicado a obra a seu saudoso chefe na Legação em Berlim, o Barão de Itajubá, que foi, coincidentemente, como lembrou Oliveira Lima, o principal responsável pelo “reconhecimento da República Brasileira pelo Governo Francês a 20 de junho de 1890, obtido exclusivamente por sua influência pessoal, três meses antes de fazê-lo qualquer outra nação europeia”.

nova nação e assegurar assim importante mercado para sua indústria. Sua avaliação do Tratado de Aliança e Paz, concluído em 1825 entre o Brasil e Portugal, foi de que “A compra da Independência por dois milhões esterlinos, depois de ela ser um fato consumado e irrevogável, foi um estigma de que a monarquia justa ou injustamente nunca pôde livrar-se no Brasil e cuja recordação pairou sobre o trono até os seus últimos dias”.<sup>453</sup> Esta afirmação colheria uma censura do Barão do Rio Branco, de “que não houve compra da independência. Quando se separa um território, o que se separa toma o encargo de parte da dívida pública”, visão que ecoava posições defendidas no Senado imperial, mas que não teve paralelo na independência de outros países do hemisfério.<sup>454</sup>

A obra mereceu também críticas como a de José Veríssimo, que julgava que ela “podia ter o título de *Canning e o Reconhecimento da Independência do Brasil*. Não parece, entretanto, que o escritor tenha exagerado essa parte, se bem pareça que viu os fatos e sucessos exatamente do mesmo ponto de vista de Canning. É este defeito de perspectiva o principal do livro”.<sup>455</sup> Ao que poderia ter retrucado Oliveira Lima ter sido justamente esse seu objetivo, o de retratar os fatos ocorridos fora do Brasil e resgatar a memória da primeira negociação diplomática do Brasil independente – o seu reconhecimento como nação soberana – e o papel desempenhado pela Grã-Bretanha e seu Chanceler Canning naquele processo. *O Reconhecimento do Império* preserva o seu interesse, embora diversos outros estudos tenham sido dedicados ao episódio por historiadores como Hildebrando Accioly e Pandiá Calógeras, para citar apenas dois.<sup>456</sup>

Do tempo em que serviu na Legação em Londres, dedicou-se Oliveira Lima ainda a exaustivas pesquisas no Museu Britânico, preparando compêndio das obras históricas em português daquela coleção, especialmente daquelas

<sup>453</sup> Id. *ibid.* pp. 254-5.

<sup>454</sup> LIMA SOBRINHO, in: OLIVEIRA LIMA (1971) p. 43.

<sup>455</sup> VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira, 4ª série*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 83.

<sup>456</sup> Evidência da atualidade dessa obra de Oliveira Lima pode ser encontrada nas declarações de Laurentino Gomes, jornalista e autor de premiados e populares livros históricos. A propósito de seu recente *1822*, Gomes afirma ser “um sobrevôo sobre tudo que se fez sobre isso no passado. Tem ali o Oliveira Lima, mas tem também o Tarquínio, a Isabel Lustosa, há também um pouco da historiografia portuguesa, que não é muito estudada no Brasil”. PERES, Marcos Flamínio. Laurentino Gomes diz que ‘1822’ é ‘candidato natural’ a virar minissérie. In: Folha.com, São Paulo, 18.09.2010, [www1.folha.uol.com.br/ilustrada/800334-laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a- virar-minisserie-shtml](http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/800334-laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a- virar-minisserie-shtml), acesso em: 20.09.2010.

de interesse mais direto ao Brasil, para apresentar ao Instituto Histórico e Geográfico. Retomava assim sua primeira vocação, ainda dos tempos de estudante, de buscar em documentos antigos, nos arquivos e bibliotecas, as fontes primárias para posterior estudo e análise. Baseando-se em trabalho iniciado pelo diplomata português Frederico Francisco de Figanière em 1853, e ampliado por Varnhagen até 1855, Oliveira Lima apresentaria sua *Relação dos Manuscritos Portugueses e Estrangeiros de Interesse para o Brasil Existentes no Museu Britânico de Londres*, cujo prefácio é datado de 1901, em Londres, embora a publicação só tenha ocorrido em 1903. Oliveira Lima afirma ‘ter examinado conscienciosamente todos os volumes de que achei indicação nos variados catálogos que compulsei e registrado todos os documentos versando na íntegra sobre a América Portuguesa’.<sup>457</sup> Relação sem dúvida valiosa, não só para o próprio autor em suas futuras pesquisas, mas para inúmeras gerações de historiadores que nele encontrariam um guia atualizado do rico acervo do museu-biblioteca londrino.

Tendo em vista ser o objetivo deste capítulo fazer breve apanhado das principais obras históricas de Oliveira Lima que guardem relevo para a diplomacia brasileira, em ordem estritamente cronológica passaríamos neste ponto do ano de 1903 para 1908, quando foi publicado o monumental *Dom João VI no Brasil*. No entanto, por sua magnitude e transcendental importância, ainda para os dias atuais, essa obra será examinada em item à parte, a seguir.

O período que passou em Bruxelas, de 1908 a 1912, foi prolífico para o diplomata-historiador, que publicaria diversas obras que tiveram origem em conferências ou cursos proferidos em seu périplo de divulgação do Brasil, no continente europeu e também nos Estados Unidos, com as visitas que realizou a importantes centros acadêmicos e científicos.<sup>458</sup> Além de consagrado historiador em seu país natal, Oliveira Lima tornar-se-ia respeitado e conhecido também no exterior por sua enorme habilidade em transmitir ao público estrangeiro informações sobre o passado nacional. Conforme já tivemos oportunidade de analisar (v. capítulo IV), seu pioneiro trabalho de diplomacia cultural permitiu-lhe abrir novas avenidas para a atuação diplomática brasileira, ampliando também a difusão de suas ideias e trabalhos históricos originais sobre o país. Percebendo desde cedo a importância da projeção da imagem do país no exterior, e confiante de que lhe estava reservado lugar de relevo

<sup>457</sup> Apud LIMA SOBRINHO, in: BRASIL. MRE. (1968) p. 34.

<sup>458</sup> PATTEE, op cit. p. 23

no concerto das nações, o diplomata colocou seu talento de escritor e orador a serviço dessa tarefa.

Um dos resultados dessa atividade foi a obra *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, na qual apresenta uma síntese original dos mais importantes eventos formativos da história brasileira até o advento da República. Mais uma vez, o estudo de Oliveira Lima possuía caráter abrangente, extrapolando a mera dimensão política para incluir também aspectos sociológicos. Como assinalou Gilberto Freyre, “Difícilmente se imagina um resumo dos fatos da formação nacional do Brasil, mais rico dos traços essenciais dessa formação e escrito de forma mais capaz de iniciar o brasileiro ou o estrangeiro no conhecimento do passado luso-americano”.<sup>459</sup> A obra foi composta com base em série de palestras proferidas na Sorbonne, em 1911, originalmente escritas e proferidas pelo autor em francês, o que explica ter sido publicada sob seu título naquele idioma, *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, tendo a tradução em português aparecido no periódico *O Estado de São Paulo*, em artigos de abril a agosto daquele ano.

Outro elemento importante da obra é a própria evolução do pensamento político de Oliveira Lima. Apesar de sua adesão ao republicanismo desde a juventude, nas páginas da *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, o autor ressalta a contribuição positiva do regime monárquico, especialmente em nossa transição de colônia para nação independente, identificando seu caráter pacífico, ao contrário do que se verificou na América Hispânica. Recorda, ainda, que a monarquia assegurara estabilidade e prosperidade ao país.<sup>460</sup> Essa capacidade de conseguir elevar-se acima de suas preferências políticas, indispensável a qualquer historiador digno do nome, assinala, portanto, o amadurecimento intelectual de Oliveira Lima e demonstra, mais uma vez, sua independência e coragem intelectual de não subordinar a sua atividade às causas do dia.

A boa repercussão alcançada pelo curso na Sorbonne, além de confirmar o diplomata como “embaixador intelectual do Brasil, na expressão de Björkman, abriu-lhe portas para novas conferências em instituições

---

<sup>459</sup> FREYRE, Gilberto. Prefácio da Edição Brasileira. In: *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp.11-12.

<sup>460</sup> Em seus perfis dos personagens que marcaram aquela história, foi mais fundo: “Agora, num processo ainda mais abrangente, pois além de defender D. Pedro II de acusações feitas pelos republicanos, resgatava com seu panegírico a própria monarquia, em seu estudo saudosista do regime derrubado pelos que eram incapazes – assim lhe parecia – de governar melhor o Brasil”. MALATIAN, op. cit. p. 234.

acadêmicas, desta feita nos Estados Unidos. As seis palestras que proferiu na Universidade de Stanford, em 1912, seriam publicadas em livro em 1914, com o título *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*. Desta feita, Oliveira Lima empreende a tarefa de comparar o legado histórico do Brasil, portanto da colonização portuguesa, com aquele das ex-colônias espanholas. É obra pioneira em mais de um sentido, tanto por seu caráter de história cultural quanto de história comparada e, juntamente com outras publicações suas, como *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais*, e *Impressões da América Espanhola 1904-1906*, foi precursora dos estudos de comparação cultural e histórica, que culminariam em obras como *Bandeirantes e Pioneiros*, de Vianna Moog.<sup>461</sup>

É interessante notar, ainda, que o momento em que proferiu o curso em Stanford foi aquele em que despertava, no meio acadêmico norte-americano e europeu, maior curiosidade e interesse pela América Latina e por sua história. Ao comparar a formação histórica das “três Américas”, sua obra veio justamente a atender a esse novo interesse, ao mesmo tempo em que contribuía para ampliá-lo na direção de um conhecimento mais preciso do passado histórico da América Latina, como observou o grande *scholar* da região Percy Alvin Martin: “By means of lectures, articles in reviews and newspapers, books and pamphlets, he not only dispelled a host of misconceptions and prejudices; but, what was of greater moment, aroused in wide circles an eager and intelligent interest in the historical evolution and cultural development of Latin America”.<sup>462</sup>

Merece registro, ainda, a retomada de sua série de estudos sobre a história nacional, com a publicação, em 1917, de sua obra de comentários à *História da Revolução Pernambucana de 1817*, de autoria de Muniz Tavares, por ocasião das comemorações do centenário daquele movimento. Suas anotações à obra são de tal magnitude e abrangência que, como observou o historiador Hélio Vianna, “Pode-se dizer, sem desmerecer a obra anterior, que fez obra nova, à altura do mérito daquela, insubstituível depoimento de um participante do movimento revolucionário”.<sup>463</sup> Mais do que mera prova do apreço pela história de sua terra natal, a meticulosidade e amplitude dos

---

<sup>461</sup> MOOG, op. cit.

<sup>462</sup> MARTIN, Percy Alvin. Introduction. In: *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, New York, Russell & Russell, 1966, pp. 9-10.

<sup>463</sup> VIANNA, Hélio. Oliveira Lima, Historiador. In: PERNAMBUCO. Governo do Estado. *Oliveira Lima, o Centenário de Seu Nascimento*, Recife, Imprensa Oficial, 1968, p. 51.

comentários de Oliveira Lima revelam a seriedade com que enfrentava cada tema que estudava, sempre refratário ao efêmero e à superficialidade.

Em 1921, o já cinquentenário historiador, então definitivamente instalado em Washington, ampliaria o escopo de sua obra ao lançar a *História da Civilização; Traços Gerais*, livro de caráter didático, com noções básicas sobre a história mundial. Ainda que destinado a público não especializado, não se trata de mera compilação de estudos sobre a história universal, pois traz a preocupação sempre presente do autor com a especificidade da história ibero-americana. Essa se revela, por exemplo, na maior atenção dedicada tanto aos institutos do Direito Romano, fundamentais para a compreensão dos sistemas jurídicos adotados pelos países ibero-americanos, quanto à própria história das Américas, tradicionalmente relegada a segundo plano nos manuais de origem europeia.<sup>464</sup> Demonstra, de outra parte, a preocupação de Oliveira Lima com o ensino de história no Brasil e sua avaliação de que os alunos brasileiros careciam de obra de caráter geral que ressaltasse tanto os aspectos específicos da história pátria, como sua inserção na história da civilização ocidental. Esses aspectos não terão escapado a Gilberto Freyre, que em carta a seu amigo a respeito do livro comentou, com o habitual entusiasmo: “Seu livro, nas mãos de guia competente, poderá causar verdadeira revolução – e, ao contrário dos políticos, para melhor. Eu o felicito pelo livro, que é excelente”.<sup>465</sup>

Em seus últimos anos de vida, o historiador ainda encontraria energias, apesar de combalido pela doença, para produzir obras relevantes, dando continuidade aos estudos sobre a história nacional e portuguesa. Lançou *O Movimento da Independência*, em 1922, *Dom Pedro e Dom Miguel – A Querela da Sucessão*, em 1925, *O Império Brasileiro*, em 1927, e *Dom Miguel no Trono*, que só foi publicado postumamente, em 1933. Trata-se de uma série de livros que retomam as circunstâncias da independência brasileira, que já examinara com maestria anteriormente, investigando não só os fatores de ordem interna que conduziram ao 7 de setembro, mas situando-o no contexto internacional, especialmente no quadro das relações entre as potências europeias. Pela íntima ligação entre as coroas brasileira e portuguesa, Oliveira Lima houve por bem aprofundar o exame do reinado de D. João VI

---

<sup>464</sup> PATTEE, op. cit. p. 27.

<sup>465</sup> FREYRE, Gilberto. Carta datada de Nova York, 18.01.1922, apud GOMES, Ângela de Castro. In: *Em Família: a Correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p.78.

e de seu filho, D. Pedro I, e suas repercussões para a sucessão em Portugal. Fugiria ao escopo deste trabalho o exame mais pormenorizado de cada uma daquelas obras, mas merece registro o recurso adotado por Oliveira Lima em *O Movimento da Independência*, e que se repete nas demais, de usar a correspondência diplomática não apenas como fonte imediata de informações relevantes para o exame do tema, mas como artifício narrativo, que com frequência lhe permite conferir maior concretude à descrição histórica ao acrescentar uma terceira perspectiva à do autor e a de seus personagens. É o caso, por exemplo, dos ofícios enviados a Viena pelo Ministro da Áustria no Rio de Janeiro, Barão de Sturmer, que descrevem seu encontro com D. João VI em 1821, e da circular de José Bonifácio ao corpo diplomático às vésperas da proclamação da independência.<sup>466</sup>

Em síntese, nessas obras da maturidade, retoma Oliveira Lima o que foi o fulcro de sua atenção como historiador, sem no entanto igualar a culminância de seu *Dom João VI no Brasil*: tratam das consequências do retorno de D. João VI a Portugal, das lutas travadas entre os irmãos D. Pedro e D. Miguel na sucessão ao trono português, vago com a morte daquele monarca; do legado deixado pela casa de Bragança ao Brasil; e finalmente do reinado de D. Miguel, natural desfecho do livro anterior. São temas interligados e encadeados cronologicamente, cobrindo o período que vai de 1808 a 1834, de evidente interesse para a historiografia das relações diplomáticas brasileiras do período de fundação do país.

### 6.1.1. Dom João VI no Brasil: 1808-1821

Considerada a obra prima de Manoel de Oliveira Lima como historiador, *Dom João VI no Brasil* é aquela pela qual é conhecido e lembrado ainda nos dias de hoje, a que consagrou seu nome na época de sua publicação, 1908, como respeitado mestre da historiografia brasileira, ao resgatar para a memória nacional a figura do monarca português, então ridicularizada até a caricatura. E o faz não com encômios exagerados, que buscassem compensar aquela distorção com outra de sentido contrário, mas simplesmente recuperando sua dimensão humana, apresentando com franqueza suas limitações e suas qualidades: “Dom João VI não era o que hoje em dia chamaríamos um cerebral, mas era uma pessoa deveras inteligente e com

<sup>466</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *O Movimento da Independência 1821-1822*. São Paulo: Melhoramentos, 1922; Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, pp. 12-13 e 276 respectivamente.

certo gosto (...). Não só conseguia andar excelentemente informado como exigia sê-lo, e no tratar das coisas públicas animava-se e tomava um calor que se não compadece com a sua reputação corrente de indiferença”.<sup>467</sup> Mais adiante, no capítulo dedicado a “El Rei”, acrescenta: “Dom João VI não foi o que se pode chamar um grande soberano, de quem seja lícito referir grandes proezas militares ou golpes audaciosos de administração (...). O que fez, o que conseguiu, e não foi afinal pouco, fê-lo e conseguiu-o no entanto pelo exercício combinado de dois predicados que cada um deles denota superioridade: um de caráter, a bondade, o outro de inteligência, o senso prático ou de governo”.<sup>468</sup> Dessa forma, a reabilitação da memória de Dom João VI e de seu importante papel na história nacional foi empreendida pelo historiador de forma equilibrada e coerente com os registros levantados em sua pesquisa. Aparece cuidadosamente pintada, a personagem de um rei sob todos seus aspectos, não só de sua atuação política, mas também de sua intimidade familiar, seus hábitos e sua adaptação à vida no novo reino luso-brasileiro. De fato, a obra parece fazer jus à avaliação de outro tarimbado historiador pernambucano, Octávio Tarquínio de Sousa, “O mais exigente, o mais esmiuçador dos estudiosos do ‘tempo do rei’ encontrará em *Dom João VI no Brasil* tudo que é necessário para o conhecimento em profundidade de uma das épocas mais importantes de nossa História”.<sup>469</sup>

Com sua precisa reconstituição e paciente busca de informações, Oliveira Lima conseguiu o feito de desfazer os mitos que a história tradicional, tanto no Brasil quanto em Portugal, consagrara à figura de Dom João. Em seu país natal, fora um rei fraco e acovardado, por ter abandonado seus súditos à própria sorte diante da ameaça napoleônica; na colônia, fora um rei ligeiramente imbecil e trapalhão. O historiador pernambucano implodiu essas caricaturas, resgatando o Dom João de carne e osso. Esclareceu, definitivamente, também as circunstâncias de sua partida de Portugal, como ressalta o historiador Heitor Lyra: “Mas o que importa acentuar, nessa obra de Oliveira Lima, é que ele desfez a versão emprestada à retirada do Príncipe para o Brasil, versão que se havia fixado por assim dizer na História de Portugal, isto é, que ela não passara de uma vergonhosa fuga (...). Mas o que Oliveira Lima prova no seu livro, é que não se podia chamar de fuga

---

<sup>467</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945, pp. 100, 105.

<sup>468</sup> Id. *ibid.* p. 967-69.

<sup>469</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. Prefácio. In: OLIVEIRA LIMA (1945) p. 6.



uma decisão desde muito tempo tomada, um plano político internacional previamente discutido e fixado em todos os seus detalhes, após madura ponderação em todos os seus aspectos”.<sup>470</sup> Resulta claro, de outra parte, que a vinda da família real muito provavelmente poupou o Brasil de um destino incerto, caso Portugal perdesse sua autonomia. A teoria brilhantemente defendida pelo historiador em sua obra esclareceu que justamente por desejar preservar sua soberania decidiu Dom João deslocar-se para a colônia e aceitar a aliança temporária com a Grã-Bretanha, mal menor a seus olhos do que submeter-se ao domínio francês caso tivesse permanecido em Portugal. Sua presença no Rio de Janeiro, mesmo que involuntariamente, seria decisiva para que a nova nação pudesse alcançar sua condição de país livre e independente, em um processo de transição predominantemente pacífico. Como ressaltou o historiador Percy Alvin Martin, Oliveira Lima “makes it clear that John’s rule in Brazil was as liberal and progressive as was desirable in a country in which all thorough-going reforms must of necessity be introduced gradually. And these same reforms, especially the opening of the chief Brazilian ports to the commerce of all friendly nations, not only redounded to the immediate benefit of the country, but what was infinitely more important, paved the way for ultimate independence”.<sup>471</sup>

O resultado desse exercício de reconstrução da imagem do rei e de toda sua época, foi a elevação de Dom João VI, por parte de Oliveira Lima, à condição de fundador da nação brasileira e de nosso sentido de nacionalidade. “A síntese realizada na figura do rei resulta num personagem-símbolo da unidade nacional, dando continuidade ao mundo luso-brasileiro monárquico, ambientado no quadro da Europa napoleônica e do Brasil em transição do período colonial para o independente”.<sup>472</sup> Confirma o papel central do monarca na manutenção da unidade e da integridade territorial da ex-colônia, que graças à presença do governo imperial no Rio de Janeiro permaneceu una, sem fragmentar-se como ocorreu nas vizinhas repúblicas hispano-americanas. É difícil estabelecer com total certeza o grau de consciência que tinha o próprio rei a respeito de seu papel como forjador de um país, mas o resultado de sua ação é conhecido: “É possível que D. João VI não tivesse tido a antevisão de todas essas consequências e vantagens. Mas os acontecimentos se incumbiram

---

<sup>470</sup> LYRA, loc. cit. pp. 142-43.

<sup>471</sup> MARTIN, op. cit. p. 11.

<sup>472</sup> MALATIAN, op. cit. p. 210.

de prestigiar seu instinto político, valorizando a prudência e a cautela de sua conduta”.<sup>473</sup>

Para produzir sua *opus magna*, o historiador empreendeu longa pesquisa, de 1902 a 1907, a tempo de concluí-la para o lançamento em 1908, no centenário da chegada da família real ao território brasileiro. Fruto de trabalho a um tempo minucioso e exaustivo, trouxe a revelação de inúmeros registros inéditos, recolhidos aos arquivos e bibliotecas no Rio de Janeiro, em Lisboa e em Londres, às coleções de documentos diplomáticos não só do Ministério das Relações Exteriores, mas também do Departamento de Estado e no Quai d’Orsay. Como assinalou com certa ironia o também diplomata e historiador pernambucano Evaldo Cabral de Melo: “Não fosse a perseguição que lhe moveu o Barão do Rio Branco, todo-poderoso Ministro das Relações Exteriores da época, relegando-o aos corredores da Secretaria de Estado, e Oliveira Lima não teria disposto dos vagues para trabalhar no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no próprio Arquivo do Itamaraty e da Legação dos Estados Unidos no Rio. Sem saber, o Barão prestava uma grande contribuição à historiografia brasileira”.<sup>474</sup>

O panorama amplo traçado recupera não só os acontecimentos imediatos do traslado da família real, mas faz reviver desde as complexas tramas do cenário europeu das invasões napoleônicas em que se deu até a vida cotidiana nas ruas do Rio de Janeiro daquele tempo, passando por definitivos perfis biográficos, as disputas no Prata, as relações comerciais do Brasil, o tráfico de escravos, o tratamento dos índios, a diplomacia estrangeira no Rio de Janeiro... Tudo isso vazado em um estilo de elevada qualidade literária, que se lê ainda hoje com gosto e proveito. Como notou com acerto Carlos Guilherme Mota, seu estilo foge “aos padrões de solenidade acadêmica da época”, revelando-se “quase anti-convencional”.<sup>475</sup>

As palavras de Gilberto Freyre bem resumem o escopo desse livro extraordinário: “De *Dom João VI no Brasil* não há exagero em dizer-se que é uma das obras mais importantes, de qualquer gênero, jamais produzidas no Brasil. Importante como estudo histórico, como biografia escrita sob orientação já sociológica, como realização literária: tem páginas de reconstituição da vida brasileira nos dias de Dom João no Rio de Janeiro a que não falta colorido

<sup>473</sup> LIMA SOBRINHO, in: OLIVEIRA LIMA (1971) p. 48.

<sup>474</sup> CABRAL DE MELO, Evaldo. *Um Imenso Portugal: História e Historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 331.

<sup>475</sup> MOTA, loc. cit., p. 240.

ou pitoresco: atrativo que só um escritor literário lhe saberia dar”.<sup>476</sup> Eis o que pode ser considerado seu principal mérito formal, que o singulariza na impressionante bibliografia do autor: o fato de ter recorrido, simultaneamente, à expressão em vários gêneros literários, extrapolando o tom de mero tomo de história para torná-lo uma síntese ímpar de investigação sociológica, análise geopolítica, narrativa biográfica, e mesmo intrincado romance, repleto de personagens autênticos e dinâmicos. Talvez o êxito desse estilo – que poderíamos dizer caleidoscópico, por produzir distintas perspectivas a cada giro narrativo –, em uma obra de história, decorra de que permite abarcar adequadamente a especificidade de fenômenos díspares e aparentemente inconexos, que no entanto compõem a realidade concreta de qualquer experiência humana, e não é diferente com a experiência histórica. Ao lograr conferir unidade temática a essa pluralidade de enfoques e estilos, Oliveira Lima compôs um relato cuja exatidão reside justamente na multiplicidade de perspectivas com que examina seu multifacetado objeto.

Como assinalou o historiador Max Fleiuss, por ocasião da morte de Oliveira Lima, em 1928: “De fato, o historiador de *Dom João VI no Brasil* foi o último sobrevivente da tríade dos nossos maiores historiadores, juntamente com Varnhagen e Capistrano de Abreu”.<sup>477</sup>

## **6.2 Relevância para a historiografia e contribuição à diplomacia brasileira**

A importância do legado de Oliveira Lima como historiador está fora de discussão. Que ele foi um de nossos maiores historiadores é opinião praticamente unânime entre os profissionais da matéria, cujos elogios ao conjunto de sua obra, se transcritos todos, ocupariam um volume.<sup>478</sup> Contentemo-nos com registrar apenas alguns deles, assinalando não apenas o reconhecimento sincero de seu maior discípulo, mas também o interesse que vem crescendo em anos recentes, a julgar-se pelas reedições e pelas monografias acadêmicas que tem merecido. Assim o julgou Gilberto Freyre:

---

<sup>476</sup> FREYRE (1968) pp. 87-8.

<sup>477</sup> FLEIUSS, loc. cit. p. 264.

<sup>478</sup> As divergências entre Oliveira Lima e Capistrano de Abreu, que culminaram no afastamento entre eles, não parecem diminuir a importância e a contribuição do primeiro, decorrendo mais de diferenças de estilo pessoal: “Sempre me pareceu haver uma espécie de incompatibilidade de gênios entre o estilo sintético e concentrado de Capistrano e o gosto pelas análises e pelas digressões, nos livros de Oliveira Lima. LIMA SOBRINHO, in: BRASIL. MRE. (1968) p.46

“Oliveira Lima, por sua maior capacidade de concentração em trabalho sistemático e específico, e por seu relativo poder de expressão literária, produziu obra prima. Afirmou-se, nessa obra e nas ancilares que escreveu, historiador, para o Brasil, máximo; e digno de ser situado quer entre os máximos historiadores americanos de sua época, quer entre os maiores da língua portuguesa: aqueles que possam, ou devam, ser considerados não apenas altas vocações para a historiografia nas suas formas mais puras, ou inteligências capazes de realizar obras de elevada qualidade nesse setor, porém realizadores de estudos específicos e sistemáticos de permanente importância e de dimensões monumentais, ou quase monumentais, em torno de assuntos densos, embora mais ou menos delimitados; e à base de pesquisas nas fontes: inclusive em fontes insuspeitadas ou ignoradas”.<sup>479</sup>

Do que se pode depreender da leitura de sua obra e de sua fortuna crítica, Oliveira Lima foi realmente um desbravador, a abrir caminho para seguidores, como o próprio Freyre, que inverteu o feito de Oliveira Lima, priorizando a sociologia sobre a história, e tantos outros, como o já citado Vianna Moog, do paralelo de culturas. Para Carlos Guilherme Mota, “ele é o ponto de partida para entendermos o sentido dos estudos de nossa historiografia mais influente no século XX, os Barbosa Lima (o tio e o Sobrinho), Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Octávio Tarquínio de Sousa e José Honório Rodrigues”.<sup>480</sup>

Ao mudar o enfoque da historiografia brasileira, alargando-lhe os horizontes com sua cultura tão vasta quanto genuína, desempoeirando o estilo da narrativa histórica, Oliveira Lima lançou as bases do que seria a moderna historiografia brasileira desde então. Emprestou-lhe um descortínio abrangente, que enxergava nos fatos históricos toda a complexa gama de intersecções que os tornam concretos, e por isso recorria à sociologia, à história cultural, à geografia, quando não à psicologia. A essas perspectivas, que poderiam ter servido, como em outros casos, apenas a um impressionismo de cronista, o historiador pernambucano aliou o rigor da pesquisa documental, produzindo uma síntese que nos permite, até onde isso é possível, efetivamente reviver o período que descreve e compreender seus personagens em seus termos e contexto próprios. De outra parte, essa sua originalidade no tratamento dos temas históricos voltou-se para a questão crucial da formação da nacionalidade brasileira, em momento de afirmação da República. Por essa razão, colocou-se

<sup>479</sup> FREYRE (1968) pp. 65-66.

<sup>480</sup> MOTA, loc. cit. pp. 246-47.

como que a serviço da autoconsciência nacional, o que parece ser outro elemento que explica a sua permanência e, sob tantos aspectos, sua atualidade, não apenas no domínio dos estudos históricos, mas também da política externa.

Como percebeu Carlos Guilherme Mota, ao comentar seus trabalhos dedicados à nossa história diplomática, Oliveira Lima com eles enriqueceu “uma historiografia extremamente pobre nesse aspecto. Mas o seu trabalho se lhe configurava essencial, pois a uma nação deveria corresponder uma história bem fundamentada, inclusive para a defesa de sua soberania. (...) só é autônoma a Nação que possui uma história consolidada”.<sup>481</sup> Encontra-se aí provavelmente o nexos mais profundo entre a atividade diplomática e a do historiador: se não há dúvida quanto ao valor do legado de Oliveira Lima para o estudo da história, o papel desempenhado por sua obra histórica para a política externa não é menor, e decorre obviamente do êxito da primeira.

Não se trata de buscar aqui, quixotesicamente, encontrar traços da influência de suas obras de historiador sobre aspectos específicos das políticas implementadas pelo Itamaraty da época. Como se sabe, Oliveira Lima não teve participação, ao longo de sua carreira, na formulação direta da política externa brasileira, embora tenha certamente contribuído para o debate em torno das principais questões então enfrentadas, como as negociações de limites, as relações com nossos vizinhos e com os EUA, a Doutrina Monroe em sua versão rooseveltina e o pan-americanismo, etc. Como vimos, nessas questões viria a manifestar-se quase sempre contra os rumos traçados para a atuação externa do Brasil.

No entanto, antes de examinarmos o nexos acima referido, é importante ressaltar que a obra do historiador terá obviamente se beneficiado da visão e da experiência do diplomata, voltando seu interesse a questões relacionadas com a história de nossa atuação externa, como demonstrou, por exemplo, em *História Diplomática do Brasil: o Reconhecimento do Império*, que pretendia fosse a primeira de uma série. Na reconstrução da primeira grande negociação internacional que teve como ator o Brasil independente, “Ao estudar e valorizar a visão e a atuação político-diplomática de José Bonifácio, (...) ele determina em páginas antológicas o momento fundador da história das relações diplomáticas deste país”.<sup>482</sup> Ao mesmo tempo, sua larga vivência no mundo da diplomacia certamente lhe facilitou o estudo histórico ao fornecer-lhe, muitas vezes, a perspectiva para a compreensão de episódios

<sup>481</sup> Id. Ibid. p.256.

<sup>482</sup> Id. ibid. p. 244.

marcados por intrigas, conchavos e negociações diplomáticas. A esse respeito, observa Octávio Tarquínio de Sousa, ao comentar sua *opus magna*: “Ao historiador ajudou o diplomata (...). Por ser homem da ‘carreira’, aprofundou naturalmente o exame dos casos em que se exerceu a atividade de hábeis negociadores, como Palmela e Marialva, e traçou com a segurança de quem não sofreu o mal do tédio, na frequência dos arquivos, o quadro verídico da história diplomática e da política internacional do reinado de D. João VI”.<sup>483</sup>

De outra parte, na medida em que sua obra de historiador contribuiu para a ampliação da autoconsciência nacional de suas raízes e de seu passado, permitiu-lhe fortalecer seu sentido de unidade e, portanto, de identidade. Como notou Evaldo Cabral de Melo: “O nacionalismo brasileiro não precedeu, sucedeu, a criação do Estado nacional. O Brasil não se tornou independente porque fosse nacionalista, mas fez-se nacionalista por haver-se tornado independente”.<sup>484</sup> Não se pode esquecer, naturalmente, o papel desempenhado por movimentos regionais como a Revolução Pernambucana de 1817, objeto de importante estudo de Oliveira Lima, mas seria exagerado atribuir-lhe um escopo efetivamente nacional.<sup>485</sup> No início do século XX, há menos de um século da Independência, no adolecer da República, a obra de consolidação histórica da nacionalidade ainda estava em andamento e é a ela que Oliveira Lima empresta sua maior contribuição. Sem querer sugerir reducionismos ou nexos de causalidade inexistentes ou improváveis, é fato que por essa época, o Brasil passa a buscar maior projeção na cena internacional. A jovem república, uma vez consolidadas as suas fronteiras e equacionadas as revoltas internas, teve também seu passado revalorizado e resgatado pela maestria do historiador pernambucano e, tomada de renovada autoconfiança, passa aos poucos a desempenhar-se com maior desenvoltura no cenário externo.

Vimos como a política externa de Rio Branco pretendeu dar ao país um papel de proeminência comensurável com suas dimensões e recursos, não só no plano regional, mas internacional, tornando-o capaz de participar em fóruns internacionais os mais diversos e, em síntese, a ocupar seu lugar legítimo no concerto das nações. Oliveira Lima, de sua parte, não se furtou a jogar papel pioneiro na promoção do país, praticamente inventando a diplomacia cultural

---

<sup>483</sup> SOUSA, loc. cit. pp.7-8.

<sup>484</sup> CABRAL DE MELO, op. cit. p. 15.

<sup>485</sup> V. a respeito MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A Revolução de 1817 e a História do Brasil: Um Estudo de História Diplomática*. Brasília, FUNAG, 2009.

que, no seu caso, era fartamente abastecida por sua obra de historiador e pelo conceito internacional que conquistou. Levando a grandes centros de estudos no exterior abrangentes informações sobre o passado do Brasil, em suas variadas dimensões culturais, divulgou uma imagem da jovem república como nação coesa e estável, capaz de ação consequente e responsável no plano externo.

Cabe notar, por fim, o importante papel que a obra histórica de Oliveira Lima teve na reaproximação com Portugal. Como examinado acima, graças à sua reabilitação da figura de Dom João VI, rei antes português do que brasileiro, foi possível uma revisão do conceito, até então corrente em Portugal, do monarca que abandonara seu país em benefício da colônia, cujo efeito foi uma espécie de unificação da história dos dois países. É o que explica a “repercussão surpreendente” de sua obra em Portugal, como assinala Barbosa Lima Sobrinho, “Porque salvava um rei português do ridículo a que o queriam condenar. Dignificava dessa forma a própria história de Portugal, oferecendo-lhe argumentos para respeitar a dinastia que o havia governado”.<sup>486</sup> Oliveira Lima contribuía assim para restaurar um sentido de respeito mútuo entre os dois países unidos por laços históricos.

Feitas essas observações, não parece restar dúvida de que a principal contribuição dada pela obra de historiador de Oliveira Lima à diplomacia brasileira foi o que ela produziu quanto à consolidação da identidade nacional, a base de toda a atuação externa. Não me parece descabida, nesse ponto, a comparação entre o que se verifica no plano do indivíduo e no plano das nações. Um indivíduo que não tenha memória, que desconheça seu passado, vê-se privado do sentido da unidade e da identidade pessoal, e é, portanto, um incapaz. No caso das nações, não é diferente: aquelas que ignoram as suas origens e a sua história não logram desenvolver uma consciência de identidade própria, e assim não possuem capacidade para ação soberana. E sem essa capacidade, para que serviria a política externa? A resposta parece evidente, pois o horizonte do porvir da nação depende da profundidade de sua consciência de seu próprio passado. Desse ponto de vista, o historiador Oliveira Lima, ao abrir tantas perspectivas sobre o passado do Brasil, ter-lhe-á também alargado os horizontes de ação para o futuro.

---

<sup>486</sup> LIMA SOBRINHO, in: OLIVEIRA LIMA (1971) p. 54.





## Capítulo VII – Oliveira Lima hoje

À guisa de conclusão, pretendo apresentar aqui algumas breves reflexões acerca da atualidade do pensamento e da atuação diplomática de Manoel de Oliveira Lima, partindo de breve exame das possíveis razões de seu relativo esquecimento, para a seguir procurar identificar os aspectos de sua contribuição que, por sua permanência ou relevância, justificam o esforço que aqui fiz de lembrá-lo. Ele foi considerado um dos maiores diplomatas de seu tempo, ao lado de Rio Branco e de Nabuco, e em anos recentes vem sendo com maior frequência mencionado dentre aqueles que honraram o Itamaraty com seu trabalho.<sup>487</sup> Sua vasta obra de historiador e intelectual é indispensável não apenas para que se conheça o período em que viveu ou aquele mais remoto, da formação da nacionalidade brasileira, mas guarda relevância também para os nossos dias, por razões que examinarei a seguir. Além disso, seu legado físico, a Biblioteca Oliveira Lima, permanece como entidade viva, embora certamente aquém do seu imenso potencial.

Ressalvo, por fim, que seria fora de propósito buscar paralelos entre a realização do grande historiador em sua obra magna, *Dom João VI no Brasil*,

---

<sup>487</sup> “Felicito o Instituto Rio Branco por uma publicação que diz muito do Itamaraty. Não é por acaso que a instituição abriga em seu panteão nomes como Nabuco, Oliveira Lima, Vinicius de Moraes, Guimarães Rosa, João Cabral, Houaiss e Merquior. Revelam todos o apreço do Itamaraty pela excelência. E, como bons diplomatas, foram devotos do Brasil, de sua cultura”. CARDOSO, Fernando Henrique. In COSTA E SILVA, Alberto da. [org.] op. cit, [contracapa]

ao reabilitar o nome e a imagem daquele monarca para a história, e o que pretende o presente trabalho, com reconhecida modéstia, fazer quanto ao resgate da obra de Oliveira Lima. Devo admitir, no entanto, que busquei inspiração em certa característica de seu método: a exemplo do que fez com D. João e tantos outros grandes personagens de nossa história, ao descrevê-los e fixar-lhes o retrato, também eu aqui não quis ceder à tentação de reduzir um homem e uma obra de dimensões monumentais a apenas um de seus aspectos, ou de aprisioná-lo em sua época, ou de simplesmente desfigurá-lo mediante a caricatura fácil. Ao contrário, o que busquei ao longo de todo o trabalho de pesquisa, a que tento aqui dar expressão, foi justamente apreender a figura viva de Manoel de Oliveira Lima, em toda sua complexidade, com seus paradoxos e contradições, suas virtudes e imprudências, sem jamais desumanizá-lo. Creio que somente desse esforço é que pode emergir um homem real, que ao falar com sua época fala também com a nossa e com todas.

### **7.1. Possíveis razões do relativo esquecimento**

O nome de Manoel de Oliveira Lima não caiu exatamente no que se poderia chamar de esquecimento, tendo em vista ser ainda hoje referência obrigatória aos estudiosos da história brasileira, sobretudo suas obras sobre o período da independência e do império, verdadeiros clássicos de nossa historiografia. No entanto, as raras e espaçadas edições de seus livros dão testemunho de que desde a sua morte não logrou atrair interesse mais amplo fora dos círculos mais eruditos, e mesmo nesses, nem sempre parece ter tido reconhecimento à altura de sua obra. Mesmo sua *opus magna*, *Dom João VI no Brasil*, publicada originalmente em 1908, só teve segunda edição em 1945, e teria de esperar outro meio século até as novas edições de 1996 e 2006. O centenário de seu nascimento, em 1967, comemorado em iniciativas do Ministério das Relações Exteriores e do Governo do estado de Pernambuco, assinalou o que se pode dizer tenha sido o início do renascimento do interesse mais amplo por sua obra, com a realização de diversas homenagens e conferências e a publicação de estudos a respeito do ilustre pernambucano. Dessa época datam algumas das principais obras que nos ajudam a compreender quem foi Oliveira Lima, livros escritos em certos casos por pessoas que tiveram o privilégio de conviver com ele, como Gilberto Freyre, com seu *Dom Quixote Gordo*, e Barbosa Lima Sobrinho, que

organizou a edição da *Obra Seleta*, prefaciando-a com seu excelente estudo biográfico. Naquela ocasião apareceram ainda *Centenário de Oliveira Lima*, e em seguida o monumental *Oliveira Lima: Uma Biografia*, de Fernando da Cruz Gouvêa, o mais completo e minucioso apanhado sobre a vida e a obra do diplomata-historiador e fonte preciosa de documentos inéditos.

Não faltam, nessas obras, boas explicações para o relativo esquecimento, em seu próprio país, de um homem do calibre intelectual de Oliveira Lima. Uma das mais evidentes, defendida por seu amigo Gilberto Freyre, é a sua longa permanência no exterior, primeiro a serviço da nação como diplomata e, posteriormente, por opção própria, em exílio autoimposto, até terminar seus dias em Washington. “Aconteceu o que era de esperar que acontecesse: perdeu aqueles contatos profundos com a terra natal que o brasileiro, para mantê-los precisa de dar – ou supõe que precisa – com alguma constância, as costas ao mar e até de sertanizar-se”.<sup>488</sup> Não se pode dizer que a distância do país natal tenha influído negativamente sobre o trabalho de Oliveira Lima, pois é evidente em sua obra o permanente interesse pelos temas da história e da cultura nacional, talvez justamente uma maneira por ele encontrada de manter-se mais próximo do Brasil. Enquanto no exterior, como vimos, dedicou-se infatigavelmente a divulgar o país e a torná-lo conhecido do público culto, muitas vezes completamente desinformado sobre a história e a realidade brasileiras. Embora sempre se mantivesse ligado aos assuntos pátrios, no entanto, a lentidão dos meios de comunicação da época não facilitava ao cidadão radicado no exterior manter-se atualizado com os acontecimentos do país natal. A perda de contato com o país de origem, entretanto, era considerada pelo próprio Oliveira Lima um dos ossos do ofício: “O diplomata acaba não raro por desnacionalizar-se, sem que no entanto o seu espírito fique pertencendo deveras a qualquer outra nação”.<sup>489</sup>

Nem só a distância física, entretanto, conduziu ao pouco conhecimento da obra do ilustre pernambucano em seu país natal, mas também a distância criada, às vezes à sua revelia, entre ele e muitos de seus contemporâneos mais ilustres. As suas sucessivas desavenças e rompimentos com personagens como o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Assis Brasil, Pinheiro Machado, Rui Barbosa, para citar apenas os colegas e homens públicos, certamente contribuíram para que seu nome fosse primeiro criticado duramente, para depois ser paulatinamente relegado ao ostracismo. Graças

<sup>488</sup> FREYRE (1968) p. 101.

<sup>489</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Vida Diplomática. In: OLIVEIRA LIMA (1971) p. 295.

em parte à sua franqueza e coragem, sempre manifestou suas ideias e defendeu seus pontos de vista com firmeza, obviamente desentendendo-se ao longo da vida com aqueles que tivessem opiniões opostas: “Seu temperamento, que o levou a separar-se de tantos amigos e a criar tantos inimigos o distanciou afinal da pátria, para o exílio que procurou nos Estados Unidos da América”.<sup>490</sup> Em muitos casos, no entanto, parece claro que Oliveira Lima terá sido alvo de intrigas e mesmo calúnias de colegas, que ignoravam propositalmente o seu lado da questão, inevitavelmente atribuindo-lhe culpas que não eram suas.<sup>491</sup> Seus desafetos, uma vez findos os atritos que levariam ao rompimento, fariam o possível para relegar o nome do combativo ex-amigo ao limbo do esquecimento, ignorando suas grandes obras, que acabaram assim pouco a pouco esquecidas do público brasileiro. O próprio Oliveira Lima tinha consciência do certo isolamento intelectual que enfrentava no Brasil em razão das sucessivas desavenças: “Vivo longe porque precisava dar expansão à minha atividade intelectual e aí não me queriam, me desprezaram, me abocanharam e não me defenderam sequer quando fui maltratado pelos aliados por ter justiça e consciência”.<sup>492</sup>

Não se pode negar, entretanto, a cota de contribuição que o próprio autor pernambucano forneceu à criação dessa oposição a seu nome, que com o tempo culminaria em distância e esquecimento. Ao expressar na imprensa, com desenvoltura e franqueza, opiniões não raro em dissintonia com o *establishment* político-diplomático de seu tempo, atraiu obviamente contra si crescentes resistências daqueles de quem discordava e de sua *entourage*. Além disso, promotor de ideias inovadoras para a política externa e a própria organização do Itamaraty, muitas vezes à frente de seu tempo, não é de se espantar que tenha sofrido certo isolamento, especialmente se considerarmos a natural insegurança daquele período de afirmação da nova identidade republicana. Foi o que se viu em sua mais célebre desavença, com o chefe e amigo Barão do Rio Branco, cuja política externa o ousado diplomata criticava abertamente e cujas propostas de reforma do Itamaraty considerava insuficientes, quando não inadequadas. E não foi muito diferente no rompimento

<sup>490</sup> CARDIM, loc. cit. pp.118-19.

<sup>491</sup> “Segundo Graça Aranha os jovens – que ele pretendia então orientar – deviam ter o maior cuidado com o autor: para o romancista de *Canaan*, sendo alguém ‘partidário de Oliveira Lima’, era ‘contra Joaquim Nabuco’, e devia ser este o pensar mais íntimo de Graça: que maior sinal de inferioridade moral e intelectual do que ser um jovem ‘contra’ o admirável Nabuco para colocar-se ao lado do abominável Oliveira Lima?” FREYRE (1968) p. 17.

<sup>492</sup> Carta datada de Washington, 15.10.1924. Apud GOUVÊA (1976) p. 1617.

com o conterrâneo Joaquim Nabuco, ao discordarem sobre a aproximação com os Estados Unidos, empreendida segundo Oliveira Lima com um afã exagerado por parte de nosso primeiro Embaixador em Washington. Sobre outras grandes questões da época, conforme vimos, não relutou em manter posição independente, como seu pacifismo, defendido coerentemente até o fim, e suas ideias inovadoras para modernizar não só a estrutura organizacional do Itamaraty, mas mesmo sua agenda de prioridades, promovendo a diplomacia comercial e cultural. Foi esse, até certo ponto, o elemento “quixotesco” de seu caráter, tão bem identificado por Gilberto Freyre.

Junta-se a esses elementos o fato de ter sido Oliveira Lima, em alguns aspectos, desvinculado da tradicional elite brasileira de seu tempo: criado e educado na Europa desde tenra idade, licenciado em Letras, e não em Direito, como uma boa parte dos colegas da carreira, o que ele mesmo considerava uma de suas “desvantagens” no Itamaraty.<sup>493</sup> Privado dessa convivência mais íntima com seus companheiros de geração nos anos formativos da juventude, ele se ressentiria de sua falta de amparo, conforme vimos, em importantes momentos de sua vida, justamente porque muitos deles consideravam-no um *outsider*.

Acrescento, por fim – mais como uma nota de caráter especulativo do que como afirmação peremptória facilmente demonstrável –, um elemento de índole histórico-cultural que pode também ter desempenhado algum papel na demora com que o público brasileiro finalmente veio a reconhecer com justiça a envergadura da figura e da obra de Oliveira Lima. Refiro-me ao caráter e à influência que teve o movimento modernista paulistano dos Andrades e da Semana de Arte Moderna de 1922, ao promover uma extremada valorização de temas nacionalistas e de nossas idiossincrasias linguísticas, em ruptura com o passado luso-brasileiro. Ao tornar-se, nas décadas seguintes, um dos esteios da cultura brasileira transmitida às gerações seguintes, essa ideologia modernista não terá contribuído para promover maior simpatia pela obra de um autor cujo legado inclui justamente uma visão integrada do passado luso-brasileiro, cuja influência e grandeza reconhece no quadro maior da cultura ibero-americana.

---

<sup>493</sup> “Diga-se de passagem que Oliveira Lima considerava uma das suas desvantagens no serviço diplomático brasileiro o não ter se formado no Brasil e em Direito, tendo por colegas, nos chamados bancos acadêmicos dos cursos jurídicos, futuros homens públicos prestigiosos como Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rui Barbosa, Nilo Peçanha, Epiácio Pessoa: vantagem porventura desfrutada pelo Barão do Rio Branco, por Joaquim Nabuco, por Gastão da Cunha e por Afrânio de Melo Franco, para suas designações naquele serviço ou para missões extraordinárias de importância no exterior”. FREYRE (1968) p. 38.

## 7.2. O Caminho da lembrança

Paradoxalmente, dentre esses elementos que teriam contribuído para o esquecimento de Oliveira Lima, encontram-se ao mesmo tempo algumas das principais razões para lembrá-lo, a começar da própria originalidade de seu pensamento, que o expôs a tantas críticas e desavenças. Suas visões premonitórias sobre algumas questões centrais para a política externa brasileira, como a busca de relacionamento mais equilibrado com os EUA, ou a maior aproximação com os vizinhos sul-americanos, situavam-no na vanguarda do pensamento diplomático de sua época. Da mesma forma, sua valiosa obra de historiador traz a marca de sua visão original e inovadora, ainda hoje considerada ponto de referência por estudiosos da história nacional. Além disso, como procurei demonstrar ao longo deste trabalho, a amplitude de seu legado intelectual extrapola sua imensa contribuição à historiografia, pois abarca ainda sua atividade como divulgador da cultura nacional, fino cronista de viagens, e magistral conferencista em centros universitários europeus, norte e sul-americanos. A atuação de Oliveira Lima em todas essas áreas, em que pesem seus atritos com a chefia da Casa, emprestou indelével contribuição ao próprio esforço de modernização do Itamaraty empreendido por Rio Branco. Não seria exagero afirmar que o diplomata pernambucano destaca-se, no grupo de colegas que incluíram alguns dos nomes mais célebres da intelectualidade brasileira da época, como o próprio Rio Branco, Nabuco, Domício da Gama, Graça Aranha, Euclides da Cunha, dentre outros, como *primus inter pares*. E isto não porque tenha logrado realizar algum feito diplomático especificamente extraordinário, mas antes pelo próprio conjunto de seu legado, pela amplitude de seu descortino como diplomata, historiador, intelectual.

Um primeiro ressurgimento do interesse por sua obra verificou-se quase uma década após sua morte, precisamente em 1937, com a publicação de seu livro *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)*, deixado inacabado pelo autor. A publicação – organizada por D. Flora e Gilberto Freyre – traz as recordações e observações íntimas sobre muitos dos principais personagens do Brasil de início do século XX com os quais conviveu. A obra, de gênero então pouco comum, reavivou o interesse em algumas das polêmicas e discussões da qual o autor se regozijava em ser o pivô: “Diante da quase inexistência, na época, de memórias de homens representativos na vida brasileira, Oliveira Lima, como escritor de história, decidiu oferecer um

sugestivo depoimento sobre o seu tempo”.<sup>494</sup> Ainda que incompletas, permanecem as *Memórias* como importante documento de época, a registrar a versão do autor sobre alguns dos principais episódios de sua atormentada biografia.

Seriam necessários outros trinta anos para que tomasse corpo um esforço mais amplo de resgate da memória de Oliveira Lima, o que ocorreu a partir da comemoração do centenário de seu nascimento em 1967. A combinação de eventos de homenagem ao ilustre pernambucano – por iniciativa de seu estado natal, do Itamaraty, da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Universidade Católica da América – constituiu o início de verdadeiro renascimento no interesse por seu legado. Contando com a contribuição de muitos que o haviam conhecido pessoalmente, como Gilberto Freyre, Barbosa Lima Sobrinho, os embaixadores Joaquim de Souza Leão Filho e Heitor Lyra, dentre inúmeros outros, aqueles eventos e conferências como que resgataram para uma nova geração a grande figura humana de Oliveira Lima e o interesse por sua obra. Foi na esteira desse renovado interesse que surgiria, em 1971, a *Obra Seleta*, organizada por Barbosa Lima Sobrinho e, menos de uma década depois, o mais completo e abrangente estudo biográfico a seu respeito, empreendido pelo historiador pernambucano Fernando da Cruz Gouvêa nos três volumes de *Oliveira Lima : Uma Biografia*. Desde então, pouco a pouco, vem ganhando corpo um verdadeiro esforço de recuperação editorial da obra de Oliveira Lima.<sup>495</sup> A comemoração do bicentenário da chegada da família real ao Brasil, em 2008, poria novamente em evidência o nome de Oliveira Lima e seu *Dom João VI no Brasil*, que mereceu nova edição em 2006, servindo como estímulo à obra de novos autores, como reconhece, por exemplo, Laurentino Gomes na introdução de seu *1808*.

A crescente projeção do Brasil no cenário mundial – e o renovado interesse por nossa história diplomática que despertou – tem proporcionado a

---

<sup>494</sup> GOUVÊA, in OLIVEIRA LIMA (1986) p. s/nº.

<sup>495</sup> Em 1980, foi relançado *Pan-Americanismo*, com prefácio de Washington Luís Neto; em 1996, saíria, depois de mais de meio século, nova edição de *Dom João VI*; no ano seguinte a editora Massangana, da Fundação Joaquim Nabuco, lançaria reedição fac-similar de *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico* e, no mesmo ano, a Topbooks relançaria *No Japão, Impressões da Terra e da Gente; Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*; e *O Movimento de Independência: 1821-1822*; em 1998, foi publicada em Buenos Aires a tradução para o espanhol *En la Argentina*; e em 2009 a Editora do Senado publicou a 2ª ed. de *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais*.

revalorização não apenas da obra escrita do diplomata pernambucano, mas também do rico acervo, em grande parte ainda por ser desvendado, da Biblioteca Oliveira Lima. Ali se encontram inúmeros documentos inéditos, artigos e correspondência do próprio Oliveira Lima com muitos dos principais atores da política externa do início do século, a aguardarem o trabalho paciente dos pesquisadores. Além disso, o mencionado movimento de reedição de alguns dos livros do autor tem sido acompanhado pelo aumento das monografias acadêmicas sobre sua contribuição à diplomacia e historiografia nacionais, por parte de autores como Teresa Malatian, Ângela de Castro Gomes, e Paulo Roberto de Almeida, para citar apenas alguns. Evidencia-se, assim, o renovado interesse na obra de Oliveira Lima, que, depois de um século, mostra-se paradoxalmente cada vez mais atual.

### **7.2.1. Dimensões de sua contribuição e atualidade**

Ao procurar sintetizar e articular algumas das principais contribuições de Oliveira Lima às áreas e temas que examinarei a seguir, ressaltando sua importância e atualidade, desejo ressaltar, em sintonia com o espírito que anima este estudo, que ele naturalmente não acertou em tudo, nem sempre. Vimos que este foi o caso, por exemplo, de sua visão sobre o papel das raças na formação e desenvolvimento de um país, que se limitava a reproduzir as idéias pseudocientíficas de sua época, ou de sua defesa por vezes exagerada das posturas de Estanislao Zeballos, de certas críticas à estratégia negociadora de Rio Branco na questão do Acre, etc. Feita essa ressalva, procuro identificar, a seguir, aqueles outros elementos de seu pensamento e ação que não só me parecem permanecer, mas com os quais talvez possamos ainda hoje apreender. Restrinjo-me a brevemente enumerar os quatro pontos que me parecem os principais no tocante à atualidade de Oliveira Lima.

Em primeiro lugar, vale assinalar o caráter pioneiro e inovador das sugestões de reforma do Itamaraty feitas por Oliveira Lima no início do século XX. Já naquele tempo, ele logrou alcançar uma visão que poderíamos dizer “moderna” sobre como deveria funcionar a estrutura da chancelaria à luz de seu renovado papel na conjuntura mundial. Mais que mero tirocínio administrativo, evidencia-se aqui a visão estratégica que tinha da política externa e de como organizá-la mais adequadamente consoante essa visão. Ao propor a fusão das três carreiras do serviço exterior então existentes – de diplomata, cônsul e funcionário da Secretaria de Estado –, acentuava Oliveira Lima que



“enquanto as três carreiras se não fundirem, enquanto subsistir a atual separação, provocadora de ciúmes e destruidora da eficiência do serviço, teremos uma situação falsa e daninha”.<sup>496</sup> A ideia, inusitada para o ano de 1903, não foi bem recebida pelos colegas nem pelo próprio Rio Branco, cuja proposta de reforma não abrangia mudanças tão revolucionárias. Passariam quase trinta anos até que a reforma promovida pelo chanceler Afrânio de Mello Franco viesse finalmente a contemplar a unificação das três carreiras e a mobilidade entre elas, processo que só seria completado na gestão de Oswaldo Aranha, em 1938.<sup>497</sup> Nesse que talvez seja o aspecto menos conhecido de sua contribuição e atualidade, Oliveira Lima parece ter intuído muito cedo o que seria necessário para tornar a política de pessoal do Itamaraty mais eficiente diante de seus novos desafios.

Em segundo lugar, seu trabalho diplomático, conforme visto em detalhe nos capítulos IV e V, em muito extrapolou as tradicionais funções exercidas por diplomatas até então, voltadas quase que exclusivamente aos assuntos eminentemente políticos. Sua percepção de que havia espaço tanto para a atividade cultural de projeção e promoção do país no exterior, quanto para a defesa de seus interesses econômicos e comerciais, colocou-o na singular posição de realizar trabalho verdadeiramente desbravador nessas duas vertentes da diplomacia moderna. Na época, recorde-se, a política externa traçada por Rio Branco dava passos incipientes no que hoje chamamos “diplomacia cultural”. O próprio Paranhos, homem de cultura e de vivência intelectual, reconhecia a importância de divulgar informações precisas sobre o Brasil no exterior consoante seu desejo de inserção no conjunto das nações civilizadas. A atividade de conferencista e divulgador, empreendida com tanta maestria por Oliveira Lima em seus postos no exterior, atendeu e ampliou sobremaneira essa nova orientação, constituindo até hoje verdadeiro paradigma para a promoção da cultura nacional. Ao proferir palestras sobre a história e a alta cultura do Brasil, Oliveira Lima demonstrava a necessidade de se promover o conhecimento mútuo entre os povos como requisito indispensável a seu processo de aproximação. E ao publicar seus relatos de viagem e impressões sobre os países que conheceu – como *Nos Estados*

<sup>496</sup> OLIVEIRA LIMA (1908) p. 11.

<sup>497</sup> “O Decreto nº 19.592, de 15 de janeiro de 1931, tratou conjuntamente, por primeira vez, da reorganização do Ministério das Relações Exteriores”, mas somente em 1938, “fundiram-se em uma só as carreiras diplomática e consular, pois ficou determinado que os trabalhos do Ministério das Relações Exteriores seriam executados por funcionários pertencentes ao seu Quadro Único”. OLIVEIRA CASTRO, op. cit. Vol. I, pp. 315 e 369.

*Unidos, No Japão, Na Argentina, e Cartas de Estocolmo* –, emprestou sua contribuição pessoal na construção das pontes culturais sem as quais as nações tendem a permanecer na ignorância asfixiante da autossuficiência, desvendando para o público brasileiro os mistérios daqueles povos.

Ao lado dessa original concepção da diplomacia cultural, Oliveira Lima percebeu com antecipação o papel crescentemente importante da diplomacia comercial, vendo nela uma indispensável avenida para maior projeção do Brasil no cenário internacional. Como afirmou, em síntese na qual o léxico quase encobre a genuína modernidade das ideias que veicula: “Queiram ou não, a época é do mercantilismo. A sobranceria diplomática não pode mais franzir o sobrecenho se lhe enfiar o braço a bonhomia consular. As duas têm de ajudarem-se para empurrar o carroção do comércio pátrio”.<sup>498</sup> Também aqui, como hoje podemos facilmente constatar em retrospecto, sua percepção antecipava-se ao curso da história em várias décadas, ao propor que o comércio desempenharia papel central nas relações internacionais. Já em seus primeiros relatórios de Tóquio, em 1901, procurava ele explorar as perspectivas do mercado japonês para as exportações brasileiras, enxergando ali um caminho para a aproximação dos dois países tão distantes física e culturalmente. Oliveira Lima percebeu que a afirmação da presença brasileira naquele oriente remoto poderia ser mais eficazmente alcançada pela colocação de nossos produtos do que por qualquer tentativa voltada apenas ao aprofundamento de vínculos políticos. Como se sabe, essa visão pragmática da diplomacia comercial só seria plenamente incorporada à nossa agenda externa na década de 1970.

Em terceiro lugar, é de sublinhar que seu trabalho como diplomata não se cingiu, de forma alguma, aos dois aspectos inovadores mencionados, mas trouxe ainda importantes contribuições na esfera propriamente política. Dentre essas, ressalta sua visão sobre a integração latino-americana e a necessidade de maior aproximação com nossos vizinhos sul-americanos, sobretudo a Argentina. Novamente, suas ideias e juízos parecem estar mais de meio século à frente de seu tempo: Oliveira Lima percebeu, já nos primeiros anos do século XX, a crucial importância da relação Brasil-Argentina como esteio de qualquer esforço para maior entendimento e integração na América do Sul, décadas antes que se cogitasse em ALALC, ALADI, e Mercosul. O pan-americanismo por ele defendido tinha justamente como um de seus

---

<sup>498</sup> OLIVEIRA LIMA (1908) pp. 31-2.

fundamentos a independência da atuação externa de seus integrantes e a igualdade soberana das nações. Daí decorreu sua visão crítica sobre a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt, com sua *rationale* a justificar ingerência nos assuntos internos de outros países, e a defesa que fez da Doutrina Drago. Já naquele tempo, em oposição à política de aproximação estreita com os Estados Unidos defendida por Rio Branco e Nabuco, percebia Oliveira Lima que deveríamos buscar um relacionamento bilateral equilibrado com a potência do Norte, sem recorrer “à enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao *sistema* norte-americano”.<sup>499</sup> Demonstrou, assim, mais uma vez, seu pioneirismo, coragem e autonomia intelectual, ao opor-se à corrente predominantemente pró-americana da política externa brasileira de sua época, antecipando as linhas de ação independentes que viriam a ser adotadas pelas gerações seguintes muitas décadas mais tarde.

Em quarto lugar, em óbvio *last, not least*, não parece restar dúvida de que a maior dimensão da contribuição de Oliveira Lima é seu legado à historiografia brasileira, que o consagra como um dos maiores estudiosos de nossa formação histórico-cultural em todos os tempos. Sua vasta obra de recuperação dos fatos e personagens relacionados ao estabelecimento do Brasil como nação soberana e independente teve papel central na elucidação do surgimento de nossa unidade e identidade. Seus livros, principalmente *Dom João VI no Brasil*, permanecem como marcos nos estudos do período colonial e imperial brasileiro, tanto por seu conteúdo quanto por seu método original. Enquanto o recurso aos documentos e às fontes primárias permitiu-lhe elucidar fatos antes obscuros de nossa história, sua visão do estudo histórico, a abranger, para além das datas e personagens, as circunstâncias sociais, culturais, geográficas, e econômicas ampliou sobremaneira o escopo e a profundidade de suas análises. A esse método inovador, juntou-se naturalmente o olhar do diplomata experimentado, que em suas pesquisas e estudos teve sempre presentes os elementos de história diplomática e da inserção própria do Brasil na cena internacional.

Ao mencionar a vasta obra bibliográfica de Manoel de Oliveira Lima como sua principal contribuição à atualidade, não é possível desvinculá-la totalmente do próprio legado físico que nos deixou em sua biblioteca. Montada ao longo de uma vida dedicada à diplomacia, à história e à cultura, com obras garimpadas em livrarias e sebos de três continentes, a Biblioteca Oliveira

---

<sup>499</sup> OLIVEIRA LIMA (1980) p. 17.

Lima começou com os quarenta mil volumes deixados pelo colecionador e conta hoje com mais de sessenta mil volumes. É um dos maiores repositórios de cultura ibero-americana no mundo, a incluir, além de inigualado acervo de obras raras, também manuscritos, correspondência, coleções de artigos de imprensa, mapas e documentos, e uma singular pinacoteca. Passemos, pois, à Biblioteca.

### **7.2.2. A questão da Biblioteca Oliveira Lima**

Antes de dedicar a última seção desta tese à questão da Biblioteca Oliveira Lima, sua história, acervo, e sugestões para seu maior aproveitamento por estudiosos, especialmente brasileiros, quero deixar registro do que terá sido um dos momentos mais gratificantes do trabalho relacionado a esta tese. Refiro-me à primeira vez que adentrei o recinto da Biblioteca Oliveira Lima, na Universidade Católica da América, em Washigton. Para quem tem o gosto da leitura, da cultura e da história, é impossível não ficar sensibilizado ao deparar a monumentalidade do acervo, por trás do qual se vê, em tantos detalhes, o toque pessoal de Oliveira Lima. As inúmeras horas que ali tive o privilégio de passar, manuseando textos e documentos que antes passaram pelas mãos do grande historiador, ou deparando, entre as páginas de um livro, uma cartinha de próprio punho de Machado de Assis ao amigo, constituíram uma experiência única e inesquecível. Entrar na Biblioteca é como mergulhar em maravilhosa aventura de outra época, com a viva sensação de que é o próprio D. Quixote Gordo quem nos conduz pela mão, para pouco a pouco ir revelando os segredos que nos deixou.

Nos tempos em que vivemos, da comunicação instantânea e do acesso imediato via internet a qualquer fonte de informação, é difícil lembrar que um dia os livros representaram a mais importante forma de transmissão do conhecimento e da informação e que, portanto, possuí-los era como ser dono de uma inesgotável fonte de saber. Essa constatação óbvia é indispensável para entendermos o real significado da vocação de colecionador e bibliófilo desempenhada com tanta dedicação por Manoel de Oliveira Lima ao longo da vida. Já vimos que foi seu, desde jovem, um enorme pendor pela vida intelectual, traduzindo-se sua constante sede de saber em buscas exaustivas em livrarias e sebos por volumes importantes e às vezes esquecidos, de onde extrairia informações para as grandes obras que nos deixou. Valendo-se das oportunidades propiciadas pela carreira diplomática de viajar pelas principais capitais do mundo, o amante dos livros não resistiria à tentação de, onde

quer que se encontrasse, aumentar cuidadosamente sua impressionante coleção de textos. Recordaria sempre as horas prazerosas passadas à busca de livros, muitas vezes em companhia de colegas e amigos como Salvador de Mendonça e Joaquim Nabuco.

De posse de vasta coleção, não só de livros, mas também de documentos raros, manuscritos originais e artigos que guardou com grande esmero, era constante a preocupação de Oliveira Lima com os cuidados devidos a tamanho tesouro. Em 1914, ao aposentar-se da carreira que lhe proporcionou ao mesmo tempo tanta satisfação e tantos desgostos, após deixar seu último posto em Bruxelas, instalou-se em Londres, onde pensava terminar seus dias cercado de seus preciosos livros. Note-se que a grande quantidade de volumes encontrava-se naquele momento ainda dispersa, muitos ainda em Bruxelas, quando o início da Grande Guerra não permitiu reuni-los em um só local como desejava. Ao ausentar-se, em 1915, para giro de palestras nos Estados Unidos, viu-se subitamente impedido de retornar ao lar e aos livros em Londres, em razão das infundadas acusações de “germanismo”, que acabaram por tornar inviável sua permanência na Inglaterra.<sup>500</sup> De Pernambuco, para onde se destinara, começou a cogitar seriamente outras possibilidades para seu futuro e a fazer novos planos para seu magnífico acervo bibliográfico.

O destino mais óbvio para o casal e, conseqüentemente, seus bens, parecia ser o país natal. No entanto, àquela altura da vida, sentia-se desprezado e malquisto pela pátria e por muitos de seus conterrâneos, temendo que naquele ambiente hostil à sua pessoa não teria as melhores condições para dar continuidade à atividade intelectual, como historiador e jornalista. Além disso, não havia, em sua opinião, local adequado no Brasil, fosse no Rio de Janeiro ou no seu Pernambuco natal, em condições de receber e abrigar tão numerosa coleção. Lembrava-se com desgosto do triste fim de outras coleções anteriores à sua, como a bela livraria trazida pela família real e a coleção de seu antecessor Varnhagen, adquirida por Rio Branco e armazenada, até literalmente apodrecer nos depósitos do Itamaraty. Como assinala Gilberto Freyre: “No Brasil de seu tempo, as bibliotecas eram depósitos de livros e não bibliotecas: os livros antigos, os manuscritos preciosos, os exemplares únicos de edições raras que sobreviviam à umidade, à traça, ao desleixo, faziam-no quase sempre por sua própria capacidade como que biológica de sobrevivência e à revelia de qualquer carinho sistemático pela sua conservação, da parte dos homens:

---

<sup>500</sup> V. 1.2.9. A frustrada remoção para Londres e a precoce aposentadoria, 1913-16.

governos, bibliotecários, arquivistas”.<sup>501</sup> Além da preocupação com a integridade física da coleção cuidadosamente reunida ao longo de tantos anos, pesavam sobre o ex-diplomata problemas de ordem prática, que exerceram forte influência sobre sua decisão a respeito do destino de seus livros. Contando apenas com sua aposentadoria e os poucos proventos de seu trabalho como escritor e, pouco a pouco, de conferencista, os recursos necessários ao transporte e instalação adequada de sua biblioteca estavam simplesmente fora de seu alcance.

Atraído pela vida acadêmica, como visto, muito naturalmente Oliveira Lima viu nas instituições de ensino e de pesquisa locais potencialmente apropriados para abrigar sua *Brasiliana*. Voltou os olhos, portanto, aos Estados Unidos, em cuja capital servira durante a carreira e cujas principais universidades recentemente percorrera como conferencista. Dentre seus inúmeros amigos no mundo intelectual norte-americano, muitos conheciam perfeitamente a riqueza da coleção por ele reunida, e seu valor histórico e monetário. John Casper Branner, seu grande amigo brasileiro de Stanford, lamentava não ter aquela instituição na época meios suficientes para cobrir as despesas com o transporte e alojamento da biblioteca. No entanto, desde sua primeira estada em Washington, Oliveira Lima conhecera a Universidade Católica da América e, em 1912, durante o período que passou na Califórnia, estabelecera contato com o Monsenhor Gleason, da Arquidiocese de São Francisco, por cujo intermédio foi informado ao então reitor daquela instituição, Bispo Shahan, a possibilidade de o colecionador vir a ela legar sua *Brasiliana*. Portanto, ao buscar nova solução para seu dilema, em 1916, dirigiu carta ao reitor da renomada instituição propondo efetivar a doação de sua coleção em testamento, mediante compromisso da Universidade em arcar com as despesas de seu transporte da Europa até os Estados Unidos, de providenciar sua instalação em sala separada com seu nome, e de nomeá-lo seu curador até o fim da vida. Era ainda sua intenção criar na Universidade uma cadeira de língua portuguesa e de estudos ibero-americanos: “Our idea is also to endow by our will the University with a chair of Portuguese language and Portuguese and Brazilian History and literature”.<sup>502</sup> A direção da Universidade aceitou prontamente a proposta, selando assim o futuro não só do ex-diplomata e de sua esposa, mas daqueles que considerava os filhos que nunca tivera, seus livros.

---

<sup>501</sup> FREYRE (1968) p. 66.

<sup>502</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Carta datada de 1916 ao Bispo Shahan. Apud CARDOZO, Manuel da Silveira. In: BRASIL, MRE (1968) p.161.

Somente em 1920, após o fim da guerra e o que seria sua última temporada no Brasil, Oliveira Lima e D. Flora chegariam a Washington definitivamente para dedicar-se à árdua tarefa de instalação em casa nova e de desembalagem dos livros recebidos em caixas da Europa na nova biblioteca. Animava-se o velho historiador com a perspectiva de finalmente abrigar sob o mesmo teto sua magnífica coleção, adquirida ao longo de trinta e cinco anos de buscas ao redor do mundo, como afirma em carta de 1921: “Já estou desencaixotando os livros na Universidade. Já tenho 7 dias de trabalho. Por ora estou pondo as coleções em ordem para depois arrumá-las definitivamente. Conto inaugurar a biblioteca a 12 de outubro e tenho ali trabalho para todo o verão”.<sup>503</sup> Apesar da idade e da saúde já um tanto fragilizada, cuidou pessoalmente da organização e instalação dos livros, os quais conhecia intimamente e cujos cuidados dividia apenas com D. Flora, a incansável companheira de sempre. O trabalho ainda tomaria alguns anos, e somente em 1924 tiveram os Lima a alegria de assistir à inauguração formal da Biblioteca Oliveira Lima. Sob sua apta direção e com a assistência de Ruth Holmes, elaborou ainda catálogo das obras raras reunidas em sua biblioteca.<sup>504</sup> No momento de sua morte, em 1928, contava a coleção com quarenta mil volumes.

Após o falecimento de Oliveira Lima, permaneceu D. Flora como curadora da coleção que ela tão bem conhecia. Atuou como zelosa guardiã do legado ali depositado e trabalhou com afinco pela continuidade das atividades de organização e catalogação do amplo material. Graças a seu empenho e ao apoio de amigos como Gilberto Freyre, foram publicadas as obras póstumas *Memórias, estas minhas reminiscências...* e *D. Miguel no Trono*. Sempre dedicada a preservar a memória do falecido marido e a manter a integridade da coleção, foi ela a responsável pela determinação de que o acervo só pudesse ser consultado *in loco*, vedando assim o empréstimo de qualquer volume para que não se verificasse, conforme temia, a gradual dispersão das obras. O testamento de D. Flora deixa clara sua determinação em respeitar o último desejo de Oliveira Lima quanto à doação para a Universidade Católica da América, confirmando ser esta também a sua

---

<sup>503</sup> OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Carta datada de 23.03.1921 a Gilberto Freyre. Apud FREYRE (1968) p. 151.

<sup>504</sup> HOLMES, Ruth E. V. *Bibliographical and Historical Description of the Rarest Books in the Oliveira Lima Collection at the Catholic University of America*, 1927. Apud COESTER, Alfred. *Hispania* Vol. 11, No. 1, Feb. 192

intenção, executada após seu falecimento em 1940. A curadoria da biblioteca permaneceu então sob a direção do professor Manoel da Silveira Cardozo, que a exerceu de 1940 até sua morte em 1985. Naquele período, foi publicado o *Catalogue of the Oliveira Lima Library*, em dois volumes e, mais recentemente, um apanhado completo e atualizado sobre as raridades guardadas nas estantes da Biblioteca Oliveira Lima foi feito pela bibliotecária Blanche Ebeling-Koning.<sup>505</sup>

A primeira observação a ser feita sobre o acervo da Biblioteca Oliveira Lima é que ele é resultado não do trabalho de mero bibliófilo, mas antes da cuidadosa atividade do historiador Oliveira Lima, que se valeu de seu pendor pela pesquisa e de seu interesse pelas fontes primárias para selecionar judiciosamente as obras que comporiam a sua biblioteca. Conforme esclarece o ex-curador Manoel Cardozo: “Yet Lima’s extraordinary library would not have been developed as intelligently as it was, nor would it have been so useful to the historian, if he had not known the value to the scholar of the books that he bought, if he had not, in short, been an historian himself”.<sup>506</sup>

Além dos livros, a coleção inclui manuscritos, mapas, artigos, cartas, fotografias, documentos pessoais, quadros e objetos de decoração, enfim, tudo o que o diplomata e historiador achou por bem guardar, não só sobre o passado luso-brasileiro, por ele tão habilmente retratado, mas ainda lembranças de sua própria trajetória e da de seus contemporâneos. Na abalizada avaliação da atual Diretora da Biblioteca, Maria Angela Leal: “The library was thus a multidimensional collection of Brasiliana unrivaled in the world outside Brazil – in reality, a library, an archive and a museum all in one. For the study of Luso-Brazilian history and culture until 1930, and especially in its coverage of the 19th century, it remains without peer to this day”.<sup>507</sup> É, portanto, fonte inesgotável de informações não só para os estudiosos de história brasileira, dos períodos colonial, imperial, da República Velha, ou de nossa história diplomática, mas também de história portuguesa e ibérica, especialmente de sua expansão colonial.

---

<sup>505</sup> EBELING-KONING, Blanche. “The rare book collection at the Oliveira Lima Library: an Overview”, in *Remate de Males*. Campinas, UNICAMP, 2004, pp. 93-119.

<sup>506</sup> CARDOZO, Manoel da Silveira. “Oliveira Lima and the writing of History”, apud LEAL, Maria Angela. In: “Longe da Pátria, mas sem a esquecer: print and non-print collections at the Oliveira Lima Library” in *Remate de Males*. Campinas, UNICAMP, 2004, p. 84.

<sup>507</sup> LEAL, *ibid.*



O acervo da instituição reflete, em larga medida, a própria sequência de trabalho do historiador, com os registros da ocupação holandesa em Pernambuco, e os relatos da expansão marítima portuguesa e sua presença nas colônias, por exemplo. São depoimentos de autoridades governamentais, dos missionários que desbravaram e catequizaram o novo mundo, dos conquistadores e dos principais personagens da história do Brasil. O volume mais antigo, impresso em Vicenza em 1507, é *Paesi nouamenti ritrovati: Et Nouvo Mondo da Alberico Vespuccio Florentino intitulado*, de Fracanzano da Montalboddo, “que contém a primeira narrativa impressa da viagem de descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral”.<sup>508</sup> De 1558, há o relato de F. André Treheut sobre a invasão da baía do Rio de Janeiro por Villegaignon e as memórias de viagem *En la terre du Bresil autrement dite Amerique* de Jean de Lery. Outra raridade é o exemplar da história da ocupação holandesa do território pernambucano, de Caspar van Baerle, publicado em 1647 com o título *Gasparis Barlaei Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub praefectura Illustrissimi Comitissae Maritimi, Nassoviae*, com ilustrações do conhecido artista holandês Frans Post. Há também o ponto de vista oposto, com a versão dos fatos daquele período por Duarte de Albuquerque Coelho, que participou da luta contra os invasores holandeses, com suas *Memorias diárias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX*, publicado em Madri em 1654. Inúmeros exemplares de relatos de viagens dos missionários portugueses pelo oriente e pelo Novo Mundo estão bem representados na coleção. Dos jesuítas no Brasil, o acervo contém obras de José de Anchieta e edições raras das Cartas do Padre Antonio Vieira, além dos dezesseis volumes da edição original de seus Sermões.

Todo o espaço deste trabalho não seria suficiente para apresentar o inigualado elenco de obras raras da Biblioteca Oliveira Lima, considerando que somente as indicações bibliográficas e breve descrição das obras “mais raras”, no levantamento publicado em 1927, ocuparam quase 400 páginas.<sup>509</sup> Quis aqui simplesmente dar uma ideia do tesouro que lá se encontra. Além disso, há uma fonte preciosa de correspondência inédita de Oliveira Lima com todas as figuras importantes de sua época, do mundo diplomático, político e intelectual. O próprio autor deixou guardados seus “scrapbooks”, com recortes de artigos de jornal, muitos deles não mais encontrados em nenhum

<sup>508</sup> HOLMES, Ruth E. op. cit. pp. 87-89.

<sup>509</sup> Id. ibid.

outro arquivo. Há ainda a documentação particular, conhecida como “family papers”, dentre os quais se encontra, por exemplo, o “Boudoir Diary” de D. Flora, jamais publicado. Assinale-se, ainda, como de interesse específico da história diplomática, a coleção de papéis do ex-ministro em Londres, João Artur de Sousa Correia.

Outra maravilha ali depositada é a pinacoteca reunida pelo colecionador, de valor inestimável, que inclui obras únicas sobre o Brasil colonial, pinturas e retratos de figuras históricas ilustres. Do já mencionado artista holandês do século dezessete, Frans Post, há uma paisagem pernambucana durante o período de Maurício de Nassau. Da expedição de artistas franceses ao Brasil, encontra-se obra de Nicolas Taunay, retratando cena do Rio de Janeiro durante o reinado de D. João VI. Há também rara coleção de pinturas por Francisco Requena y Herrera a respeito da delimitação de fronteiras no Novo Mundo nos termos do Tratado de Santo Ildefonso. Encontram-se ali vários retratos de D. João VI, alguns não conhecidos no Brasil, e outros de membros da família real.

Obviamente, tão rico legado de tanto interesse para a história do Brasil não pode simplesmente ser ignorado, como o foi a figura daquele que pacientemente o reuniu: “Como se lhe tivesse cabido, depois de tantas lutas e de tantos sofrimentos, numa vida penetrada dos mais nobres ideais e tocada de um profundo desinteresse, o mais doloroso, o mais cruel de todos os castigos – o castigo do exílio depois da morte”.<sup>510</sup> Atualmente, segundo seus administradores, a Biblioteca Oliveira Lima é mais conhecida e frequentada por estudiosos e pesquisadores estrangeiros do que por brasileiros, atendendo em certo sentido o desejo de seu doador de tornar o Brasil e sua alta cultura mais conhecidos no exterior. No entanto, seu sonho de inaugurar naquela Universidade um centro de estudos ibero-americanos ainda não foi concretizado. Embora esteja dignamente instalada, conforme queria seu dono, a Biblioteca Oliveira Lima ocupa salas no subsolo da John K. Mullen Memorial Library no campus da Universidade Católica da América, local que não faz jus à monumentalidade do acervo que abriga. Cabe recordar, entretanto, que, mesmo nas condições imperfeitas de sua atual instalação e em que pese sua distância do Brasil, a vontade de Manoel de Oliveira Lima, registrada em seu testamento e no de sua esposa, foi e continua sendo respeitada no que toca à doação para a Universidade Católica da América de sua coleção.

---

<sup>510</sup> LIMA SOBRINHO, in: OLIVEIRA LIMA (1971) pp.127-8.

O fato de se encontrar a Brasileira reunida pelo ex-diplomata e historiador em local distante de sua pátria sempre despertou censuras, mesmo durante a vida do doador, quando tornou-se pública sua intenção de proceder de tal forma. Oliveira Lima recebeu inúmeras críticas, tendo sido acusado de “impatriótico” e “mau brasileiro” por não instalar sua biblioteca no território nacional. Mas sabemos que sua decisão não foi tomada levemente: além das circunstâncias de ordem prática, como o próprio custeio do transporte e preservação da coleção, moveu-o o desejo de cultivar no exterior um centro de estudos brasileiros, construído sobre o alicerce de sua extraordinária biblioteca. Valendo-se, conforme já examinei no cap. IV, de momento de crescente interesse pelos assuntos latino-americanos, pretendia ele ver nascer nos Estados Unidos, e especificamente em sua capital, uma instituição que confirmaria a presença brasileira naquele país e abriria as portas para futuras gerações familiarizarem-se com nossa cultura. Ao optar pela transferência de seus bens a uma instituição que considerou segura e em condições de prover sua manutenção, deparava-se ele com a alternativa de relegá-los a instituições mal instaladas e sem recursos no Brasil daquele tempo, o que temia poderia levar a seu gradual desaparecimento.

Na esteira do paulatino renascimento do interesse pela obra de Oliveira Lima, desde pelo menos meados dos anos 80, o Itamaraty buscou, em diferentes oportunidades, por intermédio de nossa Embaixada em Washington, explorar as possibilidades de facilitar o acesso de brasileiros ao tesouro deixado pelo diplomata e historiador. Com o falecimento do curador da Biblioteca, Manoel Cardozo, em 1985, e cogitando a Universidade Católica da América de mudança do prédio em que estava instalada, aquela missão diplomática julgou oportuno explorar as opções que se apresentavam para o futuro da coleção. Note-se que há indícios de que Cardozo tenha sido talvez excessivamente zeloso no desempenho de suas funções, sendo conhecido o episódio registrado pelo historiador José Honório Rodrigues, no qual o curador ter-lhe-ia restringido o acesso a parte do acervo.<sup>511</sup> Foram então realizadas gestões, junto à direção da Universidade Católica, com o propósito de examinar a viabilidade da eventual repatriação do acervo, com a doação à universidade de prédio no Brasil, onde seria alojada a biblioteca.<sup>512</sup>

---

<sup>511</sup> RODRIGUES, José Honório. Uma Viagem de Pesquisas Históricas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 188, julho-setembro de 1945, pp. 14-29.

<sup>512</sup> Memorandum s/nº, de 18.07.1986, e Ofício 435, de 29.05.87, da Embaixada em Washington

Embora essa linha de ação não tenha frutificado à época, ela seria retomada a partir de 2002, quando a nossa Embaixada intensificaria as pressões sobre a Catholic University, em esforço que envolveria também nossas missões na Santa Sé, em Lisboa e Paris.<sup>513</sup> Desta feita, no entanto, seriam agregados novos argumentos, como o alegado descumprimento, pela universidade, de certos pontos dos testamentos de Manoel e Flora de Oliveira Lima, como a não criação de cadeira de estudos luso-brasileiros ou o empréstimo de obra de Frans Post à *National Gallery of Art* de Washington, DC. Seria ocioso reproduzir aqui todos os detalhes dessa nova empreitada, que tampouco logrou sensibilizar a direção daquela instituição acadêmica. Basta registrar a resposta encaminhada pelo presidente da universidade ao Embaixador em Washington, na qual aclara a questão da cátedra – que deveria, segundo o testamento, ser custeada com recursos da herança de Oliveira Lima, que se provaram insuficientes “to provide for each and every testamentary request” – e do empréstimo do Frans Post, que seria temporário e retornaria à biblioteca em 2005.<sup>514</sup>

Na visão de Paulo Roberto de Almeida, estudioso da obra de Oliveira Lima que se ocupou diretamente das tratativas sobre o assunto quando Ministro Conselheiro em Washington, de 1999 a 2003, embora se possa lamentar que tão rica coleção permaneça distante do Brasil, e mesmo questionar o estrito atendimento dos requisitos estabelecidos no testamento, “não se vislumbra qualquer capacidade a uma terceira parte de questionar os termos do acordo e seu cumprimento, uma vez que nem os familiares do falecido diplomata o fizeram em qualquer tempo”.<sup>515</sup> De maneira mais pragmática, sugere que se busque ampliar o acesso para pesquisadores brasileiros por meio de iniciativas, possivelmente capitaneadas pelo Itamaraty, como a empreendida com relação à catalogação e cópia digital de documentos históricos no âmbito do projeto “Resgate Barão do Rio Branco” em vários países. À luz de prioridades estabelecidas por instituições de pesquisa e pelo governo brasileiro, poder-se-ia buscar parcerias para projetos de digitalização

<sup>513</sup> V. por exemplo os despachos telegráficos 834 e 1280/2002, para a Embaixada em Washington; 593/2002, para a Embaixada em Lisboa; 1119/2003, para a Embaixada em Paris; e os telegramas 372/2003, da Embaixada no Vaticano; 1608, 2595/2002, e 1039 e 3091/2003, da Embaixada em Washington.

<sup>514</sup> Carta de David M. O’Connel, CM, de 10.11.2003, arquivo da Embaixada em Washington. A missiva de tom duro parece mais obra de advogados do que de religioso e acadêmico.

<sup>515</sup> Entrevista com o autor em janeiro de 2011.

de manuscritos e documentos, de maneira a torná-los mais facilmente acessíveis a pesquisadores e ao público.<sup>516</sup>

Segundo depoimento do atual curador da Biblioteca Oliveira Lima, o também historiador Professor Thomas Cohen, respeitado especialista em história colonial latino-americana, ocupante do cargo desde setembro de 1990, têm sido constantes os esforços de melhorar a instalação física da coleção e de modernizar o acesso ao acervo. No entanto, diante de restrições orçamentárias impostas pela recente crise econômica à instituição, ele próprio tem-se esforçado em encontrar alternativas de financiamento para os projetos necessários. Sua ideia tem sido de buscar apoio da iniciativa privada, para complementar os recursos disponíveis na Universidade, com o objetivo de reinstalar a Biblioteca em edifício próprio, em outro local na cidade de Washington, D.C, para ali consolidá-la “as a leading research institution, where five to eight researchers, working with an endowment, would be able to dedicate themselves to a specific theme of historic interest and later release their findings through a conference and a published book”.<sup>517</sup> Na sua opinião, para realizar o sonho de Oliveira Lima de ver seu trabalho perpetuado, é necessário aumentar o acesso aos arquivos, contratar especialistas em catalogação e digitalização de arquivos históricos, mantendo-os como legado vivo da generosidade do doador.

Em anos mais recentes, os esforços do Itamaraty têm sido envidados justamente nessa direção de maior realismo e pragmatismo, buscando explorar formas de cooperação com a Biblioteca Oliveira Lima que redundem em proveito de pesquisadores e instituições brasileiras. É o caso, por exemplo, da iniciativa de catalogação, microfilmagem e digitalização de parte do acervo, especialmente da valiosa coleção de cerca de 250 panfletos e manuscritos do período da Independência do Brasil, no qual, como visto, o historiador foi um dos maiores especialistas de todos os tempos.<sup>518</sup> Segundo se tem notícia, no entanto, permanece impasse quanto ao financiamento de tal iniciativa.

Tendo conhecido a Biblioteca Oliveira Lima, sua história, seu acervo e muitos daqueles que trabalham para que ela cumpra o desejo de seu fundador, não me parece restar dúvida do interesse do governo e da sociedade brasileiros

---

<sup>516</sup> Id. Ibid.

<sup>517</sup> COHEN, Thomas. Entrevista realizada na Biblioteca Oliveira Lima, em Washington, D.C. em 17.03.2010.

<sup>518</sup> Síntese dessa iniciativa foi apresentada no telegrama 292/2008, da Embaixada em Washington, que voltaria ao tema em julho de 2009, pelo telegrama 1713.

em emprestar a contribuição que esteja a seu alcance para que se consolide aquela instituição como grande centro de estudos ibero-americanos. A mais antiga e a maior biblioteca nos EUA especializada em história ibero-americana constitui hoje verdadeiro patrimônio intelectual da humanidade. O governo brasileiro, por meio do Itamaraty e do Ministério da Cultura, deveria examinar a possibilidade de liderar iniciativa, com ampla participação do setor privado, de promoção das mudanças necessárias e urgentes para preservação da frágil coleção. Com o uso das modernas técnicas de microfilmagem, digitalização e acesso virtual, pode-se diminuir o manuseio constante das obras, ao mesmo tempo em que se alarga o acesso da parte de estudiosos e pesquisadores. Funcionários especializados de órgãos como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por exemplo, poderiam ser convidados a emprestar seu talento à equipe residente da Biblioteca. A escassez de mão de obra especializada e de falantes de português poderia ser suprida pela oferta de estágios, com bolsas do governo, a estudantes universitários brasileiros que teriam assim extraordinária oportunidade de realizar estudos e pesquisas tanto nos temas da história ibero-americana quanto na preservação de arquivos históricos.

Essas modestas sugestões trazem a vantagem de serem facilmente implementáveis mediante um genuíno desejo de manter viva a Biblioteca Oliveira Lima. Requerem tão somente a disposição de lançar mãos à obra, trabalhando em conjunto com a Universidade Católica da América, em prol de benefício que seria usufruído por estudiosos de qualquer nacionalidade, conforme idealizado por Oliveira Lima. Poder-se-ia, ainda, cogitar formas específicas de lembrar e honrar o grande brasileiro. Sugiro, para tal fim, a criação por parte do Itamaraty, de um “Prêmio Oliveira Lima”, a ser concedido anualmente, à melhor monografia sobre tema de história do Brasil. Esta seria uma maneira de perpetuar, além da herança física da biblioteca, o legado de Oliveira Lima como historiador e intelectual, buscando dar continuidade a seu trabalho com aqueles que hoje se dedicam com igual esmero e patriotismo aos temas maiores da historiografia nacional. Assim poder-se-ia finalmente decretar findo o exílio, quer voluntário, quer póstumo, desse brasileiro “amigo dos livros”, que muito dignamente honrou seu país e sua cultura, a eles dedicando sua vida e seu trabalho, e que merece a gratidão respeitosa e admirada de seus compatriotas.

## Bibliografia consultada

### 1. Obras de Oliveira Lima (por ordem de publicação):

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico*. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1895.

———. *Nos Estados Unidos. Impressões Políticas e Sociais*. Leipzig: F.A. Brockhaus 1899. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2009.

———. *História Diplomática do Brasil: O Reconhecimento do Império*. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1901.

———. *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*. Rio de Janeiro: Laemmert & C Livreiros, 1903; 3 ed. São Paulo: Topbooks, 1997.

———. MENDONÇA, Salvador de. *Discursos pronunciados na Sessão Solene de 17 de julho de 1903*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1903.

———. *Pan-Americanismo (Monroe, Bolivar, Roosevelt)*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907. 3ª ed. Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

———. *D. João VI no Brasil 1808-1821*. Rio de Janeiro: 1908; 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

———. *Cousas Diplomáticas*. Lisboa: A Editora, 1908.

———. *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*; Paris, Garnier, 1911. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1944. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

———. *Evolution of Brazil compared with that of Anglo-Saxon America*. Stanford: 1914; Nova York: Russell & Russell 1966. Tradução em português: *América Latina e América Inglesa: a Evolução Brasileira Comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana*. Rio de Janeiro, Paris: Garnier, 1914.

———. *Oliveira Lima – Homenagem de seus Amigos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Off. Graphics do Jornal do Brasil, 1917.

———. *Na Argentina: Impressões (1918-19)*. São Paulo: Weiszflog e Irmãos, 1920. Tradução em espanhol: *En la Argentina*. Buenos Aires: Nueva Mayoria, 1998.

———. *O Movimento da Independência 1821-1822*. São Paulo: Melhoramentos, 1922; 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

———. *Aspectos da História e da Cultura do Brasil – Conferências Inaugurais*. Lisboa: Livraria Clássica, 1923.

———. *O Império Brasileiro (1822-1889)*. São Paulo: Melhoramentos, 1927; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

———. *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937; 2ª ed. Recife: Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1986.

———. *Impressões da América Espanhola 1904-1906*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.



———. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

## 2. Obras Consultadas na Biblioteca Oliveira Lima:

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Manuscrito.

OLIVEIRA LIMA, Flora Cavalcanti de Albuquerque. *Boudoir Diary*. Londres 01.01.1915 a Worcester, Massachussets 20.12.1915, Washington: Biblioteca Oliveira Lima, Catholic University of America, Inédito.

## 3. Obras sobre Oliveira Lima:

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: Vidas paralelas, itinerários divergentes. In: *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: IPRI-Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

———. O Império em Ascensão (por um de seus espectadores). In: OLIVEIRA LIMA *Nos Estados Unidos: Impressões Políticas e Sociais*. Brasília: Senado Federal, 2009.

———. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República: um intelectual com idéias fora do lugar ou com propostas fora da época? *Remate de Males*, v. 24, p. 121-137, 2004.

ASSIS, Machado de. Oliveira Lima Secretário d'El Rei. *Gazeta de Notícias*, 02.06.1904, in: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Vol III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Centenário de Oliveira Lima*. Rio de Janeiro: MRE, 1968.

CABRAL DE MELO, Evaldo. *Um Imenso Portugal: Historia e Historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARDOZO Manoel da Silveira, in OLIVEIRA LIMA, Manoel, *Impressões da América Espanhola 1904-1906*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

———. “Oliveira Lima and the Catholic University of America”. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Centenário de Oliveira Lima*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1968.

EBELING-KONING, Blanche. “The rare book collection at the Oliveira Lima Library: an Overview”, in *Remate de Males*. Campinas, UNICAMP, 2004.

FLEIUSS, Max. Conferência no Instituto Histórico Brasileiro, 23.05.1928. In: OLIVEIRA LIMA. *Memórias – Estas Minhas Reminiscências...* Rio de Janeiro: José Olympio, 1937; 2ª ed. Recife: Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1986.

FREYRE, Gilberto. [Introdução] in: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Impressões da América Espanhola 1904-1906*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

———. *Don Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2ª ed., 1968.

GOMES, Ângela de Castro. *Em família: A correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. Oliveira Lima, diplomata moderno. *Cultura*. Brasília: MEC, n. 31. Jan/Mar 1979.

———. “As Memórias de Oliveira Lima”, in *Memórias – Estas Minhas Reminiscências...* Recife, FUNDARPE, 1986.

———. *Oliveira Lima: uma Biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976. 3 vols.

HOLMES, Ruth E. V. *Bibliographical and Historical Description of the Rarest Books in the Oliveira Lima Collection at the Catholic University*

*of America*. Apud COESTER, Alfred. *Hispania* Vol. 11, No. 1, Feb. 1928, pp. 87-89.

LEAL, Maria Angela. Longe da Pátria, mas sem a esquecer: print and non-print collections at the Oliveira Lima Library. In: *Remate de Males*. Campinas: UNICAMP, 2004.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Oliveira Lima: Sua Vida e Sua Obra*, in: OLIVEIRA LIMA *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

MACEDO, Neusa Dias de. *Bibliografia de Manoel de Oliveira Lima, com estudo biográfico e cronologia*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1968.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru-São Paulo: EDUSC-FAPESP, 2001.

MARTIN, Percy Alvin. Introduction. In: *The Evolution of Brazil Compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, New York, Russell & Russell, 1966.

MELLO, Mario, *Oliveira Lima Íntimo*. Buenos Aires: Imprenta Schenone Hermanos y Linari, 1920.

MOTA, Carlos Guilherme. Oliveira Lima e Nossa Formação. In: COSTA E SILVA (org.) *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, S.A., 2002.

NETO, Washington Luis. [Introdução] in: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Pan-Americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907. 3ª ed. Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

ORBAN, Victor. *M. Manoel de Oliveira Lima: Esquisse Biographique et Littéraire*. Bruxelas: [s.n.], 1909.

PATTEE, Richard. *Oliveira Lima: Embajador Intelectual del Brasil*. Lima: s.n. 1939.

ROBERTSON, James A. Discurso na Evening Session “In Memoriam” at the International Association of Arts and Letters. In: OLIVEIRA LIMA (1937).

RODRIGUES, José Honório. Uma Viagem de Pesquisas Históricas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 188, julho-setembro de 1945.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. Semblanza Biográfica del Autor. In: OLIVEIRA LIMA *En la Argentina*. Buenos Aires: Nueva Mayoria, 1998.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. Prefácio. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Dom João VI no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.

SOUZA COELHO, Nilo de *et alii*. *Oliveira Lima: o centenário do seu nascimento*. Recife: Arquivo Público estadual, 1968.

VIANNA, Hélio. Oliveira Lima, Historiador. In: PERNAMBUCO. Governo do Estado. *Oliveira Lima, o Centenário de Seu Nascimento*, Recife, Imprensa Oficial, 1968.

WHALEN, J. in: *Centenário de Oliveira Lima*. Rio de Janeiro: MRE, 1968.

YOKOTA, Paulo. Um Olhar Brasileiro sobre o Japão. In: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*, 3 ed. São Paulo: 2003.

#### **4. Obras Gerais:**

ABREU, Marcelo de Paiva. British Business in Brazil: Maturity and Demise (1850-1950). In: *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 54, n. 4.

AMORIM, Celso. *A diplomacia multilateral do Brasil: um tributo a Rui Barbosa*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI, 2007.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco, *Um diplomata da República*. Rio de Janeiro: CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, 2006, 2 vols.

BANDEIRA, Moniz. *Conflito e Integração na América do Sul: Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Triplíce Aliança ao Mercosul, 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

BERGERE, M. *Sun Yat-sen*. Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 73.

BURNS, E. Bradford. *A Aliança Não Escrita: o Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC edições, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência. Vida e obra de David Campista*. Rio de Janeiro: Artenova, 1968.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *1808-2008 Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 2 Vols.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed., 2008.

COSTA E SILVA, Alberto da. Diplomacia e Cultura. In: *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

COSTA FRANCO, Álvaro da. Introdução. In: ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco, *Um diplomata da República*. Rio de Janeiro: CHDD/ Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

COSTA FRANCO, Álvaro da e Carlos Henrique Cardim. *O Barão do Rio Branco por Grandes Autores*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

HOBBSBAWN, E.J. *The Age of Empire: 1885-1914*. Nova York: Vintage Books, 1989.

HORN, Charles F. “General Survey of the Era of Industrial Imperialism”, in: *World Epochs* vol. VIII. Washington, DC 1936. Discutirei o impacto da Doutrina no contexto das relações Brasil-EUA mais adiante neste capítulo.

JOHNSON, Paul. *A History of the American People*. Nova York: Harper, 1999.

KENNAN, George. “The War with Spain”, in: *American Diplomacy*, Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

KISSINGER, Henry, *Diplomacy*. Nova York: Simon & Schuster, 1994.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

MANCHESTER, Alan K. *British Preeminence in Brazil: Its Rise and Decline*. Chapel Hill: University of North Caroline, 1933.

MENDONÇA, Salvador de, *A Situação Internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1913.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 12ª ed. 1978.

MORAES, Fernando. *Chatô, Rei do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A Revolução de 1817 e a História do Brasil: Um Estudo de História Diplomática*. Brasília, FUNAG, 2009.

NAPOLEÃO, Aluizio in: *Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

OZMANCZYK, Edmund Jan. *Encyclopedia of the United Nations and International Agreements*. Nova York: Routledge, 2003, vol. 3 p. 1967.

PENDLE, George. *A History of Latin America*. Londres: Penguin Books, 1973.

QUIGLEY, Carroll. *Tragedy and Hope: A History of the World in our Time*. Nova York: The Macmillan Company, 1966.

RICUPERO, Rubens. *O Barão do Rio Branco: uma Biografia Fotográfica*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2002.

———. “O Brasil, a América Latina, os EUA desde 1930: 60 anos de uma Relação Triangular”, in GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto, *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990*, vol. I. São Paulo: NPRI/USP, 1996.

———. *Rio Branco: o Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

———. *Um personagem da República*. in: ARAÚJO, João Hermes Pereira de, *José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S.; RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). *Uma História Diplomática do Brasil: 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. *O Barão do Rio Branco: Missão em Berlim – 1901/1902*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SILVA, Alberto da Costa e. *Diplomacia e Cultura*. In: *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

SMITH, Joseph. *Unequal Giants: Diplomatic Relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. University of Pittsburgh Press, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: Seus Fundamentos Econômicos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

TOPIK, Steven, *Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira, 4ª série*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

———. Prólogo: Um Diplomata da Atualidade. In: OLIVEIRALIMA, Manoel de. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

VIANA FILHO, Luís. *Três Estadistas: Rui- Nabuco- Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

WILGUS, A. Curtis, James G. Blaine and the Pan American Movement. In: *The Hispanic American Historical Review*. Baltimore: Williams & Wilkins Company, 1922, vol. 5.

YOKOTA, Paulo. Um Olhar Brasileiro sobre o Japão. In: OLIVEIRALIMA, Manoel de. *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*. 3ª ed. São Paulo: Topbooks, 1997.

### **5. Artigos de Jornal:**

FREYRE, Gilberto. *Amizade com Oliveira Lima*. In: *Diário de Pernambuco*, Recife: 22.11.1946.

———. *Oliveira Lima Gordo por Fora e Magro por Dentro*; in: “Diário Popular”. Lisboa: 28.12.1968.



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

“DR. SALVADOR DE MENDONÇA: Distinguished Career of Brazil’s Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary to the United States”. In: *The New York Times*, 03.02.1895. <http://query.nytimes.com/>. Acesso em 07.12.2010.

“Laurentino Gomes diz que ‘1822’ é ‘candidato natural’ a virar minissérie”. In: *Folha.com*, São Paulo, 18.09.2010, [www1.folha.uol.com.br/ilustrada/800334-laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a-virar-minisserie-shtml](http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/800334-laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a-virar-minisserie-shtml), acesso em: 20.09.2010.





<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>